Baterias de Questões para Concursos

A melhor forma de estudar

Direito Previdenciário

700 questões

Classificadas e Gabaritadas

Grupo Candidato Real

Prefácio

Esta é a série **Baterias de Questões para Concursos**, que traz para você milhares de questões de concursos públicos anteriores, completamente **gabaritadas** e **classificadas** por ano, banca, prova e assunto.

Neste volume, trazemos para você mais de **770** questões de **Direito Previdenciário**, coletadas de centenas de provas de concursos públicos realizados nos últimos anos.

Ao resolver as baterias de questões, garantimos que você se tornará muito mais preparado para enfrentar a batalha pelas vagas nos mais disputados concursos públicos do Brasil.

Bons estudos e boa sorte!

Equipe Bateria de Questões para Concursos

Canais de Comunicação

A equipe da Loja do Candidato disponibiliza diversos canais de comunicação para seus clientes.

Loja do Candidato

http://www.lojadocandidato.com.br

Serviço de Atendimento

http://www.lojadocandidato.com.br/contacts

Twitter da Loja do Candidato

Acompanhe de perto a Loja do Candidato e não perca nenhuma de nossas promoções. Cadastre-se no twitter e comece a seguir a Loja do Candidato em http://twitter.com/lojadocandidato

A série Baterias de Questões para Concursos é uma produção independente e contamos com você para mantê-la sempre viva.

Bons estudos e boa sorte!

Equipe Baterias de Questões para Concursos

Sumário

Parte I

2009

Capítulo 1

CESPE

1.1 AGU - ADV :: Advogado da União

Q.1

No moderno Estado regulador, conforme lecionam Antonio La Spina e Giandomenico Majone, adotam-se diferentes técnicas de regulação, entre as quais se destacam: a] a fixação de standards de atuação, por meio de normas; b] a determinação, aos agentes privados que desenvolvem uma dada atividade, do dever de informar, objetivando-se dotar de transparência suas condutas e diminuir a assimetria informativa existente entre eles e os consumidores; c] o exame individualizado de produtos e processos, muitas vezes mediante técnicas de autorização. A regulação abrange, ainda, a fiscalização das condutas e a aplicação de penalidades. A partir de tais considerações, julgue os itens seguintes, acerca da competência para regular e fiscalizar as entidades fechadas de previdência privada.

(   ) Dependem de autorização da Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social, as operações de fusão, cisão, incorporação e qualquer outra forma de reorganização societária das entidades fechadas de previdência privada, assim como as retiradas de patrocinadores.
(   ) Aplicada penalidade pelo órgão fiscalizador, em virtude do descumprimento do dever de prestar informações solicitadas pelos participantes de um plano de benefícios de uma entidade fechada, cabe recurso, no prazo de 15 dias, ao Ministro de Estado da Previdência Social.

Origem

AGU - ADV :: Advogado da União
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Benefícios

1.2 PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse

Q.2

Eurico é vendedor de uma grande rede de lojas de eletrodomésticos em Brasília, desde janeiro de 2008, sendo esse o seu primeiro emprego. Em março do mesmo ano, ele aceitou o convite para ser gerente da filial de Manaus. No mês seguinte, no primeiro domingo de descanso na capital amazonense, resolveu realizar um passeio de barco para presenciar o encontro das águas dos rios Negro e Solimões, tendo contraído malária no passeio. Eurico está extremamente debilitado e apresentou atestado médico ao departamento de recursos humanos da empresa com prazo de 30 dias. A partir dessa situação hipotética, com base na legislação aplicável ao assunto e, ainda, considerando que a malária não é doença profissional ou do trabalho e não integra nenhuma lista ministerial para fins de concessão de benefícios previdenciários, assinale a opção correta.

( ) Eurico não faz jus ao auxílio-doença, por não ter cumprido o prazo de carência fixado em lei para a concessão desse benefício.
( ) Caso seja considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, Eurico fará jus à aposentadoria por invalidez, enquanto permanecer nessa condição.
( ) O infortúnio vivenciado por Eurico caracteriza acidente de trabalho.
( ) Eurico é segurado obrigatório da previdência social na qualidade de empregado, sendo certo que, para o cômputo do seu período de carência, serão consideradas as contribuições realizadas a contar da data do efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso.
( ) Ainda que não dependam economicamente de Eurico, este poderá realizar a inscrição de seus pais no RGPS como dependentes, pois a dependência econômica entre pais e filhos no âmbito do referido regime é presumida.

Origem

PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Benefícios

Q.3

A respeito do benefício previdenciário pensão por morte, assinale a opção correta.

( ) Em qualquer situação, o valor mensal do benefício será de 100( ) O benefício será devido aos dependentes do segurado que falecer, a contar da data do óbito, quando requerido até 30 dias depois deste.
( ) A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial não tem direito à pensão por morte do ex-marido, ainda que comprove a necessidade econômica superveniente.
( ) Para a concessão do benefício aos dependentes do segurado, não se admite a alegação de morte presumida, mas apenas de morte real.
( ) A pensão por morte, devida ao filho até os 21 anos de idade, prorroga-se até os 24 anos pela pendência de curso universitário.

Origem

PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Benefícios

Q.4

Origem

PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Custeio

Após lenta evolução do sentimento de responsabilidade social pelo infortúnio alheio, e em face das preocupantes convulsões que afetavam o tecido social, o Estado restou obrigado a abandonar a postura de mero espectador da atividade econômica e social, com o objetivo de restabelecer um equilíbrio mínimo nas relações sociais. Essa situação é realizada mediante a edição de leis que alteram a disciplina geral do direito privado, reduzindo o espaço até então ilimitado da autonomia da vontade, e pela instituição de políticas de inclusão social, as quais geram obrigações jurídicas para o Estado no atendimento aos mais necessitados. Surgiu o estado de bem-estar social ou welfare state, que, propiciando uma integração mais efetiva entre o Estado e a sociedade, acabou com o predomínio do direito privado. Em um contexto no qual o trabalho é a pedra angular da ordem social, exsurgiu a seguridade social como elemento de relevância nuclear para o desenvolvimento e a manutenção da dignidade da pessoa humana, sendo-lhe atribuída a tarefa hercúlea - ideal quase inatingível, mas que deve ser incessantemente perseguido - de garantir a todos um mínimo de bem-estar nas situações geradoras de necessidade social. Daniel Machado da Rocha, José Paulo Baltazer Júnior e Andrei Ptten Velloso. Comentários à lei do custeio da seguridade social. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2005, p. 23-4 (com adaptações). Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção incorreta.

( ) A formação de um sistema de proteção social no Brasil, a exemplo do que se verificou na Europa, se deu por um lento processo de reconhecimento da necessidade de que o Estado intervenha para suprir deficiências da liberdade absoluta - postulado fundamental do liberalismo clássico -, partindo do assistencialismo para o seguro social, e deste para a formação da seguridade social.
( ) O Brasil só veio a conhecer verdadeiras regras de caráter geral em matéria de previdência social no século XX. Antes, apesar de haver previsão constitucional a respeito do tema, apenas em diplomas isolados aparecia alguma forma de proteção contra infortúnios.
( ) A doutrina majoritária considera como marco inicial da previdência social brasileira a publicação do Decreto Legislativo n.º4.682/1923, mais conhecido como Lei Eloy Chaves, que criou as caixas de aposentadoria e pensões nas empresas de estradas de ferro existentes, sistema mantido e administrado pelo Estado, sendo certo que, antes da referida norma, não havia no Brasil diploma legislativo instituidor de aposentadorias e pensões.
( ) A Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer, em texto constitucional, a forma tripartite de custeio: contribuição dos trabalhadores, dos empregadores e do poder público.
( ) O RGPS, nos temos da CF atual, não abriga a totalidade da população economicamente ativa, mas somente aqueles que, mediante contribuição e nos termos da lei, fizerem jus aos benefícios, não sendo abrangidos por outros regimes específicos de seguro social.

Q.5

Com relação ao custeio da seguridade social, assinale a opção correta.

(   ) Segundo previsão constitucional, a União deverá aplicar anualmente nunca menos de 20(   ) A CF veda a utilização de recursos provenientes das contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários para a realização de despesas outras que não as decorrentes do pagamento de benefícios do RGPS.
(   ) As empresas deverão contribuir para o custeio do seguro de acidente do trabalho com uma alíquota fixa de 3(   ) Constitui receita da seguridade social 50(   ) O salário-de-contribuição do empregado doméstico é o valor correspondente a um salário mínimo, ainda que ele receba mensalmente de seu empregador quantia superior

Origem

PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Custeio

1.3 AGU - ADV :: Advogado da União

Q.6

ulgue os itens subsequentes, acerca da previdência privada complementar

(   ) A previdência privada objetiva complementar a proteção oferecida pela previdência pública, por meio de organização autônoma e da adoção do regime de financiamento por capitalização, bem como contribuir para o fomento da poupança nacional.
(   ) Os planos de benefícios das entidades fechadas podem, como regra geral, ser oferecidos a alguns ou a todos os empregados dos patrocinadores e, em qualquer hipótese, o valor da contribuição efetivamente pago pelo patrocinador, destinado ao programa de previdência complementar, não integrará o salário-de-contribuição do empregado, para efeito de incidência de contribuição para a seguridade social.
(   ) A portabilidade abrange o direito de o participante mudar de um plano para outro no interior de uma mesma entidade fechada de previdência privada, sem necessariamente haver ruptura do vínculo empregatício com o patrocinador.

Origem

AGU - ADV :: Advogado da União
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

1.4 FHS - ES :: Procurador

Q.7

Quanto aos planos de benefícios previdenciários, julgue os itens a seguir.

( ) O valor dos benefícios de prestação continuada pagos pela previdência social, inclusive o salário-maternidade, será calculado com base no salário-de-benefício.
( ) Em regra, a renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir os salários-de-contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não terá valor inferior ao do salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição.
( ) Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à previdência social, com, no mínimo, dois terços do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.

Origem

FHS - ES :: Procurador
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.8

Julgue os próximos itens, a respeito das entidades de previdência privada.

( ) Os planos de benefícios instituídos por entidades abertas poderão ser individuais, quando acessíveis a quaisquer pessoas físicas, ou coletivos, quando tenham por objetivo garantir benefícios previdenciários a pessoas físicas vinculadas, direta ou indiretamente, a uma pessoa jurídica contratante.
( ) As entidades fechadas são aquelas acessíveis, preferencialmente, aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Origem

FHS - ES :: Procurador
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.9

Acerca do direito previdenciário, julgue os itens que se seguem.

( ) As contribuições previdenciárias têm natureza tributária, sendo certo que os juros de mora, em ação de repetição de indébito de quantia indevidamente recolhida aos cofres da previdência social, incidem a partir da citação da fazenda pública.
( ) Os juros de mora nas ações relativas à concessão de benefícios previdenciários incidem a partir do trânsito em julgado da decisão judicial que acolhe o pedido do segurado.
( ) Compete à justiça trabalhista o julgamento das ações que envolvam complementação de aposentadoria paga por entidade de previdência privada, ainda que não decorrente de contrato de trabalho.
( ) Considere a seguinte situação hipotética.João, advogado estabelecido em Aracaju, onde exerce exclusivamente a advocacia privada, foi convidado pelo juiz federal titular da 1.ªVara da capital sergipana para ocupar cargo em comissão de diretor da secretaria daquele juízo.Nessa situação, caso aceite o convite, João será segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de empregado, enquanto ocupar o referido cargo.
( ) Compete à justiça estadual processar e julgar ação indenizatória proposta por viúva e filhos de empregado falecido em acidente de trabalho.

Origem

FHS - ES :: Procurador
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

1.5 PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse

Q.10

A respeito do regime previdenciário complementar, assinale a opção correta.

( ) Entidade fechada de previdência privada é aquela constituída sob a forma de sociedade anônima, sem fins lucrativos, e que é acessível exclusivamente a empregados de uma empresa ou grupo de empresas, aos servidores dos entes públicos da administração e aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial.
( ) Entidade aberta de previdência privada é aquela que explora economicamente o ramo de infortúnios do trabalho, cujo objetivo é a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário em forma de renda continuada ou pagamento único, constituídas sob a forma de fundação ou sociedade civil.
( ) No desempenho das atividades de fiscalização das entidades de previdência complementar, os servidores do órgão regulador e fiscalizador terão livre acesso às respectivas entidades, delas podendo requisitar e apreender livros, notas técnicas e quaisquer documentos.
( ) Nos planos de previdência privada, em caso de desligamento, cabe ao beneficiário a devolução da contribuição efetuada pelo patrocinador.
( ) A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em dez anos.

Origem

PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.11

Com relação ao regime previdenciário do servidor público, assinale a opção correta.

( ) A servidora pública poderá se aposentar voluntariamente aos sessenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que conte, no mínimo, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
( ) O servidor poderá aposentar-se por invalidez permanente decorrente de acidente em serviço ou moléstia profissional, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
( ) Os requisitos de idade e tempo de contribuição, para fins de aposentadoria voluntária, serão reduzidos em cinco anos para os professores universitários, da educação infantil e do ensino fundamental e médio.
( ) Em respeito ao princípio da especialidade, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo seguirá legislação específica, sendo vedada a aplicação de requisitos e critérios fixados para o RGPS.
( ) O servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, estará excluído do RGPS.

Origem

PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.12

Acerca da legislação acidentária e das normas correlatas, assinale a opção correta.

( ) Com o advento da EC n.º45/2004, a competência para o processo e julgamento de ações judiciais em que se pleiteie a concessão do benefício previdenciário denominado auxílio-acidente passou a ser da justiça do trabalho.
( ) Segundo entendimento jurisprudencial majoritário do STJ, o pagamento, pela previdência social, das prestações por acidente do trabalho exclui a responsabilidade civil da empresa empregadora, uma vez que o segurado já foi ressarcido integralmente pelo Estado.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. João, ex-segurado obrigatório do RGPS na qualidade de trabalhador avulso, ao ser admitido pela última empresa em que trabalhou, já era portador de hemofilia. Em calorosa discussão a respeito de questões profissionais, João foi levemente atingido com um estilete por um colega de trabalho, vindo a falecer em consequência da lesão, que foi potencializada pela sua particular condição fisiológica preexistente. Nessa situação hipotética, é correto afirmar que não ocorreu acidente de trabalho.
( ) O segurado empregado, exceto o doméstico, que sofrer acidente de trabalho que o deixe incapacitado para a atividade laboral por prazo superior a quinze dias terá garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário.
( ) A cobertura do risco de acidente do trabalho é de responsabilidade do RGPS, sendo vedada a atribuição de responsabilidade à previdência privada. No entanto, é possível a propositura de ação regressiva pela previdência social contra a empresa que, de forma negligente, contribua para a ocorrência do acidente.

Origem

PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

1.6 TRF - 5ªRegião :: Juiz Federal Substituto

Q.13

Origem

TRF - 5ªRegião :: Juiz Federal Substituto
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A respeito do regime previdenciário do servidor estatutário, assinale a opção correta.

( ) Lei estadual de iniciativa parlamentar que trate apenas de aposentadoria de servidores públicos não é inconstitucional, visto que tal matéria não é privativa do chefe do Poder Executivo, sendo certo que a supressão de parcela de proventos de aposentadoria, concedida em desacordo com a lei, não ofende o princípio da irredutibilidade de vencimentos.
( ) Aos servidores vitalícios, ao contrário do que ocorre com os notários, registradores e demais servidores dos ofícios extrajudiciais, aplica-se a aposentadoria compulsória por idade, sendo extensivas aos inativos, desde que mediante lei específica, as vantagens de caráter geral outorgadas aos servidores em atividade.
( ) Atividades exercidas por servidores públicos em condições especiais que lhes prejudiquem a saúde podem ensejar a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, em termos definidos em lei complementar, cuja inexistência pode acarretar a aplicação da legislação própria dos trabalhadores regidos pelo RGPS.
( ) As funções de magistério limitam-se ao trabalho em sala de aula, excluindo-se as demais atividades extraclasse, de forma que, para efeitos de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviço prestado em atividades como as de coordenação e assessoramento pedagógico.
( ) A União, os estados, o DF e os municípios, independentemente de instituírem regime de previdência complementar para os seus servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelos próprios regimes de previdência, o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

Q.14

Origem

TRF - 5ªRegião :: Juiz Federal Substituto
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em relação aos diversos institutos de direito previdenciário, assinale a opção correta.

( ) A CF não exige que o regime de previdência complementar seja regulado por lei complementar.
( ) O segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 6 meses após o licenciamento.
( ) Em regra, independe de carência a concessão das seguintes prestações: pensão por morte, auxílio-reclusão, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente.
( ) A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de noventa dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.
( ) A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é a que esteja vigente na data do requerimento administrativo formulado pelos beneficiários, e não a vigente à data do óbito do segurado.

Q.15

Origem

TRF - 5ªRegião :: Juiz Federal Substituto
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

No que se refere às questões previdenciárias atinentes aos juizados especiais federais e à jurisprudência aplicável à espécie, assinale a opção correta.

( ) É vedada a cumulação do recebimento de pensão por morte de trabalhador rural com o de benefício de aposentadoria por invalidez.
( ) Exceto para efeito de carência, o tempo de serviço de segurados trabalhadores rurais anterior ao advento da Lei n.º8.213/1991, sem o recolhimento de contribuições previdenciárias, pode ser considerado para a concessão de benefício previdenciário do RGPS.
( ) Em respeito ao critério objetivo, o simples fato de um imóvel ser superior a um módulo rural afasta a qualificação do proprietário desse imóvel como segurado especial, ainda que ele o explore em regime de economia familiar.
( ) Para fins de competência, o simples fato de a demanda ter sido ajuizada no juizado especial federal presume a renúncia tácita dos valores excedentes à quantia de sessenta salários mínimos.
( ) A justificação judicial destinada a instruir pedido perante órgãos da União deve ser processada e julgada perante juizado especial federal da capital do estado quando a comarca não for sede de vara federal.

Q.16

Origem

TRF - 5ªRegião :: Juiz Federal Substituto
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca dos benefícios previdenciários, assinale a opção correta.

( ) O valor da aposentadoria por invalidez de segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de valor específico pago em parcela fixa, que não será recalculada quando o benefício que lhe deu origem for reajustado.
( ) A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida pela lei, completar 65 anos de idade, se homem, e 60, se mulher, reduzindo-se tal prazo em 5 anos para os professores que pretendam receber o referido benefício e comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
( ) O segurado em gozo de auxílio-doença e insuscetível de recuperação para sua atividade habitual deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará esse benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, for aposentado por invalidez.
( ) A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação, pelo segurado, perante o INSS, do tempo de trabalho exigido pela lei, ainda que de forma intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.
( ) A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do requerimento do benefício, no caso de morte presumida.

1.7 PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse

Q.17

Origem

PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Carência

João é empregado de uma grande mineradora e trabalha exposto a agentes nocivos prejudiciais à saúde, assim definidos em lei. A referida relação de emprego resultou na sua primeira filiação ao RGPS. Após 10 anos de efetivo serviço nessas condições, João foi eleito dirigente sindical, ficando afastado de suas atribuições para se dedicar exclusivamente à atividade de representante de seus pares. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito do instituto da aposentadoria especial.

( ) Em regra, o período de carência para a aposentadoria especial é de 120 contribuições mensais.
( ) Não se considera como especial o tempo de trabalho laborado com exposição a ruídos, ainda que para simples conversão em tempo comum.
( ) A alíquota da contribuição sobre a remuneração dos segurados a cargo da empresa em que João trabalha será majorada em relação a todos os empregados e não apenas em relação à remuneração daqueles expostos a condições especiais.
( ) O segurado que obteve o benefício de aposentadoria especial após 15 anos de serviço poderá retornar ao mercado de trabalho para o desempenho de atividade que o exponha a agentes nocivos, podendo cumular nova aposentadoria após o mesmo prazo.
( ) Durante o período de afastamento para o exercício do mandato de dirigente sindical, João não terá esse tempo contado para fins de aposentadoria especial.

Q.18

Origem

PGE - AL :: Procurador do Estado de Alagoas 1ªClasse
CESPE
2009

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Assinale a opção correta acerca dos princípios constitucionais da seguridade social.

( ) As condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante devem estar previstas em lei, sendo permitida a comercialização desses itens apenas mediante autorização judicial.
( ) Sobre aposentadorias e pensões concedidas pelo RGPS incidirá desconto de 11( ) A CF veda a instituição de alíquotas e bases de cálculo diferenciadas para as contribuições devidas à seguridade social pelas empresas em razão do porte de cada uma delas.
( ) É possível a instituição de outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social além daquelas previstas na CF, desde que por lei complementar.
( ) As ações de assistência social serão prestadas apenas aos segurados que estiverem em dia com as suas contribuições mensais à seguridade social.

Capítulo 2

ESAF

2.1 Ministério da Fazenda :: Assistente Técnico-Administrativo

Q.19

A respeito da natureza jurídica da contribuição social, analise as assertivas abaixo relativas às espécies tributárias, indicando a correta.

(a) Imposto
(b) Taxa
(c) Contribuição Parafiscal
(d) Empréstimo Compulsório
(e) Contribuição de Melhoria

Origem

Ministério da Fazenda ::
Assistente Técnico-Administrativo
ESAF
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.20

Assinale a assertiva que **não** contém uma obrigação acessória das contribuições destinadas à Seguridade Social.

(a) Elaboração da folha de pagamento.
(b) Dever de prestar informações.
(c) Lançamento dos fatos geradores das contribuições.
(d) Pagamento da contribuição social.
(e) Dever do Cartório de comunicar óbitos.

Origem

Ministério da Fazenda ::
Assistente Técnico-Administrativo
ESAF
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.21

A respeito das contribuições sociais, é correto afirmar que:

(a) a contribuição do empregador incide só sobre a folha de salários.
(b) a contribuição da empresa pode ser feita em função do tipo de produto que ela vende.
(c) o trabalhador não contribui para a Seguridade Social.
(d) os concursos de prognósticos não estão sujeitos à incidência de contribuições sociais.
(e) pode haver incidência de contribuição social sobre a importação de bens do exterior.

Origem

Ministério da Fazenda ::
Assistente Técnico-Administrativo
ESAF
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.22

À luz do texto constitucional, julgue os itens abaixo referentes ao financiamento da Seguridade Social:
I. financiada por toda sociedade.
II. de forma direta e indireta.
III. por meio de verbas orçamentárias entre outras.
IV. financiamento definido por lei.

(a) Somente I e III estão corretos.
(b) Somente I está correto.
(c) Somente I e II estão corretos.
(d) Todos estão corretos.
(e) Somente III e IV estão corretos.

Origem

Ministério da Fazenda ::
Assistente Técnico-Administrativo
ESAF
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.23

Assinale a opção correta entre as assertivas abaixo relacionadas à organização e princípios constitucionais da Seguridade Social.

(a) Diversidade da base de financiamento é objetivo da Seguridade Social.
(b) O valor dos benefícios pode ser diminuído gradativamente.
(c) Pode haver benefícios maiores para a população urbana em detrimento da rural.
(d) A gestão da Seguridade Social é ato privativo do Poder Público.
(e) Os serviços previdenciários devem ser sempre o mesmo, independente do destinatário.

Origem

Ministério da Fazenda ::
Assistente Técnico-Administrativo
ESAF
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.24

Qual das parcelas abaixo não integram o salário-de-contribuição?

(a) Salário
(b) Gorjetas
(c) Despesas de viagem
(d) Abonos
(e) Ganhos habituais

Origem

Ministério da Fazenda ::
Assistente Técnico-Administrativo
ESAF
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.25

Além das inúmeras contribuições sociais instituídas no texto da Constituição Federal, há possibilidade de instituição de novas espécies de contribuição social? Assinale a assertiva que responde **incorretamente** à pergunta formulada.

(a) Pode haver contribuição social com o mesmo fato gerador de outra já existente.
(b) O rol de contribuições sociais não é taxativo.
(c) Há previsão constitucional de competência residual.
(d) A diversidade da base de financiamento permite outras contribuições sociais.
(e) A União pode instituir outras contribuições sociais.

Origem

Ministério da Fazenda ::
Assistente Técnico-Administrativo
ESAF
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.26

Origem

Ministério da Fazenda ::
Assistente Técnico-Administrativo
ESAF
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

À luz dos dispositivos constitucionais referentes à Seguridade Social, julgue os itens abaixo:
I. A Seguridade Social pode compreender ações de iniciativa da sociedade.
II. Saúde, Previdência e Trabalho compõem a Seguridade Social.
III. Compete ao Poder Público organizar a Seguridade Social nos termos da lei.
IV. A Seguridade Social não foi definida na Constituição Federal de 1988.

(a) Todos estão corretos.
(b) I e III estão corretos.
(c) I e IV estão incorretos.
(d) Somente I está incorreto.
(e) III e IV estão incorretos.

Q.27

Origem

Ministério da Fazenda ::
Assistente Técnico-Administrativo
ESAF
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A respeito da base de cálculo e contribuintes das contribuições sociais, analise as assertivas abaixo, assinalando a incorreta.

(a) Remuneração paga, devida ou creditada aos segurados e demais pessoas físicas a seu serviço, mesmo sem vínculo empregatício - EMPRESA.
(b) Receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos de que participem em todo território nacional - PRODUTOR RURAL PESSOA JURÍDICA.
(c) Incidentes sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural - SEGURADO ESPECIAL.
(d) Salário de contribuição dos empregados domésticos a seu serviço - EMPREGADORES DOMÉSTICOS.
(e) Incidentes sobre seu salário de contribuição - TRABALHADORES.

Q.28

Origem

Ministério da Fazenda ::
Assistente Técnico-Administrativo
ESAF
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Maria Clara, contribuinte empregada pelo Regime Geral de Previdência Social desde 1994, deseja contribuir acima do valor máximo permitido pela previdência social. Assim, propõe na justiça ação contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, alegando que tem direito de contribuir acima do limite legal, pois deseja se aposentar com um valor acima do valor máximo pago pelo INSS. Assim, é correto afirmar, perante a legislação previdenciária de Custeio, que o pedido de Maria

(a) pode ser aceito, desde que ela contribua até 10(b) não pode ser aceito, pois não cabe a Maria a escolha do montante a ser pago.
(c) pode ser aceito, desde que ela comprove ter despesas familiares acima do valor máximo.
(d) pode ser aceito, pois o pagamento da contribuição social tem natureza jurídica privada de forma contratual.
(e) pode ou não ser aceito, dependendo do número de dependentes que ela possua.

Capítulo 3

FCC

3.1 MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade

Q.29

A análise técnica para avaliação do equilíbrio atuarial dos planos de benefícios, deve ser efetuada

(a) mensalmente, desde que os resultados da entidade se apresentem deficitários.
(b) sempre que houver resultado negativo entre as contribuições e os pagamentos de benefícios.
(c) semestralmente, mediante assembleia dos participantes, concordando com a avaliação atuarial dos planos de benefícios.
(d) trimestralmente, com avaliação do fluxo financeiro e do resultado econômico da entidade.
(e) anualmente, permitindo estabelecer o plano de custeio.

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade
FCC
2009

Assuntos relacionados

Benefícios

Q.30

A taxa de administração de 2

(a) o montante dos aportes efetuados pelas entidades e pelos segurados no exercício.
(b) o montante dos recursos que compõem o Fundo; e cobrada anualmente sobre a média dos valores mensais.
(c) a parte das contribuições efetuadas pelas entidades participantes do sistema no exercício anterior.
(d) o valor total dos proventos, pensões e demais benefícios pagos aos segurados e beneficiários no exercício financeiro anterior.
(e) o valor global dos recursos aportados no Fundo, deduzidos os rendimentos gerados no exercício anterior.

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade
FCC
2009

Assuntos relacionados

Benefícios

Q.31

São procedimentos a serem observados em caso de irregularidades na concessão ou manutenção de benefícios no RPPS/SE:
I. Suspensão do benefício, mediante ato específico, publicado no Diário Oficial do Estado, notificando o beneficiário por via postal para oferecer defesa.
II. Apresentação por parte do beneficiário de defesa, no prazo de 30 dias, representado por advogado.
III. O benefício deve ser mantido suspenso, mesmo que não tenha sido efetuado defesa; deve ser efetuada notificação judicial e, caso a notificação não seja respondida, o benefício deve ser suspenso. Está correto o que se afirma APENAS em

(a) II e III.
(b) I.
(c) II.
(d) III.
(e) I e II.

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade
FCC
2009

Assuntos relacionados

Benefícios

Q.32

As contribuições dos segurados NÃO são devidas, quando

(a) houver cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.
(b) em disponibilidade.
(c) em gozo de benefícios.
(d) o segurado civil permanecer em atividade após adquirir o direito à aposentadoria integral.
(e) membros ativos da magistratura e do ministério público.

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade
FCC
2009

Assuntos relacionados

Benefícios

3.2 MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração

Q.33

Compõe a base de cálculo da contribuição para a previdência:

(a) abono anual por período de benefício, vencimento do cargo efetivo e soldo da graduação.
(b) salário-família, ajuda de custo para formação de dependentes e salário nominal.
(c) diária para viagem e serviço externo, abono anual por período de benefício e salário nominal.
(d) adicional noturno, soldo do posto e de graduação e diária para viagem e serviço externo.
(e) prêmio, ajuda de custo e vencimento do cargo efetivo.

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.34

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A análise técnica para avaliação do equilíbrio atuarial dos planos de benefícios, deve ser efetuada

(a) mensalmente, desde que os resultados da entidade se apresentem deficitários.
(b) sempre que houver resultado negativo entre as contribuições e os pagamentos de benefícios.
(c) semestralmente, mediante assembleia dos participantes, concordando com a avaliação atuarial dos planos de benefícios.
(d) trimestralmente, com avaliação do fluxo financeiro e do resultado econômico da entidade.
(e) anualmente, permitindo estabelecer o plano de custeio.

Q.35

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em relação à pensão por morte considere:
I. Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessa imediatamente, estando desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos em qualquer hipótese.
II. Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.
III. Prescrevem as prestações respectivas não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, contado da data em que forem devidas, exceto para os dependentes menores ou incapazes. Está correto o que se afirma em

(a) I, II e III.
(b) II e III apenas.
(c) I e II, apenas.
(d) II, apenas.
(e) I, apenas.

Q.36

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

José, servidor público do Estado de Sergipe, participante do RPPS/SE, afastou- se de suas atividades por motivo de doença, por 15 dias. Quarenta dias após, teve que afastarse novamente por motivo de doença. Nesse caso, José passaria a ter direito ao benefício de auxílio-doença a partir

(a) desde o primeiro dia de afastamento, por ser uma cobertura especial prevista no plano.
(b) do primeiro dia do novo afastamento, por ser considerado o período anterior de 15 dias.
(c) do segundo dia do novo afastamento, por ser considerado como período coberto somente a partir do 16o dia.
(d) após 15 dias do novo afastamento, por tratar-se de nova contagem.
(e) após 16 dias do novo afastamento, por tratar-se de nova contagem.

Q.37

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A taxa de administração de 2

(a) o montante dos aportes efetuados pelas entidades e pelos segurados no exercício.
(b) o montante dos recursos que compõem o Fundo; e cobrada anualmente sobre a média dos valores mensais.
(c) a parte das contribuições efetuadas pelas entidades participantes do sistema no exercício anterior.
(d) o valor total dos proventos, pensões e demais benefícios pagos aos segurados e beneficiários no exercício financeiro anterior.
(e) o valor global dos recursos aportados no Fundo, deduzidos os rendimentos gerados no exercício anterior.

Q.38

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Com relação à inclusão de dependentes é correto afirmar que

(a) os enteados não tem o direito de serem incluídos na relação de dependentes, por não possuírem a condição de dependente legal do segurado, podendo somente ser feita a inclusão da companheira ou companheiro.
(b) os pais do segurado não podem ser incluídos como dependentes, a não ser que sejam os únicos dependentes legais e que comprovem no ato do benefício, via judicial, esta condição.
(c) o segurado casado legalmente não pode incluir companheira ou companheiro, exceto se possuir certidão de casamento com averbação da separação judicial ou do divórcio.
(d) em nenhuma hipótese poderá se incluir dependente com idade superior a 21 anos, visto que a maioridade jurídica extingue a qualificação de dependente.
(e) os irmãos gerados de casamentos diferentes, sejam do pai ou da mãe não podem ser incluídos como dependentes.

Q.39

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A licença para tratamento consiste em período de até

(a) 24 meses, estabelecido ao segurado que obteve laudo de junta médica oficial do Estado de incapacidade, para se cuidar.
(b) 24 meses, que precede a aposentadoria por invalidez para tratamento da própria saúde.
(c) 12 meses, estabelecido ao segurado para tratamento de doença infectocontagiosa.
(d) 6 meses, para tratamento de doença grave com laudo de incapacidade temporária para o trabalho.
(e) 12 meses, estabelecido ao dependente com incapacidade permanente, que obteve atestado médico comprovando a incapacidade.

Q.40

As contribuições dos segurados NÃO são devidas, quando

(a) houver cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.
(b) em disponibilidade.
(c) em gozo de benefícios.
(d) o segurado civil permanecer em atividade após adquirir o direito à aposentadoria integral.
(e) membros ativos da magistratura e do ministério público.

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.41

São procedimentos a serem observados em caso de irregularidades na concessão ou manutenção de benefícios no RPPS/SE:
I. Suspensão do benefício, mediante ato específico, publicado no Diário Oficial do Estado, notificando o beneficiário por via postal para oferecer defesa.
II. Apresentação por parte do beneficiário de defesa, no prazo de 30 dias, representado por advogado.
III. O benefício deve ser mantido suspenso, mesmo que não tenha sido efetuado defesa; deve ser efetuada notificação judicial e, caso a notificação não seja respondida, o benefício deve ser suspenso. Está correto o que se afirma APENAS em

(a) II e III.
(b) I e II.
(c) III.
(d) II.
(e) I.

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.42

A gestão econômico-financeira dos recursos garantidores deve garantir a correspondência entre as disponibilidades e exigibilidades

(a) no início do período de benefício.
(b) no período contributivo.
(c) durante o período de formação do fundo.
(d) permanentemente, enquanto existir os planos.
(e) no período de formação da reserva remunerada.

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.43

Com relação à determinação de tempo de contribuição no sistema RPPS/SE, NÃO pode ser considerado na contagem, o tempo de contribuição

(a) no Regime Geral de Previdência Social.
(b) na administração pública federal.
(c) na atividade privada simultaneamente.
(d) na atividade pública Estadual.
(e) a outros sistemas de Previdência Municipal.

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.44

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Os valores recolhidos em atraso pelo Estado, representado através dos seus Poderes e Órgãos constituídos, inclusive o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado, e suas Autarquias e Fundações Públicas, deve ser o valor original

(a) acrescido de juros e atualizações, em conformidade com os ganhos alcançados pelas aplicações dos recursos que compõe o fundo, de forma a permitir o equilíbrio atuarial.
(b) atualizado por juros e correção monetária, uma vez que não é permitido instituir penalidades a entidades públicas.
(c) complementado, somente caso haja desequilíbrio atuarial, uma vez que não pode ser imputado ao Estado multa, juros e correção.
(d) acrescido de juros e multa, sempre que ultrapassar o exercício financeiro em que a contribuição não foi efetuada. Caso contrário, deve-se fazer o recolhimento pelo valor original.
(e) acrescido de juros, multa e atualizações sobre o valor original, aplicando-se o mesmo procedimento legal previsto nas hipóteses de não pagamento de tributos estaduais.

Q.45

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

O segurado civil, homem, com 30 anos de contribuição e mulher com 25 anos, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária, mas que desejar continuar em atividade, terá direito a um abono de permanência correspondente

(a) a 8(b) a um salário nominal por ano.
(c) ao valor da sua contribuição previdenciária.
(d) a 20(e) a 13

Q.46

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

João exercia a função de professor, com ingresso regular na carreira do magistério, em 15 de dezembro de 1988, quando da publicação da Emenda Constitucional n°20. Nesse caso, o tempo de exercício da profissão até a data da promulgação da Emenda, para concessão de aposentadoria de João pelo regime do RPPS/SE, terá um acréscimo na contagem do período respectivo de

(a) 20,0(b) 17,0(c) 13,0(d) 5,0(e) 3,5

Q.47

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Administração
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

NÃO é devida a aposentadoria por Invalidez Permanente com salário integral, no sistema RPPS-SE, quando a invalidez decorrer

(a) de acidente no deslocamento ao trabalho.
(b) de doença grave.
(c) acidente em serviço.
(d) acidente em férias.
(e) doença contagiosa.

3.3 MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade

Q.48

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade
FCC
2009

O segurado civil, homem, com 30 anos de contribuição e mulher com 25 anos, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária, mas que desejar continuar em atividade, terá direito a um abono de permanência correspondente

(a) a 8(b) a um salário nominal por ano.
(c) ao valor da sua contribuição previdenciária.
(d) a 20(e) a 13

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.49

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade
FCC
2009

A gestão econômico-financeira dos recursos garantidores deve garantir a correspondência entre as disponibilidades e exigibilidades

(a) no início do período de benefício.
(b) no período contributivo.
(c) durante o período de formação do fundo.
(d) permanentemente, enquanto existir os planos.
(e) no período de formação da reserva remunerada.

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.50

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade
FCC
2009

Com relação à determinação de tempo de contribuição no sistema RPPS/SE, NÃO pode ser considerado na contagem, o tempo de contribuição

(a) no Regime Geral de Previdência Social.
(b) na administração pública federal.
(c) na atividade privada simultaneamente.
(d) na atividade pública Estadual.
(e) a outros sistemas de Previdência Municipal.

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.51

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade
FCC
2009

A licença para tratamento consiste em período de até

(a) 24 meses, estabelecido ao segurado que obteve laudo de junta médica oficial do Estado de incapacidade, para se cuidar.
(b) 24 meses, que precede a aposentadoria por invalidez para tratamento da própria saúde.
(c) 12 meses, estabelecido ao segurado para tratamento de doença infectocontagiosa.
(d) 6 meses, para tratamento de doença grave com laudo de incapacidade temporária para o trabalho.
(e) 12 meses, estabelecido ao dependente com incapacidade permanente, que obteve atestado médico comprovando a incapacidade.

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.52

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade
FCC
2009

José, servidor público do Estado de Sergipe, participante do RPPS/SE, afastou- se de suas atividades por motivo de doença, por 15 dias. Quarenta dias após, teve que afastarse novamente por motivo de doença. Nesse caso, José passaria a ter direito ao benefício de auxílio-doença a partir

(a) desde o primeiro dia de afastamento, por ser uma cobertura especial prevista no plano.
(b) do primeiro dia do novo afastamento, por ser considerado o período anterior de 15 dias.
(c) do segundo dia do novo afastamento, por ser considerado como período coberto somente a partir do 16o dia.
(d) após 15 dias do novo afastamento, por tratar-se de nova contagem.
(e) após 16 dias do novo afastamento, por tratar-se de nova contagem.

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.53

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade
FCC
2009

João exercia a função de professor, com ingresso regular na carreira do magistério, em 15 de dezembro de 1988, quando da publicação da Emenda Constitucional nº20. Nesse caso, o tempo de exercício da profissão até a data da promulgação da Emenda, para concessão de aposentadoria de João pelo regime do RPPS/SE, terá um acréscimo na contagem do período respectivo de

(a) 20,0(b) 17,0(c) 13,0(d) 5,0(e) 3,5

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.54

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade
FCC
2009

Em relação à pensão por morte considere:
I. Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessa imediatamente, estando desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos em qualquer hipótese.
II. Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.
III. Prescrevem as prestações respectivas não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, contado da data em que forem devidas, exceto para os dependentes menores ou incapazes. Está correto o que se afirma em

(a) I, II e III.
(b) I, apenas.
(c) II, apenas.
(d) I e II, apenas.
(e) II e III apenas.

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.55

Com relação à inclusão de dependentes é correto afirmar que

(a) os enteados não tem o direito de serem incluídos na relação de dependentes, por não possuírem a condição de dependente legal do segurado, podendo somente ser feita a inclusão da companheira ou companheiro.
(b) os pais do segurado não podem ser incluídos como dependentes, a não ser que sejam os únicos dependentes legais e que comprovem no ato do benefício, via judicial, esta condição.
(c) o segurado casado legalmente não pode incluir companheira ou companheiro, exceto se possuir certidão de casamento com averbação da separação judicial ou do divórcio.
(d) em nenhuma hipótese poderá se incluir dependente com idade superior a 21 anos, visto que a maioridade jurídica extingue a qualificação de dependente.
(e) os irmãos gerados de casamentos diferentes, sejam do pai ou da mãe não podem ser incluídos como dependentes.

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.56

Compõe a base de cálculo da contribuição para a previdência:

(a) abono anual por período de benefício, vencimento do cargo efetivo e soldo da graduação.
(b) salário-família, ajuda de custo para formação de dependentes e salário nominal.
(c) diária para viagem e serviço externo, abono anual por período de benefício e salário nominal.
(d) adicional noturno, soldo do posto e de graduação e diária para viagem e serviço externo.
(e) prêmio, ajuda de custo e vencimento do cargo efetivo.

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.57

Os valores recolhidos em atraso pelo Estado, representado através dos seus Poderes e Órgãos constituídos, inclusive o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado, e suas Autarquias e Fundações Públicas, deve ser o valor original

(a) acrescido de juros e atualizações, em conformidade com os ganhos alcançados pelas aplicações dos recursos que compõe o fundo, de forma a permitir o equilíbrio atuarial.
(b) atualizado por juros e correção monetária, uma vez que não é permitido instituir penalidades a entidades públicas.
(c) complementado, somente caso haja desequilíbrio atuarial, uma vez que não pode ser imputado ao Estado multa, juros e correção.
(d) acrescido de juros e multa, sempre que ultrapassar o exercício financeiro em que a contribuição não foi efetuada. Caso contrário, deve-se fazer o recolhimento pelo valor original.
(e) acrescido de juros, multa e atualizações sobre o valor original, aplicando-se o mesmo procedimento legal previsto nas hipóteses de não pagamento de tributos estaduais.

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.58

NÃO é devida a aposentadoria por Invalidez Permanente com salário integral, no sistema RPPS-SE, quando a invalidez decorrer

(a) de acidente no deslocamento ao trabalho.
(b) de doença grave.
(c) acidente em serviço.
(d) acidente em férias.
(e) doença contagiosa.

Origem

MPE - SE :: Analista do Ministério Público - Contabilidade
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

3.4 TCE - PI :: Assessor Jurídico

Q.59

Sobre a comprovação do tempo de contribuição para fins previdenciários, é correto afirmar:

(a) Tal comprovação somente pode ser feita mediante prova documental e contemporânea.
(b) Admite-se a prova por testemunhos e depoimento pessoal, desde que baseada em início de prova material.
(c) Admite-se a prova por testemunhos e depoimento pessoal, independentemente de início de prova material e da ocorrência de força maior ou caso fortuito.
(d) Admite-se a prova por testemunhos e depoimento pessoal, desde que baseada em declarações expedidas, ainda que extemporaneamente, por sindicatos, antigos empregadores e autoridades públicas.
(e) Admite-se a prova por testemunhos e depoimento pessoal, independentemente de início de prova material, apenas quanto ao exercício de atividade rural.

Origem

TCE - PI :: Assessor Jurídico
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.60

Origem

TCE - PI :: Assessor Jurídico
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Trabalhador que contribui por 15 (quinze) anos para o regime geral de previdência social e depois ingressa em cargo público de Juiz de Direito pretende computar aquele período de contribuição ao regime geral para se aposentar perante o regime próprio estadual. Considerando essa situação, é correto afirmar:

(a) Sua pretensão não poderá ser atendida, diante da contributividade e da diversidade de regimes previ denciários em nossa Constituição.
(b) Sua pretensão deve ser atendida desde que feita compensação financeira entre os diferentes regimes de aposentadoria, mediante pedido de restituição daquelas contribuições pelo segurado, para posterior recolhimento, por ele, ao regime próprio.
(c) Sua pretensão deve ser atendida, não sendo devida qualquer compensação financeira entre os diferentes regimes de aposentadoria, já que a Constituição assegura ao trabalhador a contagem recíproca do tempo de contribuição na iniciativa privada e no setor público.
(d) Sua pretensão deve ser atendida mediante apresentação, pelo segurado, de certidão de tempo de contribuição para fins de contagem recíproca, cabendo às unidades gestoras dos diferentes regimes de pre vidência social efetuarem a compensação financeira.
(e) Não haverá necessidade de contagem recíproca do tempo de contribuição nem de compensação financeira porque, sendo membro de Poder e não servidor público, Juiz de Direito não se vincula a regime próprio.

Q.61

Origem

TCE - PI :: Assessor Jurídico
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

O período de carência

(a) não é exigido para a concessão de aposentadorias por tempo de contribuição e invalidez dos segurados do regime geral de previdência social.
(b) não é exigido para a concessão de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença, quando a incapacidade dos segurados do regime geral de previdência social decorrer de doença profissional ou do trabalho.
(c) não é exigido para a concessão de pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-acidente e salário maternidade, para todas as espécies de segurados do regime geral de previdência social.
(d) consiste no número mínimo de contribuições que o segurado deve verter ao sistema antes de fazer jus a qualquer benefício previdenciário.
(e) consiste no número mínimo de meses comprovados de atividade que quaisquer segurados do regime geral devem possuir para fazer jus aos benefícios previdenciários, independentemente do recolhimento das contribuições respectivas.

Q.62

Origem

TCE - PI :: Assessor Jurídico
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Segundo a Constituição, a proteção previdenciária const itui direito social, disso decorrendo que todos os

(a) cidadãos brasileiros devem estar vinculados ao regime geral de previdência social.
(b) trabalhadores brasileiros devem estar vinculados ou ao regime geral de previdência social ou a regime próprio de previdência social.
(c) cidadãos brasileiros devem estar vinculados ou ao regime geral de previdência social ou a regime próprio de previdência social.
(d) trabalhadores brasileiros devem estar vinculados ao regime geral de previdência social.
(e) trabalhadores brasileiros devem estar vinculados ou ao regime geral de previdência social ou a regime de previdência privada.

Q.63

Origem

TCE - PI :: Assessor Jurídico
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

O financiamento da seguridade social deve ser feito por

(a) toda a sociedade, diretamente, mediante pagamento de tributos específicos, ou indiretamente, mediante recursos provenientes dos orçamentos de cada uma das pessoas políticas.
(b) empregadores, trabalhadores, aposentados e, exclusivamente enquanto equiparados a empregadores, pelas pessoas políticas.
(c) toda a sociedade, diretamente, mediante pagamento de impostos, taxas ou contribuições, ou indiretamente, mediante recursos provenientes dos orça mentos de cada uma das pessoas políticas.
(d) toda a sociedade, diretamente, mediante pagamento de tributos específicos, ou indiretamente, mediante recursos provenientes do orçamento da União, que integrará as receitas de Estados, Distrito Federal e Municípios.
(e) trabalhadores, aposentados, empregadores e pessoas a tanto equiparadas, bem como pelos efetivos usuários do sistema único de saúde.

Q.64

Origem

TCE - PI :: Assessor Jurídico
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Quanto à concessão de aposentadoria por regimes próprios de previdência social, é correto afirmar que o texto em vigor da Constituição Federal

(a) veda à lei complementar estabelecer quaisquer requisitos e critérios diferenciados entre servidores públicos, sob pena de ofensa à isonomia.
(b) admite requisitos e critérios diferenciados quanto a atividades desempenhadas, exclusivamente, sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física do servidor, excluindo, assim, a possibilida de de conversão desses períodos em tempo comum.
(c) prevê a redução dos requisitos de idade e de tempo de contribuição ao professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
(d) prevê a redução dos requisitos de idade e de tempo de contribuição ao professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino funda mental, médio e universitário.
(e) prevê a redução dos requisitos de idade e de tempo de contribuição ao professor que comprove, mesmo que não exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental, médio e universitário. Controle Externo

---

Q.65

Origem

TCE - PI :: Assessor Jurídico
FCC
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A respeito dos requisitos para concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, é correto afirmar:

(a) Quer no regime geral, quer nos regimes próprios, não há limite mínimo de idade.
(b) Nos regimes próprios de previdência social, há limite mínimo de idade de 53 anos para homens e de 48 para mulheres, independentemente da data de filiação dos segurados.
(c) No regime geral de previdência social, não há limite mínimo de idade, salvo como regra de transição, aplicável aos segurados que tenham se filiado a tal regime até a data de publicação da Emenda Constitucional nº20.
(d) No regime geral de previdência social, há limite mínimo de idade de 53 anos para homens e de 48 para mulheres, independentemente da data de filiação dos segurados.
(e) No regime geral de previdência social, há limite mínimo de idade de 60 anos para homens e de 55 para mulheres, independentemente da data de filiação dos segurados.

Q.66

Origem

TCE - PI :: Assessor Jurídico
FCC
2009

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

É princípio básico da seguridade social:

(a) uniformidade do valor dos benefícios previdenciários.
(b) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação de aposentados, pensionistas, empregadores e Governo nos órgãos colegiados.
(c) manutenção do valor dos benefícios pelo número de salários mínimos que tinham na data de sua concessão.
(d) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
(e) uniformidade no modo de participação no custeio.

Capítulo 4

FUNRIO

4.1 INSS :: Analista de Seguro Social - Serviço Social

Q.67

A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo é de vinte por cento aplicada sobre o respectivo salário-de-contribuição. Poderá ser de onze por cento sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário-decontribuição para os segurados que optarem pela exclusão do direito ao seguinte benefício:

(a) Aposentadoria por tempo de contribuição.
(b) Auxílio doença.
(c) Aposentadoria por idade.
(d) Aposentadoria Especial.
(e) Auxílio Acidente.

Origem

INSS :: Analista de Seguro Social - Serviço Social
FUNRIO
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.68

Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Equiparam-se também ao acidente do trabalho para efeitos da Lei

(a) a inerente ao grupo etário.
(b) a que não produz incapacidade laborativa.
(c) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.
(d) o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.
(e) a doença degenerativa.

Origem

INSS :: Analista de Seguro Social - Serviço Social
FUNRIO
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.69

Para concessão da aposentadoria especial a comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos, será feita mediante formulário denominado

(a) Programa de Controle de Saúde Ocupacional (PCMSO).
(b) Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).
(c) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).
(d) Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).
(e) Laudo Técnico de Condições de Trabalho (LTCAT).

Origem

INSS :: Analista de Seguro Social - Serviço Social
FUNRIO
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.70

A saúde é de relevância pública e sua organização obedecerá a princípios e diretrizes, na forma da Lei nº8212/91. Assinale a alternativa correta no que se refere a esses princípios e diretrizes.

(a) Participação da iniciativa privada na assistência à saúde, obedecidos os preceitos constitucionais.
(b) Centralização, com direção única na esfera do Governo Federal.
(c) Participação da comunidade na gestão, no acompanhamento e não na fiscalização das ações e serviços de saúde.
(d) Provimento das ações e serviços através de rede nacional e hierarquizada, integrados em sistema único.
(e) Atendimento seletivo e parcial, com prioridade para as atividades preventivas.

Origem

INSS :: Analista de Seguro Social - Serviço Social
FUNRIO
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.71

Mota (2005) defende que, a partir da década de 1980, as tendências da seguridade social brasileira expressam a formação de uma cultura política da crise, marcada, fundamentalmente,

(a) pela abertura do debate sobre a assistência social como um direito.
(b) pela luta em torno da constituição do tripé da seguridade social.
(c) pelo pensamento privatista e pela constituição do cidadão-consumidor.
(d) pelo marco referencial da 8ªConferência Nacional de Saúde na viabilização do SUS.
(e) pela universalização da Previdência Social no Brasil.

Origem

INSS :: Analista de Seguro Social - Serviço Social
FUNRIO
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.72

Origem

INSS :: Analista de Seguro Social - Serviço Social
FUNRIO
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Indique a ordem de prioridade correta no que se refere as pessoas encaminhadas para o Programa de Reabilitação Profissional:
I. o beneficiário em gozo de auxílio-doença, acidentário ou previdenciário; o segurado em gozo de aposentadoria especial, por tempo de contribuição ou idade que, em atividade laborativa, tenha reduzida sua capacidade funcional em decorrência de doença ou acidente de qualquer natureza ou causa;
II. aposentado por invalidez; o beneficiário em gozo de auxílio-doença, acidentário não-previdenciário;
III. o segurado sem carência para auxílio doença previdenciário, portador de incapacidade civil; o dependente pensionista inválido; o segurado em gozo de aposentadoria especial, por tempo de contribuição que, em atividade laborativa tenha reduzida capacidade funcional em decorrência de acidente de qualquer natureza ou causa IV. o dependente maior de 18 anos, portador de deficiência; as Pessoas Portadoras de Deficiência-PPD, ainda que sem vínculo com a Previdência Social; o beneficiário em gozo de auxílio-doença, acidentário ou previdenciário;
V. o segurado sem carência para auxílio doença previdenciário, portador de incapacidade; o dependente pensionista inválido; o dependente maior de 16 anos, portador de deficiência; as Pessoas Portadoras de Deficiência-PPD, ainda que sem vínculo com a Previdência Social.

(a) as assertivas II e III estão corretas.
(b) as assertivas III e IV estão corretas.
(c) as assertivas II e V estão corretas.
(d) as assertivas I e IV estão corretas.
(e) as assertivas I e V estão corretas.

Q.73

Origem

INSS :: Analista de Seguro Social - Serviço Social
FUNRIO
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

No que diz respeito ao Salário Maternidade, é correto afirmar que

(a) o salário-maternidade é devido à segurada da previdência social, durante noventa dias, com início vinte e oito dias antes e término sessenta e um dias depois do parto.
(b) em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a quatro semanas.
(c) em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante atestado médico específico.
(d) o salário-maternidade será devido à segurada adotante caso a mãe biológica não tenha recebido o mesmo benefício quando do nascimento da criança.
(e) quando houver adoção ou guarda judicial para adoção de mais de uma criança, será devido um salário-maternidade relativo a cada criança até nove anos.

Q.74

Origem

INSS :: Analista de Seguro Social - Serviço Social
FUNRIO
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá a I. proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário;
II. proteção à maternidade, não incluída a proteção a gestante, paternidade e a infância;
III. cobertura de eventos de doença, invalidez, morte excetuada a idade avançada;
IV. salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de qualquer renda;
V. pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

(a) as assertivas I e III estão corretas.
(b) as assertivas III e V estão corretas.
(c) as assertivas II e IV estão corretas.
(d) as assertivas II e V estão corretas.
(e) as assertivas I e IV estão corretas.

Q.75

Origem

INSS :: Analista de Seguro Social - Serviço Social
FUNRIO
2009

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), citada por Boschetti (2008), a Reforma da Previdência brasileira, no que diz respeito à sua natureza, pode ser classificada como

(a) progressista.
(b) recessiva.
(c) paramétrica.
(d) estrutural.
(e) global.

Q.76

Origem

INSS :: Analista de Seguro Social - Serviço Social
FUNRIO
2009

Assuntos relacionados

Segurados do rgps

Com relação à manutenção da qualidade de segurado, independentemente de contribuições, na forma da Lei nº8213/91, é correto afirmar:

(a) mantém-se a condição de segurado até 6 (seis) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
(b) mantém-se a condição de segurado até 10 (dez) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
(c) mantém-se a condição de segurado até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
(d) mantém-se a condição de segurado até 24 (vinte e quatro) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
(e) mantém-se a condição de segurado até 3 (três) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.

Q.77

Origem

INSS :: Analista de Seguro Social - Serviço Social
FUNRIO
2009

Assuntos relacionados

Segurados do rgps

São segurados obrigatórios da Previdência Social, na condição de contribuintes individuais, as seguintes pessoas físicas:

(a) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
(b) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
(c) aquele que presta serviço de natureza contínua à pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos
(d) o pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida.
(e) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.

Q.78

Origem

INSS :: Analista de Seguro Social - Serviço Social
FUNRIO
2009

Assuntos relacionados

Segurados do rgps

São segurados obrigatórios da Previdência Social, na forma do determinado pela Lei n°8213/91, as seguintes pessoas físicas:

(a) como empregado: o brasileiro civil e militar que trabalhar para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros, excluídos os estrangeiros, dos quais o Brasil seja membro efetivo ou temporário, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio.
(b) como empregado: o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
(c) como empregado: aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, prestar serviço para atender a necessidade de substituição de pessoal transitório ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas.
(d) como empregado: aquele que prestar serviço de natureza urbana, excetuada a rural, à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
(e) como empregado: como empregado doméstico: aquele que prestar serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, mesmo em atividades com fins lucrativos.

Parte II

2008

Capítulo 5

CESPE

5.1 DPE CE :: Defensor Público

Q.79

Origem

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens subseqüentes, relativos ao RGPS.

( ) O estagiário contratado de acordo com as normas estabelecidas pela Lei n.º6.494/1977 não é segurado obrigatório do RGPS.
( ) O RGPS é um sistema que atende os trabalhadores que prestam serviços no Brasil e, em certos casos, dá cobertura a trabalhadores que se encontrem no exterior, independentemente de qualquer convênio com o país que receba esses trabalhadores.
( ) Não há limite mínimo de idade para inscrição no RGPS, considerando-se a necessária proteção ao trabalhador, em especial a universalidade do atendimento.
( ) Se a esposa de um trabalhador contratado para trabalhar no exterior em uma empresa multinacional quiser contar tempo de contribuição para o RGPS, ela poderá inscrever-se na qualidade de segurada facultativa.

Q.80

Origem

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens a seguir, relacionados à seguridade social.

( ) No ordenamento jurídico brasileiro, a primeira referência a instituições que promovessem ações relacionadas ao que hoje se denomina seguridade social foi feita pela Constituição de 1824, que criou as casas de socorros, consideradas embriões das santas casas de misericórdia.
( ) Embora não conste expressamente no título que trata da ordem social na Constituição Federal, o princípio da solidariedade é postulado fundamental para a compreensão do regime financeiro da previdência social brasileira, representado de maneira evidente pelo pacto das gerações, característica dos sistemas de repartição.
( ) No ordenamento jurídico brasileiro, a seguridade social, assim como sua abrangência, foi positivada pela Constituição Federal de 1988, que contém todas as ações de Estado a serem realizadas nas áreas sociais, especificamente: assistência e previdência social, saúde, combate à fome e educação fundamental.

Q.81

Origem

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens subseqüentes, relativos ao RGPS.

( ) Caso um aposentado pelo RGPS, por questões econômicas, tiver de retornar ao trabalho, nessa situação, apesar de continuar sendo segurado obrigatório, ele não recolherá qualquer contribuição, pois a Constituição Federal lhe dá imunidade.
( ) Funcionário efetivo da secretaria municipal de saúde de município que não tenha instituído regime próprio de previdência social, apesar de ser servidor público, é vinculado ao RGPS.
( ) A criação e a utilização de cooperativas de trabalhadores são alternativas eficientes para diminuir a carga tributária tanto dos prestadores de serviços quanto das empresas que os contratam, já que as cooperativas não precisam arrecadar nem recolher qualquer contribuição previdenciária.

Q.82

Origem

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Considerando a legislação previdenciária e a orientação dos tribunais superiores a ela relacionada, julgue os seguintes itens.

( ) No regime de distribuição de competências legislativas promovido pela Constituição Federal, a seguridade social e, especificamente, a previdência social incluem-se entre as competências privativas da União.
( ) A legislação previdenciária, tanto em matéria de benefícios como de custeio, submete-se a uma das regras gerais presentes na Lei de Introdução ao Código Civil, passando a viger, portanto, 45 dias após a sua publicação, ressalvadas as estipulações em contrário.
( ) Considere a seguinte situação hipotética.Ana trabalha em uma indústria do interior do estado e recebe pensão decorrente do falecimento de seu marido, Antenor, segurado especial do regime geral de previdência social (RGPS).Nessa situação, se Ana sofresse de alguma moléstia grave que a incapacitasse definitivamente para o trabalho, o recebimento da pensão não constituiria óbice para o recebimento do benefício por invalidez.
( ) Considere que Cláudio, filho único de Sérgio, tenha passado a receber pensão após o falecimento do pai. Nessa situação, Cláudio poderá receber a pensão até que complete 24 anos, desde que esteja matriculado em curso superior de graduação.

Q.83

Origem

DPE CE :: Defensor Público
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca da legislação previdenciária estadual, julgue os itens que se seguem.

( ) De acordo com a legislação previdenciária estadual, servidora pública estadual, ocupante de cargo efetivo, que esteja grávida terá direito ao salário-maternidade por 180 dias consecutivos.
( ) O governador do estado inclui-se no rol de contribuintes obrigatórios do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará (SUPSEC), mesmo que não ocupe cargo de natureza efetiva no serviço público estadual.
( ) Considere que Célia, viúva de Paulo, servidor público estadual, seja pensionista do regime próprio de previdência social do estado do Ceará. Nessa situação, o pagamento da pensão por morte recebida por Célia cessará, se ela se casar novamente ou se passar a viver em união estável com novo companheiro.1971

5.2 INSS :: Técnico do Seguro Social

Q.84

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética acerca do auxílio-reclusão, seguida de uma assertiva a ser julgada

(   ) Fabiano, segurado do regime geral de previdência, encontra-se preso e participa de atividades laborais na prisão, fato que lhe permite manter suas contribuições para a previdência social na qualidade de contribuinte individual. Sua esposa, Catarina, recebe auxílio-reclusão, por serem, Fabiano e ela, considerados, respectivamente, segurado e dependente de baixa renda. Nessa situação, enquanto Catarina receber o auxílio-reclusão, Fabiano não terá direito a nenhum tipo de aposentadoria nem a auxílio-doença.
(   ) Hugo, segurado do regime geral de previdência há menos de 10 anos, desempregado há seis meses, envolveu-se em atividades ilícitas, o que determinou sua prisão em flagrante. Nessa condição, caso Hugo seja casado, sua esposa faz jus ao auxílio-reclusão junto à previdência social.

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.85

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética acerca do salário-maternidade, seguida de uma assertiva a ser julgada

(   ) Rute, professora em uma escola particular, impossibilitada de ter filhos, adotou gêmeas recém-nascidas cuja mãe falecera logo após o parto e que não tinham parentes que pudessem cuidar delas. Nessa situação, Rute terá direito a dois salários-maternidade.
(   ) Helena, grávida de nove meses de seu primeiro filho, trabalha em duas empresas de telemarketing. Nessa situação, Helena terá direito ao salário-maternidade em relação a cada uma das empresas, mesmo que a soma desses valores seja superior ao teto dos benefícios da previdência social.
(   ) Há oito meses, Edna, profissional liberal, fez sua inscrição na previdência social, na qualidade de contribuinte individual, passando a recolher regularmente as suas contribuições mensais. Dois meses depois da inscrição, descobriu que estava grávida de 1 mês, vindo seu filho a nascer, prematuramente, com sete meses. Nessa situação, não há nada que impeça Edna de receber o salário-maternidade, pois a carência do benefício será reduzida na quantidade de meses em que o parto foi antecipado.
(   ) Cláudia está grávida e exerce atividade rural, sendo segurada especial da previdência. Nessa situação, ela tem direito ao salário-maternidade desde que comprove o exercício da atividade rural nos últimos dez meses imediatamente anteriores à data do parto ou do requerimento do benefício, quando solicitado antes do parto, mesmo que a atividade tenha sido realizada de forma descontínua.
(   ) Adriana, segurada da previdência, adotou Paula, uma menina de 9 anos de idade. Nessa situação, Adriana não tem direito ao salário-maternidade.

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.86

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética acerca da aposentadoria especial, seguida de uma assertiva a ser julgada

( ) Getúlio julga-se na condição de requerer aposentadoria especial. Nessa situação, ele deverá instruir seu pedido com o perfil profissiográfico previdenciário, documento emitido pela empresa em que trabalha e embasado no laudo técnico das condições ambientais do trabalho que comprove as condições para habilitação de benefícios previdenciários especiais.
( ) Leandro, segurado da previdência social, recebe adicional de periculosidade da empresa em que trabalha. Nessa situação, a condição de Leandro é suficiente para que ele esteja habilitado ao recebimento de aposentadoria especial, cujo tempo de contribuição é mitigado.
( ) João trabalha, há dez anos, exposto, de forma não-ocasional nem intermitente, a agentes químicos nocivos. Nessa situação, João terá direito a requerer, no futuro, aposentadoria especial, sendo-lhe possível, a fim de completar a carência, converter tempo comum trabalhado anteriormente, isto é, tempo em que não esteve exposto aos agentes nocivos, em tempo de contribuição para a aposentadoria do tipo especial.

Q.87

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

( ) Ronaldo, afastado de suas atividades laborais, tem recebido auxílio doença. Nessa situação, a condição de segurado de Ronaldo será mantida sem limite de prazo, enquanto estiver no gozo do benefício, independentemente de contribuição para a previdência social.
( ) Célia, professora de uma universidade, eventualmente, presta serviços de consultoria na área de educação. Por isso, Célia é segurada empregada pela atividade de docência e contribuinte individual quando presta consultoria. Nessa situação, Célia tem uma filiação para cada atividade.
( ) Fernanda foi casada com Lucas, ambos segurados da previdência social. Há muito tempo separados, resolveram formalizar o divórcio e, pelo fato de ambos trabalharem, não foi necessária a prestação de alimentos entre eles. Nessa situação, Fernanda e Lucas, após o divórcio, deixarão de ser dependentes um do outro junto à previdência social.
( ) Osvaldo cumpriu pena de reclusão devido à prática de crime de fraude contra a empresa em que trabalhava. No período em que esteve na empresa, Osvaldo era segurado da previdência social. Nessa situação, Osvaldo tem direito de continuar como segurado da previdência social por até dezoito meses após o seu livramento.
( ) Alzira, estudante, filiou-se facultativamente ao regime geral de previdência social, passando a contribuir regularmente. Em razão de dificuldades financeiras, Alzira deixou de efetuar esse recolhimento por oito meses. Nessa situação, Alzira não deixou de ser segurada, uma vez que a condição de segurado permanece por até doze meses após a cessação das contribuições.

Q.88

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética a respeito do auxílio-acidente, seguida de uma assertiva a ser julgada

(   ) Marcela, empregada doméstica, após ter sofrido grave acidente enquanto limpava a vidraça da casa de sua patroa, recebeu auxílio-doença por três meses. Depois desse período, foi comprovadamente constatada a redução de sua capacidade laborativa. Nessa situação, Marcela terá direito ao auxílio-acidente correspondente a 50(   ) Tomás, segurado empregado do regime geral da previdência social, teve sua capacidade laborativa reduzida por seqüelas decorrentes de grave acidente. Nessa situação, se não tiver cumprido a carência de doze meses, Tomás não poderá receber o auxílio-acidente.

Q.89

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Com relação ao auxílio-doença, julgue os próximos itens

(   ) Um segurado empregado do regime geral que tenha sofrido acidente no trajeto de sua casa para o trabalho tem direito ao recebimento do auxílio-doença pela previdência social a partir do primeiro dia de afastamento do trabalho.
(   ) Uma segurada empregada que tenha ficado afastada do serviço durante dezoito meses em virtude de um acidente de trabalho não pode ser demitida durante os primeiros doze meses após seu retorno às atividades laborais.
(   ) Uma segurada da previdência que esteja recebendo auxílio-doença é obrigada a submeter-se a exame pelo médico perito da previdência social e a realizar o processo de reabilitação profissional para desenvolver novas competências.
(   ) Uma segurada contribuinte individual que tenha sofrido algum acidente que tenha determinado sua incapacidade temporária para a atividade laboral tem direito a receber auxílio-doença, cujo termo inicial deve corresponder à data do início da incapacidade, desde que o requerimento seja apresentado junto à previdência antes de se esgotar o prazo de 30 dias.

Q.90

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Ainda em relação à identificação dos segurados da previdência social, julgue os itens a seguir.

(   ) Para a previdência social, uma pessoa que administra a construção de uma casa, contratando pedreiros e auxiliares para edificação da obra, é considerada contribuinte individual.
(   ) Um síndico de condomínio que resida no condomínio que administra e receba remuneração por essa atividade é segurado da previdência social na qualidade de empregado.
(   ) Um cidadão belga que seja domiciliado e contratado no Brasil por empresa nacional para trabalhar como engenheiro na construção de uma rodovia em Moçambique é segurado da previdência social brasileira na qualidade de empregado.
(   ) Um adolescente de 14 anos de idade, menor aprendiz, contratado de acordo com a Lei nº10.097/2000, apesar de ter menos de 16 anos de idade, que é o piso para inscrição na previdência social, é segurado empregado do regime geral.
(   ) Um tabelião que seja titular do cartório de registro de imóveis em determinado município é vinculado ao respectivo regime de previdência estadual, pois a atividade que exerce é controlada pelo Poder Judiciário.

Q.91

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

É apresentada, em cada um dos itens que se seguem, uma situação hipotética relacionada a dependentes e a período de carência, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(   ) Edson é menor de idade sob guarda de Coutinho, segurado da previdência social. Nessa situação, Coutinho não pode requerer o pagamento do salário-família em relação a Edson, já que este não é seu dependente.
(   ) Gilmar, inválido, e Solange são comprovadamente dependentes econômicos do filho Gilberto, segurado da previdência social, que, por sua vez, tem um filho. Nessa situação, Gilmar e Solange concorrem em igualdade de condições com o filho de Gilberto para efeito de recebimento eventual de benefícios.
(   ) Roberto, produtor rural, é segurado especial e não faz recolhimento para a previdência social como contribuinte individual. Nessa situação, para recebimento dos benefícios a que Roberto tem direito, não é necessário o recolhimento para a contagem dos prazos de carência, sendo suficiente a comprovação da atividade rural por igual período.

Q.92

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética acerca da identificação dos segurados da previdência social, seguida de uma assertiva a ser julgada.

( ) Otávio, contador, é aposentado por regime próprio de previdência social e começou a prestar serviços de contabilidade em sua residência. Dada a qualidade de seus serviços, logo foi contratado para dar expediente em uma grande empresa da cidade. Nessa situação, Otávio não é segurado do regime geral, tanto por ter pertencido a um regime próprio, quanto por ser aposentado.

( ) Miguel, civil, brasileiro nato que mora há muito tempo na Suíça, foi contratado em Genebra para trabalhar na Organização Mundial de Saúde. Seu objetivo é trabalhar nessa entidade por alguns anos e retornar ao Brasil, razão pela qual optou por não se filiar ao regime próprio daquela organização. Nessa situação, Miguel é segurado obrigatório da previdência social brasileira na qualidade de contribuinte individual.

( ) Claudionor tem uma pequena lavoura de feijão em seu sítio e exerce sua atividade rural apenas com o auxílio da família. Dos seus filhos, somente Aparecida trabalha fora do sítio. Embora ajude diariamente na manutenção da plantação, Aparecida também exerce atividade remunerada no grupo escolar próximo à propriedade da família. Nessa situação, Claudionor e toda a sua família são segurados especiais da previdência social.

( ) Nelson ocupa cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, na Secretaria de Saúde de uma prefeitura que instituiu regime próprio de previdência social. Nessa condição, apesar de trabalhar em município com regime próprio de previdência, Nelson é segurado empregado do regime geral.

( ) Beatriz trabalha, em Brasília, na sucursal da Organização das Nações Unidas e não tem vinculação com regime de previdência estrangeiro. Nessa situação, Beatriz é segurada da previdência social brasileira na condição de contribuinte individual.

Q.93

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

É apresentada, em cada um dos itens que se seguem, uma situação hipotética relacionada a dependentes e a período de carência, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(   ) Como ficou desempregado por mais de quatro anos, Mauro perdeu a qualidade de segurado. Recentemente, conseguiu emprego em um supermercado, mas ficou impossibilitado de receber o salário-família pelo fato de não poder contar com as contribuições anteriores para efeito de contagem do tempo de carência, que, para este benefício, é de doze meses. Nessa situação, Mauro poderá contar o prazo anterior à perda da qualidade de segurado depois de contribuir por quatro meses no novo emprego, prazo exigido pela legislação.
(   ) Célio, segurado empregado da previdência social, tem um filho, com 28 anos de idade, que sofre de doença degenerativa em estágio avançado, sendo, portanto, inválido. Nessa condição, o filho de Célio é considerado seu dependente, mesmo tendo idade superior a dezoito anos.
(   ) Paulo é, de forma comprovada, dependente economicamente de seu filho, Juliano, que, em viagem a trabalho, sofreu um acidente e veio a falecer. Juliano à época do acidente era casado com Raquel. Nessa situação, Paulo e Raquel poderão requerer o benefício de pensão por morte, que deverá ser rateado entre ambos.
(   ) César, segurado da previdência social, vive com seus pais e com seu irmão, Getúlio, de 15 anos idade. Nessa situação, o falecimento de César somente determina o pagamento de benefícios previdenciários a seus pais e a seu irmão se estes comprovarem dependência econômica com relação a César.

Q.94

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca de princípios da seguridade social, julgue os itens a seguir.

(   ) De acordo com recentes alterações constitucionais, as contribuições sociais que financiam a seguridade social somente poderão ser exigidas depois de decorridos noventa dias da publicação da lei que as houver instituído ou modificado. Essas alterações também acrescentaram, no que concerne a esse assunto, a exigência da anterioridade do exercício financeiro.
(   ) Pelo fato de serem concedidos independentemente de contribuição, os benefícios e serviços prestados na área de assistência social prescindem da respectiva fonte de custeio prévio.

Q.95

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em cada um dos itens que se seguem, apresenta-se uma situação hipotética relacionada à aposentadoria por invalidez, seguida de uma assertiva a ser julgada

( ) Moacir, aposentado por invalidez pelo regime geral de previdência social, recusa-se a submeter-se a tratamento cirúrgico por meio do qual poderá recuperar sua capacidade laborativa. Nessa situação, devido à recusa, Moacir terá seu benefício cancelado imediatamente.
( ) Daniel, aposentado por invalidez, retornou à sua atividade laboral voluntariamente. Nessa situação, o benefício da aposentadoria por invalidez será cassado a partir da data desse retorno.
( ) Rui sofreu grave acidente que o deixou incapaz para o trabalho, não havendo qualquer condição de reabilitação, conforme exame médico pericial realizado pela previdência social. Nessa situação, Rui não poderá receber imediatamente o benefício de aposentadoria por invalidez, pois esta somente lhe será concedida após o período de doze meses relativo ao auxílio-doença que Rui já esteja recebendo.
( ) Tomé já havia contribuído para a previdência social durante 28 anos quando foi acometido de uma doença profissional que determinou sua aposentadoria por invalidez, após ter recebido o auxílio-doença por quatro anos. Nessa situação, depois de receber por três anos a aposentadoria por invalidez, Tomé poderá requerer a conversão do beneficio em aposentadoria por tempo de contribuição.
( ) José perdeu a mão direita em grave acidente ocorrido na fábrica em que trabalhava, e, por isso, foi aposentado por invalidez. Nessa situação, José não tem o direito de receber o adicional de 25

Q.96

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue a assertiva que se segue a cada uma das situações hipotéticas referentes ao salário-família apresentadas em cada um dos itens subseqüentes

( ) Carmen é segurada do regime geral da previdência social e está em gozo de auxílio-doença. Nessa situação, Carmen também tem direito de receber o salário-família pago diretamente pela previdência social.
( ) Rubens e sua esposa Amélia têm, juntos, dois filhos, trabalham e são segurados do regime geral da previdência social, além de serem considerados trabalhadores de baixa renda. Nessa situação, o salário-família somente será pago a um dos cônjuges.
( ) Dalila, que é empregada doméstica e segurada do regime geral da previdência social, tem três filhos, mas não recebe salário-família. Nessa situação, apesar de ser considerada trabalhadora de baixa renda, Dalila não tem o direito de receber esse benefício.

Q.97

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética relacionada à pensão por morte, seguida de uma assertiva a ser julgada

(   ) Alexandre, caminhoneiro, sempre trabalhou por conta própria e jamais se inscreveu no regime geral da previdência social. Após sofrer um grave acidente, resolveu filiar-se à previdência. Seis meses depois, sofreu novo acidente e veio a falecer, deixando esposa e três filhos. Nessa situação, os filhos e a esposa de Alexandre não receberão a pensão por morte pelo fato de não ter sido cumprida a carência de doze meses.
(   ) Ernani, segurado do regime geral da previdência social, faleceu, e sua esposa requereu pensão 60 dias após o óbito. Nessa situação, esse benefício será iniciado na data do requerimento apresentado pela esposa de Ernani, visto que o pedido foi feito após o prazo definido pela legislação que dá direito a esse benefício.
(   ) José tem 20 anos de idade e recebe a pensão decorrente do falecimento de seu pai, Silas, de quem é filho único. Nessa situação, quando José completar a idade de 21 anos, o benefício será extinto, haja vista a inexistência de outros dependentes da mesma classe.

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.98

Em cada um dos itens seguintes, apresenta-se uma situação hipotética referente à aplicação do conceito de salário-de-contribuição, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(   ) Tendo sido demitido sem justa causa da empresa em que trabalhava, Vagner recebeu o aviso prévio indenizado, entre outras rubricas. Nessa situação, não incide contribuição previdenciária sobre o valor da indenização paga, pela empresa, a Vagner.
(   ) Claudionor recebe da empresa onde trabalha alguns valores a título de décimo-terceiro salário. Nessa situação, os valores recebidos por Claudionor não são considerados para efeito do cálculo do salário-benefício, integrando-se apenas o cálculo do salário-de-contribuição.
(   ) A empresa em que Maurício trabalha paga a ele, a cada mês, um valor referente à participação nos lucros, que é apurado mensalmente. Nessa situação, incide contribuição previdenciária sobre o valor recebido mensalmente por Maurício a título de participação nos lucros.

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.99

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética a respeito da aposentadoria por tempo de contribuição, seguida de uma assertiva a ser julgada

(   ) Firmino foi professor do ensino fundamental durante vinte anos e trabalhou mais doze anos como gerente financeiro em uma empresa de exportação. Nessa situação, excluindo-se as regras de transição, Firmino pode requerer o benefício integral de aposentadoria por tempo de contribuição, haja vista a possibilidade de computar o tempo em sala de aula em quantidade superior ao efetivamente trabalhado, dada a natureza especial da prestação de serviço.
(   ) Renato era servidor municipal vinculado a regime próprio de previdência social havia 16 anos, quando resolveu trabalhar na iniciativa privada, em 1999. Nessa situação, o tempo de serviço prestado por Renato em outro regime é contado como tempo de contribuição, desde que haja a devida comprovação, certificada pelo ente público instituidor do regime próprio.
(   ) Durval, inscrito na previdência social na qualidade de contribuinte individual, trabalha por conta própria, recolhendo 11(   ) Mário, segurado inscrito na previdência social desde 1972, requereu sua aposentadoria por tempo de contribuição. Nessa situação, a renda inicial da aposentadoria de Mário corresponderá à média aritmética simples dos salários-de-contribuição desde 1972, multiplicada pelo fator previdenciário.
(   ) Leonardo, segurado empregado, trabalhou em uma empresa cujo prédio foi destruído por um incêndio na década de 80 do século XX, situação evidenciada por meio de registro junto à autoridade policial que acompanhou os fatos. Nessa situação, Leonardo poderá comprovar, com auxílio de testemunhas, o tempo trabalhado na empresa cujo prédio foi destruído, averbando esse período em pedido de aposentadoria por tempo de contribuição.

Q.100

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Com relação a período de carência, julgue os itens a seguir

(   ) Se uma empregada doméstica estiver devidamente inscrita na previdência social, será considerado, para efeito do início da contagem do período de carência dessa segurada, o dia em que sua carteira de trabalho tenha sido assinada.
(   ) Uma profissional liberal que seja segurada contribuinte individual da previdência social há três meses e esteja grávida de seis meses terá direito ao salário-maternidade, caso recolha antecipadamente as sete contribuições que faltam para completar a carência.
(   ) Uma segurada empregada do regime de previdência social que tenha conseguido seu primeiro emprego e, logo na primeira semana, sofra um grave acidente que determine seu afastamento do trabalho por quatro meses não terá direito ao auxílio-doença pelo fato de não ter cumprido a carência de doze contribuições.

Q.101

Em cada um dos itens seguintes, apresenta-se uma situação hipotética referente à aplicação do conceito de salário-de-contribuição, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(   ) Rodrigo trabalha na gerência comercial de uma grande rede de supermercados e visita regularmente cada uma das lojas da rede. Para atendimento a necessidades do trabalho que faz durante as viagens, Rodrigo recebe diárias que excedem, todos os meses, 50(   ) Maria, segurada empregada da previdência social, encontra-se afastada de suas atividades profissionais devido ao nascimento de seu filho, mas recebe salário-maternidade. Nessa situação, apesar de ser um benefício previdenciário, o salário-maternidade que Maria recebe é considerado salário-de-contribuição para efeito de incidência.
(   ) Mateus trabalha em uma empresa de informática e recebe o vale-transporte junto às demais rubricas que compõem sua remuneração, que é devidamente depositada em sua conta bancária. Nessa situação, incide contribuição previdenciária sobre os valores recebidos por Mateus a título de vale-transporte.
(   ) Luís é vendedor em uma grande empresa que comercializa eletrodomésticos. A título de incentivo, essa empresa oferece aos empregados do setor de vendas um plano de previdência privada. Nessa situação, incide contribuição previdenciária sobre os valores pagos, pela empresa, a título de contribuição para a previdência privada, a Luís.

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.102

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética que trata de cumulação de benefícios, seguida de uma assertiva a ser julgada

(   ) Pedro recebe auxílio-acidente decorrente da consolidação de lesões que o deixaram com seqüelas definitivas. Nessa condição, Pedro não poderá cumular o benefício que atualmente recebe com o de aposentadoria por invalidez que eventualmente venha a receber.
(   ) Tereza encontra-se afastada de suas atividades laborais e recebe o auxílio-doença. Nessa situação, caso engravide e tenha um filho, Tereza não poderá receber, ao mesmo tempo, o auxílio-doença e o salário-maternidade.
(   ) Sofia, pensionista da previdência social em decorrência da morte de seu primeiro marido, João, resolveu casar-se com Eduardo, segurado empregado. Seis meses após o casamento, Eduardo faleceu em trágico acidente. Nessa situação, Sofia poderá acumular as duas pensões, caso o total recebido não ultrapasse o teto determinado pela previdência social.
(   ) Fábio recebe auxílio-acidente decorrente da consolidação de lesões que o deixaram com seqüelas definitivas. Nessa situação, Fábio poderá cumular o benefício que atualmente recebe com o auxílio-doença decorrente de outro evento.

Origem

INSS :: Técnico do Seguro Social
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

5.3 PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ªCategoria

Q.103

No regime geral da previdência social (RGPS), diversas categorias de trabalhadores incluem-se na condição de segurados obrigatórios. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem

(   ) O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, com as autarquias, inclusive em regime especial, e com as fundações públicas federais, é segurado obrigatório do RGPS.
(   ) O servidor público municipal detentor de cargo efetivo, ainda que não amparado por regime próprio de previdência social, está excluído do RGPS.

Origem

PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ªCategoria
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.104

A seguridade social compreende um conjunto de ações destinadas a assegurar a saúde, a previdência e a assistência social. Sua organização pelo poder público, por meio de lei, deve observar alguns objetivos. Acerca da base para a organização da seguridade social, conforme previsto na Constituição brasileira, julgue os próximos itens

(   ) A seletividade e a distributividade dos benefícios e dos serviços da seguridade social referem-se à capacidade individual contributiva dos possíveis beneficiários, que determina a aptidão para usufruírem prestações da seguridade social.
(   ) A administração da seguridade social possui caráter democrático mediante gestão quadripartite, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

Origem

PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ªCategoria
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.105

Em relação aos benefícios do RGPS, julgue os seguintes itens

(   ) O empregado incapacitado temporariamente para o trabalho em razão de acidente do trabalho faz jus ao auxílio-acidente, a partir do 16.ºdia do afastamento das atividades, no percentual correspondente a 91(
) A segurada que adota criança ou obtém guarda judicial para fins de adoção faz jus ao salário-maternidade por período variável de acordo com a idade da criança.

Origem

PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ªCategoria
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.106

Origem

PGE- ES :: Procurador do Estado de 1ªCategoria
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Supondo que um município tenha instituído regime de previdência complementar para seus servidores titulares de cargos efetivos, conforme dispõe a Constituição a esse respeito, julgue os itens a seguir, acerca da aposentadoria desses servidores públicos

(   ) O teto previsto para a aposentadoria no RGPS aplica-se a todos os servidores que não estavam aposentados na data da instituição do regime de previdência complementar.
(   ) O direito de opção para integrar o novo sistema aplica-se apenas aos servidores já aposentados quando da instituição do regime de previdência complementar.
(   ) Os aposentados antes do regime atual de previdência não estarão imunes à incidência de contribuição previdenciária sobre seus proventos de aposentadoria.
(   ) Assim como no RGPS, eventual tempo de contribuição federal correspondente a período anterior à posse do servidor no cargo municipal é computado, no regime atual, para fins de aposentadoria.

5.4 Pref. Municipal de Nata :: Assessor Jurídico

Q.107

Origem

Pref. Municipal de Nata :: Assessor Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca do benefício de auxílio-reclusão, assinale a opção correta.

(   ) O auxílio-reclusão é devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos segurados recolhidos à prisão.
(   ) Ainda que o segurado esteja em gozo de auxílio-doença, lhe é devida a concessão de auxílio-reclusão.
(   ) Para sua concessão, a legislação exige um período de carência de doze contribuições mensais.
(   ) O requerimento de auxílio-reclusão deve ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão, sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de declaração de permanência na condição de presidiário.

Q.108

Origem

Pref. Municipal de Nata :: Assessor Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca do benefício de aposentadoria por idade, assinale a opção correta.

(   ) É devida ao segurado que, cumprida a carência exigida na lei, completar 65 anos de idade, se homem, e 60, se mulher, reduzidos tais limites para 60 e 55 anos, respectivamente, nos casos de professores e professoras.
(   ) É devida ao segurado empregado a partir de requerimento administrativo, quando este for formulado até noventa dias após o desligamento do emprego.
(   ) É devida ao contribuinte individual a partir da data do desligamento do emprego.
(   ) Observadas as regras específicas de cálculo do valor dos benefícios, a aposentadoria por idade consiste em uma renda mensal de 70

Q.109

Origem

Pref. Municipal de Nata :: Assessor Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca dos sistemas de previdência privada, assinale a opção incorreta.

( ) Nos planos de previdência privada, cabe ao beneficiário que voluntariamente se retirar a devolução da contribuição efetuada pelo patrocinador.
( ) O sistema é denominado aberto, se for acessível a qualquer pessoa, ou fechado, se os assistidos somente puderem ser empregados de empresas ou grupo de empresas, servidores públicos da União, dos estados, do DF ou dos municípios, ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional.
( ) Entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.
( ) As entidades fechadas se organizam sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.

Q.110

Origem

Pref. Municipal de Nata :: Assessor Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca dos beneficiários do RGPS, na condição de dependentes do segurado, assinale a opção correta.

( ) A dependência econômica do companheiro ou da companheira em relação ao segurado é presumida.
( ) O enteado e o menor tutelado equiparam-se ao filho mediante declaração, dispensando-se a prova da dependência econômica em relação ao segurado, que, para eles, é presumida.
( ) A dependência econômica dos pais em relação ao segurado é presumida.
( ) A pensão pela morte do pai é devida ao filho não-inválido até o limite de vinte e um anos de idade, podendo se estender até os vinte e quatro anos para os estudantes universitários.

Q.111

Origem

Pref. Municipal de Nata :: Assessor Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca dos segurados obrigatórios da previdência social, assinale a opção correta.

( ) O brasileiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior é segurado obrigatório da previdência social na qualidade de empregado.
( ) O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, com autarquias, inclusive em regime especial, ou com fundações públicas federais é segurado obrigatório da previdência social na qualidade de trabalhador avulso.
( ) O pescador artesanal que faça da pesca sua profissão habitual, residente em imóvel rural onde trabalhe individualmente, é segurado obrigatório da previdência social na qualidade de segurado facultativo.
( ) Aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente é segurado obrigatório da previdência social na qualidade de contribuinte individual.

Q.112

Origem

Pref. Municipal de Nata :: Assessor Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca do custeio da seguridade social, assinale a opção correta.

( ) Integra o salário-de-contribuição o valor total das diárias pagas ao segurado, quando excedente a 100( ) O salário-de-contribuição para os segurados empregado e trabalhador avulso é a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma.
( ) Em regra, integra o salário-de-contribuição a parcela in natura recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social.
( ) Em regra, integram o salário-de-contribuição do segurado os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, inclusive o salário-maternidade.

Q.113

Origem

Pref. Municipal de Nata :: Assessor Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca do benefício de auxílio-acidente, assinale a opção correta.

( ) Todos os segurados poderão recebê-lo, desde que seja após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza que resultem em seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exerciam.
( ) Para sua concessão, a legislação não exige período de carência.
( ) É permitida sua acumulação com qualquer aposentadoria.
( ) A perda de audição, em qualquer grau, enseja a concessão de auxílio-acidente, independentemente da redução ou da perda da capacidade para o trabalho que o segurado habitualmente exercia.

Q.114

Origem

Pref. Municipal de Nata :: Assessor Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Não constitui objetivo da seguridade social

( ) a diversidade da base de financiamento.
( ) a irredutibilidade do valor dos benefícios.
( ) o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados.
( ) a uniformidade e a equivalência dos benefícios e os serviços às populações urbanas e rurais.

Q.115

Origem

Pref. Municipal de Nata :: Assessor Jurídico
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca das receitas da seguridade social, assinale a opção correta.

( ) A contribuição do empregador doméstico é de 20( ) A alíquota de contribuição de segurado contribuinte individual, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, é de 20( ) Devem ser revertidos para a seguridade social 50( ) Para o financiamento do benefício de aposentadoria especial, cabe às empresas o pagamento do valor correspondente a 1

5.5 Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal

Q.116

Quanto às disposições constitucionais da seguridade social, assinale a opção correta.

( ) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, sendo certo que o acesso a tais direitos ocorre mediante contribuição do beneficiário.
( ) Constitui um dos objetivos da assistência social a garantia de um salário mínimo de benefício mensal ao portador de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
( ) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao RGPS, é de filiação obrigatória, embasado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado e regulado por LC.
( ) A lei deve dispor sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, o processamento e a transfusão de sangue e seus derivados, permitindo-se a comercialização para o exterior.

Origem

Pref. Municipal de Natal ::
Procurador Municipal
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.117

Célio, segurado obrigatório da previdência social, trabalha em uma fábrica de sapatos em Natal - RN desde janeiro de 2000. Em virtude de ter sido infectado pelo vírus da dengue durante seu descanso semanal, no primeiro domingo de fevereiro de 2008, necessitou afastar-se de suas atividades laborais pelo período de trinta dias. Tendo como referência essa situação hipotética e com base na legislação que rege o benefício do auxílio-doença, assinale a opção correta.

( ) Célio tem direito à percepção do auxílio-doença, e o benefício é devido a partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, uma vez que, durante os primeiros 15 dias consecutivos ao do afastamento, incumbe à empresa pagar o seu salário integral.
( ) Célio não tem direito à percepção de auxílio-doença, uma vez que o período de carência desse benefício é de 180 contribuições mensais.
( ) O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consiste em uma renda mensal correspondente a 100( ) Se a empresa em que Célio trabalha dispuser de serviço médico, próprio ou em convênio, ele não deverá ser encaminhado à perícia médica da previdência social, uma vez que a incapacidade não superou 30 dias.

Origem

Pref. Municipal de Natal ::
Procurador Municipal
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.118

Origem

Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca dos benefícios previdenciários, assinale a opção correta.

(   ) A aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado empregado tenha cumprido o período de carência e completado 70 anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 anos de idade, se do sexo feminino, caso em que deve ser garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista.
(   ) O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa deve ser acrescido de 25(   ) A concessão de aposentadoria especial depende de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do tempo de trabalho permanente, ocasional ou intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.
(   ) Em regra, o valor mensal da pensão por morte equivale a 91

Q.119

Origem

Pref. Municipal de Natal :: Procurador Municipal
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca do entendimento sumulado do STF no que se refere ao direito previdenciário, assinale a opção incorreta.

(   ) Prescrição e decadência de crédito tributário são matérias que deverão ser regulamentadas por LC.
(   ) É legítima a incidência de contribuição previdenciária sobre o décimo terceiro salário.
(   ) Compete à justiça federal processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho.
(   ) A imunidade tributária conferida pela CF a instituições de assistência social sem fins lucrativos somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.

Q.120

Em relação às disposições constitucionais da previdência social, assinale a opção correta.

(   ) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do RGPS, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física ou quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei ordinária.
(   ) Lei ordinária deverá dispor sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo, sendo vedada a adoção de alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do RGPS.
(   ) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, pelos estados, pelo DF e pelos municípios, bem como a autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá ser inferior à do segurado.
(   ) É vedada a filiação ao RGPS, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

Origem

Pref. Municipal de Natal ::
Procurador Municipal
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.121

Acerca do entendimento sumulado do STJ no que se refere ao direito previdenciário, assinale a opção incorreta.

(   ) A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data de óbito do segurado.
(   ) A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito a pensão previdenciária por morte do ex-marido, desde que comprovada a necessidade econômica superveniente.
(   ) O auxílio-creche não integra o salário-de-contribuição.
(   ) A prescrição de ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada está fixada em dez anos.

Origem

Pref. Municipal de Natal ::
Procurador Municipal
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.122

Edmar, ex-estudante de direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nunca exerceu atividade profissional. No entanto, elegeu-se deputado federal, sendo que a atividade parlamentar foi sua primeira experiência político-profissional. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que, enquanto estiver no exercício do mandato, Edmar será segurado obrigatório

(   ) da previdência social na qualidade de contribuinte individual.
(   ) da previdência social na qualidade de autônomo.
(   ) da previdência social na qualidade de empregado.
(   ) do regime próprio de previdência da Câmara dos Deputados.

Origem

Pref. Municipal de Natal ::
Procurador Municipal
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.123

Joana é segurada da previdência social, na qualidade de empregada doméstica, há seis meses. Por compaixão, adotou Gabriel, criança carente de cinco anos de idade. Com relação a essa situação hipotética e às normas que disciplinam o salário-maternidade, assinale a opção correta.

( ) Joana não tem direito à percepção de salário-maternidade, uma vez que não cumpriu o período de carência exigido pela lei, que é de dez contribuições mensais.
( ) O salário-maternidade é devido à segurada da previdência social, durante 120 dias, com início no período entre 28 dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade, não existindo, porém, previsão para o pagamento desse benefício à adotante.
( ) A Joana é devido o salário-maternidade pago diretamente pela previdência social pelo período de 30 dias, não se exigindo, no caso, período de carência para a concessão desse benefício.
( ) Na hipótese de Joana auferir remuneração superior ao limite máximo fixado para o valor dos benefícios no RGPS, cabe ao INSS o pagamento do benefício até o valor-limite e, ao empregador, complementar o valor total recebido pela segurada em atividade.

Origem

Pref. Municipal de Natal ::
Procurador Municipal
CESPE
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Capítulo 6

FCC

6.1 Pref. de São Paulo :: Procurador do Município

Q.124

É princípio explícito da seguridade social na Constituição de 1988:

(a) irredutibilidade do valor das contribuições.
(b) desnecessidade de fonte de custeio total para criação de benefícios.
(c) universalidade da cobertura e do atendimento.
(d) retributividade na prestação dos benefícios e serviços.
(e) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão bipartite, com a participação de trabalhadores e empregadores nos órgãos colegiados.

Origem

Pref. de São Paulo :: Procurador do Município
FCC
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.125

O limite máximo das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime próprio de previdência dos servidores titulares de cargo efetivo do Município

(a) deve ser igual ao valor máximo dos benefícios do INSS, independentemente do disposto em norma municipal.
(b) pode ser fixado no mesmo valor máximo dos benefícios do INSS, apenas se lei municipal extinguir o regime próprio de previdência do Município.
(c) pode ser fixado no mesmo valor máximo dos benefícios do INSS, desde que lei municipal institua regime de previdência complementar àqueles servidores.
(d) pode ser fixado no mesmo valor máximo dos benefícios do INSS, desde que decreto municipal institua regi me de previdência complementar àqueles servidores.
(e) não pode ser fixado no mesmo valor máximo dos benefícios do INSS, ainda que norma municipal institua regime de previdência complementar àqueles servidores.

Origem

Pref. de São Paulo :: Procurador do Município
FCC
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.126

Origem

Pref. de São Paulo :: Procurador do Município
FCC
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Relativamente a seus regimes próprios de previdência social de servidores públicos, os Municípios:

(a) poderão arcar integralmente com o custeio das aposentadorias, deixando de instituir contribuição para os servidores titulares de cargo efetivo.
(b) deverão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, cuja alíquota não será inferior à da contribuição do servidor titular de cargo efetivo da União.
(c) deverão instituir contribuição para os servidores ativos titulares de cargo efetivo, podendo excluir do custeio do regime os inativos e pensionistas, independentemente do valor dos proventos de aposen tadoria e das pensões.
(d) poderão excluir do custeio do regime os entes públicos, deixando-o a cargo exclusivo dos servi dores ativos e de inativos e pensionistas.
(e) deverão instituir contribuição para inativos e pensionistas, fixando alíquota inferior à estabelecida para os servidores titulares de cargos efetivos.

6.2 TRF - 5 ªRegião :: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.127

Origem

TRF - 5 ªRegião :: Analista Judiciário - Execução de Mandados
FCC
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Mario deixou de recolher contribuições devidas à previdência social que integraram custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços. Neste caso, de acordo com o Código Penal, em regra, Mário

(a) está sujeito a pena de detenção de um a três anos e multa.
(b) não está sujeito a qualquer penalidade uma vez que este fato é atípico.
(c) está sujeito a pena de reclusão de dois a cinco anos e multa.
(d) está sujeito apenas a aplicação de multa.
(e) está sujeito a pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.

Q.128

Origem

TRF - 5 ªRegião :: Analista Judiciário - Execução de Mandados
FCC
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Considere as seguintes assertivas a respeito do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS:
I. Conselho Nacional de Previdência Social ? CNPS, que terá como membros seis representantes do Governo Federal e nove representantes da sociedade civil.
II. Os membros do CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República.
III. Os representantes titulares da sociedade civil mandato de dois anos, sendo vedada a recondução.
IV. O CNPS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente, não podendo ser adiada a reunião por mais de quinze dias se houver requerimento nesse sentido da maioria dos conselheiros.
De acordo com a Lei nº8.213/91, está correto o que consta APENAS em

(a) II, III e IV.
(b) I, II e IV.
(c) II e III.
(d) I, II e III.
(e) I e IV.

Q.129

Origem

TRF - 5 ªRegião :: Analista Judiciário - Execução de Mandados
FCC
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A entrega das ações, prestações e serviços de seguridade social a todos os que necessitem, tanto em termos de previdência social, como no caso da saúde e da assistência social, constitui, especificamente o princípio constitucional da

(a) universalidade da cobertura.
(b) distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
(c) diversidade da base de financiamento.
(d) universalidade do atendimento.
(e) seletividade na prestação dos benefícios e serviços.

6.3 TRF - 5 ªRegião :: Analista Judiciário - Judiciária

Q.130

Origem

TRF - 5 ªRegião :: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

De acordo com a Lei nº8.213/91, com relação ao salário família é correto afirmar:

(a) A cota do salário-família não será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou ao benefício.
(b) O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, inclusive ao doméstico, na proporção do respectivo número de filhos.
(c) O aposentado por invalidez não terá direito ao saláriofamília, uma vez que já recebe a respectiva aposentadoria.
(d) Quando o pagamento do salário não for mensal, o salário- família será obrigatoriamente pago semanalmente.
(e) A empresa conservará durante quinze anos os comprovantes dos pagamentos do salário família para exame pela fiscalização da Previdência Social.

Capítulo 7

FGV

7.1 TCM RJ :: Auditor

Q.131

Origem

TCM RJ :: Auditor
FGV
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Com relação aos contribuintes da Previdência Social, analise as afirmativas a seguir:
I. Os órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional são considerados empresa, para efeitos da legislação previdenciária. Dessa forma, os empregados públicos e os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, cabendo àqueles órgãos e entidades as mesmas obrigações das empresas em geral.
II. O Município que contratar cooperativa de trabalho ou de mãode- obra deve contribuir para o Regime Geral de Previdência Social com 15

(a) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(b) se somente as afirmativas III e V estiverem corretas.
(c) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
(d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
(e) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Q.132

Origem

TCM RJ :: Auditor
FGV
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A respeito do conceito e financiamento da Seguridade Social, assinale a afirmativa incorreta .

(a) As receitas dos Municípios destinadas ao financiamento da seguridade social constarão de seus respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
(b) A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social.
(c) O princípio da eqüidade na participação do custeio da seguridade social se expressa, entre outros, pelas alíquotas de contribuição diferentes para as empresas e para os trabalhadores.
(d) No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das receitas da União, das contribuições sociais e receitas de outras fontes. Entre estas e as vinculadas às ações de saúde, estão as provenientes do seguro contra Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT.
(e) A contribuição social incidente sobre a receita de concursos de prognósticos refere-se, exclusivamente, às loterias administradas pela Caixa Econômica Federal.

Q.133

Origem

TCM RJ :: Auditor
FGV
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Quanto à concessão de benefícios, assinale a afirmativa incorreta .

(a) O salário de benefício consiste na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo. No caso da aposentadoria por tempo de contribuição, a média apurada será multiplicada pelo fator previdenciário, compulsoriamente.
(b) Uma vez calculado o salário de benefício, aplica-se o percentual correspondente à renda mensal, que varia conforme o benefício requerido. A renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não poderá ser inferior ao salário-mínimo nem superior ao limite máximo, salvo direito adquirido.
(c) Todos os benefícios da Previdência Social são concedidos sempre que implementados dois requisitos: a carência e a situação geradora do benefício, também chamada de risco social. Assim, por exemplo, tratando-se de aposentadoria por idade, o segurado deve ter, no mínimo, sessenta e cinco anos ou, sendo do sexo feminino, sessenta anos de idade, com carência de cento e oitenta contribuições.
(d) Fator previdenciário é um índice multiplicador do salário de benefício, que leva em consideração, no seu cálculo, a idade do segurado, o tempo de contribuição, a expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria, conforme tabelas construídas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Dessa forma, quanto mais tempo o segurado presumivelmente receberá aposentadoria, menor será a renda mensal do seu benefício.
(e) O salário-maternidade da segurada empregada é benefício que não se sujeita à apuração do salário de benefício nem ao limite máximo dos benefícios. Sua renda mensal consiste num valor igual à sua remuneração.

Q.134

Origem

TCM RJ :: Auditor
FGV
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A respeito das contribuições para a Seguridade Social, assinale a afirmativa incorreta .

(a) O princípio da distributividade da Seguridade Social significa que, independente do montante arrecadado em determinada região, os benefícios serão concedidos e os serviços prestados, se devidos. Assim, ainda que uma região do país não arrecade receita suficiente para o pagamento de benefícios ali devidos, esses serão concedidos, na forma da lei.
(b) Poderão ser isentas das contribuições para a Seguridade Social, uma vez atendidas as exigências da lei, as organizações da sociedade civil de interesse público, as entidades filantrópicas e beneficentes de assistência social, as organizações nãogovernamentais e os partidos políticos.
(c) Com vistas a preservar seu equilíbrio financeiro, nenhum benefício ou serviço da Seguridade Social poderá ser criado, estendido ou majorado sem a correspondente fonte de custeio total.
(d) A exigência de nova contribuição para a Seguridade Social, ou sua modificação, se sujeita à anterioridade nonagesimal, a contar da data da publicação da lei que a houver instituído ou modificado.
(e) As contribuições incidentes sobre a folha de salário poderão ser substituídas gradualmente, de forma parcial ou total, pela incidente sobre a receita ou faturamento.

Q.135

Quanto aos benefícios da Previdência Social, analise as afirmativas a seguir:
I. A filiação dos segurados obrigatórios decorre do exercício de atividade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social e independe de contribuição. Quanto ao segurado facultativo, sua filiação é ato volitivo e depende de inscrição e do pagamento da primeira contribuição.
II. A manutenção da qualidade de segurado da Previdência Social, ou seja, a preservação de seus direitos, dar-se-á apenas com o pagamento de contribuições, considerando que o regime instituído pela Constituição de 1988 consiste em seguro social.
III. A pensão por morte é devida a contar da data do óbito, ao conjunto de dependentes, que se estrutura em três classes. Na primeira classe, estão o cônjuge, companheira (o) e filhos; na segunda classe, os pais; e, na terceira, os irmãos, que são dependentes preferenciais. O valor da pensão será rateado em partes iguais entre todos os dependentes do segurado.
IV. O salário-maternidade, por se revestir de natureza de direito trabalhista, é benefício previdenciário concedido apenas às seguradas empregadas.
V. A contagem recíproca de tempo de contribuição diz respeito ao aproveitamento das contribuições recolhidas para diferentes regimes de Previdência Social. No entanto, é vedada a contagem do tempo de contribuição no regime público com o de contribuição na atividade privada, quando concomitantes.
Assinale:

(a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
(b) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
(c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(d) se apenas as afirmativas I e V estiverem corretas.
(e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Origem

TCM RJ :: Auditor
FGV
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Capítulo 8

TRT 14ª

8.1 TRT 14ª:: Juiz do trabalho substituto

Q.136

Analise as proposições a abaixo e responda:
I. A seguridade social estabelecida pela Constituição da República compreende um sistema integrado de ações, com atuação nas áreas de saúde, assistência social e previdência social.
II. A proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário é dever da previdência social, ainda que a concessão do seguro-desemprego fique a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego.
III. A eqüidade na forma de participação no custeio constitui um dos princípios constitucionais da seguridade social, que busca assegurar a participação eqüitativa de trabalhadores, empregadores e Poder Público no custeio da seguridade social.
IV. A filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, é vedada ao participante de regime próprio de previdência.

(a) Apenas as proposições I, II e III são verdadeiras.
(b) Apenas as proposições I, III e IV são verdadeiras.
(c) Apenas a proposição I é verdadeira.
(d) Todas as proposições são verdadeiras.
(e) Todas as proposições são falsas.

Origem

TRT 14ª:: Juiz do trabalho substituto
TRT 14ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.137

Origem

TRT 14ª:: Juiz do trabalho substituto
TRT 14ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Sobre a organização da seguridade social, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa falsa:

(a) A seguridade social tem a sua gestão descentralizada por meio de órgãos colegiados de composição quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo.
(b) Compete ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social, conceder e manter os benefícios e serviços previdenciários, gerir os recursos do Fundo de Previdência e Assistência Social e promover a arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários e demais receitas a ela vinculadas.
(c) O Conselho Nacional de Previdência Social é órgão superior de deliberação colegiada, composto de 15 membros, sendo seis representantes do Governo Federal e nove representantes da sociedade civil, todos nomeados pelo Presidente da República, que tem como atribuição, dentre outras, estabelecer diretrizes e apreciar as decisões de políticas aplicáveis à Previdência Social.
(d) Os representantes dos trabalhadores em atividade no Conselho Nacional de Previdência Social têm garantida estabilidade no emprego a partir da nomeação até um ano após o fim do mandato, somente podendo ser demitidos por falta grave apurada em processo judicial.
(e) De acordo com a estrutura atual da Presidência da República, integram a área da Seguridade Social os Ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Q.138

Origem

TRT 14ª:: Juiz do trabalho substituto
TRT 14ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

São prestações compreendidas no Regime Geral de Previdência Social que não dependem de carência:

(a) Auxílio-doença e aposentadoria por idade.
(b) Aposentadoria por invalidez e salário-maternidade.
(c) Pensão por morte, auxílio-acidente e abono de permanência em serviço.
(d) Aposentadoria especial, auxílio-gestante e salário-maternidade.
(e) Reabilitação profissional, serviço social e auxílio-reclusão.

Q.139

Origem

TRT 14ª:: Juiz do trabalho substituto
TRT 14ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Considerando as proposições abaixo, responda:
I. À segurada da Previdência Social, que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido salário-maternidade pelo período de 120 dias, se a criança tiver até um ano de idade, de noventa dias, se a criança tiver entre um e quatro anos de idade, e de sessenta dias, se a criança tiver de quatro a oito anos de idade.
II. Não integra o salário-de-contribuição para fins de recolhimentos previdenciários a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxíliodoença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa.
III. Servidor público que exerce cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a Administração, vincula-se ao Regime Geral da Previdência Social na condição de segurado obrigatório.
IV. Pelo Regime Geral de Previdência Social, o segurado empregado doméstico poderá beneficiar-se do auxílio-acidente.

(a) Há apenas uma proposição verdadeira.
(b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
(c) Há apenas três proposições verdadeiras.
(d) Todas as proposições são verdadeiras.
(e) Todas as proposições são falsas.

Q.140

Origem

TRT 14ª:: Juiz do trabalho substituto
TRT 14ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em relação à seguridade social, analise as proposições abaixo e responda:
I. O princípio da anterioridade em matéria de contribuições sociais dispõe que as contribuições sociais não podem ser exigidas no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou majorou.
II. A Constituição da República estabelece que a receita da seguridade social deve constar de um orçamento próprio, distinto daquele previsto para os poderes da União, seus fundos, órgãos e administração direta e indireta.
III. A universalidade da cobertura e do atendimento e a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços são princípios constitucionais que devem ser observados pelo Poder Público na organização da seguridade social.
IV - A Constituição da República estabelece que a receita da seguridade social deve ter como fonte única de arrecadação os trabalhadores, empregadores e o Poder Público, enunciando, assim, o chamado princípio da unicidade da base de financiamento.

(a) Há apenas uma proposição verdadeira.
(b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
(c) Há apenas três proposições verdadeiras.
(d) Todas as proposições são verdadeiras.
(e) Todas as proposições são falsas.

Q.141

Assinale a alternativa falsa:

(a) O regime previdenciário previsto na Constituição da República adota a forma de repartição da receita entre os segurados que dela necessitem, não estabelecendo, assim, uma vinculação direta entre o valor das contribuições pagas pelo segurado e o benefício que venha a perceber em face de algum evento sob cobertura legal.
(b) Do princípio da solidariedade, em que se baseia a Previdência Social, é possível se extrair a idéia de que o dever dos membros da coletividade quanto ao recolhimento das contribuições sociais não exige que haja uma necessária contrapartida em prestações previdenciárias.
(c) Não tem direito a benefício da previdência social aquele que não é filiado ao regime geral previdenciário.
(d) A Constituição da República, além de garantir uma renda mensal não inferior ao salário mínimo quanto aos benefícios substitutivos do rendimento do trabalho, também assegura a preservação do valor real dos benefícios por meio de reajustamentos periódicos, conforme critérios definidos em lei.
(e) As contribuições sociais do empregador e da empresa não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica, consoante imposição constitucional.

Origem

TRT 14ª:: Juiz do trabalho substituto
TRT 14ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Capítulo 9

TRT 23ª

9.1 TRT 23ª:: Juiz do trabalho - 2ªetapa

Q.142

Sobre a relação previdenciária, aponte a alternativa INCORRETA:

(a) filiação é o vínculo que se estabelece entre pessoas que contribuem para a previdência social e esta, do qual decorrem direitos e obrigações;
(b) considera-se inscrição de segurado para os efeitos da previdência social o ato pelo qual o segurado é cadastrado no Regime Geral de Previdência Social;
(c) presentes os pressupostos da filiação, admite-se a inscrição "post mortem" do segurado especial;
(d) para os segurados obrigatórios, a filiação à previdência social decorre da inscrição formalizada com o pagamento da primeira contribuição.
(e) a inscrição do segurado ao Regime Geral da Previdência não exige limite máximo de idade.

Origem

TRT 23ª:: Juiz do trabalho - 2ªetapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.143

Analise os seguintes benefícios previdenciários:
I - abono de permanência em serviço;
II - salário-família;
III - auxílio-acidente;
IV - salário-educação. Sabendo-se que ao trabalhador doméstico é assegurada sua integração à previdência social, a ele será concedido os benefícios previstos nas opções:

(a) em nenhuma das opções;
(b) somente nas opções II e III;
(c) somente na opção II;
(d) somente na opção III;
(e) em todas as opções.

Origem

TRT 23ª:: Juiz do trabalho - 2ªetapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.144

Origem

TRT 23ª:: Juiz do trabalho - 2ªetapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

De acordo com o regulamento da previdência, NÃO integra o salário-decontribuição do empregado:

(a) o acréscimo constitucional de um terço sobre férias;
(b) as diárias para viagem de qualquer valor;
(c) o salário-maternidade;
(d) a remuneração do aviso prévio trabalhado ou indenizado;
(e) as férias vencidas e proporcionais (não gozadas), pagas na rescisão contratual, bem como o respectivo adicional constitucional (1/3).

Q.145

Origem

TRT 23ª:: Juiz do trabalho - 2ªetapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

De acordo com a legislação previdenciária, considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho:
I - a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual;
II - a data do início da incapacidade laborativa ou, se for o caso, dia da segregação compulsória;
III - o dia em que for realizado o diagnóstico;
IV - o dia em que emitida a Comunicação do Acidente de Trabalho (CAT).

(a) todas as opções estão corretas;
(b) apenas três opções estão corretas;
(c) apenas duas opções estão corretas;
(d) apenas uma opção está correta;
(e) todas as opções estão incorretas.

Q.146

Origem

TRT 23ª:: Juiz do trabalho - 2ªetapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

De acordo com o Regime Geral de Previdência Social, a pensão por morte do segurado, devida ao cônjuge ou companheiro supérstite:

(a) cessa o pagamento do benefício em relação ao cônjuge ou convivente que contrair núpcias ou constituir nova união estável;
(b) não cessa o pagamento do benefício em relação ao cônjuge ou convivente que contrair núpcias ou constituir nova união estável, sendo permitido o recebimento de mais de uma pensão deixada por cônjuge/companheiro;
(c) cessa o pagamento do benefício sempre que o pensionista tornar-se economicamente independente;
(d) cessa o pagamento do benefício apenas pela morte do pensionista;
(e) cessa o pagamento do benefício em relação ao cônjuge ou convivente que contrair núpcias, constituir nova união estável ou falecer, não sendo possível, o recebimento conjunto da pensão com qualquer outro benefício previdenciário.

Q.147

Origem

TRT 23ª:: Juiz do trabalho - 2ªetapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Sobre as contribuições previdenciárias, na demanda trabalhista, analise as proposições e responda:
I - de acordo com a Lei de custeio da Previdência Social, o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, constituídos na forma legal, prescreve em 05(cinco) anos;
II - o Ministro de Estado da Fazenda poderá, mediante ato fundamentado, dispensar a manifestação da União sobre a conta de liquidação, quando o valor total das verbas que integram o salário-de-contribuição ocasionar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico;
III - conforme entendimento dominante no STF, a contribuição previdenciária não tem natureza tributária, razão por que não é aplicável o Código Tributário nacional, com relação ao prazo prescricional;
IV - na Justiça do Trabalho, as contribuições previdenciárias, tanto a cota do empregado quanto a do empregador, devem ser calculadas mês a mês, aplicando-se as alíquotas legais, observado, em qualquer dos casos, o limite máximo do salário de contribuição.

(a) todas as opções estão corretas;
(b) apenas três opções estão corretas;
(c) apenas duas opções estão corretas;
(d) apenas uma opção está correta;
(e) todas as opções estão incorretas.

Q.148

Origem

TRT 23ª:: Juiz do trabalho - 2ªetapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Sobre o crédito previdenciário reconhecido em demanda trabalhista, e de acordo com a legislação pertinente, aponte a alternativa CORRETA.

(a) a atualização do crédito devido à Previdência Social observará a aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), na qual já estão embutidos os juros;
(b) o acordo celebrado após a sentença, ainda que não transitada em julgado, não prejudicará os créditos da União;
(c) na demanda trabalhista, a apuração do crédito devido à previdência inclui, como saláriode- contribuição, os juros referentes a mora no pagamento dos direitos trabalhistas e as multas incluídas em acordo ou sentença;
(d) as contribuições devidas ao INSS, pagas em atraso, ficam sujeitas aos juros de 0,5(e) a atualização do crédito devido à Previdência segue os mesmos parâmetros adotados para os créditos trabalhistas em geral, observando-se a TRD (Taxa Referencial Diária) acumulada no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e a de seu efetivo pagamento.

Q.149

Determinado empregado, não doméstico, mantinha dois vínculos de emprego distintos e ficou definitivamente incapacitado para as atividades de um deles, por motivo de doença comum, sujeita ao período de carência. Neste caso é CORRETO afirmar:

(a) desde que cumprida a carência, o auxílio-doença será concedido em relação à atividade para a qual o segurado estiver incapacitado, considerando-se para efeito de carência as contribuições relativas a qualquer das atividades, valendo para este efeito as que efetivadas primeiro;
(b) desde que cumprida a carência e constatada a incapacidade definitiva, o auxílio-doença poderá ser transformado em aposentadoria por invalidez, em relação ao vínculo para o qual estiver incapacitado;
(c) o período de carência do auxílio-doença é contado a partir da filiação ao Regime Geral de Previdência Social, mesmo que os recolhimentos das contribuições previdenciárias não tenham sido feitos;
(d) o período de carência do auxílio-doença é contado da data do efetivo recolhimento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para esse fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores;
(e) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Origem

TRT 23ª:: Juiz do trabalho - 2ªetapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.150

Determinado reclamado, produtor rural, pessoa física, celebra acordo com trabalhador perante a Justiça do Trabalho, no valor de R$ 800,00, a título de remuneração. Reconhecem que a relação era de trabalho eventual, sem vínculo empregatício. Neste caso é CORRETO afirmar:

(a) é devida contribuição previdenciária, cota do produtor rural, pois este contribui sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho;
(b) é devida contribuição previdenciária, cota do produtor rural, pois este contribui sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços;
(c) não há incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração que foi paga pelo produtor rural ao trabalhador, por meio do acordo judicial;
(d) é devida, pelo produtor rural, a contribuição previdenciária, cota trabalhador, pois o desconto da contribuição e da consignação legalmente determinado sempre se presumirá feito, oportuna e regularmente, pelo tomador da mão-de-obra;
(e) serão exigíveis ex-officio as contribuições sociais devidas em decorrência da homologação de acordo, inclusive sobre os remunerações pagas durante o período contratual reconhecido, ainda que não tenham sido objeto do acordo.

Origem

TRT 23ª:: Juiz do trabalho - 2ªetapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.151

Origem

TRT 23ª:: Juiz do trabalho - 2ªetapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Sobre o salário-família é CORRETO afirmar:

(a) o salário-família é devido ao segurado empregado, inclusive o doméstico;
(b) salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, exceto ao doméstico, após decorrido o período de carência fixado em lei;
(c) o salário-família é calculado com base no salário-de-benefício;
(d) salário-família do trabalhador avulso depende do número de dias trabalhados no mês, devendo o seu pagamento ser proporcional aos dias trabalhados;
(e) quando o pai e a mãe são segurados empregados ou trabalhadores avulsos, ambos têm direito ao salário-família.

Q.152

Origem

TRT 23ª:: Juiz do trabalho - 2ªetapa
TRT 23ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Conforme legislação previdenciária depende sempre de carência o pagamento do benefício:

(a) auxílio-doença.
(b) pensão por morte.
(c) auxílio-reclusão.
(d) auxílio-acidente.
(e) nenhuma das alternativas anteriores.

Capítulo 10

TRT 3ª

10.1 TRT 3ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.153

Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:
I. A Previdência social tem caráter assistencial e filiação obrigatória.
II. Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.
III. É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.
IV. A regra geral é que a doença profissional é produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante de relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, enquanto que a doença do trabalho é adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relaciona diretamente, conforme relação do Ministério do Trabalho e Emprego.
V. Os valores da cota do salário-família e do seguro-desemprego variam segundo a faixa remuneratória do trabalhador.

(a) As afirmativas I e IV estão corretas.
(b) As afirmativas II e V estão corretas.
(c) As afirmativas I e III estão corretas.
(d) As afirmativas II, III e V estão corretas.
(e) As afirmativas II, III, IV e V estão corretas.

Origem

TRT 3ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 3ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.154

À luz da Constituição da República de 1988, a Previdência Social atenderá:
I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, idade avançada e menoridade carente.
II - proteção à maternidade, especialmente à gestante.
III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
IV - salário família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados em geral.
V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes. São verdadeiras apenas as afirmativas :

(a) I, II e III.
(b) II, III e IV.
(c) II, III e V.
(d) I, II, III e IV.
(e) I, II, IV e V.

Origem

TRT 3ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 3ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Capítulo 11

TRT 8ª

11.1 TRT 8ª:: Juiz federal do trabalho substituto

Q.155

Origem

TRT 8ª:: Juiz federal do trabalho substituto
TRT 8ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Sobre os benefícios da Previdência Social é INCORRETO afirmar:

(a) O critério etário para obter direito ao benefício da aposentadoria por idade é de: para os trabalhadores urbanos do sexo masculino aos 65 anos e do sexo feminino aos 60 anos de idade. Os trabalhadores rurais podem pedir aposentadoria por idade com cinco anos a menos: aos 60 anos, homens, e aos 55 anos, mulheres.
(b) A aposentadoria por invalidez é benefício concedido aos trabalhadores que, por doença ou acidente, forem considerados pela perícia médica da Previdência Social incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento. Não tem direito à aposentadoria por invalidez quem, ao se filiar à Previdência Social, já tiver doença ou lesão que geraria o benefício, a não ser quando a incapacidade resultar do agravamento da enfermidade. Quem recebe aposentadoria por invalidez terá seu benefício revisto de dois em dois anos. A aposentadoria deixa de ser paga quando o segurado recupera a capacidade e volta ao trabalho.
(c) Em regra geral, o acidente de trabalho ocorre durante a prestação de serviço para um empregador, porém, em determinada situações, é possível configurar a existência do acidente de trabalho sem relação de emprego. Este é o caso, por exemplo, do meeiro que sofre, durante seu trabalho, ação de desabamento, causando-lhe redução temporária da capacidade de trabalho.
(d) Equiparam-se ao acidente do trabalho, para efeitos da lei previdenciária: I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação; II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em conseqüência de ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho.
(e) Independe de carência a concessão de salário-maternidade para mulher de segurado especial meeiro, parceiro ou arrendatário rural, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.

Q.156

Origem

TRT 8ª:: Juiz federal do trabalho substituto
TRT 8ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Sobre o benefício previdenciário é INCORRETO afirmar:

(a) O auxílio-doença é benefício concedido ao segurado incapacitado de trabalhar por doença ou acidente por mais de 15 dias consecutivos. No caso dos trabalhadores com carteira assinada, os primeiros 15 dias são pagos pelo empregador, e a Previdência Social paga a partir do 16ºdia de afastamento do trabalho. No caso do contribuinte individual (empresário, profissionais liberais, trabalhadores por conta própria, dentre outros), a Previdência paga todo o período da doença ou do acidente.
(b) Para ter direito ao benefício de auxílio-doença, o trabalhador tem de contribuir para a Previdência Social por, no mínimo, 12 meses. Esse prazo não será exigido em caso de acidente de qualquer natureza. Para concessão de auxílio-doença é necessária a comprovação da incapacidade em exame realizado pela perícia médica da Previdência Social.
(c) O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 91(d) A renda mensal decorrente da percepção de aposentadoria por invalidez não será inferior a um salário mínimo e nem poderá exceder o salário-de-contribuição, devendo ser periodicamente reajustado.
(e) De modo geral, o valor mensal da pensão por morte será de cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento.

Q.157

Origem

TRT 8ª:: Juiz federal do trabalho substituto
TRT 8ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Com relação ao Seguro Desemprego, que tem por escopo prestar assistência financeira temporária ao trabalhador, é INCORRETO afirmar que:

(a) É devido ao empregado despedido sem justa causa que após dois anos desempregado, obteve novo emprego onde permaneceu nos últimos 6 (seis) meses consecutivos.
(b) É devido ao empregado em razão do término do contrato por justa causa cometida pelo empregador.
(c) É devido ao empregado despedido sem justa causa que nos últimos 3 (três) anos trabalhou no mínimo 6 (seis) meses.
(d) É indevido ao empregado despedido sem justa causa que tenha recebido regularmente o benefício solicitado anteriormente dentro de período inferior a 12 (doze) meses consecutivos.
(e) É devido ao empregado despedido sem justa causa após 6 (seis) meses consecutivos do retorno ao emprego do qual pediu licença sem vencimento em razão de cessação de incompatibilidade de horário com outro emprego que mantém há (3) anos.

Q.158

Não faz jus à habilitação e percepção do seguro desemprego os trabalhadores abaixo relacionados, exceto:

(a) Funcionário público e estagiário.
(b) Empregado doméstico, dispensado sem justa causa, a partir de maio de 2001, que comprove: ter trabalhado nesta condição pelos 12 meses nos últimos 24 meses e estar como Contribuinte Individual da Previdência Social, possuindo, no mínimo, 12 contribuições ao INSS.
(c) Menor aprendiz, dispensado sem justa causa, que comprove não estar recebendo nenhum benefício da Previdência Social como aposentadoria e auxílio-doença e ter cumprido período de carência de 6 (seis) meses.
(d) Pescador artesanal que comprove ter, nesta qualidade, registro como pescador profissional na Delegacia da Agricultura, há no mínimo 3 anos.
(e) O autônomo que comprovar possuir inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como segurado especial e, ainda, não estar em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência Social, ou da Assistência Social exceto auxílio-acidente e pensão por morte.

Origem

TRT 8ª:: Juiz federal do trabalho substituto
TRT 8ª
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Capítulo 12

VUNESP

12.1 Defensoria Pública - MS :: Defensor Público Substituto

Q.159

O benefício assistencial do idoso previsto na Lei Orgânica da Assistência Social

(a) dá direito ao abono anual.
(b) gera pensão por morte.
(c) exige idade mínima de 65 anos.
(d) exige contribuição.

Origem

Defensoria Pública - MS :: Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.160

A idade máxima do dependente para gerar o salário-família é:

(a) 12 anos.
(b) 14 anos.
(c) 16 anos.
(d) 18 anos.

Origem

Defensoria Pública - MS :: Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.161

O auxílio-reclusão

(a) é benefício de segurado obrigatório.
(b) é devido mesmo diante da evasão da prisão.
(c) depende, no mínimo, de doze contribuições.
(d) independe de atividade laboral na prisão.

Origem

Defensoria Pública - MS :: Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.162

Origem

Defensoria Pública - MS :: Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Não é segurado obrigatório da Previdência Social:

(a) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
(b) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que vinculado a regime próprio de previdência social.
(c) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.
(d) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.

Q.163

Origem

Defensoria Pública - MS :: Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Quem tem o poder de declarar o Nexo Técnico Epidemiológico é

(a) o serviço médico do empregador.
(b) o sindicato da categoria.
(c) a perícia médica do INSS.
(d) o médico do segurado.

Q.164

Origem

Defensoria Pública - MS :: Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Assinale a alternativa correta.

(a) Em face do princípio da equivalência urbano-rural, a idade da aposentadoria por idade é igual à do urbano.
(b) Para fazer jus à aposentadoria especial é preciso provar a incapacidade para o trabalho em perícia médica do INSS.
(c) A pensão por morte não pode ser cumulada com a aposentadoria.
(d) Pode o empregador requerer a aposentadoria compulsória de seu empregado.

Q.165

Origem

Defensoria Pública - MS :: Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Assinale a alternativa correta.

(a) Não é segurado obrigatório quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.
(b) A perda da qualidade do segurado retido ou recluso após o livramento se dá depois de 13 meses e 15 dias.
(c) O segurado em gozo de benefício não mantém a qualidade de segurado.
(d) O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que volta a exercer atividade remunerada não é segurado obrigatório, em face da aposentadoria.

Q.166

Assinale a alternativa que contém os benefícios aos quais se aplica o fator previdenciário.

(a) Aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria por idade.
(b) Aposentadoria especial e aposentadoria por invalidez.
(c) Aposentadoria por tempo de contribuição e auxílio-doença comum.
(d) Aposentadoria do professor e auxílio-acidente.

Origem

Defensoria Pública - MS ::
Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.167

Segundo a Lei n.º8.213/91, não é equiparado

(a) ao acidente do trabalho:
(a) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.
(b) a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade.
(c) o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em conseqüência de ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho.
(d) o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho, na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.

Origem

Defensoria Pública - MS ::
Defensor Público Substituto
VUNESP
2008

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Parte III

2007

Capítulo 13

CAIPIMES

13.1 São Paulo Turismo :: Assistente Social

Q.168

Com respeito à Legislação Previdenciária no Brasil, a Previdência Social, é entendida como:
1) um seguro social para quem contribui. 2) uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados 3) uma política pública que juntamente com a Saúde e a Assistência Social, compõe a Seguridade Social. 4) uma política pública universal, que independe de contribuição mensal. Respondem ao enunciado, os itens:

(a) 1 e 4, apenas
(b) 1-2-3, apenas
(c) 2-3-4, apenas
(d) 1-2-3-4

Origem

São Paulo Turismo :: Assistente Social
CAIPIMES
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.169

São considerados serviços da Previdência Social:

(a) os auxílios eventuais e o atendimento à saúde.
(b) a assistência social, o BPC e a perícia médica.
(c) o serviço social, a perícia médica e a reabilitação profissional.
(d) o seguro social e a readaptação profissional.

Origem

São Paulo Turismo :: Assistente Social
CAIPIMES
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.170

São benefícios assegurados pela Previdência Social:
1) auxílio-doença 2) auxílio-acidente 3) auxílio-reclusão 4) aposentadoria por idade 5) aposentadoria por invalidez 6) benefício de atendimento a gestante em risco 7) benefícios eventuais 8) pensão por morte Respondem ao enunciado os itens:

(a) 1-2-4-6-7-8
(b) 2-3-4-5-6-7
(c) 1-2-3-6-7-8
(d) 1-2-3-4-5-8

Origem

São Paulo Turismo :: Assistente Social
CAIPIMES
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.171

No que se refere a Previdência Social, o segurado perde a capacidade de trabalho, quando:

(a) é atingido por um dos chamados riscos sociais.
(b) está em situação de desemprego voluntário.
(c) deixa de ser contribuinte.
(d) realiza atividades não reconhecidas pela DATAPREV.

Origem

São Paulo Turismo :: Assistente Social
CAIPIMES
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Capítulo 14

CESPE

14.1 AGU :: Procurador Federal

Q.172

Origem

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Pedro, segurado obrigatório do RGPS, era casado com Solange, brasileira e empregada na embaixada do Sudão, de quem jamais se divorciou ou se separou judicialmente. Atualmente, Pedro vive com Carla e é tutor de Sofia, com 12 anos de idade, filha de seu irmão falecido. Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens seguintes quanto aos beneficiários do RGPS, na forma da Lei n.º8.213/1991.

(   ) Sofia pode figurar como dependente de Pedro, desde que essa condição seja declarada e que seja demonstrada a dependência econômica.
(   ) Solange é segurada obrigatória do RGPS.
(   ) Solange continua a ser dependente de Pedro.

Q.173

Origem

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Com base no regulamento do seguro de acidentes do trabalho e da moléstia profissional, julgue os itens a seguir.

(   ) Considera-se estabelecido o nexo entre o trabalho e o agravo quando se verifica nexo técnico epidemiológico entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade, elencada na Classificação Internacional de Doenças (CID).
(   ) Cabe ao empregado comunicar o acidente do trabalho à previdência social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência do acidente; em caso de morte, a empresa deverá comunicar o acidente de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela previdência social.

14.2 Corpo de Bombeiros Militar - D :: Bacharel em Direito

Q.174

Origem

Corpo de Bombeiros Militar - D :: Bacharel em Direito
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Com relação à seguridade social no Brasil, julgue os itens seguintes.

(   ) A Lei Elói Chaves, de 1923, que autorizou a criação de caixas de aposentadoria e pensão para cada empresa ferroviária, é considerada o marco da legislação previdenciária brasileira. Contudo, desde o império ocorreram iniciativas de natureza protetiva e, portanto, de caráter previdenciário, como, por exemplo, o Montepio Geral dos Servidores do Estado, em 1835, e a garantia de aposentadoria para os empregados dos Correios em 1888.
(   ) O PRONAF é um programa federal de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. No âmbito da previdência social, a agricultura familiar recebe proteção pelo atendimento aos chamados segurados especiais, contudo, o membro da família que recebe rendimento de outras fontes não se inclui na proteção, ressalvada a hipótese de dirigente sindical, bem como outras situações relacionadas aos demais benefícios previdenciários.
(   ) Carlos completou um ano de serviço e adquiriu o direito de gozar férias anuais remuneradas, com pelo menos um terço adicional sobre o salário normal. Nessa situação hipotética, de acordo com a doutrina, o direito de Carlos às férias atende às necessidades de restauração orgânica e de vida social, motivo pelo qual, sobre o valor do acréscimo ao salário normal, não incide a contribuição previdenciária.
(   ) Considere que Cláudio seja empossado deputado federal e que não seja vinculado a nenhum regime próprio de previdência social. Nessa hipótese, Cláudio será empregado segurado, vinculado ao regime geral de previdência social (RGPS).
(   ) O fato gerador da contribuição para o PIS/PASEP das pessoas jurídicas de direito privado é a integralidade de sua receita operacional, isto é, os valores provenientes do exercício das atividades-fim do estabelecimento, relacionadas ao objetivo social da empresa.

Q.175

Origem

Corpo de Bombeiros Militar - D ::
Bacharel em Direito
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Com relação à seguridade social no Brasil, julgue os itens seguintes.

(   ) Atualmente, a fiscalização e a supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar são da competência da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), autarquia de natureza especial dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social, com sede e foro no Distrito Federal (DF) e atuação em todo o território nacional.
(   ) As entidades abertas de previdência complementar podem ser constituídas de acordo com as espécies empresariais presentes no Código Civil brasileiro. O objetivo principal dessas entidades é instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos na forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.
(   ) A União, os estados, o DF e os municípios, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas somente podem contribuir para a previdência privada de seus empregados na qualidade de patrocinador. Nessa condição, a contribuição normal tem como limite o mesmo valor da do segurado.
(   ) O marco histórico da previdência complementar brasileira foi a Lei n.º6.435/1977. Seguindo esse modelo, atualmente regulado pelas Leis Complementares n.º108 e 109, ambas de 2001, tem-se que essa prestação caracteriza-se por ser subsidiária, obrigatoriamente garantida por reservas matemáticas, formalizada por contrato e facultativa para os que nela ingressam.
(   ) Considere que Sérgio seja aposentado pelo RGPS, mas, em razão das dificuldades financeiras por que vem passando, arrume emprego em uma fábrica de tecelagem. Nessa situação hipotética, caso Sérgio fique incapacitado para o novo trabalho por mais de 15 dias, mesmo cumprindo a carência legal, não terá direito ao auxílio-doença.

14.3 Defensoria Pública da União :: Defensor Público da União

Q.176

Em relação ao direito previdenciário, julgue os itens que se seguem.

( ) A seguridade social é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar direitos que proporcionem a dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, as políticas públicas de ações afirmativas destinadas à população negra, representadas, entre outras, pelo sistema de cotas para negros, que garante vagas em universidade pública para um segmento que, durante bastante tempo, foi excluído pelas dinâmicas sociais, são exemplo de atendimento do mandamento constitucional para a seguridade social.
( ) O valor mensal dos benefícios que, eventualmente, substituam o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho não poderá ser inferior a um salário mínimo. Esse princípio da seguridade social brasileira tem aplicação tanto na assistência quanto na previdência social, sendo excepcionado apenas na área de saúde, pois esta não possui prestações continuadas pagas em espécie.
( ) Considere a seguinte situação hipotética.Sérgio é estagiário em uma empresa de informática, recebendo remuneração superior a 2 salários mínimos.Seu vínculo com a empresa obedece ao que dispõe a Lei n.º6.494/1977, que disciplina os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e profissionalizante do ensino médio.Nessa situação, Sérgio, mesmo exercendo atividade remunerada, caso queira, poderá filiar-se ao RGPS na qualidade de segurado facultativo.
( ) A idade mínima para filiação ao RGPS é de 16 anos, ressalvados os contratos especiais com idade limite inicial de 14 anos, ajustados nos termos da legislação trabalhista, de forma escrita e por prazo determinado, assegurando ao menor e ao aprendiz um programa de aprendizagem e formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.
( ) Considere que João e Fernanda sejam árbitros de futebol e atuem, de acordo com a Lei n.º9.615/1998, sem vínculo empregatício com as entidades desportivas diretivas em que atuam. Nessa situação hipotética, João e Fernanda podem ser inscritos na previdência social na qualidade de segurados facultativos, tendo em vista inexistir qualquer disposição legal que os obrigue a serem filiados ao regime geral.

Origem

Defensoria Pública da União :: Defensor Público da União
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.177

Em relação ao direito previdenciário, julgue os itens que se seguem.

(   ) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social.Entretanto, no tocante à garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, há exigência de contribuição social.
(   ) A prestação de serviço rural, por menor de 12 a 14 anos, até o advento da Lei n.º8.213/1991, devidamente comprovada, pode ser reconhecida para fins previdenciários.
(   ) Para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício, sendo que, para a comprovação de tempo de serviço rural, é imprescindível documento em nome do próprio interessado.
(   ) Francisco ajuizou reclamação trabalhista em face de seu ex-empregador, pleiteando o reconhecimento do vínculo laboral. Em decorrência de acordo homologado pela sentença, foi registrado o contrato de trabalho em sua CTPS.Assim, esse documento constituirá início de prova material para fins de comprovação de tempo de contribuição para a previdência social.

Origem

Defensoria Pública da União :: Defensor Público da União
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.178

Origem

Defensoria Pública da União :: Defensor Público da União
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em relação ao direito previdenciário, julgue os itens que se seguem.

(   ) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em cada município haverá um conselho tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de 5 membros escolhidos pela comunidade. O exercício dessa atividade pública vincula o conselheiro ao RGPS na qualidade de empregado, pois equivale ao exercício de cargo em comissão.
(   ) Atualmente, é possível a concessão de pensão por morte aos dependentes, mesmo que o segurado tenha falecido após perder a qualidade de segurado. Para isso, é indispensável que os requisitos para obtenção da aposentadoria tenham sido preenchidos de acordo com a legislação em vigor à época em que os requisitos foram atendidos.
(   ) Considere que Silvano seja segurado não-aposentado da previdência social e tenha sido condenado pela prática de crime que determinou o início do cumprimento da pena em regime fechado. Nessa situação, a renda mensal inicial do auxílio-reclusão devida aos dependentes é calculada de acordo com o modelo de cálculo a ser utilizado em caso de aposentadoria por invalidez.
(   ) O fator previdenciário é um índice aplicável ao cálculo do salário-de-benefício que considera a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, devendo ser aplicado no cálculo da renda mensal inicial dos benefícios de aposentadoria por idade e por tempo de contribuição.
(   ) Considere a seguinte situação hipotética.Carlos aposentou-se por idade pelo INSS. Depois disso, apesar da idade, conseguiu ser aprovado em concurso público para ocupar cargo efetivo em uma administração municipal instituidora de regime próprio. O referido município ainda não organizou sua previdência complementar.Nessa situação, Carlos poderá renunciar ao benefício do RGPS, mesmo após ter recebido algumas prestações, com a finalidade de aproveitar o tempo de contribuição para o novo regime, com a possibilidade de receber, no futuro, proventos integrais.

Q.179

Origem

Defensoria Pública da União :: Defensor Público da União
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em relação ao direito previdenciário, julgue os itens que se seguem.

(   ) O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, exceto se esta se deu em decorrência do cometimento de crime hediondo.
(   ) De acordo com a legislação previdenciária, salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto, pelo RGPS, dos seguintes benefícios: mais de uma aposentadoria; salário-maternidade e auxílio-doença; assim como mais de um auxílio-acidente.
(   ) Considere que Albertina tenha trabalhado como empregada da empresa FC Máquinas Ltda. durante o período de junho/1992 a dezembro/2003, quando foi demitida. Ainda desempregada, em junho/2006, sofreu um atropelamento que a incapacitou temporariamente para o trabalho. Nessa situação, Albertina não terá direito ao recebimento de auxílio-doença porque já perdeu a qualidade de segurada.
(   ) A concessão dos benefícios de pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente independe de carência.

14.4 Defensoria Pública-Geral da U :: Defensor Público da União de 2ªCategoria

Q.180

Origem

Defensoria Pública-Geral da U :: Defensor Público da União de 2ªCategoria
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em relação ao direito previdenciário, julgue os itens que se seguem.

( ) O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, exceto se esta se deu em decorrência do cometimento de crime hediondo.
( ) De acordo com a legislação previdenciária, salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto, pelo RGPS, dos seguintes benefícios: mais de uma aposentadoria; salário-maternidade e auxílio-doença; assim como mais de um auxílio-acidente.
( ) Considere que Albertina tenha trabalhado como empregada da empresa FC Máquinas Ltda. durante o período de junho/1992 a dezembro/2003, quando foi demitida. Ainda desempregada, em junho/2006, sofreu um atropelamento que a incapacitou temporariamente para o trabalho. Nessa situação, Albertina não terá direito ao recebimento de auxílio-doença porque já perdeu a qualidade de segurada.
( ) A concessão dos benefícios de pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente independe de carência.

Q.181

Em relação ao direito previdenciário, julgue os itens que se seguem.

( ) A seguridade social é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar direitos que proporcionem a dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, as políticas públicas de ações afirmativas destinadas à população negra, representadas, entre outras, pelo sistema de cotas para negros, que garante vagas em universidade pública para um segmento que, durante bastante tempo, foi excluído pelas dinâmicas sociais, são exemplo de atendimento do mandamento constitucional para a seguridade social.
( ) O valor mensal dos benefícios que, eventualmente, substituam o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho não poderá ser inferior a um salário mínimo. Esse princípio da seguridade social brasileira tem aplicação tanto na assistência quanto na previdência social, sendo excepcionado apenas na área de saúde, pois esta não possui prestações continuadas pagas em espécie.
( ) Considere a seguinte situação hipotética.Sérgio é estagiário em uma empresa de informática, recebendo remuneração superior a 2 salários mínimos.Seu vínculo com a empresa obedece ao que dispõe a Lei n.º6.494/1977, que disciplina os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e profissionalizante do ensino médio.Nessa situação, Sérgio, mesmo exercendo atividade remunerada, caso queira, poderá filiar-se ao RGPS na qualidade de segurado facultativo.
( ) A idade mínima para filiação ao RGPS é de 16 anos, ressalvados os contratos especiais com idade limite inicial de 14 anos, ajustados nos termos da legislação trabalhista, de forma escrita e por prazo determinado, assegurando ao menor e ao aprendiz um programa de aprendizagem e formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.
( ) Considere que João e Fernanda sejam árbitros de futebol e atuem, de acordo com a Lei n.º9.615/1998, sem vínculo empregatício com as entidades desportivas diretivas em que atuam. Nessa situação hipotética, João e Fernanda podem ser inscritos na previdência social na qualidade de segurados facultativos, tendo em vista inexistir qualquer disposição legal que os obrigue a serem filiados ao regime geral.

Origem

Defensoria Pública-Geral da U :: Defensor Público da União de 2ªCategoria
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.182

Origem

Defensoria Pública-Geral da U :: Defensor Público da União de 2ªCategoria
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em relação ao direito previdenciário, julgue os itens que se seguem.

( ) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em cada município haverá um conselho tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de 5 membros escolhidos pela comunidade. O exercício dessa atividade pública vincula o conselheiro ao RGPS na qualidade de empregado, pois equivale ao exercício de cargo em comissão.
( ) Atualmente, é possível a concessão de pensão por morte aos dependentes, mesmo que o segurado tenha falecido após perder a qualidade de segurado. Para isso, é indispensável que os requisitos para obtenção da aposentadoria tenham sido preenchidos de acordo com a legislação em vigor à época em que os requisitos foram atendidos.
( ) Considere que Silvano seja segurado não-aposentado da previdência social e tenha sido condenado pela prática de crime que determinou o início do cumprimento da pena em regime fechado. Nessa situação, a renda mensal inicial do auxílio-reclusão devida aos dependentes é calculada de acordo com o modelo de cálculo a ser utilizado em caso de aposentadoria por invalidez.
( ) O fator previdenciário é um índice aplicável ao cálculo do salário-de-benefício que considera a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, devendo ser aplicado no cálculo da renda mensal inicial dos benefícios de aposentadoria por idade e por tempo de contribuição.
( ) Considere a seguinte situação hipotética.Carlos aposentou-se por idade pelo INSS. Depois disso, apesar da idade, conseguiu ser aprovado em concurso público para ocupar cargo efetivo em uma administração municipal instituidora de regime próprio. O referido município ainda não organizou sua previdência complementar.Nessa situação, Carlos poderá renunciar ao benefício do RGPS, mesmo após ter recebido algumas prestações, com a finalidade de aproveitar o tempo de contribuição para o novo regime, com a possibilidade de receber, no futuro, proventos integrais.

Q.183

Origem

Defensoria Pública-Geral da U :: Defensor Público da União de 2ªCategoria
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em relação ao direito previdenciário, julgue os itens que se seguem.

( ) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social.Entretanto, no tocante à garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, há exigência de contribuição social.
( ) A prestação de serviço rural, por menor de 12 a 14 anos, até o advento da Lei n.º8.213/1991, devidamente comprovada, pode ser reconhecida para fins previdenciários.
( ) Para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício, sendo que, para a comprovação de tempo de serviço rural, é imprescindível documento em nome do próprio interessado.
( ) Francisco ajuizou reclamação trabalhista em face de seu ex-empregador, pleiteando o reconhecimento do vínculo laboral. Em decorrência de acordo homologado pela sentença, foi registrado o contrato de trabalho em sua CTPS.Assim, esse documento constituirá início de prova material para fins de comprovação de tempo de contribuição para a previdência social.

14.5 IPC Cariacica - ES :: Procurador Previdenciário

Q.184

Origem

IPC Cariacica - ES :: Procurador Previdenciário
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

No que se refere à concessão, manutenção e cancelamento de benefícios previdenciários, julgue os itens subseqüentes.

( ) Suponha que José seja garimpeiro e trabalhe com o auxílio exclusivo de membros da sua família. Nessa situação, José é considerado segurado especial.
( ) O seguro desemprego não pode ser cumulado com nenhum benefício de prestação continuada da previdência social.
( ) O auxílio-doença é devido ao segurado que se filiar ao regime geral de previdência, mesmo àqueles que anteriormente eram portadores de doença ou lesão considerada causa da incapacidade.
( ) Tempo de carência não se confunde com tempo de contribuição.

Q.185

Origem

IPC Cariacica - ES :: Procurador Previdenciário
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens subseqüentes relacionados à legislação previdenciária federal

(   ) Considere que Júlio, servidor público titular de cargo efetivo, preste, eventualmente, serviços de eletricista nas horas de folga. Nessa situação, Júlio é segurado do regime próprio e contribui para o regime geral, sem, no entanto, ter direito a qualquer benefício.
(   ) Os regimes próprios de previdência social são instituídos pelos entes federativos destinados aos servidores titulares de cargos efetivos e sua caracterização não depende dos benefícios assegurados pelo sistema.
(   ) Os serviços prestados por empregado doméstico, no ambiente residencial para o qual foi contratado, não podem ter finalidade de lucro, sob pena de descaracterizar a qualidade de segurado do trabalhador.

Q.186

Origem

IPC Cariacica - ES :: Procurador Previdenciário
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca dos princípios previdenciários previstos na Constituição Federal, julgue os itens a seguir

(   ) Os benefícios pagos pela previdência social devem ser reajustados de acordo com as possibilidades orçamentárias, tendo em vista o princípio da vedação de majoração sem a correspondente fonte de custeio.
(   ) No Brasil, é vedada qualquer equiparação de prestações de serviços públicos com o salário mínimo, daí ser possível a concessão de benefícios substitutivos ao salário de contribuição, ou rendimentos do trabalhador, em valor inferior ao salário mínimo.
(   ) As contribuições destinadas ao financiamento da previdência social somente podem ser exigidas após 90 dias da data de publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
(   ) Os trabalhadores que tenham tempo de contribuição em órgãos públicos e em atividade privada têm o direito de contagem recíproca desse tempo, pois os regimes devem compensar-se financeiramente.
(   ) O caráter contributivo da previdência social brasileira não implica que o segurado deva contribuir financeiramente e diretamente para o sistema, pois, de forma indireta, a sociedade participa desse custeio por meio da arrecadação dos impostos.

Q.187

Origem

IPC Cariacica - ES :: Procurador Previdenciário
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens a seguir relativos à reforma previdenciária

(   ) A Emenda Constitucional n.º47/2003 restabeleceu a paridade entre ativos e inativos para todos os servidores.
(   ) A Emenda Constitucional n.º41 duplicou o limite de isenção das contribuições para os inativos portadores de doença incapacitante.
(   ) Em relação à forma de cálculo das pensões destinadas aos dependentes dos servidores públicos, a legislação vigente determina o pagamento de 100(   ) De acordo com a legislação vigente, a aposentadoria voluntária para os servidores que ingressaram no serviço público até 16/12/1998 depende, entre outros requisitos, de 25 anos de efetivo exercício de serviço público, quinze de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria.

Q.188

Origem

IPC Cariacica - ES :: Procurador Previdenciário
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

No que se refere à concessão, manutenção e cancelamento de benefícios previdenciários, julgue os itens subseqüentes.

( ) Considere que Célio tenha sofrido acidente de trabalho e recebido auxílio doença durante 6 meses. Nessa situação, Célio não poderá ser demitido durante o prazo de 12 meses, após a cessação do auxílio doença acidentário.
( ) Na aposentadoria por tempo de contribuição, há redução de 5 anos para o professor que comprove tempo parcial e efetivo de exercício em função de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio.
( ) A inscrição do segurado facultativo no regime geral deve ser feita diretamente junto à autarquia previdenciária, sendo possível retroagir tanto a inscrição quanto o pagamento de contribuições para fins de concessão de benefício.
( ) Para os segurados inscritos antes da data de publicação das Leis n.º8.212 e n.º8.213 e que estejam pleiteando benefícios em 2007, a carência a ser cumprida é equivalente a 156 contribuições.
( ) Considere que Pedro e Sílvia estão separados judicialmente, e que Sílvia receba de Pedro pensão alimentícia. Nesse caso, Sílvia mantém a qualidade de dependente de Pedro.

Q.189

Origem

IPC Cariacica - ES :: Procurador Previdenciário
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

No que se refere à concessão, manutenção e cancelamento de benefícios previdenciários, julgue os itens subseqüentes.

( ) Considere que Joel encontre-se afastado das atividades laborativas, recebendo auxílio-doença. Nessa situação, Joel manterá a qualidade de segurado pelo tempo que durar o afastamento.
( ) A aposentadoria por invalidez, no regime geral de previdência social, será devida independentemente de o segurado estar em gozo de auxílio-doença, desde que seja considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.
( ) Na atual legislação, a perda da qualidade de segurado não impede a concessão da aposentadoria por idade, desde que o segurado cumpra os demais requisitos para concessão do benefício (carência e idade).
( ) Os litígios decorrentes dos acidentes de trabalho são processados e julgados pela justiça comum estadual.

Q.190

Origem

IPC Cariacica - ES :: Procurador Previdenciário
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca da legislação previdenciária, julgue os itens a seguir

(   ) Considerando que Célio tenha sido contratado como estagiário de uma empresa de exportação, contudo, por necessidade de serviço, passou a chefiar a unidade de vendas da empresa. Nessa situação, Célio é considerado empregado para o regime geral.
(   ) Considere que Cláudio seja o vice-prefeito de um município do interior. Nessa condição, tendo em vista os agentes políticos não terem vínculo de subordinação com a Administração Pública, Cláudio deve filiar-se ao regime geral na qualidade de contribuinte individual.
(   ) O regime jurídico aplicável aos órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional é de direito público. Dessa forma, a afirmação de que essas entidades são consideradas empresas para fins de aplicação da legislação previdenciária está incorreta.
(   ) Para um pastor evangélico que recebe remuneração da comunidade em que atua como ministro de confissão religiosa, a sua filiação com a Previdência Social deve se realizar na qualidade de contribuinte individual.
(   ) Considere que Júlio seja servidor municipal vinculado a regime próprio de previdência social e que pretenda receber um valor superior à futura aposentadoria que receberá do município. Nessa situação, Júlio não poderá vincular-se ao regime geral como segurado facultativo.

Q.191

Origem

IPC Cariacica - ES :: Procurador Previdenciário
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens a seguir que tratam das licitações e contratos da administração pública

(   ) A Lei n.º8.666/1993 é uma lei de normas gerais aplicável à administração pública direta, autárquica e fundacional não só da União, mas também dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
(   ) O malferimento ao princípio da impessoalidade em uma licitação pode ser aferido a partir do exame acerca do atendimento, ou não, da regra que veda as preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, sobretudo quando tais preferências ou distinções não se limitam àquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
(   ) O edital de abertura de uma licitação deve especificar a marca e as características exclusivas dos bens e serviços que o poder público deseja comprar ou contratar. Apenas a minudente discriminação dos itens no ato convocatório permitirá a adjudicação de objeto licitatório com características específicas.
(   ) A publicidade das licitações públicas é princípio geral que rege a matéria, portanto, a licitação não pode ser sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
(   ) Regras que impliquem em preferência de contratação para as microempresas ou empresas de pequeno porte são manifestamente inconstitucionais, por afetarem o princípio da igualdade entre os licitantes.

14.6 TCM-GO :: Procurador

Q.192

Origem

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em relação ao custeio da seguridade social, cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

( ) A empresa Campineira Ltda. concede aos empregados que trabalhem na área comercial, a título de utilidades, assistência médica, hospitalar e odontológica prestada mediante convênio com o plano de saúde. Nessa situação, as referidas rubricas não integram a base de cálculo da contribuição previdenciária.
( ) Paulo é feirante, trabalha por conta própria sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, é segurado da previdência na qualidade de contribuinte individual, e optou pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. Nessa situação, a contribuição de Paulo corresponde a 11( ) Juarez somente pôde gozar suas férias após o término do período concessivo, razão por que teve direito ao recebimento em dobro, inclusive do terço constitucional. Nessa situação, sobre tal rubrica incide contribuição previdenciária, tendo em vista que a manutenção do contrato de trabalho exclui a natureza indenizatória de tal rubrica.
( ) Ana trabalha na empresa Lua Azul Ltda. e teve seu primeiro filho, passando a receber o benefício do salário-maternidade. Nessa situação, pelo fato de o referido benefício estar incluído no rol de benefícios previdenciários, os valores recebidos a esse título não integram a base de cálculo das contribuições previdenciárias.

Q.193

Origem

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

No tocante às disposições da legislação previdenciária, assinale a opção correta.

( ) A comprovação do tempo de serviço, para fins previdenciários, produzirá efeito, ainda que as provas colhidas sejam exclusivamente testemunhais, tendo em vista a necessária proteção social decorrente dos princípios constitucionais.
( ) O contribuinte individual que presta serviço a outro contribuinte individual deve recolher a sua própria contribuição utilizando a alíquota de 20( ) Os benefícios previdenciários são reajustados anualmente pela variação do INPC, inclusive aqueles que receberam aumento decorrente da alteração do limite do salário mínimo.
( ) O período de atividade rural anterior a abril de 1994 pode ser comprovado mediante declaração do sindicato homologada pelo Ministério Público.

Q.194

Origem

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em relação aos benefícios da previdência social, cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

( ) Célio é arrendatário rural e segurado do RGPS. Nessa situação, em face da natureza de sua filiação, Célio não terá direito a aposentadoria por tempo de serviço.
( ) Gilberto é aposentado e retornou ao trabalho em atividade abrangida pelo RGPS. Nessa situação, se vier a cumprir os requisitos, Geraldo poderá receber nova aposentadoria.
( ) Antônio, durante muito tempo foi segurado da previdência social, mas perdeu seu emprego na fábrica em que trabalhava e, portanto, perdeu a qualidade de segurado. Nessa situação, as contribuições que Antônio verteu ao sistema antes de perder a qualidade de segurado não serão computadas para efeito de ulterior benefício, caso ele volte a contribuir para o regime previdenciário.
( ) Paulo é segurado facultativo da previdência social. Nessa situação, caso deixe de promover o recolhimento mensal, Paulo perderá a qualidade de segurado após o terceiro mês sem recolhimento.

Q.195

Origem

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca da cumulação de benefícios do RGPS, cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

( ) João é aposentado por idade, mas retornou ao mercado de trabalho, exercendo atividade abrangida pelo RGPS. Nessa situação, caso precise, João não terá direito ao auxíliodoença.
( ) Dilermano é auxiliar de enfermagem e, em razão de flexibilidade de horário, trabalha em 3 clínicas, sendo segurado da previdência social em cada um desses vínculos. Certo dia, no caminho para o trabalho, ele sofreu acidente que determinou o encurtamento de 6 cm da perna direita. Nessa situação, Dilermano poderá receber um auxílio-acidente para cada um dos vínculos que possuía com a previdência social.
( ) Cláudia é pensionista do RGPS e casou-se com Sílvio, segurado da previdência social, que faleceu após 2 anos de casamento. Nessa situação, Cláudia continuará recebendo a primeira pensão somada à nova decorrente do falecimento de Sílvio.
( ) Júlio era aposentado pelo RGPS e casado com Ester, segurada da previdência social que faleceu em razão de acidente no trabalho. Nessa situação, Júlio não receberá a pensão de Ester, pois já recebe benefício da previdência social.

Q.196

Origem

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Ainda em relação aos benefícios previdenciários, assinale a opção correta.

(   ) O período em gozo de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, entre períodos de atividade, não pode ser computado como tempo de contribuição.
(   ) A concessão do benefício de aposentadoria por idade, especial e por tempo de contribuição independe da manutenção da qualidade de segurado.
(   ) Considere que Carlos, segurado da previdência social, tenha sido denunciado, julgado e condenado à prisão em regime semi-aberto. Nessa situação hipotética, ainda que Carlos, pela progressão da pena, passe à prisão albergue, seus dependentes continuarão recebendo o auxílio-reclusão.
(   ) Considere a seguinte situação hipotética. Estevão era segurado da previdência social e, vindo a falecer, sua esposa e 3 filhos menores de 21 anos, sendo um inválido, passaram a receber a pensão previdenciária. Nessa situação, a pensão por morte jamais será suspensa e somente cessará com a morte do pensionista ou quando os dependentes completarem 21 anos, exceto o inválido, revertendo a fração para a viúva, ou pela emancipação, mesmo o inválido, ressalvada, nesse caso, a hipótese de a emancipação decorrer de colação de grau científico em curso de ensino superior.

Q.197

Origem

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Assinale a opção correta quanto à organização da seguridade social.

(   ) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, sendo garantido um salário mínimo mensal ao idoso que comprove não possuir os meios suficientes para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Nesses casos, o benefício concedido ao idoso é computado para os fins de cálculo da renda familiar per capita para a concessão de novos benefícios assistenciais.
(   ) A filiação ao RGPS não é obrigatória para aqueles que recebem qualquer tipo de renda, sendo facultativa a contribuição ao regime de previdência complementar, especialmente para aqueles que trabalhem por conta própria.
(   ) O RGPS, financiado pelas contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho, garante a cobertura de todos os eventos de risco indicados no texto constitucional, exceto o desemprego involuntário.
(   ) Nos municípios de pequeno porte, assim compreendidos aqueles com menos de 30 mil habitantes, mesmo que o ente público institua regime próprio de previdência para os servidores titulares de cargos efetivos, estes poderão filiar-se ao RGPS como segurados facultativos.

Q.198

Origem

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em relação aos princípios constitucionais que regem a seguridade social brasileira, cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

( ) A empresa Construtora Solar Ltda. não recolheu as contribuições previdenciárias relativas à parte patronal nem as que foram arrecadadas dos segurados empregados nos últimos doze meses. Nessa situação, com fundamento nos princípios da igualdade e da livre iniciativa, a empresa poderá participar de licitação e ser contratada pela administração pública.
( ) O orfanato São José é entidade beneficente de assistência social. Nessa situação a entidade tem direito à isenção em relação às contribuições para a seguridade social mesmo que não tenha o certificado de utilidade pública federal e estadual ou municipal.
( ) Sandra é dona de casa e contribui para a previdência social na qualidade de segurada facultativa. Nessa situação, tem-se um exemplo da aplicação do princípio da universalidade, que deve ser compreendido sob dois aspectos: todos os residentes e domiciliados no território nacional deverão ser atendidos e todos os riscos deverão ser acobertados pela seguridade social.
( ) João foi servidor público em um pequeno município com regime próprio de previdência durante 6 anos. Apesar da segurança que o cargo lhe proporcionava, João pediu exoneração e abriu um pequeno negócio por conta própria, passando a contribuir para o RGPS na qualidade de segurado contribuinte individual. Nessa situação, o tempo de contribuição para o regime próprio somente será computado após 36 meses de contribuição no RGPS.

Q.199

Origem

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca daqueles que podem usufruir dos benefícios previdenciários, cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção cuja assertiva esteja correta.

( ) Selma e Ricardo, ambos segurados da previdência social, constituíram entidade familiar a partir de união estável devidamente consolidada. Nessa situação, apesar de se tratar de união estável, no caso de falecimento de qualquer um deles, o sobrevivente deverá comprovar sua dependência econômica junto à previdência social com o objetivo de receber algum benefício.
( ) Gilmar e Sandra são pais de Fernando, segurado da previdência social, solteiro e sem filhos. Nessa situação, considerando que Fernando ainda mora com seus pais, a dependência econômica destes é presumida diante da previdência social.
( ) Getúlio é ocupante de cargo em comissão em município do interior goiano, não tendo vínculo efetivo com a administração pública daquela localidade. Nessa situação, considerando que o município institua regime próprio de previdência, Getúlio receberá benefício do município, tendo em vista sua vinculação a esse regime.
( ) Sérgio tem 20 anos e é dependente economicamente de seu pai, Antônio. Nessa situação, apesar de o Código Civil indicar a idade de 18 anos para o início da capacidade plena, caso Antônio venha a falecer antes de Sérgio completar 21 anos, este receberá a pensão por morte juntamente com sua mãe.

Q.200

Origem

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A base de cálculo das contribuições previdenciárias não inclui o

( ) décimo terceiro salário.
( ) vale-transporte pago em dinheiro.
( ) terço constitucional recebido por ocasião das férias.
( ) aviso prévio indenizado.

Q.201

Origem

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca dos benefícios previdenciários, assinale a opção correta.

( ) O aposentado por invalidez que, por qualquer razão, retornar a exercer atividade remunerada terá seu benefício automaticamente cancelado retroativamente à data da concessão.
( ) A morte presumida do segurado autoriza a concessão de pensão por morte provisória após 12 meses de constatada a ausência.
( ) O auxílio-doença não será concedido ao segurado que se filiar à previdência social já portador de doença grave. Nesses casos, a perícia deve apresentar o laudo informando inexistir nexo entre a atividade laboral e o início da incapacidade.
( ) O auxílio-doença do segurado que exercer mais de uma atividade abrangida pela previdência social será devido mesmo no caso de incapacidade apenas para o exercício de uma delas, devendo a perícia médica ser conhecedora de todas as atividades que o mesmo estiver exercendo.

Q.202

Origem

TCM-GO :: Procurador
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Considerando o sistema da seguridade social brasileiro definido na CF, assinale a opção incorreta.

( ) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e assistência social.
( ) De acordo com a CF, os municípios devem aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, o mínimo 25( ) O empregador deve contribuir para o financiamento da seguridade social com contribuições incidentes, entre outras, sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro.
( ) A assistência social, segundo a CF, não adota o sistema contributivo, pois deve ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

14.7 AGU :: Procurador Federal

Q.203

Origem

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Carência

Acerca do período de carência, julgue os itens seguintes.

(   ) Considere a seguinte situação hipotética. Lucas foi empregado pelo período de 15 anos, após o qual ingressou no serviço público, no qual exerceu atividades durante 10 anos. Com o intuito de se aposentar, requereu o pagamento das contribuições devidas como contribuinte individual durante o período pretérito, para fins de carência. Nessa situação, mesmo não sendo contribuinte obrigatório no referido período, Lucas poderá contar com esse tempo de contribuição, desde que faça, agora, o referido pagamento das prestações em atraso, com juros e correção monetária.
(   ) A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria se todos os requisitos para a sua concessão já tiverem sido preenchidos e estiverem de acordo com a legislação em vigor à época em que esses requisitos foram atendidos.

Q.204

Origem

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Julgue os itens a seguir, acerca do conceito, da organização e dos princípios da seguridade social.

(   ) Assistência social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à seguridade social.
(   ) A seguridade social obedece aos princípios da seletividade e da distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

Q.205

Origem

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Salário-de-contribuição

A respeito do custeio do RGPS e do salário-de-contribuição, julgue os itens subseqüentes.

(   ) Os valores do salário-de-contribuição serão reajustados na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da previdência social.
(   ) Considere que Maria receba salário-maternidade. Nessa situação, não haverá desconto da contribuição previdenciária do valor desse benefício.
(   ) Considere que um auditor fiscal constate que determinado segurado, contratado como trabalhador avulso, preenche as condições da relação de emprego. Nessa situação, o auditor deverá ingressar, na Procuradoria do INSS, com uma ação judicial visando desconsiderar o vínculo pactuado e, conseqüentemente, efetuar, por decisão judicial, o enquadramento como segurado empregado.

Q.206

Em relação aos benefícios de previdência social, julgue os itens que se seguem.

(   ) Considere que Joana seja empregada e não tenha conseguido comprovar o valor dos seus salários-de-contribuição, no período básico de cálculo. Nessa situação, mesmo que preenchidos os requisitos para a concessão do benefício, Joana não fará jus a um benefício previdenciário.
(   ) O contribuinte individual que trabalha por conta própria, sem relação de emprego, não faz jus à aposentadoria por tempo de contribuição.
(   ) O contribuinte individual e o empregado doméstico não fazem jus ao benefício de auxílio-acidente.

Origem

AGU :: Procurador Federal
CESPE
2007

Assuntos relacionados

Segurados do rgps

Capítulo 15

ESAF

15.1 PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional

Q.207

Assinale a opção correta quanto ao sistema das entidades de previdência privada, nos termos da legislação infraconstitucional.

(a) O sistema será denominado aberto, se for acessível a todos os empregados de empresas, grupo de empresas e agentes públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
(b) As entidades fechadas são organizadas como sociedades anônimas e podem acordar dois tipos de planos individual ou coletivo.
(c) As entidades abertas possuem como característica a portabilidade das carteiras.
(d) A legislação não regulamenta as regras a respeito da relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, permitindo ampla discricionariedade administrativa.
(e) As entidades abertas de previdência são organizadas como fundação privada ou sociedade civil sem fim lucrativo e podem solicitar concordata.

Origem

PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional
ESAF
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.208

À luz da Previdência Social definida na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, julgue os itens abaixo.
I. No Brasil, existe mais de um sistema de previdência. O sistema público caracteriza-se por ter filiação compulsória. O sistema privado caracteriza-se por ter filiação facultativa.
II. O sistema de previdência privada não tem natureza constitucional, estando regulado totalmente em normas infraconstitucionais.
III. As entidades de previdência privada podem sofrer intervenção ou liquidação.
IV. Toda entidade de previdência privada goza de imunidade tributária concedida às instituições de assistência social.

(a) Todos estão corretos.
(b) Somente I está incorreto.
(c) I e IV estão incorretos.
(d) I e III estão corretos.
(e) III e IV estão incorretos.

Origem

PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional
ESAF
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.209

Origem

PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional
ESAF
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é pessoa jurídica de direito público interno, autarquia federal, vinculada ao Ministério da Previdência Social, com sede no Distrito Federal. Com base nessa informação, na legislação e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar, em relação às regras de distribuição de competência, que:

(a) Para a matéria benefícios e serviços previdenciários a competência é da Justiça Federal, independente do domicílio do beneficiário.
(b) No caso de acidente do trabalho, após a promulgação da Emenda Constitucional n. 45/2004, o Supremo Tribunal afirmou que as ações acidentárias devem ser julgadas pela Justiça Federal.
(c) Na execução fiscal, se o executado estiver domiciliado em município sede da Vara da Justiça Federal, a competência recursal será do Tribunal de Justiça daquele estado-membro.
(d) O segurado pode ajuizar ação contra a instituição previdenciária só no juízo federal do seu domicílio.
(e) No caso de mandado de segurança contra ato de servidor do INSS, a competência é da Justiça Federal.

Q.210

Origem

PGFN :: Procurador da Fazenda Nacional
ESAF
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

À luz do texto constitucional, julgue os itens abaixo referentes aos benefícios e serviços que são de competência da Previdência Social:
I. Cobertura dos eventos de invalidez, morte e idade avançada.
II. Proteção à família.
III. Qualificação para o trabalho.
IV. Garantia de um salário-mínimo ao deficiente físico.

(a) Todos estão corretos.
(b) Somente I está correto.
(c) I e II estão corretos.
(d) I e III estão corretos.
(e) III e IV estão corretos.

Capítulo 16

FCC

16.1 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.211

O salário maternidade

(a) será pago diretamente pela Previdência Social para a segurada empregada, que deverá requerer o benefício até 30 dias após o parto.
(b) deverá ser requerido pela segurada especial e pela empregada doméstica até 60 dias após o parto.
(c) é devido pelo período de 60 dias para a segurada da Previdência Social que adotar criança de até um ano de idade.
(d) é devido pelo período de 45 dias para a segurada da Previdência Social que adotar criança entre 1 e 4 anos de idade.
(e) da segurada trabalhadora avulsa, pago diretamente pela Previdência Social, consiste numa renda mensal igual à sua remuneração integral equivalente ao mês de trabalho.

Origem

TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

16.2 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.212

À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de

(a) cento e vinte dias se a criança tiver entre um e quatro anos de idade.
(b) noventa dias, se a criança tiver até um ano de idade.
(c) noventa dias, se a criança tiver entre um e quatro anos de idade.
(d) sessenta dias, se a criança tiver de quatro a oito anos de idade.
(e) trinta dias, se a criança tiver de quatro a oito anos de idade.

Origem

TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados
FCC
2007

Assuntos relacionados

Benefícios

Q.213

Origem

TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados
FCC
2007

Assuntos relacionados

Benefícios

Considere as seguintes assertivas a respeito do auxílio-doença:
I. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.
II. Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de trinta dias, o auxílio-doença será devido após quinze dias contados da data da entrada do requerimento.
III. Em regra, o auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a noventa e um por cento do salário-de-benefício.
IV. A empresa que garantir ao segurado licença remunerada, em regra, não ficará obrigada a pagarlhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença. Está correto o que consta APENAS em

(a) I, III e IV.
(b) I, II e III.
(c) I e III.
(d) II e IV.
(e) II, III e IV.

16.3 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.214

Origem

TRF 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Benefícios

Considere as seguintes assertivas a respeito do salário família:
I. O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, inclusive ao doméstico e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos.
II. O aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados com sessenta e cinco anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou sessenta anos ou mais, se do feminino, terão direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria.
III. A empresa conservará durante quinze anos, obrigatoriamente, os comprovantes dos pagamentos e as cópias das certidões correspondentes, para exame pela fiscalização da Previdência Social.
IV. A cota do salário-família não será incorporada ao salário ou ao benefício. Está correto o que se afirma, APENAS em

(a) I, II e III.
(b) I e III.
(c) I e IV.
(d) II e IV.
(e) II, III e IV.

16.4 TCE-MG :: Procurador do MP

Q.215

Origem

TCE-MG :: Procurador do MP
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em relação ao financiamento do Regime Geral da Previdência Social, é correto afirmar que

(a) as receitas líquidas provenientes de concursos de prognósticos, excluído o valor do prêmio, destinamse integralmente à Seguridade Social.
(b) as contribuições incidentes sobre o lucro estão vinculadas ao pagamento de benefícios previdenciários.
(c) as contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários têm natureza tributária e incluem-se entre as contribuições de intervenção sobre o domínio econômico.
(d) ao segurado facultativo incidirá alíquota de 11(e) as contribuições para o financiamento de acidente do trabalho devem ser instituídas por lei complementar e as alíquotas poderão ser reduzidas em até 50

Q.216

Origem

TCE-MG :: Procurador do MP
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

No cálculo da aposentadoria especial do RGPS -?Regime Geral de Previdência Social, observados, em todas as hipóteses, os limites mínimos e máximos do valor dos benefícios previdenciários, inclui a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição atualizados correspondentes a

(a) 80(b) 100(c) 80(d) 100(e) média aritmética simples dos maiores salários de contribuição atualizados correspondentes a 80

Q.217

Origem

TCE-MG :: Procurador do MP
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em relação à contagem recíproca do tempo de contribuição é correto afirmar que:

(a) o tempo de serviço exercido por servidor público no meio rural será averbado para fins de contagem recíproca independentemente do recolhimento de contribuições.
(b) o valor mensal devido a título de compensação financeira para fins de contagem recíproca corresponde ao percentual do tempo de contribuição no âmbito do regime de origem multiplicado pela renda mensal do benefício, observado o teto máximo.
(c) a contagem de tempo de serviço exercido em atividades concomitantes para fins de contagem recíproca é permitida, desde que se trate de atividade pública e de atividade privada.
(d) o tempo de serviço exercido em atividades insalubres no Regime Geral de Previdência Social por atual servidor público será computado sem a conversão prevista em lei para fins de contagem recíproca, conforme entende o Tribunal de Contas de Minas Gerais.
(e) o tempo de serviço que superar 25 anos, se mulher, e 30 anos, se homem, não será considerado para fins de contagem recíproca.

Q.218

Origem

TCE-MG :: Procurador do MP
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Considerando as regras do Regime Próprio dos Servidores de Minas Gerais, é correto afirmar:

(a) O FUNPEG -?Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais poderá aplicar seus ativos financeiros em todos os títulos da dívida pública.
(b) A pensão por morte devida aos dependentes do exservidor é devida desde a entrada do requerimento.
(c) Incidirá a alíquota de 11(d) A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde por período não excedente a 36 meses.
(e) Ocorre a perda da qualidade de dependente para o companheiro com a formação de novo vínculo familiar.

Q.219

Origem

TCE-MG :: Procurador do MP
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em relação às aposentadorias e pensões dos servidores públicos, é correto afirmar:

(a) A aposentadoria voluntária será devida aos servidores que ingressaram após a Emenda Constitucional no 47/05 e completarem 60 ou 55 anos de idade e 35 ou 30 anos de contribuição, conforme se trate de homem ou mulher, respectivamente, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria.
(b) A aposentadoria proporcional aos vinte e cinco anos de serviço, se mulher, e 30 anos, se homem, será calculada para os servidores que ingressaram após a Emenda Constitucional no 47/05 segundo as regras de cálculo dos benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social.
(c) Os aposentados e pensionistas devem contribuir para o sistema previdenciário, com a mesma alíquota dos servidores ativos, sobre a totalidade dos proventos ou pensões conforme estabelece a Emenda Constitucional no 47/05.
(d) Para os servidores que ingressaram até a edição da Emenda Constitucional no 20/98 foram assegurados proventos integrais e a paridade com os servidores da ativa, se completados 25 ou 30 anos de contribuição, conforme se trate de homem ou mulher, respectivamente, 25 anos de efetivo exercício no serviço público; 15 anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria.
(e) As regras das aposentadorias conforme estabelece a Emenda Constitucional no 47/2005 não se aplicam aos militares e servidores de fundações públicas.

16.5 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.220

Origem

TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Dentre outros, é segurado da Previdência Social na categoria de contribuinte individual,

(a) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
(b) aquele que presta serviço de natureza urbana à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração.
(c) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente.
(d) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
(e) o servidor da União, Estado, Distrito Federal ou Município, incluindo suas autarquias e fundações, ocupantes de cargo ou função pública.

16.6 TRF 3ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.221

Origem

TRF 3ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Considere as seguintes assertivas a respeito do regime geral da previdência social:
I. Em regra, é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
II. Para efeito de aposentadoria não é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada rural.
III. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.
IV. Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em

(a) I, II e III.
(b) I e III.
(c) I, III e IV.
(d) II, III e IV.
(e) III e IV.

Q.222

Origem

TRF 3ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

De acordo com a Constituição Federal brasileira, as contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidirão, dentre outras, sobre

(a) os rendimentos do trabalho pagos ou creditados somente a tÍtulo salarial, à pessoa física que lhe preste serviço exclusivamente com vínculo empregatício.
(b) a folha de salários pagos à pessoa física que lhe preste serviço exclusivamente com vínculo empregatício.
(c) todo e qualquer rendimento do trabalho com natureza salarial pagos à pessoa física que lhe preste serviço exclusivamente com vínculo empregatício.
(d) todo e qualquer rendimento do trabalho pagos ou creditados a título exclusivamente salarial, à pessoa física ou jurídica que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.
(e) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

Q.223

Origem

TRF 3ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos é um exemplo específico do princípio constitucional da

(a) diversidade da base de financiamento.
(b) caráter democrático e descentralizado da administração.
(c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
(d) universalidade da cobertura.
(e) eqüidade na forma de participação no custeio.

16.7 TRF 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.224

Origem

TRF 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Quanto a garantias e privilégios do crédito tributário, considere:
I. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
II. A cobrança judicial do crédito tributário sujeita-se a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou partilha.
III. São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo da falência.
IV. A extinção das obrigações do falido e a concessão da recuperação judicial independem da apresentação da prova de quitação de todos os tributos.
V. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda. Está correto o que se afirma APENAS em

(a) III e IV.
(b) II, IV e V.
(c) II e V.
(d) I, III e V.
(e) I e IV.

Q.225

Origem

TRF 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em tema de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, é correto afirmar que

(a) a moratória, salvo disposição em contrário, somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
(b) a moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito ativo, salvo o do terceiro em benefício daquele que gerou o crédito tributário constituído à época do seu fato gerador.
(c) o parcelamento do crédito tributário exclui, em qualquer caso, a incidência de juros e multas, não se aplicando a ele as regras da moratória.
(d) a concessão da moratória em caráter geral ou individual gera direito adquirido, sempre que se apure que o sujeito passivo não cumpriu os requisitos para a concessão do favor, salvo na hipótese de parcelamento.
(e) a lei concessiva de moratória não pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território do sujeito ativo ou a determinada classe ou categoria de sujeitos ativos.

Q.226

Origem

TRF 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2007

Ao se conceder o benefício assistencial da renda vitalícia ao idoso ou ao deficiente sem meios de subsistência estará sendo aplicado, especificamente, o princípio da

(a) eqüidade na forma de participação no custeio.
(b) universalidade do atendimento.
(c) universalidade da cobertura.
(d) distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
(e) diversidade da base de financiamento.

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.227

Origem

TRF 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2007

Nos termos da Constituição Federal, cuidando-se de matéria relativa à limitação do poder de tributar, NÃO é vedado

(a) à União, dentre outras hipóteses, instituir isenções de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
(b) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
(c) à União, aos Estados e aos Municípios, cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos depois do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
(d) aos Municípios utilizar tributo com efeito de confisco e instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
(e) ao Distrito Federal instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.228

Origem

TRF 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2007

De acordo com a Lei no 8)213/91, os membros do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo

(a) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de três anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
(b) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de dois anos, sendo vedada a recondução.
(c) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
(d) Presidente do Congresso Nacional, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de três anos, sendo vedada a recondução.
(e) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez. DIREITO TRIBUTÁRIO

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.229

Considere as seguintes assertivas a respeito da assistência social:
I. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.
II. A participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis é uma das diretrizes de organização das ações governamentais na área da assistência social.
III. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até três décimos por cento de sua receita tributária líquida.
IV. É vedada a aplicação dos recursos de programa de apoio à inclusão e promoção social dos Estados e do Distrito Federal no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais. De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em

(a) I, II e III.
(b) I, II e IV.
(c) I, III e IV.
(d) II, III e IV.
(e) II e IV.

Origem

TRF 3ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

16.8 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.230

Sobre o financiamento da seguridade social, é correto afirmar que

(a) a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta, por meio de repasse de recursos orçamentários, e de forma indireta, por intermédio do pagamento de contribuições sociais.
(b) as contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social têm a natureza jurídica de impostos; em razão disso aplicam-se a essas contribuições as regras de imunidade previstas para os impostos em geral.
(c) a Constituição de 1988 impede que haja diferenciação entre contribuintes, para efeito de pagamento de contribuições sociais destinadas ao sistema de seguridade social, em razão da atividade econômica por eles exercida.
(d) o princípio da preexistência de custeio impõe que somente poderão ser criados ou majorados benefícios se houver indicação de sua fonte de custeio total, o que, entretanto, não impede o reajustamento periódico dos benefícios de prestação continuada.
(e) a Constituição de 1988 atribui à União a competência para criar contribuições sociais, destinadas ao financiamento da saúde, assistência e previdência social, devida pelo empregador, empresa ou entidade a ela equiparada, incidente sobre folha de salários e demais rendimentos do trabalho.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.231

Constitui hipótese de acumulação indevida de benefícios:

(a) auxílio-doença e auxílio-acidente.
(b) aposentadoria e salário-maternidade.
(c) pensão por morte de filho e pensão por morte de cônjuge.
(d) auxílio-reclusão e pensão por morte.
(e) salário-maternidade e auxílio-doença.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.232

É segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social como

(a) empregado, o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se coberto por regime próprio de previdência.
(b) empregado, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
(c) segurado especial, o garimpeiro e a pessoa física que explore atividade agropecuária, diretamente ou por intermédio de prepostos, com contratação, ainda que descontínua, de colaboradores.
(d) contribuinte individual, o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país de domicílio.
(e) empregado, o dirigente sindical, independentemente do enquadramento no Regime Geral de Previdência Social que mantinha antes do exercício do mandato eletivo.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.233

Em relação à proteção previdenciária contra acidente do trabalho, é correto afirmar que

(a) a aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho é calculada a partir de base de cálculo e alíquota maiores do que as utilizadas para a apuração do valor de uma aposentadoria por invalidez comum.
(b) o auxílio-acidente, que é concedido ao trabalhador que apresenta redução definitiva de sua capacidade para o trabalho, é prestação que decorre de acidente do trabalho, excluídos acidentes de outra natureza.
(c) também são considerados acidentes do trabalho, ainda que ocorridos no período de refeição ou descanso, fatos acontecidos dentro do local e horário do trabalho e classificáveis como caso fortuito ou de força maior.
(d) é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, decorrente de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às conseqüências do anterior.
(e) para efeitos previdenciários, são elementos necessários e suficientes para a caracterização de um acidente do trabalho a existência de lesão e o nexo entre esta e o exercício de trabalho na condição de empregado, trabalhador avulso ou segurado especial.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto
FCC
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

16.9 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.234

De acordo com a Lei no 8213/91, mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições,

(a) até três meses após a cessação das contribuições, o segurado que estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
(b) até seis meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
(c) até seis meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social.
(d) até dez meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
(e) até vinte e quatro meses após o livramento, o segurado detido ou recluso.

Origem

TRF 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Qualidade de segurado

Q.235

O Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS, órgão superior de deliberação colegiada, terá como membros, dentre outros, nove representantes da sociedade civil, sendo

(a) três representantes dos aposentados e pensionistas; três representantes dos trabalhadores em atividade e três representantes dos empregadores.
(b) um representante dos aposentados e pensionistas; quatro representantes dos trabalhadores em atividade e quatro representantes dos empregadores.
(c) dois representantes do Governo Federal; três representantes dos aposentados e pensionistas; dois representantes dos trabalhadores em atividade e dois representantes dos empregadores.
(d) quatro representantes do Governo Federal; um representante dos aposentados e pensionistas; dois representantes dos trabalhadores em atividade e dois representantes dos empregadores.
(e) dois representantes dos aposentados e pensionistas; quatro representantes dos trabalhadores em atividade e três representantes dos empregadores.

Origem

TRF 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Organização da seguridade social

16.10 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.236

Considere as assertivas sobre o Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS:
I. Dentre os membros do CNPS encontram-se nove representantes da sociedade civil, sendo três deles representantes dos aposentados e pensionistas.
II. Os membros do CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República.
III. Os membros do CNPS terão mandato de três anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
IV. O CNPS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente. De acordo com a Lei nº8.212/91, está correto o que consta APENAS em:

(a) I, II e III.
(b) I, II e IV.
(c) I e IV.
(d) II, III e IV.
(e) II e III.

Origem

TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Organização da seguridade social

16.11 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados

Q.237

A receita da seguridade social não está adstrita a trabalhadores, empregadores e Poder Público. Essa assertiva relacionada a receita da seguridade social está baseada, especificamente, ao princípio da

(a) natureza democrática e descentralizada da administração.
(b) diversidade da base de financiamento.
(c) universalidade da cobertura e do atendimento.
(d) equidade na forma de participação no custeio.
(e) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.

Origem

TRF 2ª:: Analista Judiciário - Execução de Mandados
FCC
2007

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

16.12 TRF 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.238

Contribuem para a seguridade social, da mesma forma, aqueles que estão em iguais condições contributivas. As empresas NÃO contribuem da mesma forma que os trabalhadores, em conformidade, especificamente, com o princípio da

(a) universalidade.
(b) seletividade na prestação de benefícios e serviços.
(c) eqüidade na forma de participação no custeio.
(d) irredutibilidade do valor dos benefícios.
(e) natureza democrática e descentralizada da administração.

Origem

TRF 2ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

16.13 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.239

Para um trabalhador que não possua dependentes, o benefício salário-família não será concedido; para o trabalhador que se encontre incapaz temporariamente para o trabalho, por motivo de doença, não será concedida a aposentadoria por invalidez, mas auxílio doença. Nesses casos, está sendo aplicado, especificamente, o princípio constitucional da

(a) seletividade na prestação dos benefícios e serviços.
(b) universalidade na cobertura e no atendimento.
(c) eqüidade na forma de participação no custeio.
(d) diversidade da base de financiamento.
(e) democratização e descentralização da administração.

Origem

TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2007

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Capítulo 17

TRT 24ª

17.1 TRT 24ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa

Q.240

A partir do texto constitucional, assinale a alternativa INCORRETA:

(a) As entidades beneficentes de assistência social que atendam as exigências estabelecidas em lei são isentas de contribuição para a seguridade social.
(b) A eqüidade na forma de participação no custeio constitui um dos objetivos da seguridade social.
(c) A cobertura de risco de acidente do trabalho será atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.
(d) As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.
(e) O Ministro da Previdência Social, no uso de suas atribuições, poderá, com base em estatísticas de acidentes do trabalho, majorar o valor do benefício acidentário, sem a respectiva fonte de custeio.

Origem

TRT 24ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
TRT 24ª
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.241

Considerados os princípios constitucionais próprios da Seguridade Social:
I. Universalidade da cobertura e do atendimento.
II. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
III. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
IV. Irredutibilidade do valor dos benefícios.
V. Eqüidade na forma de participação no custeio. VI. Diversidade da base de financiamento. VII. Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite. Considerados os enunciados a seguir: (A) Toda a sociedade contribui para a manutenção do sistema de seguridade social, mas deve ser respeitada a progressividade da contribuição conforme a capacidade de contribuição de cada um. (B) Nos órgãos colegiados, a gestão dos serviços e benefícios tem a participação de diversos segmentos da sociedade: trabalhadores; empregadores; aposentados; Governo. (C) Não poderá haver distinção entre as modalidades de benefícios e serviços oferecidos aos indivíduos. (D) O valor real do benefício deve ser preservado. (E) Os benefícios e serviços serão oferecidos aos indivíduos através de escolha fundamentada e criteriosa e serão concedidos com eqüidade e justiça. (F) A Seguridade Social garante a disponibilização das ações e benefícios em todas as contingências a que estejam sujeitos os indivíduos. (G) A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade de forma direta e indireta e também, nos termos da lei, com recursos provenientes do orçamento público. Correlacione o princípio constitucional com o enunciado e assinale a alternativa CORRETA:

(a) (I-F); (II-C); (III-E); (IV-D); (V-B); (VI-A); (VII-G).
(b) (I-E); (II-A); (III-D); (IV-F); (V-C); (VI-B); (VII-G).
(c) (I-A); (II-E); (III-D); (IV-C); (V-F); (VI-B); (VII-G).
(d) (I-F); (II-C); (III-E); (IV-D); (V-A); (VI-G); (VII-B).
(e) (I-B); (II-A); (III-G); (IV-C); (V-E); (VI-F); (VII-D).

Origem

TRT 24ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
TRT 24ª
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.242

Considere as assertivas abaixo:
I. O Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá alterar, com base nas estatísticas de acidentes do trabalho, apuradas em inspeção, o enquadramento de empresas para efeito de contribuição destinada ao financiamento da aposentadoria especial e benefício por incapacidade, a fim de estimular investimentos em prevenção de acidentes.
II. O Poder Executivo estabelecerá, na forma da Lei Orgânica da Seguridade Social, ouvido o Conselho Nacional de Seguridade Social, mecanismos de estímulo às empresas que se utilizem de empregados portadores de deficiência física, sensorial e/ou mental com desvio do padrão médio.
III. Não se considera como remuneração direta ou indireta, para os efeitos da Lei Orgânica da Seguridade Social, os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa em face do seu mister religioso ou para sua subsistência desde que fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado.
IV. As contribuições a cargo da empresa provenientes do faturamento e do lucro, destinadas à Seguridade Social, não são exigíveis do empregador rural pessoa física nem do segurado especial (assim entendido o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo). Considerando as proposições acima como Verdadeira (V) ou Falsa (F), assinale a alternativa CORRETA:

(a) F, F, V, V.
(b) V, F, V, F.
(c) V, V, V, F.
(d) V, F, F, V.
(e) V, V, V, V.

Origem

TRT 24ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
TRT 24ª
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.243

Origem

TRT 24ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
TRT 24ª
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Na conformidade da Lei 8.213/91, são segurados obrigatórios da Previdência Social, como empregado, EXCETO:

(a) O brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
(b) Aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular.
(c) O brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do pais do domicílio.
(d) O brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional.
(e) O brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio da previdência social.2008

Q.244

Origem

TRT 24ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
TRT 24ª
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Considere as assertivas abaixo:
I. As contribuições sociais referentes a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, podem ser beneficiadas com a remissão ou a anistia caso o débito não seja superior ao montante fixado em lei complementar.
II. O empregador doméstico está obrigado a arrecadar a contribuição do segurado empregado a seu serviço e a recolhê-la, assim como a parcela a seu cargo, até o dia quinze do mês seguinte ao da competência.
III. A empresa é obrigada a arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração, e a recolher o produto arrecadado.
IV. O modelo de financiamento da Seguridade Social previsto na Constituição Federal se baseia no sistema contributivo, apesar de o Poder Público ter participação no orçamento da Seguridade.
V. A remissão, nos termos do CTN, configura hipótese de extinção do crédito e a anistia é hipótese de exclusão do crédito tributário.
RESPONDA:

(a) Todas as assertivas estão corretas.
(b) Todas as assertivas estão incorretas.
(c) Apenas a assertiva III está correta.
(d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
(e) Apenas a assertiva I está correta.

17.2 TRT 24ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa

Q.245

Origem

TRT 24ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa
TRT 24ª
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Considerando as disposições da Lei 8.213/91, assinale a alternativa INCORRETA:

(a) Em nenhuma hipótese, será permitido o recebimento conjunto de aposentadoria e auxíliodoença.
(b) Serão considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, exceto o décimo-terceiro salário.
(c) Não será considerado, para o cálculo do salário-de-benefício, o aumento dos salários-decontribuição que exceder o limite legal, inclusive o voluntariamente concedido nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores ao início do benefício, salvo se homologado pela Justiça do Trabalho, resultante de promoção regulada por normas gerais da empresa, admitida pela legislação do trabalho, de sentença normativa ou de reajustamento salarial obtido pela categoria respectiva.
(d) É devido o abono anual ao segurado e ao dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão.
(e) O valor do salário-de-benefício não será inferior ao de um salário mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição na data do início do benefício.

Q.246

Origem

TRT 24ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa
TRT 24ª
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Assinale a alternativa INCORRETA. São responsáveis solidários pelo cumprimento da obrigação previdenciária principal:

(a) As empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza, entre si.
(b) O operador portuário e o órgão gestor de mão-de-obra, entre si, relativamente à requisição de mão-de-obra de trabalhador avulso, inclusive quanto aos portuários avulsos cedidos em caráter permanente na forma estabelecida pela Lei 8.630/93.
(c) Os produtores rurais, entre si, integrantes de consórcio simplificado de produtores rurais.
(d) A empresa tomadora de serviços com a empresa prestadora de serviços mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, até a competência janeiro de 1999.
(e) O titular da firma individual e os sócios das empresas por quotas de responsabilidade limitada, com a firma individual e a sociedade, respectivamente.

Q.247

Tratando do acidente de trabalho, a Lei 8.213/91 dispõe que, EXCETO:

(a) Equiparam-se ao acidente do trabalho, para os efeitos da Lei 8.213/91, o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário de trabalho, em conseqüência de ato de pessoa privada do uso da razão.
(b) É considerada agravação ou complicação de acidente de trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às conseqüências do anterior.
(c) A doença degenerativa não é considerada doença do trabalho.
(d) Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.
(e) Equiparam-se ao acidente do trabalho, para os efeitos da Lei 8.213/91, o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário de trabalho, em conseqüência de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

Origem

TRT 24ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa
TRT 24ª
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.248

Assinale a alternativa INCORRETA:

(a) O salário-maternidade é devido à segurada empregada urbana geral e é pago diretamente pelo empregador, que será ressarcido na forma da lei.
(b) O salário-maternidade é devido à segurada empregada doméstica e é pago diretamente pelo empregador doméstico.
(c) O salário-maternidade é devido à segurada especial e é pago diretamente pela Previdência Social.
(d) O salário-maternidade é devido à trabalhadora avulsa e é pago pela Previdência Social.
(e) Para a empregada doméstica o salário-maternidade será pago em valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição.

Origem

TRT 24ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa
TRT 24ª
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Capítulo 18

TRT 8ª

18.1 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa

Q.249

Assinale a alternativa incorreta:

(a) A decadência é a extinção do direito do Instituto Social de Seguridade Social apurar e constituir, por lançamento, o seu crédito previdenciário, por não ter exercido esse direito no prazo legal.
(b) A prescrição é a perda do direito do Instituto Nacional de Seguridade Social promover a execução judicial do seu crédito já constituído, por não tê-lo exercido no prazo legal.
(c) Pelo princípio da seletividade, alguns benefícios só podem ser deferidos aos segurados e outros só podem ser concedidos aos dependentes.
(d) No que diz respeito aos dependentes, os benefícios que podem ser concedidos são a pensão por morte, o auxílio-reclusão e auxílio-doença.
(e) Dentre os benefícios que só podem ser concedidos aos segurados estão a aposentadoria por invalidez, o salário-maternidade e o auxílio-acidente.

Origem

TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.250

Origem

TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A respeito dos princípios constitucionais da seguridade social, é incorreto afirmar:

(a) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e, exemplificativamente, pelas seguintes contribuições sociais: do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei e do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, como condição para o atendimento previdenciário e de saúde, preservada a universalidade da cobertura, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social.
(b) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
(c) Na questão relativa ao financiamento, custeio e aos benefícios pagos, vemos que a Constituição consagra a diversidade da base de financiamento, eqüidade na participação do custeio e a irredutibilidade do valor dos benefícios.
(d) O princípio que afirmava o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados foi modificado pelas disposições da Emenda Constitucional nº20/98, que veio instituir a gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
(e) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, sendo que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

Q.251

Origem

TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Sobre os benefícios, marque a alternativa incorreta:

(a) O cancelamento do benefício consiste na extinção da obrigação de seu pagamento ao beneficiário pelo INSS e uma das hipóteses de cancelamento é o retorno ao trabalho do segurado aposentado por invalidez.
(b) Em regra, o cálculo dos benefícios previdenciários considera os salários de contribuição, corrigidos monetariamente, para apuração do chamado salário de benefício, regra que também é aplicada ao cálculo do benefício do salário-família.
(c) Ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho ou para sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, cumprida a carência exigida, se for o caso, é devido o benefício previdenciário de auxílio-doença.
(d) O salário-maternidade é devido à segurada independentemente de a mãe biológica ter recebido o mesmo benefício quando do nascimento da criança.
(e) A pensão por morte do segurado, homem ou mulher, é benefício previdenciário pago ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

18.2 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa

Q.252

São responsáveis solidariamente pelo recolhimento das contribuições à seguridade social, exceto:

(a) O empresário e os sócios das sociedades limitadas com seus bens pessoais, pelos débitos junto à seguridade social.
(b) Os acionistas controladores, os administradores, os gerentes e os diretores, com seus bens pessoais, quanto ao inadimplemento das obrigações por dolo ou culpa.
(c) Os produtores rurais integrantes de consórcio de empregadores rurais pessoas físicas
(d) O operador portuário e o órgão gestor de mão-de-obra.
(e) A administração pública responde solidariamente com o contratado, pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

Origem

TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.253

Não integra o salário-de-contribuição, salvo:

(a) O salário-maternidade.
(b) Os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais; a parcela in natura recebida de acordo com os programas de alimentação do trabalhador promovidos pelo Ministério do Trabalho.
(c) As férias indenizadas e o respectivo terço constitucional.
(d) A parcela recebida a título de vale-transporte.
(e) As diárias para viagens, desde que não excedam a cinqüenta por cento da remuneração mensal.

Origem

TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.254

Nos termos da Constituição Federal, são objetivos do Poder Público, ao organizar a seguridade social, exceto:

(a) Eqüidade na forma de participação no custeio.
(b) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
(c) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas, rurais e indígenas.
(d) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
(e) Irredutibilidade do valor dos benefícios.

Origem

TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa
TRT 8ª
2007

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Parte IV

2006

Capítulo 19

CESPE

19.1 TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa

Q.255

Considere que, após a morte de Cláudio, seus familiares tenham procurado a previdência social para promoverem a inscrição como dependentes do de cujus a fim de requererem os benefícios a que têm direito. Nessa situação, é exigível prova de dependência econômica para a inscrição de

( ) filho inválido com mais de 21 anos.
( ) enteado menor de 18 anos.
( ) companheira, desde que apresente a certidão de casamento do falecido com averbação da separação judicial ou divórcio, ou que tenha prole em comum.
( ) filho menor de 21 anos, mesmo que ocupe emprego público efetivo.
( ) filha solteira com mais de 21 anos, desde que esteja desempregada.

Origem

TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
CESPE
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.256

Assinale a opção correspondente a segurado que não se enquadra como contribuinte individual da previdência social.

( ) Pessoa física que, por meio de inscrição no OGMO, exerce atividade de limpeza e conservação de embarcações mercantes e de seus tanques, incluindo batimento de ferrugem, pintura, reparo de pequena monta e serviços correlatos.
( ) Cidadão brasileiro que esteja cumprindo pena no regime semi-aberto e, nessa condição, preste serviço fora da unidade penal a diversas empresas com a intermediação da organização carcerária.
( ) Titular de cartório que recebeu a delegação da atividade notarial por meio de concurso público em 1998, não sendo remunerado pelos cofres públicos.
( ) Indivíduo cooperado em uma cooperativa de produção que organiza a fabricação e a distribuição de redes em determinado estado do Nordeste brasileiro, que presta serviço à cooperativa e a terceiros mediante remuneração ajustada ao trabalho executado.
( ) Pastor de uma seita evangélica, desenvolvendo diversas atividades religiosas na comunidade a que pertence, que receba remuneração do grupo administrativo da seita.

Origem

TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
CESPE
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.257

Origem

TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
CESPE
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens a seguir, relativos ao auxílio-acidente, segundo o ordenamento jurídico em vigor. I O auxílio-acidente é concedido como indenização ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem em seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. II O auxílio-acidente mensal corresponde a 50

(   ) I, II e III.
(   ) I, II e V.
(   ) I, IV e V.
(   ) II, III e IV.
(   ) III, IV e V.

Q.258

Origem

TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
CESPE
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Não é segurado empregado da previdência social

(   ) brasileiro que trabalhe para a União no exterior, em organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, domiciliado e contratado fora do Brasil, e não segurado da previdência social do país em que esteja trabalhando.
(   ) brasileiro domiciliado no Brasil, mas ajustado para trabalhar em sucursal de uma grande empresa de mineração brasileira no exterior.
(   ) brasileiro domiciliado e ajustado no Brasil para trabalhar em empresa importadora de equipamentos de informática, com sede no exterior, mas cuja maioria do capital votante pertença a grande empresa brasileira de capital nacional.
(   ) brasileiro que trabalhe na Bélgica, em organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo, contratado e domiciliado naquele país, e que não esteja vinculado ao regime de previdência social belga.
(   ) brasileiro que preste serviço, no Brasil, a missão diplomática belga, tenha residência permanente no país, e que não esteja amparado pela legislação previdenciária belga.

Q.259

Origem

TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
CESPE
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Considerando as disposições constitucionais acerca da previdência social, assinale a opção incorreta.

( ) De acordo com as características de determinado setor da economia, inclusive em relação à maior necessidade de utilização de mão-de-obra, as contribuições sociais incidentes sobre folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas.
( ) As entidades de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei, são isentas das contribuições para a seguridade social.
( ) A imunidade dos aposentados e pensionistas refere-se à não incidência em relação ao recebimento de benefício, não contemplando a hipótese de o aposentado retornar ao trabalho, situação que determinará a cobrança de contribuição em relação a esta nova atividade.
( ) A contribuição do segurado especial, beneficiando, inclusive, os respectivos cônjuges, é feita mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção, e seus beneficiários farão jus aos benefícios que a lei determinar.
( ) Não ofende os princípios da seguridade social a possibilidade de se criar um sistema de inclusão previdenciária com alíquotas e carências inferiores às vigentes.

Q.260

Origem

TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
CESPE
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Considerando-se que a perda da qualidade de beneficiário implica o não recebimento das prestações de direito, assinale a opção incorreta, com base na legislação previdenciária.

( ) Considere que Raul está em gozo de auxílio-doença. Nesse caso, enquanto essa situação perdurar, sua condição como segurado da previdência social será mantida.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. Gerson, empregado de uma grande empresa de energia, foi processado, julgado por prática de infração criminal e condenado a cumprir 6 anos de reclusão. Após sujeitar-se a mais de 36 meses da pena, obteve livramento condicional. Nessa situação, sua qualidade de beneficiário será mantida durante os 12 meses seguintes ao livramento.
( ) Considere que Gilmar, síndico de um condomínio residencial, sem remuneração, tenha promovido sua inscrição na previdência social. Nessa situação, caso venha a deixar de contribuir por 6 meses consecutivos, perderá a qualidade de segurado da previdência.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. Claudemir, durante doze anos e meio, contribuiu para a previdência social, contudo, amargou desemprego por 48 meses. Nessa situação, se Claudemir voltar a trabalhar como empregado, para fazer jus à aposentadoria por idade, caso preencha os demais requisitos, deverá contribuir durante mais 30 meses.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. Maria divorciou-se de Arnaldo, passando a receber alimentos. Posteriormente, Arnaldo, que se encontrava em união estável com Miriam, sem ter filhos de ambos os relacionamentos, faleceu. Nessa situação, tanto Maria quanto Miriam têm direito à pensão por morte.

Q.261

Assinale a opção cujo enunciado se opõe à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(   ) Para efeito da obtenção de benefício previdenciário, a prova exclusivamente testemunhal não basta para a comprovação da atividade rurícola.
(   ) O auxílio-creche integra o salário-de-contribuição.
(   ) O segurado vítima de novo infortúnio faz jus a um único benefício somado ao salário de contribuição vigente no dia do acidente.
(   ) O trabalhador rural, na condição de segurado especial, sujeito à contribuição obrigatória sobre a produção rural comercializada, somente faz jus à aposentadoria por tempo de serviço se recolher contribuições facultativas.
(   ) Tem direito de retornar ao emprego, ou ser indenizado em caso de recusa do empregador, o aposentado que recupera a capacidade de trabalho dentro de cinco anos, a contar da aposentadoria, que se torna definitiva após esse prazo.

Origem

TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
CESPE
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.262

Com relação aos benefícios da previdência social, julgue os próximos itens. I Dada a natureza protetiva da previdência social, o auxílio-doença é devido ao segurado que se filie ao regime geral já portador de doença ou lesão que possa ser invocada como causa de benefício. II Considere a seguinte situação hipotética. Geraldo é aposentado por invalidez pela previdência social e, em função do grau de sua incapacidade, necessita que uma pessoa lhe preste assistência permanente, auxiliando-o em uma série de situações. Nessa situação, seu benefício, mesmo sendo equivalente ao valor máximo permitido pela lei, será acrescido de 25

(   ) 1.
(   ) 2.
(   ) 3.
(   ) 4.
(   ) 5.

Origem

TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
CESPE
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.263

De acordo com a normatização previdenciária, não integra a base de cálculo de contribuição o(a)

(   ) vale-transporte pago em pecúnia por empresa de conservação e limpeza.
(   ) complementação ao valor do auxílio-doença paga apenas aos empregados expostos a agentes nocivos.
(   ) valor das contribuições efetivamente pagas pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar fechada ou aberta, disponível a todos os empregados do setor financeiro.
(   ) valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho com a finalidade de prestar os respectivos serviços.
(   ) participação nos lucros ou resultados da empresa, sendo possível o parcelamento em no máximo quatro vezes no mesmo ano civil, independentemente de acordo ou convenção coletiva.

Origem

TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
CESPE
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.264

Origem

TRT 5ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
CESPE
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Considerando a ordem social traçada e propugnada pela Constituição Federal de 1988, em relação à seguridade social, julgue os itens a seguir. I O princípio-objetivo da eqüidade na forma da participação do custeio é equivalente em conteúdo à capacidade contributiva, tendo em vista a inequívoca natureza tributária das contribuições sociais. II No tocante à previdência social, a universalidade da cobertura e do atendimento, dada a natureza diferenciada desse subsistema, opera no campo da universalidade de participação nos planos previdenciários de custeio e benefícios. III Apesar de não estar expresso no Título da Ordem Social, a solidariedade é um princípio que irradia seus efeitos no sistema de seguridade social e em toda a sociedade. IV Considerando a diversidade da base de financiamento, é correto afirmar que as fontes de custeio não se limitam às bases econômicas já expressas na Constituição, sendo possível a tributação de novas manifestações de riqueza, bastando, para isso, lei ordinária. A quantidade de itens certos é igual a

( ) 0.
( ) 1.
( ) 2.
( ) 3.
( ) 4.

Capítulo 20

ESAF

20.1 SRF :: Técnico da Receita Federal - TI

Q.265

Assinale abaixo o item que contenha uma informação errônea, sobre a obrigação acessória da empresa relativamente à Previdência Social. É obrigação da empresa

(a) elaborar folha de pagamento mensal da remuneração paga, devida ou creditada a todos os segurados a seu serviço, de forma coletiva por estabelecimento, mas deverá fazê-lo por obra de construção civil e por tomador de serviços, com a correspondente totalização e resumo geral.
(b) inscrever, no Regime Geral de Previdência Social, os segurados empregados, mas não os trabalhadores avulsos a seu serviço.
(c) inscrever, quando pessoa jurídica, como contribuintes individuais no Regime Geral de Previdência Social, mas só a partir de 1ºde abril de 2003, as pessoas físicas contratadas sem vínculo empregatício.
(d) lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições sociais a cargo da empresa.
(e) fornecer ao contribuinte individual que lhes presta serviços, comprovante do pagamento de remuneração.

Origem

SRF :: Técnico da Receita Federal - TI
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Recolhimento das contribuições

20.2 SRF :: Técnico da Receita Federal

Q.266

Origem

SRF :: Técnico da Receita Federal
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Recolhimento fora do prazo

Leia cada um dos assertos abaixo e assinale (**V**) ou (**F**), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência
( ) Para fatos geradores a partir de janeiro de 1995 não há atualização monetária
( ) Para fatos geradores ocorridos a partir de janeiro de 1995 serão aplicados como juros de mora um por cento no mês de vencimento e um por cento no mês de pagamento, fora a taxa própria para os meses intermediários
( ) A taxa de juros aplicada às contribuições sociais não recolhidas em época própria não poderá ser inferior a um por cento ao mês ou fração.

(a) V V V
(b) F F F
(c) F V V
(d) V V F
(e) F F V

Q.267

Origem

SRF :: Técnico da Receita Federal
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Não está previsto, em caso algum, como segurado-empregado obrigatório da Previdência Social do Brasil

(a) o trabalhador contratado no exterior para trabalhar no Brasil em empresa constituída e funcionando em território nacional segundo as leis brasileiras com salário estipulado em moeda estrangeira.
(b) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado no exterior, em sucursal ou em agência de empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede e administração no País.
(c) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, com maioria de capital votante pertencente a empresa constituída sob as leis brasileiras, que tenha sede e administração no País e cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no Brasil.
(d) o estrangeiro que presta serviços no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira, ainda que sem residência permanente no Brasil, e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou da repartição consular.
(e) o menor aprendiz, com idade de quatorze a dezoito anos, ainda que sujeito à formação técnico-profissional metódica, sob a orientação de entidade qualifi cada, nos termos da lei.

Q.268

Origem

SRF :: Técnico da Receita Federal
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Segundo a consolidação administrativa das normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Previdenciária - SRP, deve contribuir obrigatoriamente na qualidade de "segurado-empregado": ( ) o diretor empregado que seja promovido para cargo de direção de sociedade anônima, mantendo as características inerentes à relação de trabalho? ( ) o trabalhador contratado em tempo certo, por empresa de trabalho temporário?
( ) aquele que presta serviços de natureza contínua, mediante remuneração, à pessoa, à família ou à entidade familiar, no âmbito residencial desta, em atividade sem fi ns lucrativos?

(a) Sim, sim, sim
(b) Sim, não, não
(c) Sim, não, sim
(d) Sim, sim, não
(e) Não, não, não

20.3 SRF :: Técnico da Receita Federal - TI

Q.269

Origem

SRF :: Técnico da Receita Federal - TI
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Leia cada um dos assertos abaixo e assinale (**V**) ou (**F**), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência
( ) O segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração, que deixar de contribuir perde automaticamente a qualidade de segurado, para fins de receber benefícios
( ) O irmão não emancipado, menor de 21 anos, válido para o trabalho, alista-se entre os benefi ciários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado
( ) Se o cônjuge que se divorcia abre mão dos alimentos, processa-se o cancelamento da inscrição de dependente, para fi ns de benefícios previdenciários.

(a) V V V
(b) F F F
(c) V V F
(d) F V V
(e) F F V

20.4 SRF :: Técnico da Receita Federal

Q.270

A seguinte prestação (benefício) somente é concedida aos dependentes, não ao segurado:

(a) salário-família
(b) auxílio-reclusão
(c) salário-maternidade
(d) auxílio-acidente
(e) aposentadoria por invalidez

Origem

SRF :: Técnico da Receita Federal
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

20.5 PFN :: Procurador da Fazenda Nacional

Q.271

Em relação à Previdência Privada é correto afirmar que:

(a) entidades fechadas são aquelas acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão fiscalizador, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial.
(b) são denominados instituidores de entidades fechadas as empresas, os associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial.
(c) as entidades fechadas têm como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, podendo ofertá-los nas modalidades de contribuição definida e benefício definido.
(d) nas entidades fechadas, será informado ao órgão regulador e fiscalizador o responsável pelas aplicações dos recursos da entidade, escolhido entre os membros do conselho deliberativo e que responderá subsidiariamente pelas obrigações contraídas.
(e) as entidades abertas são constituídas sob a forma de sociedades anônimas ou sociedades civis e têm por objetivo operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único.

Origem

PFN :: Procurador da Fazenda Nacional
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

Q.272

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Seguridade Social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a

(a) assegurar os direitos relativos à previdência, assistência social e à educação, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.
(b) assegurar os direitos relativos à saúde, à assistência social e à previdência, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.
(c) assegurar os direitos relativos à previdência, assistência social, saúde e educação, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.
(d) assegurar os benefícios previdenciários e o direito à assistência social, independentemente da eqüidade na forma de participação no custeio, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.
(e) assegurar os direitos relativos à saúde, à assistência social e à educação, tendo como princípio, entre outros, a diversidade da base de financiamento.

Origem

PFN :: Procurador da Fazenda Nacional
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

Q.273

Assinale a opção incorreta.

(a) Os direitos sociais a prestações da Seguridade Social estão sob a chamada "reserva do possível", sendo vedada a criação ou majoração de benefícios sem a correspondente fonte de custeio.
(b) Aplicam-se às contribuições da Seguridade Social as limitações constitucionais ao poder de tributar, excetuada a norma do art. 150, III, b, da Constituição Federal de 1988, por expressa previsão da anterioridade nonagesimal no art. 195, §6o, da mesma Constituição.
(c) A instituição de outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da Seguridade Social, que não aquelas previstas no art. 195, I a IV, da Constituição Federal de 1988, deverá obedecer ao disposto no art. 154, I, do texto constitucional, devendo ocorrer por meio de lei complementar.
(d) As contribuições sociais previstas no inciso I, do art. 195, da Constituição Federal de 1988, não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra, porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
(e) É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, "a" e II, do art. 195, da Constituição Federal de 1988, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.

Origem

PFN :: Procurador da Fazenda Nacional
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Q.274

Origem

PFN :: Procurador da Fazenda Nacional
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Quanto à diversidade da base de financiamento da Seguridade Social é incorreto afirmar que:

(a) toda a sociedade tem a incumbência de financiar a Seguridade Social, de forma direta ou indireta, nos termos da lei.
(b) os trabalhadores e demais segurados devem contribuir, não incidindo a contribuição sobre a aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201, da Constituição Federal de 1988.
(c) o importador de bens ou serviços está excluído do custeio da Seguridade Social em razão da inexistência de risco social a ser coberto na atividade que lhe é peculiar, além de não haver base de cálculo contemplada no art. 195, incisos I a IV, da Constituição Federal.
(d) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados a pessoa física, a receita ou o faturamento e o lucro são bases de cálculo para as contribuições devidas pela empresa ou entidade a ela equiparada.
(e) a Seguridade Social receberá recursos dos orçamentos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

20.6 SRF :: Técnico da Receita Federal - TI

Q.275

Origem

SRF :: Técnico da Receita Federal - TI
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Leia cada um dos assertos abaixo e assinale (**V**) ou (**F**), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência
( ) A contribuição da União para a Seguridade Social é constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal
( ) Os recursos adicionais do Orçamento Fiscal para a Seguridade Social serão fixados obrigatoriamente na lei orçamentária anual
( ) A União é responsável pela cobertura de insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social.

(a) F F F
(b) V V V
(c) F V V
(d) V V F
(e) F F V

Q.276

Origem

SRF :: Técnico da Receita Federal - TI
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Será financiada também por contribuições sociais, mas não pela contribuição

(a) sobre os proventos de aposentadoria ou pensão concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social ao trabalhador ou demais segurados submetidos a tal regime.
(b) sobre a receita ou o faturamento, relativo a operações de comércio interno, do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei.
(c) sobre o lucro do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, independentemente de ser sujeito também pelo imposto de renda.
(d) do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar, independentemente da incidência do imposto de importação que no caso couber.
(e) do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

20.7 SRF :: Técnico da Receita Federal

Q.277

Origem

SRF :: Técnico da Receita Federal
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Organização da seguridade social

De acordo com a Constituição Federal/88, as instituições poderão participar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, podendo elas participar de forma

(a) alternativa.
(b) supletiva.
(c) complementar.
(d) contributiva.
(e) suspensiva.

Q.278

Origem

SRF :: Técnico da Receita Federal
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Segundo a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991,

(a) o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, devidamente constituídos, prescreve em dez anos.
(b) o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, devidamente constituídos, decai em cinco anos.
(c) o direito de a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após trinta anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído.
(d) o direito de a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após três anos contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.
(e) o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, constituídos na forma da lei e devidamente notificados ao sujeito passivo, prescreve em cinco anos contados da data do fato gerador.

Q.279

Origem

SRF :: Técnico da Receita Federal
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

A Constituição Federal, no seu art. 194, parágrafo único, elenca os objetivos da Seguridade Social. Entre os quais, está correto:

(a) a diversidade de atendimento.
(b) a eqüidade na forma de participação no custeio.
(c) a redutibilidade do valor dos benefícios.
(d) a universalidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
(e) a unicidade da base de financiamento.

Q.280

Origem

SRF :: Técnico da Receita Federal
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

De acordo com os princípios constitucionais da Seguridade Social, é incorreta a seguinte opção:

(a) não incidirá contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral da Previdência Social de que trata o art. 201 da CF/88.
(b) poderá ser instituída contribuição social do trabalhador sobre o lucro e o faturamento.
(c) podem ter alíquotas diferenciadas as contribuições sociais da empresa.
(d) os entes federados descentralizados têm seu orçamento da Seguridade Social distinto do orçamento da União.
(e) a transferência de recursos para o Sistema Único de Saúde terá seus critérios definidos em lei.

Q.281

Origem

SRF :: Técnico da Receita Federal
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Nos termos da CF/88, no seu art. 194, parágrafo único, inciso VII, a gestão da Seguridade Social ocorre de forma

(a) descentralizada, monocrática e quadripartite.
(b) centralizada, monocrática e quadripartite.
(c) centralizada, colegiada e quadripartite.
(d) descentralizada, colegiada e tripartite.
(e) descentralizada, democrática e quadripartite.

20.8 SRF :: Técnico da Receita Federal - TI

Q.282

Preencha as lacunas com as palavras que lhe parecerem adequadas e escolha a opção que as contenha. _ _ _ _ _ _ da obrigação previdenciária é _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ . Como regra geral, quando a remuneração do segurado empregado, inclusive do trabalhador avulso, for _ _ _ _ durante o mês, o salário de contribuição será a remuneração efetivamente paga, devida ou a ele creditada.

(a) Fato gerador - o salário de contribuição -reduzido ou majorado
(b) Base de cálculo - o limite mínimo e máximo do salário de contribuição - por causa das horas extras, maior que o normalmente pago
(c) salário de contribuição - o valor que serve de base para os benefícios - variável
(d) Alíquota - específica ou *ad valorem* - uniforme
(e) Base de cálculo - salário de contribuição - proporcional ao número de dias trabalhados1964

Origem

SRF :: Técnico da Receita Federal - TI
ESAF
2006

Assuntos relacionados

Salário-de-contribuição

Capítulo 21

FCC

21.1 TCE-CE :: Auditor

Q.283

Origem

TCE-CE :: Auditor
FCC
2006

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Observados os requisitos legais, o benefício da aposentadoria por idade

(a) poderá, em regra, ser concedida ao trabalhador rural, quando, cumprida a carência, forem completados 55 anos de idade, se homem, e 50, se mulher.
(b) consistirá, em regra, numa renda mensal de 70(c) não poderá, em regra, resultar da transformação do benefício de aposentadoria por invalidez, havendo expressa vedação legal neste sentido.
(d) de segurado empregado será devida a partir da data do desligamento do emprego, se for requerida até 180 dias após a data do efetivo desligamento.
(e) possui, em regra, o período de carência de 90 contribuições mensais e não pode ser concedida de forma compulsória.

Q.284

Origem

TCE-CE :: Auditor
FCC
2006

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Em regra, excluem-se da condição de contribuinte obrigatório do SUPSEC - Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará,

(a) os servidores públicos efetivos inativos dos Tribunais de Conta.
(b) o Governador e o Vice-Governador.
(c) Magistrados e membros do Ministério Público.
(d) os servidores públicos ocupantes exclusivamente de cargos de provimento em comissão.
(e) os Conselheiros ativos dos Tribunais de Conta do Estado.

21.2 TCE-CE :: Procurador de Contas

Q.285

Em regra, o auxílio-doença

(a) terá o período de carência de 10 contribuições mensais, podendo ser exigida, conforme a doença, o período de 24 contribuições mensais.
(b) será devido ao segurado empregado, a contar do trigésimo dia do afastamento da atividade.
(c) consistirá em uma renda mensal correspondente a 91(d) terá o prazo máximo de 180 meses, sendo, obrigatoriamente convertido em aposentadoria por invalidez ou compelido o retorno às atividades laboratícias.
(e) será devido ao segurado empregado, a contar do vigésimo dia do afastamento da atividade.

Origem

TCE-CE :: Procurador de Contas
FCC
2006

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

21.3 INSS :: Périto Médico

Q.286

O auxílio-acidente

(a) pressupõe seqüela definitiva após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza.
(b) é devido aos empregados, contribuintes individuais e trabalhadores avulsos.
(c) não exige o cumprimento do período de carência e tem caráter vitalício, extinguindo-se apenas com o óbito do segurado.
(d) é devido ao desempregado, desde que detenha qualidade de segurado.
(e) poderá ser cumulado com auxílio-doença e com aposentadoria por tempo de contribuição.

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.287

A pensão por morte

(a) é devida ao dependente inválido se a invalidez ocorrer após o óbito do segurado.
(b) é devida ao dependente que receba aposentadoria por invalidez que está dispensado da realização de nova perícia médica.
(c) cessa para a viúva com o novo casamento.
(d) cessa com a emancipação de segurado inválido.
(e) cessa com a adoção, para o filho adotado que receba pensão por morte dos pais biológicos, exceto quando o cônjuge ou companheiro adota o filho do outro.

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.288

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Pode-se afirmar corretamente que

(a) o retorno voluntário ao trabalho do aposentado por invalidez faz presumir a alta médica e acarreta a cessação automática do benefício, sem direito a nova perícia.
(b) a recuperação total da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, após a alta médica que ocorrer dentro de cinco anos contados do início do benefício, possibilita o contribuinte individual receber o valor integral do benefício durante quantos meses forem os anos de duração do benefício.
(c) aquele que receber aposentadoria especial e retornar à atividade que ensejou a concessão da aposentadoria terá o benefício cessado e está dispensado de devolver as importâncias recebidas da autarquia previdenciária.
(d) a recuperação total da capacidade laborativa do aposentado por invalidez, após a alta médica que ocorrer dentro de cinco anos contados da data do início do benefício, possibilita ao segurado contribuinte individual receber o valor integral do benefício por seis meses.
(e) o retorno voluntário ao trabalho do segurado que receber auxílio-doença faz presumir a alta médica e acarreta a cessação automática do benefício, sem direito a nova perícia.

Q.289

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

O auxílio-doença

(a) exige a incapacidade total e provisória para o exercício de todas as atividades laborativas.
(b) exige a incapacidade total e provisória para o exercício das atividades laborativas habituais.
(c) é devido aos segurados empregados desde o afastamento da atividade.
(d) é devido aos segurados especiais desde o requerimento.
(e) é devido, a contar do 16o dia, aos segurados empregados e domésticos.

Q.290

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Considera-se tempo de contribuição para fins de concessão de aposentadoria o

(a) período de contribuição efetuado por segurado facultativo.
(b) tempo de serviço baseado em prova exclusivamente testemunhal, quando não houver documentos contemporâneos dos fatos a serem comprovados.
(c) tempo de serviço militar já computado para a inatividade remunerada nas Forças Armadas.
(d) exercício da medicina, a partir da inscrição no Conselho Regional de Medicina.
(e) tempo de auxílio-reclusão.

Q.291

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

O salário-maternidade

(a) é indevido à mãe adotiva quando a mãe biológica tiver recebido o mesmo benefício por ocasião do nascimento da criança.
(b) é devido por 90 (noventa) dias, quando a adoção referir-se à criança com idade de um até quatro anos.
(c) será concedido em duplicidade, quando se tratar do nascimento de gêmeos.
(d) poderá ser prorrogado por duas semanas nas situações em que exista risco de vida para o feto, a criança ou a mãe.
(e) será pago juntamente com o auxílio-doença quando ocorrer incapacidade concomitante ao período de pagamento do benefício.

Q.292

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Benefícios

Para a concessão do benefício de prestação continuada é correto afirmar que

(a) a condição de internado prejudica o direito do idoso ou do portador de deficiência ao recebimento do benefício.
(b) o benefício alcança os estrangeiros naturalizados, domiciliados no Brasil desde que não amparados pelo sistema previdenciário do país de origem .
(c) o laudo comprovando a deficiência deve ser expedido pelo INSS, não sendo válido aquele emitido por qualquer outro serviço.
(d) a condição de incapacidade da família em prover a manutenção é considerada exclusivamente nos casos de beneficiários idosos.
(e) os portadores de deficiências irreversíveis adquiridas não têm direito ao benefício que é reservado ao portador de anomalias ou lesões hereditárias.

21.4 TCE-CE :: Procurador de Contas

Q.293

Origem

TCE-CE :: Procurador de Contas
FCC
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

O direito às prestações vencidas de um benefício previdenciário, em regra, prescreve em

(a) cinco anos, a contar da data da concessão do benefício, com prejuízo do direito ao benefício.
(b) cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, sem prejuízo do direito ao benefício.
(c) cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, com prejuízo do direito ao benefício.
(d) dez anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, com prejuízo do direito ao benefício.
(e) dez anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, sem prejuízo do direito ao benefício.

21.5 TCE-CE :: Auditor

Q.294

Na contagem recíproca de tempo de contribuição

(a) será, em regra, admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais.
(b) é permitido o computo, para fins de aposentadoria, do período trabalhado no serviço público e prestado na iniciativa privada, exceto para o trabalhador rural.
(c) será, em regra, contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro.
(d) é permitido o computo, para fins de aposentadoria, do período trabalhado no serviço público e prestado na iniciativa privada, exceto para o trabalhador urbano.
(e) é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes.

Origem

TCE-CE :: Auditor
FCC
2006

Assuntos relacionados

Contagem recíproca de tempo de contribuição

21.6 TCE-CE :: Procurador de Contas

Q.295

Considere as seguintes assertivas a respeito da contagem recíproca do tempo de serviço e compensação financeira:
I. A contagem recíproca do tempo de contribuição é feita em relação as contribuições efetuadas e não em relação à filiação.
II. A compensação financeira será feita ao sistema a que o interessado estiver vinculado ao requerer o benefício pelos demais sistemas, em relação aos respectivos tempos de contribuição ou de serviço.
III. Na contagem recíproca do tempo de contribuição é permitido a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada quando concomitantes.
IV. O tempo de contribuição utilizado para concessão de aposentadoria por um regime poderá ser contado por outro. Está correto o que se afirma SOMENTE em

(a) I e II.
(b) II e III.
(c) I e III.
(d) II e IV.
(e) I, II e IV.

Origem

TCE-CE :: Procurador de Contas
FCC
2006

Assuntos relacionados

Contagem recíproca de tempo de contribuição

21.7 INSS :: Périto Médico

Q.296

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Prestações da previdência social

Em relação ao acidente do trabalho pode-se afirmar que

(a) para a caracterização do acidente laboral, é necessário que este seja causa única da redução ou perda da capacidade laborativa do segurado.
(b) o ato de imprudência praticado por terceiro ou companheiro de trabalho, que acarrete a incapacidade laborativa do segurado não é considerado acidente de trabalho.
(c) o acidente ocorrido no trânsito que causa morte do segurado no caminho de volta do trabalho, mesmo com desvio do trajeto habitual para resolver assunto de seu interesse, é considerado acidente do trabalho.
(d) para caracterização técnica do nexo causal do acidente do trabalho, a perícia médica do INSS poderá ouvir testemunhas, efetuar pesquisa ou realizar vistoria do local de trabalho.
(e) o benzenismo que acarrete leucopenia, ainda que não incapacitante, autoriza a concessão de benefício acidentário.

Q.297

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Integram o orçamento da Seguridade Social no âmbito federal,

(a) as receitas da União, dos impostos e receitas de outras fontes.
(b) as contribuições sociais recolhidas pelas empresas, incidentes sobre a folha de salários, excluído o pequeno produtor rural.
(c) as contribuições sociais recolhidas pelas empresas, incidentes sobre o faturamento e o lucro.
(d) a receita do concurso de prognósticos e contribuições sobre os salários de empregados, salvo para aposentados que tenham retornado à atividade.
(e) as contribuições dos trabalhadores, inclusive dos servidores públicos sujeitos a regime próprio de previdência social.

21.8 TCE-CE :: Auditor

Q.298

Considere as seguintes assertivas a respeito do financiamento da Seguridade Social:
I. A seguridade social será financiada, de forma direta, mediante recursos provenientes exclusivamente do orçamento da União e das contribuições sociais.
II. Para as empresas haverá contribuição social sobre rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhes preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.
III. As contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos sessenta dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não podendo recair no mesmo exercício financeiro.
IV. São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei. Está correto o que se afirma SOMENTE em

(a) I e III.
(b) I e IV.
(c) II e IV.
(d) I, II e IV.
(e) II, III e IV.

Origem

TCE-CE :: Auditor
FCC
2006

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

21.9 TCE-CE :: Procurador de Contas

Q.299

Com relação ao financiamento da Seguridade Social é correto afirmar:

(a) As contribuições à Seguridade Social não poderão ser cobradas no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou aumentou.
(b) As receitas dos Estados, destinadas à Seguridade Social, constarão dos respectivos orçamentos, integrando, também, o orçamento da União.
(c) Em regra, as empresas poderão optar por não cumprir a obrigação de prestar a sua contribuição social.
(d) Constitui receita da Seguridade Social 40(e) Não incidirá contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos.

Origem

TCE-CE :: Procurador de Contas
FCC
2006

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

21.10 INSS :: Périto Médico

Q.300

A legislação da Assistência Social NÃO prevê

(a) os benefícios eventuais como o auxílio-natalidade ou por morte.
(b) a descentralização político-administrativa das decisões.
(c) a promoção da integração ao mercado de trabalho.
(d) a assistência às pessoas por intermédio de ações de recuperação da saúde.
(e) a promoção da integração do portador de deficiência à vida comunitária.

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.301

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Entre as atribuições dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CRST) NÃO consta

(a) cumprir o papel de principal porta de entrada para os portadores de agravos à saúde advindos do trabalho.
(b) utilizar critérios epidemiológicos e de avaliação de riscos no planejamento das ações.
(c) notificar compulsoriamente acidentes do trabalho em crianças e adolescentes e dermatoses ocupacionais.
(d) ser retaguarda técnica aos serviços de vigilância epidemiológica para análise dos agravos à saúde relacionados ao trabalho.
(e) estar subordinados a instâncias de controle social do SUS.

Q.302

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Assinale a alternativa correta.

(a) O primeiro diploma a instituir um sistema de previdência no Brasil foi a Lei Orgânica da Previdência Social - LOPS, de 1923, que criou a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários.
(b) O segurado da Previdência Social adquire o direito à aposentadoria no momento em que reúne todos os requisitos legais para a sua obtenção, inclusive o requerimento, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal.
(c) O objetivo constitucional da universalidade de cobertura autoriza o legislador a criar benefícios previdenciários independentemente de fonte de custeio.
(d) O direito previdenciário não pode ser considerado ramo autônomo do direito porque os princípios do direito do trabalho são inteiramente aplicáveis aos conflitos previdenciários.
(e) O salário-maternidade é um benefício previdenciário que tem seu valor correspondente ao salário da atividade para a segurada empregada a fim de impedir a discriminação na contratação de mulheres, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Q.303

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A legislação federal do SUS

(a) prevê que a informação sobre os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional, deve ser prestada exclusivamente ao Ministério Público do Trabalho.
(b) dispõe que a informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidente do trabalho, doença profissional e do trabalho deve ser prestada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
(c) prevê a assistência ao trabalhador vítima de acidente do trabalho, com exclusão dos portadores de doença profissional e do trabalho, cuja assistência médica está no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social.
(d) restringe a normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador às instituições e empresas públicas.
(e) garante ao sindicato dos trabalhadores o direito de requerer ao órgão competente a interdição da máquina, de setor de serviço e de todo ambiente de trabalho quando houver risco iminente de vida ou saúde dos trabalhadores.

Q.304

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Para estabelecimento de nexo causal, o parecer

(a) pode prescindir do exame físico/mental.
(b) deve considerar apenas o estudo do local de trabalho sendo dispensada a história ocupacional.
(c) deve ser conseqüente aos atendimentos individuais realizados por equipe multiprofissional.
(d) pode ser requerido pelo trabalhador somente após completar o período de 3 meses de experiência no trabalho.
(e) pode ser emitido por qualquer profissional da equipe multiprofissional.

21.11 TCE-CE :: Procurador de Contas

Q.305

De acordo com o Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará - SUPSEC, os pensionistas do Estado

(a) são segurados do SUPSEC por expressa determinação legal, obedecendo-se aos princípios básicos da seguridade social, exceto ao princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios.
(b) são segurados do SUPSEC por expressa determinação legal, obedecendo-se, dessa forma, especificamente, ao princípio da equidade na forma de participação no custeio.
(c) são segurados do SUPSEC por expressa determinação legal, obedecendo-se, dessa forma, especificamente, ao princípio da seletividade e distributividade da prestação de benefícios.
(d) são segurados do SUPSEC por expressa determinação legal, obedecendo-se aos princípios básicos da seguridade social, exceto ao princípio da diversificação da base de financiamento.
(e) não são segurados do SUPSEC, contribuindo a título de diversificação da base de financiamento, para preservação da capacidade de pagamento dos benefícios patrocinados pelo sistema.

Origem

TCE-CE :: Procurador de Contas
FCC
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

21.12 INSS :: Périto Médico

Q.306

Em relação à habilitação e reabilitação profissional das pessoas portadoras de deficiência, pode-se afirmar que

(a) as empresas com até duzentos empregados estão obrigadas a preencher 2(b) visam proporcionar aos beneficiários incapacitados total ou parcialmente para o trabalho os meios indicados para o reingresso no mercado de trabalho, sem incluir o fornecimento de órteses e próteses.
(c) é responsabilidade da Previdência Social a recolocação do reabilitando no mercado de trabalho, após a conclusão da reabilitação profissional.
(d) não se estende aos dependentes do segurado.
(e) é responsabilidade da Assistência Social.

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Reabilitação profissional

Q.307

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Qualidade de segurado

A respeito da manutenção e perda da qualidade de segurado é correto afirmar que

(a) a perda da qualidade de segurado acarreta o reinício da contagem do prazo de carência para a obtenção de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e aposentadoria especial.
(b) o segurado que estiver recebendo benefício por incapacidade mantém essa qualidade durante seis meses após a cessação do benefício, independentemente do retorno à atividade remunerada.
(c) a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão de auxílio-doença, aposentadoria especial e aposentadoria por tempo de contribuição.
(d) é irrelevante para a concessão da aposentadoria por idade, desde que o segurado comprove a carência exigida para a obtenção do benefício.
(e) o segurado facultativo tem um período de graça de seis meses, prazo que poderá ser prorrogado por doze meses se comprovada a situação de desempregado perante o Ministério do Trabalho e Emprego.

Q.308

Origem

INSS :: Périto Médico
FCC
2006

Assuntos relacionados

Carência

O cumprimento do período de carência

(a) não é exigido para a aposentadoria por invalidez quando a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza ou causa.
(b) é obrigatório e são exigidas 12 contribuições mensais para a aposentadoria por invalidez quando a incapacidade decorrer de hepatopatia grave.
(c) não é exigido para o salário-maternidade para as seguradas empregadas e facultativas.
(d) é obrigatório e são exigidas 180 contribuições mensais para a aposentadoria por idade para aqueles que se filiaram ao Regime Geral de Previdência Social em janeiro de 1990.
(e) é obrigatório e são exigidas 12 contribuições mensais para o auxílio-doença para os segurados especiais.

21.13 TCE-CE :: Auditor

Q.309

Entre os princípios que regem a Seguridade Social, encontra- se o da eqüidade na forma de participação no custeio. Especificamente, segundo esse princípio,

(a) apenas aqueles que estiverem em igualdade de condições contributivas é que terão que contribuir da mesma forma, diversificando empregados e empregadores.
(b) a proteção social deve alcançar todos os eventos cuja reparação seja premente, a fim de manter a subsistência de quem dele necessite.
(c) a escolha das prestações será feita de acordo com as possibilidades econômicas-financeiras do sistema da Seguridade Social.
(d) os benefícios serão concedidos a quem deles efetivamente necessite, não havendo um único benefício, mas sim vários.
(e) deverá ocorrer uma equivalência entre os benefícios e serviços concedidos às populações urbanas e rurais.

Origem

TCE-CE :: Auditor
FCC
2006

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Capítulo 22

FUNIVERSA

22.1 APEX-Brasil :: Analista Sênior - Contabilidade

Q.310

Analise as afirmativas sobre os princípios e objetivos da Previdência Social e assinale a alternativa correta.
I. Universalidade de participação nos planos previdenciários.
II. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
III. Seletividade e proporcionalidade na prestação dos benefícios.
IV. Cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente.
V. Redutibilidade do valor dos benefícios, de forma a adequar eventuais necessidades de ajuste fiscal. VI. Valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo. VII. Caráter democrático e centralizado da administração, mediante gestão bipartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

(a) Todas as afirmativas estão certas.
(b) Apenas as afirmativas I, II, IV, V e VII estão certas.
(c) Apenas as afirmativas I, III, V e VI estão certas.
(d) Apenas as afirmativas I, III e IV estão certas.
(e) Apenas as afirmativas I, II, IV e VI estão certas.

Origem

APEX-Brasil :: Analista Sênior - Contabilidade
FUNIVERSA
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.311

Origem

APEX-Brasil :: Analista Sênior - Contabilidade
FUNIVERSA
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Para fins do Regulamento da Previdência Social, assinale a alternativa correta em relação a conceituação do termo.

(a) Empresa é a firma individual ou a sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e as entidades da administração pública direta, indireta e fundacional.
(b) Empregador doméstico é aquele que admite a seu serviço, mediante remuneração, com finalidade lucrativa, empregado doméstico.
(c) Empresa é a firma individual ou a sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana, com fins lucrativos, bem como os órgãos e as entidades da administração pública direta, indireta e fundacional.
(d) Empregador doméstico é aquele que admite a seu serviço, sem remuneração nem finalidade lucrativa, empregado doméstico.
(e) Empresa é a sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e as entidades da administração pública direta, indireta e fundacional.

Q.312

Origem

APEX-Brasil :: Analista Sênior - Contabilidade
FUNIVERSA
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Analise as afirmativas sobre filiação facultativa e assinale a alternativa correta.
I. A dona-de-casa.
II. O síndico de condomínio, quando remunerado.
III. O estudante.
IV. O brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviço no exterior.
V. Aquele que deixou de ser segurado facultativo da previdência social. VI. O bolsista que se dedique em tempo integral a pesquisa, curso de especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado, no Brasil ou no exterior, desde que não esteja vinculado a qualquer regime de previdência social. VII. O presidiário que exerce atividade remunerada nem esteja vinculado a qualquer regime de previdência social. VIII. O brasileiro residente ou domiciliado no exterior, salvo se filiado a regime previdenciário de país com o qual o Brasil mantenha acordo internacional.

(a) Todas as afirmativas estão certas.
(b) Apenas as afirmativas II, III, IV, VII e VIII estão certas.
(c) Apenas as afirmativas I, III, IV e VI estão certas.
(d) Apenas as afirmativas I, III, IV, VI e VIII estão certas.
(e) Apenas as afirmativas I, II, IV, VI e VIII estão certas.

Q.313

A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Analise as afirmativas e assinale a alternativa correta.
I. Cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
II. Proteção à maternidade e paternidade.
III. Proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário.
IV. Salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
V. Pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes. VI. Proteção às crianças carentes mediante distribuição de parcela dos resultados da arrecadação da loteria de prognósticos.

(a) Todas as afirmativas estão certas.
(b) Apenas as afirmativas I, IV e V estão certas.
(c) Apenas as afirmativas I, III, V e VI estão certas.
(d) Apenas as afirmativas III, IV e V estão certas.
(e) Apenas as afirmativas I, II, IV e VI estão certas.

Origem

APEX-Brasil :: Analista Sênior - Contabilidade
FUNIVERSA
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Capítulo 23

TRT 13ª

23.1 TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.314

Assinale a afirmativa incorreta sobre os benefícios da Previdência Social, a teor do que dispõe a Lei 8.213/91:

(a) são segurados especiais da Previdência Social: o parceiro, o meeiro, o arrendatário rural, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros;
(b) todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral da Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas;
(c) mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, aquele que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração, pelo prazo de 12 (doze) meses após a cessação das contribuições;
(d) o enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado, presumindo-se, nesses casos, a dependência econômica;
(e) é considerado segurado obrigatório o exercente de mandato eletivo federal, estadual e municipal, desde que não vinculado a regime próprio da Previdência Social.

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2006

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.315

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Ao tratar sobre benefícios previdenciários a Lei 8.213/91 estabelece que:
I. o salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado e ao segurado trabalhador avulso, exceto ao doméstico e ao aposentado por invalidez ou por idade;
II. o salário-maternidade para a trabalhadora avulsa, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá em um valor correspondente à média de sua remuneração dos últimos seis meses;
III. a perda da audição, em qualquer grau, somente proporcionará a concessão do auxílio-acidente quando, além do reconhecimento de causalidade entre o trabalho e a doença, resultar, comprovadamente, na redução ou perda da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia;
IV. o aposentado por invalidez que necessitar de assistência permanente de outra pessoa terá o benefício acrescido de 25

(a) nenhuma afirmativa está correta;
(b) apenas uma afirmativa está correta;
(c) apenas duas afirmativas estão corretas;
(d) apenas três afirmativas estão corretas;
(e) todas as afirmativas estão corretas.

Q.316

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2006

Assuntos relacionados

Benefícios

O Programa do seguro-desemprego, que objetiva prover a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo, dispõe que:

(a) o trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido à condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção do seguro-desemprego correspondente a parcela única, no valor de um salário mínimo;
(b) o pagamento do seguro-desemprego será suspenso quando do início de percepção de benefício de prestação continuada de Previdência Social, inclusive o auxílio-acidente, o auxílio-desemprego suplementar e o abono de permanência em serviço;
(c) terá direito ao seguro-desemprego o trabalhador que comprovar ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 meses nos últimos 24 meses;
(d) o benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo de 4 (quatro) meses de forma contínua ou alternada a cada período aquisitivo de 16 (dezesseis) meses;
(e) o benefício do seguro-desemprego será cancelado pela recusa por parte do trabalhador desempregado, de outro emprego, independentemente de sua qualificação e remuneração anterior.

Q.317

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2006

Assuntos relacionados

Prestações da previdência social

No que se refere ao acidente de trabalho, assinale a alternativa correta:

(a) considera-se como o dia do acidente, no caso de doença profissional ou de trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este feito o que ocorrer primeiro;
(b) na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, desde que expedida até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência;
(c) o segurado que sofreu o acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxíliodoença- acidentário, condicionada à percepção do auxílio-acidente;
(d) o acidente ligado ao trabalho que haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija a atenção médica para a sua recuperação, equipara-se ao acidente de trabalho, desde que tenha sido a causa única;
(e) equipara-se ao acidente de trabalho o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho, se ocorrido no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, salvo se em veículo de propriedade do segurado.

Q.318

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2006

Assuntos relacionados

Salário-de-contribuição

A respeito do salário-de-contribuição, segundo a Lei 8.212/91, não é correto afirmar:

(a) o salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição;
(b) o décimo terceiro salário integra o salário-de-contribuição, exceto para o cálculo do benefício, na forma estabelecida em regulamento;
(c) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da sua residência não integram o salário-de-contribuição;
(d) não é considerado salário-de-contribuição o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso das despesas com medicamentos, despesas hospitalares e outras similares, desde que fornecidos em razão de cargo de gestão e a cobertura abranja 1/3 (um terço) dos empregados;
(e) o total das diárias pagas, quando excedentes a 50

Capítulo 24

TRT 14ª

24.1 TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.319

Dadas as proposições, aponte abaixo a alternativa CORRETA:
I - O salário-de-contribuição relativo ao contribuinte individual é a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observados os limites mínimos e máximos previstos na legislação.
II - O salário-maternidade não é considerado salário-de-contribuição.
III - São isentas de contribuição para a Seguridade Social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
IV - É segurado facultativo o menor de quatorze anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição.

(a) todas as proposições estão corretas;
(b) apenas as proposições I e IV estão corretas;
(c) apenas as proposições II e III estão corretas;
(d) apenas as proposições I e III estão corretas;
(e) apenas as proposições II e IV estão corretas.

Origem

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 14ª
2006

Assuntos relacionados

Custeio

Q.320

Independe de carência, a concessão de:

(a) aposentadoria por invalidez;
(b) aposentadoria por tempo de serviço;
(c) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez;
(d) auxílio-doença, desde que, após filiar-se ao Regime Geral, o segurado for acometido por neoplasia maligna;
(e) As alternativas "a", "c" e "d" estão corretas

Origem

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 14ª
2006

Assuntos relacionados

Carência

Q.321

Qual das parcelas integra o salário-de-contribuição?

(a) férias indenizadas;
(b) aviso prévio indenizado;
(c) décimo terceiro salário;
(d) diárias para viagens não excedentes a 50(e) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Origem

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 14ª
2006

Assuntos relacionados

Salário-de-contribuição

Capítulo 25

TRT 16ª

25.1 TRT 16ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.322

Analise as proposições abaixo:
I. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo quinto dia do afastamento da atividade e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.
II. A aposentadoria por idade, uma vez cumprida a carência exigida, será devida ao segurado que completar sessenta e cinco anos de idade, se homem, ou sessenta, se mulher, reduzidos esses limites para sessenta e cinqüenta e cinco anos de idade para os trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres, referidos na alínea *a* do inciso I, na alínea *j* do inciso V e nos incisos VI e VII do *caput* do art. 9. º, bem como para os segurados garimpeiros que trabalhem, comprovadamente, em regime de economia familiar, conforme definido no §5ºdo art. 9º.
III. Será devido o salário-maternidade à segurada especial, desde que comprove o exercício de atividade rural nos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do parto ou do requerimento do benefício, quando requerido antes do parto, mesmo que de forma descontínua, aplicando-se, quando for o caso, o disposto no parágrafo único do art. 29.
IV. Falecendo o segurado detido ou recluso, o auxílio reclusão que estiver sendo pago não será convertido em pensão por morte. Assinale a opção Correta:

(a) Somente a proposição II é verdadeira;
(b) As proposições I e II são verdadeiras;
(c) As proposições II e III são verdadeiras;
(d) Somente as proposições I e III são falsas;
(e) Todas as proposições são falsas.

Origem

TRT 16ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 16ª
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.323

Origem

TRT 16ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 16ª
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Assinalar a opção INCORRETA, com fulcro na legislação vigente:

(a) Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto de: aposentadoria e auxílio-doença; mais de uma aposentadoria; aposentadoria e abono de permanência em serviço; salário-maternidade e auxílio doença; mais de um auxílio acidente; mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.
(b) É vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto pensão por morte ou auxílio-acidente.
(c) Independe de carência a concessão de pensão por morte, auxílioreclusão, salário-família e auxílio-acidente.
(d) Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a fazenda pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior a propositura da ação.
(e) É de 05 (cinco) anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferi tória definitiva no âmbito administrativo.

Q.324

Origem

TRT 16ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 16ª
2006

Assuntos relacionados

Organização da seguridade social

Dentre as proposições seguintes:
I. A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos: universalidade de participação nos planos previdenciários; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios; cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente; irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo; valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo; previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional; caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados.
II. Compete ao Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS, dentre outras coisas: Estabelecer diretrizes gerais e apreciar as decisões de políticas aplicáveis à Previdência Social; apreciar e aprovar propostas orçamentárias da Previdência Social, antes de sua consolidação na proposta orçamentária da Seguridade Social; elaborar e aprovar seu regimento interno.
III. As decisões proferidas pelo CNPS deverão ser publicadas no Diário Oficial da União.
IV. O Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS, órgão superior de deliberação colegiada, é composto por: 9 (nove) representantes do Governo Federal; 6 (seis) representantes da sociedade civil.
É VERDADEIRO afirmar que:

(a) Somente as proposições I e II estão corretas.
(b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
(c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
(d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
(e) Todas as proposições estão incorretas.

Capítulo 26

TRT 18ª

26.1 TRT 18ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.325

Segundo a legislação pertinente, está enquadrado como segurado especial:

(a) O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.
(b) A pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.
(c) A pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.
(d) A pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.
(e) O titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração.

Origem

TRT 18ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 18ª
2006

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.326

Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da previdência social, exceto:

(a) aposentadoria e auxílio-doença
(b) seguro-desemprego e auxílio-acidente
(c) salário-maternidade e auxílio-doença
(d) aposentadoria e abono de permanência em serviço
(e) mais de um auxílio-acidente

Origem

TRT 18ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 18ª
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.327

Origem

TRT 18ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 18ª
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Considere as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.
I - Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
II - Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de 30 [trinta] dias, o auxílio-doença será devido a contar da data da entrada do requerimento.
III - Para a concessão do auxílio-doença é sempre exigido o cumprimento do período de carência de 12 meses previsto em Lei.
IV - Ao segurado avulso e ao contribuinte individual, o auxíliodoença é devido a contar do 16ºdia do afastamento da atividade.
V - A empresa que garantir ao segurado licença remunerada ficará obrigada a pagar-lhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença.

(a) apenas o item III está incorreto
(b) apenas o item II está incorreto
(c) apenas os itens II, III e IV estão incorretos
(d) apenas os itens III e IV estão incorretos
(e) todos os itens estão corretos

Q.328

Origem

TRT 18ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 18ª
2006

Assuntos relacionados

Prestações da previdência social

Constituem hipóteses de acidente do trabalho por equiparação previstas em lei, com exceção de:

(a) doença endêmica resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.
(b) acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho em consequência de ato de agressão paraticado por terceiro.
(c) doença proveniente de contaminação acidental no trabalho.
(d) acidente sofrido pelo segurado fora do local e horário de trabalho, ocorrido na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.
(e) acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação.

Capítulo 27

TRT 1ª

27.1 TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.329

Admite-se, para fins de prestações previdenciárias, como reconhecimento do tempo de serviço, a existência de vínculo empregatício entre o filho que contrata a própria mãe como empregada doméstica? Assinale a reposta **correta** :

(a) não, porque, em direito, a fraude é sempre presumida;
(b) não, porque o direito a prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos;
(c) sim, mas o reconhecimento do vínculo de natureza trabalhista não produz efeitos na esfera previdenciária;
(d) não, porque há óbice legal que impede o vínculo empregatício entre mãe e filho;
(e) sim, pois inexiste proibição legal. Em ocorrendo contrato de trabalho doméstico entre mãe e filho, é ela segurada obrigatória para todos os efeitos legais.

Origem

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 1ª
2006

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.330

Em relação aos dependentes do segurado, assinale a alternativa **incorreta:**

(a) a existência de um dependente de hierarquia superior exclui o direito dos dependentes inferiores;
(b) após o falecimento de dependente superior, o benefício não se transfere para os dependentes inferiores, só para os de mesma hierarquia;
(c) se há dependentes da mesma categoria, o benefício é dividido em partes iguais;
(d) se um dos filhos do segurado morre ou atinge à maioridade, sua parcela reverte para os demais, em partes iguais, da mesma categoria;
(e) com a edição do novo Código Civil, a lei previdenciária foi alterada, reduzindo para 18 anos a idade limite de dependência dos filhos.

Origem

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 1ª
2006

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.331

Origem

Regra geral, assinale o benefício que não possui carência:

(a) auxílio-doença;
(b) aposentadoria por invalidez;
(c) aposentadoria especial;
(d) pensão por morte;
(e) aposentadoria por idade.

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 1ª
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.332

Origem

Não é considerado benefício previdenciário:

(a) salário-família;
(b) salário-maternidade;
(c) auxílio-reclusão;
(d) auxílio-acidente;
(e) seguro-desemprego.

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 1ª
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.333

Origem

Em relação à aposentadoria por invalidez, assinale a alternativa **correta** :

(a) Não pode ser concedida a segurado que esteja em gozo de auxílio-doença;
(b) Se a invalidez do segurado decorre de doença ou lesão preexistentes à filiação, o benefício não será concedido;
(c) Pode ser concedida sem perícia médica, bastando atestado de médico particular;
(d) O aposentado por invalidez não pode recuperar sua capacidade laborativa;
(e) A renda mensal deste benefício é equivalente a 91

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 1ª
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.334

Origem

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 1ª
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

A respeito da decadência e da prescrição, é **incorreto** dizer que:

(a) é de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao recebimento da primeira prestação, ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo;
(b) prescreve em cinco anos, a contar da data em que teriam sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil;
(c) prescreve em dois anos, a contar da data da declaração da existência da relação de emprego anterior ao registro na Carteira de Trabalho, o prazo para pretender o cômputo do período para fins de benefícios e prestações;
(d) prescreve em cinco anos a prestação por acidente do trabalho, quando dele resultar a morte ou a incapacidade temporária, verificada esta em perícia médica a cargo da Previdência Social;
(e) prescreve em cinco anos a prestação por acidente do trabalho, em que for reconhecida, pela Previdência Social, a incapacidade permanente ou o agravamento das seqüelas do acidente.

Q.335

Origem

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 1ª
2006

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

A natureza jurídica dos regimes básicos previdenciários é:

(a) contratual;
(b) institucional;
(c) indenizatória;
(d) retributiva;
(e) securitária.

Q.336

Origem

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 1ª
2006

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Segundo Sérgio Pinto Martins, "o Direito da Seguridade Social é um conjunto de princípios, de normas e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam, de prover as suas necessidades pessoais básicas e de suas famílias, integrado por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social" ("Direito da seguridade social", 12ªed. Atlas, 1999, p. 41). Diante do exposto, é incorreto afirmar que o Poder Público deve organizar a seguridade social com base nos seguintes objetivos:

(a) irredutibilidade do valor dos benefícios e eqüidade na forma de participação no custeio;
(b) diversidade da base de financiamento;
(c) universalidade da cobertura e do atendimento;
(d) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações, observadas as características próprias da zona urbana e da zona rural;
(e) caráter democrático, e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e dos Governo nos órgãos colegiados.

Capítulo 28

TRT 22ª

28.1 TRT 22ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa

Q.337

Origem

TRT 22ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa
TRT 22ª
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Assinale a alternativa INCORRETA:

(a) É de 10 (dez) anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão de indeferimento, definitiva no âmbito administrativo;
(b) Prescreve em 5 (cinco) anos, a partir da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo quando se tratar de direito de menores, incapazes e ausentes, na forma da Lei Civil;
(c) Prescreve em 10 (dez) anos, a partir da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo quando se tratar de direito de menores, incapazes e ausentes, na forma da Lei Civil;
(d) O direito de a Previdência Social anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos seus beneficiários decai em 10 (dez) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé;
(e) Prescrevem em 5 (cinco) anos as ações referentes a prestação por acidente de trabalho, contados da data do acidente, quando dele resultar a morte ou incapacidade temporária, ou da data em que for reconhecida pela Previdência Social a incapacidade permanente ou o agravamento das seqüelas resultantes do acidente.

Q.338

Origem

TRT 22ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa
TRT 22ª
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Não se inclui entre os benefícios devidos ao segurado do Regime Geral de Previdência Social:

(a) Auxílio-doença;
(b) Auxílio-reclusão;
(c) Auxílio-acidente;
(d) Salário-maternidade;
(e) Salário-família.

Q.339

Origem

Integram o salário-de-contribuição, para fins previdenciários:

(a) As diárias para viagens, desde que excedam a 50(b) Os benefícios da Previdência Social, nos termos e limites legais, salvo o saláriomaternidade;
(c) A parcela recebida a título de vale-transporte, nos termos da legislação respectiva;
(d) A participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica;
(e) o valor correspondente a vestuário, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho para prestação dos respectivos serviços.

TRT 22ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa
TRT 22ª
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.340

Origem

Assinale a alternativa em que todas as prestações enumeradas independem de período de carência para fim de concessão:

(a) Auxílio-doença, salário maternidade e aposentadoria com contagem de tempo especial por exercício de atividade insalubre ou perigosa;
(b) Salário-família, salário-maternidade para segurada professora e pensão por morte;
(c) Pensão por morte, auxílio-doença e aposentadoria por tempo de serviço a segurado especial;
(d) Pensão por morte, auxílio-reclusão e auxílio-acidente;
(e) Salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora eventual e empregada doméstica.

TRT 22ª:: Juiz do trabalho substituto - 2ªetapa
TRT 22ª
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Capítulo 29

TRT 23ª

29.1 TRT 23ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.341

Assinale a alternativa correta:

(a) a pensão por morte pode ser protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente;
(b) o auxílio-doença sempre será devido, sem lapso de carência, ao segurado que ficar incapacitado para seu trabalho ou para a atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos;
(c) o auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão, nas condições diferentes da pensão por morte;
(d) é devido abono anual ao segurado e ao dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebeu auxíliodoença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão;
(e) o auxílio-acidente será concedido, como indenização e em caráter substitutivo ao salário, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

Origem

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.342

A respeito do Programa do Seguro-Desemprego, não é correto afirmar que:

(a) tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta;
(b) auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional;
(c) o seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por um período máximo variável de 03 (três) a 05 (cinco) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 24 (vinte quatro) meses;
(d) o depósito do FGTS constitui um dos requisitos para o trabalhador doméstico habilitar-se ao benefício do seguro-desemprego;
(e) o fato de o trabalhador possuir renda própria de qualquer natureza suficiente a sua manutenção e de sua família obsta o recebimento do benefício seguro-desemprego.

Origem

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Benefícios

Q.343

Origem

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Assinale a alternativa correta

(a) em relação à exação previdenciária, pode-se definir que a decadência é extinção do direito do Instituto Nacional do Seguro Social de promover a execução judicial do seu crédito já constituído, em virtude de não tê-lo exercido dentro do prazo legal;
(b) em relação à exação previdenciária, a prescrição é a perda do direito de o Instituto Nacional do Seguro Social apurar e constituir, por lançamento, o seu crédito previdenciário, em decorrência de não tê-lo no exercido no lapso de tempo que a lei lhe assegurou pelo INSS;
(c) prescreve em três anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil;
(d) na hipótese de cessação do pagamento do benefício previdenciário, tendo o segurado interposto recurso contra tal decisão, a prescrição qüinqüenal somente começa correr a partir da decisão definitiva do processo administrativo;
(e) todas estão corretas.

Q.344

Origem

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Prestações da previdência social

Assinale a alternativa incorreta:

(a) acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho;
(b) considera-se acidente do trabalho a doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;
(c) considera-se acidente do trabalho a doença do trabalho assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;
(d) não se equipara ao acidente de trabalho o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;
(e) equipara-se ao acidente de trabalho o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em conseqüência de ato de pessoa privada do uso da razão.

Q.345

Não é correto afirmar que:

(a) a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;
(b) a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; e a diversidade da base de financiamento são princípios constitucionais da Seguridade Social;
(c) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, princípio constitucional da Seguridade Social, significa que haverá idêntico valor para os benefícios;
(d) por universalidade da cobertura e do atendimento, princípio constitucional da Seguridade Social, entende-se que a proteção social deve alcançar todos os eventos cuja reparação seja premente, a fim de manter a subsistência de quem dela necessite e, no atinente ao atendimento, significa a entrega das ações, prestações e serviços de seguridade social a todos os que necessitem, tanto em termos de previdência social, obedecido o princípio contributivo, como no caso da saúde e da assistência social;
(e) eqüidade na forma de participação no custeio é um princípio constitucional da seguridade social.

Origem

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Q.346

É correto afirmar que incide contribuição previdenciária sobre as seguintes parcelas:

(a) salário, gratificação, 13ºsalário e aviso prévio indenizado;
(b) salário, gratificação, 1ªparcela do 13ºsalário e comissões;
(c) horas extras, gorjetas, gratificação e salário-maternidade;
(d) salário, gratificação, 13ºsalário e diárias inferiores a 50(e) salário, prêmios, gratificação e ajuda de custo.

Origem

TRT 23ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 23ª
2006

Assuntos relacionados

Salário-de-contribuição

Capítulo 30

TRT 24ª

30.1 TRT 24ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.347

Tratando da Arrecadação e Recolhimento das Contribuições Previdenciárias, a Lei 8.212/91 dispõe, EXCETO:

(a) Os segurados contribuinte individual e facultativo estão obrigados a recolher sua contribuição por iniciativa própria, até o dia quinze do mês seguinte ao da competência.
(b) O empregador doméstico está obrigado a arrecadar a contribuição do segurado empregado a seu serviço e a recolhê-la, assim como a parcela a seu cargo, até o dia quinze do mês seguinte ao da competência.
(c) As empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, solidariamente, pelas obrigações decorrentes desta Lei.
(d) O crédito da seguridade social é constituído por meio de notificação de débito, autode- infração, confissão ou documento declaratório de valores devidos e não recolhidos apresentado pelo contribuinte.
(e) As contribuições devidas à Seguridade Social, incluídas ou não em notificação de débito, poderão, após verificadas e confessadas, ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 45 (quarenta e cinco) meses, observado o disposto em regulamento.

Origem

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 24ª
2006

Assuntos relacionados

Recolhimento das contribuições

Q.348

Origem

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 24ª
2006

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Assinale a alternativa INCORRETA:

(a) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício.
(b) O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por esse Regime é segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata a Lei nº8.212/91, para fins de custeio da Seguridade Social.
(c) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido compõem a primeira classe de dependentes do segurado da Previdência Social e têm a seu favor a presunção de dependência econômica em relação ao segurado.
(d) O irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido, é dependente do segurado na terceira classe, sendo que apenas o irmão inválido está dispensado de fazer prova de dependência econômica.
(e) O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento.

Q.349

Origem

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 24ª
2006

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Em relação à aposentadoria por invalidez, assinale a alternativa CORRETA:

(a) Sua concessão dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico a cargo e às expensas do segurado.
(b) Se a invalidez for decorrente de doença ou lesão das quais o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não será possível, em nenhuma hipótese, a concessão da aposentadoria por invalidez.
(c) A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100(d) Somente terá direito à aposentadoria por invalidez o segurado que esteja em gozo de auxílio-doença.
(e) O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria suspensa, a partir da data do retorno.

Q.350

Origem

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 24ª
2006

Assuntos relacionados

Benefícios

Considerando as disposições da Lei nº7.998/90, assinale a alternativa INCORRETA:

(a) O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada, conforme o disposto no §2ºdo art. 2º-C da Lei nº7.998/90.
(b) O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por um período máximo de 06 (seis) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 18 (dezoito) meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação.
(c) A percepção de auxílio-acidente não é causa de suspensão do pagamento do benefício do seguro-desemprego.
(d) O cancelamento de seguro-desemprego em virtude de comprovação de fraude visando o recebimento indevido do benefício, acarreta a suspensão do direito do trabalhador à percepção do seguro-desemprego, por um período de 02 (dois) anos, ressalvado o prazo de carência, dobrando-se aquele período em caso de reincidência.
(e) O seguro-desemprego é direito pessoal e intransferível do trabalhador, podendo ser requerido a partir do sétimo dia subseqüente à rescisão do contrato de trabalho.

Q.351

Origem

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 24ª
2006

Assuntos relacionados

Prestações da previdência social

Considerando as disposições da Lei nº8.213/91, analise as proposições que se seguem:
I. Doença do trabalho é aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
II. Doença profissional é a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
III. Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro.
IV. A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador, constituindo contravenção penal, punível com multa, o descumprimento das normas de segurança e higiene do trabalho.
V. Equipara-se ao acidente de trabalho, para os efeitos da Lei 8.213/91, o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído direta ou indiretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação. Assinale a alternativa CORRETA:

(a) Estão corretas as proposições III e IV.
(b) Todas as proposições estão corretas.
(c) Todas as proposições estão incorretas.
(d) Apenas a proposições IV e V estão corretas.
(e) Apenas a proposição III está incorreta.

Q.352

Origem

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 24ª
2006

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Sobre a Seguridade Social assinale a INCORRETA:

(a) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público, permitido, com restrições, o recebimento de benefícios ou incentivos fiscais.
(b) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada; do trabalhador e dos demais segurados da previdência social; sobre a receita de concursos de prognósticos; e do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.
(c) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
(d) O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.
(e) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Q.353

Origem

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 24ª
2006

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Quanto à prescrição e decadência das contribuições à Seguridade Social, considere as proposições que se seguem:
I. Na conformidade do Código Tributário Nacional, a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.
II. Segundo o Código Tributário Nacional, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:
I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
III. Segundo o Código Tributário Nacional, a prescrição e a decadência são modalidades de extinção do crédito tributário.
IV. Na conformidade da Lei 8.212/91, o direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos contados:
I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;
II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.
V. Segundo a Lei 8.212/91, o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, constituídos na forma do artigo 45, prescreve em 10 (dez) anos.
RESPONDA:

(a) Todas as proposições estão incorretas.
(b) Todas as proposições estão corretas.
(c) Apenas a proposição III está correta
(d) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas.
(e) Apenas a proposição I está incorreta.

Q.354

Origem

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 24ª
2006

Assuntos relacionados

Carência

Como regra geral, dependem de carência os seguintes benefícios, EXCETO:

(a) Auxílio-doença.
(b) Salário-maternidade.
(c) Pensão por morte.
(d) Aposentadoria por idade.
(e) Aposentadoria por invalidez.

Q.355

Origem

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 24ª
2006

Assuntos relacionados

Carência

Quanto ao período de carência, pode-se dizer que, EXCETO:

(a) O serviço social independe de carência.
(b) A reabilitação profissional independe de carência.
(c) Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 2/3 (dois terços) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.
(d) Independe de carência a concessão de salário-família.
(e) A aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho independe de período de carência.

Q.356

Origem

TRT 24ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 24ª
2006

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Sobre a Seguridade Social, assinale a INCORRETA:

(a) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
(b) A Constituição Federal determina competir ao Poder Público a organização, nos termos da lei, da seguridade social, com a observância obrigatória da diversidade da base de financiamento, dentre outros objetivos.
(c) A Constituição Federal veda a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
(d) A Constituição Federal determina competir ao Poder Público a organização, nos termos da lei, da seguridade social, com a observância do caráter democrático e centralizado, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados, dentre outros objetivos.
(e) A Constituição Federal determina competir ao Poder Público a organização, nos termos da lei, da seguridade social, com a observância obrigatória da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, dentre outros objetivos.

Capítulo 31

TRT 8ª

31.1 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa

Q.357

Entre os princípios que regem a Previdência Social está (ão) incluído (os):

(a) O caráter democrático e centralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados.
(b) A universalidade de participação nos planos previdenciários, incluindo a previdência privada.
(c) A uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, independente de seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
(d) O cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição não corrigidos monetariamente.
(e) Irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo e valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário-mínimo.

Origem

TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.358

Sobre os objetivos constitucionais da Seguridade Social é correto afirmar que:

(a) A Constituição Federal disciplina a uniformidade e equivalência de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, inclusive para os servidores civis, militares e congressistas.
(b) A universalidade da cobertura é entendida como as contingências cobertas pelo sistema, como a impossibilidade de retornar ao trabalho, a idade avançada, a morte, etc, enquanto a universalidade do atendimento refere-se às prestações que as pessoas necessitam, pois todos têm direito a socorrer-se do sistema, independentemente do pagamento de contribuições, sendo direito da pessoa e dever do Estado.
(c) A distributividade tem caráter social, todavia a seleção das prestações é feita de acordo com as possibilidades econômico-financeiras do sistema da seguridade social, de modo a beneficiar todas a pessoas indistintamente.
(d) A irredutibilidade do valor dos benefícios é nominal, real e independe de lei ordinária, diante do princípio da irredutibilidade salarial.
(e) A gestão administrativa da Seguridade Social é quatripartite, com caráter democrático e centralizado, envolvendo: governo, aposentados, trabalhadores e empregadores.

Origem

TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Capítulo 32

TRT 9ª

32.1 TRT 9ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa

Q.359

Origem

TRT 9ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Maria compareceu, no mês de abril de 2006, a uma das agências da Previdência Social e, após aguardar por horas na fila, foi, enfim, atendida, quando apresentou à servidora do INSS o seguinte relato: "Moça sou analfabeta. Tenho 60 anos (nasci em 05.09.1945). Sempre trabalhei, desde pequena. Ajudava minha mãe em casa, isso lembro bem, trabalho desde que tinha 8 (oito) anos de idade. Depois dos 15 (quinze) anos de idade saí para trabalhar fora, como doméstica. Fui registrada por 3 (três) anos apenas, isso entre os anos de 1998 a 2000. Nos últimos 6 (seis) anos não mais trabalhei, porque não tenho mais saúde, não tenho força para trabalhar. Hoje vivo sozinha, estou doente e não tenho nenhuma renda. O médico me disse que não posso mais trabalhar. Então eu quero uma aposentadoria ou qualquer outra ajuda para que eu não morra de fome". A partir desse relato hipotético, julgue as seguintes assertivas:
I. Maria não tem direito à aposentadoria da Previdência Social, pois não reúne os requisitos mínimos exigidos para a aposentadoria por tempo de contribuição.
II. Maria tem direito à aposentadoria por idade, já que conta com mais de 60 anos e contribuiu por 3(três) anos para o sistema, satisfazendo, assim, os requisitos para essa prestação previdenciária.
III. Maria não tem direito a qualquer prestação da Previdência Social porque, ao deixar de contribuir para o sistema nos últimos 6(seis) anos, perdeu a condição de segurada.
IV. Maria tem direito à aposentadoria por invalidez em razão de não possuir mais capacidade para o trabalho, pois esse benefício não exige carência.

(a) Somente as alternativas I, II e III estão corretas
(b) Somente as alternativas I e II estão corretas
(c) Somente as alternativas I e III estão corretas
(d) Somente as alternativas II e III estão corretas
(e) Somente a alternativa II está correta

Q.360

Origem

TRT 9ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Analise as alternativas e marque a correspondente:
I. Pela sistemática atual da Lei n. 8.213/91, o benefício da aposentadoria não pode ser acumulado com auxílio-acidente.
II. O auxílio-acidente é devido quando comprovada a perda parcial da capacidade de trabalho do segurado, independentemente da existência de nexo causal, pois impera a responsabilidade objetiva da Previdência Social.
III. O salário-família e o salário-maternidade são prestações previdenciárias pagas diretamente pelo empregador, salvo o doméstico, cujos valores podem ser posteriormente compensados ou ressarcidos pelo empregador junto à Previdência Social.
IV. As expressões "tempo de serviço" e "tempo de contribuição" são equivalentes, para períodos prestados anteriormente a 15.12.1998.

(a) somente as alternativas I, II e III estão corretas
(b) somente as alternativas I, III e IV estão corretas
(c) somente as alternativas I e IV estão corretas
(d) somente as alternativas III e IV estão corretas
(e) todas estão corretas

Q.361

Origem

TRT 9ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Sobre a disciplina do acidente de trabalho, marque a alternativa incorreta:

(a) São prestações previdenciárias decorrentes de acidente de trabalho o auxílio-acidente, a aposentadoria por invalidez, o auxílio-doença acidentário e a pensão por morte.
(b) O afastamento do empregado por motivo de acidente durante a execução do seu trabalho, ainda que não superior a quinze dias, é caracterizado como acidente de trabalho.
(c) O empregado doméstico e o contribuinte individual também fazem jus ao auxílio-acidente, caso cumpram os requisitos de elegibilidade para esse benefício.
(d) O auxílio-acidente depende de prévia caracterização do acidente do trabalho pela perícia médica da Previdência Social, cuja renda mensal é assegurada aos empregados acidentados a partir da data do retorno ao trabalho.
(e) O pagamento de indenização do acidente de trabalho pela Previdência Social, em decorrência do seguro de acidente de trabalho pago pelo empregador, não exclui a responsabilidade civil do empregador de pagar pensão à vítima do acidente ou a seus dependentes pelo mesmo evento.

Q.362

Assinala a alternativa incorreta:

(a) O valor da pensão por morte é de 100(b) O trabalhador rural, que exerceu atividade em regime de economia familiar até a edição da Lei n. 8.213/91, tem direito à aposentadoria por idade aos 55 e 60 anos de idade, para mulher e homem, respectivamente, no valor de um salário mínimo, independentemente de contribuição ao Regime Previdenciário.
(c) O auxílio-reclusão e o salário-família são prestações devidas aos dependentes do(a) segurado (a), pagos até o valor do teto do salário-decontribuição da Previdência Social.
(d) O auxílio-doença é benefício por incapacidade, devido ao segurado empregado a partir do 16ºdia de afastamento, devendo ser comprovada a carência de 12 (doze) contribuições, salvo por motivo de acidente de trabalho, quando não se exige carência.
(e) A Carteira de Trabalho e Previdência Social é prova plena de tempo de contribuição perante a Previdência Social. Para período de trabalho informal, o segurado deverá fazer a prova por meio de ação declaratória, justificação administrativa ou justificação judicial.

Origem

TRT 9ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.363

José celebrou o primeiro contrato de trabalho de sua atividade laboral com a empresa X, em 03/1/1999, vindo a ser dispensado, sem justa causa, em 10/4/1999. José só conseguiu novo emprego em 15/8/1999, junto à empresa Y, sendo novamente dispensado, sem justa causa, em 20/3/2000. Novo contrato de trabalho de José só foi celebrado em 14/7/2000, agora com a empresa Z, consumando-se a sua dispensa, também sem justa causa, em 10/02/2001. Em 20/2/2001, José requereu o benefício do seguro-desemprego. Considerando que as sucessivas relações laborais - todas por prazo indeterminado - foram regularmente anotadas na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de José, julgue os itens que se seguem:

(a) José terá direito à percepção do seguro-desemprego, desde que comprove o recolhimento mensal das contribuições previdenciárias devidas nos períodos em que esteve desempregado. No período em que não havia contrato de trabalho em vigor, José deveria ter recolhido as contribuições na qualidade de segurado facultativo.
(b) José tem direito ao seguro-desemprego de forma proporcional ao tempo de serviço em que esteve vinculado a um ou mais contratos de trabalho, sendo, em regra, de 3 a 5 parcelas.
(c) José não terá direito ao seguro-desemprego se, entre os sucessivos contratos de trabalho, esteve em gozo de algum benefício previdenciário.
(d) O valor que vier a ser pago a José, a título de seguro-desemprego, será apurado em função da média de todos os salários pagos pelas empresas X, Y e Z, devidamente atualizados monetariamente.
(e) José terá direito ao seguro-desemprego, mas deverá formular novo requerimento, já que o benefício não pode ser solicitado antes de ultrapassados trinta dias da data da rescisão contratual.

Origem

TRT 9ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.364

Origem

TRT 9ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Sobre as aposentadorias no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, marque a alternativa correta:

(a) São condições para a aposentadoria integral por tempo de contribuição: 30 e 35 anos de contribuição, para mulher e homem, respectivamente e; cumulativamente, idade mínima de 55 e 60 anos, para mulher e homem, respectivamente.
(b) A partir da Emenda Constitucional n. 20, de 15.12.1998, não há mais o direito à aposentadoria proporcional por tempo de serviço, salvo o direito adquirido daqueles filiados antes da edição da referida emenda, desde que cumpram pedágio de tempo de serviço de 40(c) O segurado obrigatório, inscrito como contribuinte individual, tem direito a todas as prestações previdenciárias, com exceção da aposentadoria por idade.
(d) A aposentadoria por invalidez é prestação previdenciária devida, no valor de 100(e) A aposentadoria especial aos 15, 20 ou 25 anos de serviço, em razão de trabalho em condições nocivas à saúde e a integridade física do segurado, além da prova do trabalho nessas condições, depende de contribuição previdenciária adicional a cargo do trabalhador.

Q.365

Origem

TRT 9ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ diz que: "A prova exclusivamente testemunhal não basta para a comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de beneficio previdenciário" (Súmula n. 149). Esse entendimento jurisprudencial significa que:

(a) O cômputo do tempo de serviço do trabalhador rural depende sempre de prova documental da respectiva contribuição efetuada em favor da Previdência Social.
(b) Para comprovação do exercício de atividade rural, o trabalhador deve apresentar início razoável de prova material, que pode ser corroborada por prova testemunhal.
(c) Essa orientação é aplicável apenas para os processos de justificação administrativa de tempo de serviço do trabalhador rural, não podendo ser invocada em casos de processos judiciais.
(d) A prova testemunhal não tem qualquer valor no processo administrativo previdenciário.
(e) Nenhuma das alternativas está correta.

Q.366

Origem

TRT 9ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa
TRT 9ª
2006

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

"O conteúdo do 'sistema de seguridade social', em razão inclusive de ser pioneiro no texto constitucional brasileiro, ficou mais bem desenhado, comparando-o com as ações que o compõem. [...] A previdência social, enquanto técnica de proteção social, não aprofundou a questão da substituição total da remuneração do trabalhador ou a garantia de melhoria social após o trabalho (inatividade). [...] Apresentou-se desta forma um seguro social, muito embora ampliado o leque de possíveis segurados, mas continuou ligado ao trabalho remunerado, contendo em seu bojo determinações que são próprias da idéia de seguro, como é o caso da inscrição ou da prescrição de contribuição individualizada" (CARBONE, Célia Opice. A Seguridade Social no Brasil: realidade e ficção, São Paulo: Atlas, 1994, p. 114-115). A partir da idéia central do texto acima transcrito e, com fundamento na Constituição de 1988, no que tange à disciplina dada ao sistema de seguridade social, analise as seguintes proposições e marque a alternativa incorreta:

(a) Apesar da referência da Constituição a um sistema de seguridade social, não tivemos no Brasil grande inovação em relação ao sistema anterior, pois mantido o regime de previdência social, dada a prevalência do modelo lastreado no seguro social.
(b) O Sistema de seguridade social da Constituição, embora não tenha avançado para um amplo sistema de proteção social, passou a compreender políticas públicas articuladas de previdência social, saúde e assistência social.
(c) A Constituição de 1988 inovou ao instituir a seguridade social de forma ampla, conferindo grande destaque aos princípios que a rege, conforme previsão do art. 194 do texto constitucional.
(d) A seguridade social ainda é restrita, pois o acesso às políticas da seguridade social depende sempre de contribuição do cidadão.
(e) A Previdência Social brasileira foi mantida, porém a seguridade social introduzida na Carta de 1988 propiciou significativa expansão dos beneficiários da proteção social.

Parte V

2005

Capítulo 33

ESAF

33.1 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal

Q.367

Leia cada um dos assertos abaixo e assinale (**V**) ou (**F**), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência
( ) O tratamento dado às empresas concordatárias é idêntico ao dispensado às empresas em situação regular, inclusive quanto à identificação dos co-responsáveis e à cobrança dos encargos legais, mas não incidirão multas de qualquer espécie
( ) Segundo a tradição da fiscalização da receita previdenciária, NFLD distingue-se de Auto de Infração, porque aquela diz respeito à obrigação principal e este às obrigações acessórias e à respectiva penalidade pecuniária
( ) O desconto da contribuição social previdenciária, por parte do responsável pelo recolhimento, sempre se presumirão feitos, oportuna e regularmente, mesmo que provada a omissão na sua realização.

(a) V V V
(b) F F F
(c) V V F
(d) V F F
(e) F V V

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Recolhimento das contribuições

Q.368

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Restituição
Compensação
Reembolso

No campo da responsabilidade dos sócios pelos débitos da Seguridade Social, é verdade afi rmar que:

(a) A responsabilidade solidária dos sócios comporta benefício de ordem, se a sociedade, indiscutivelmente, possuir patrimônio mais do que suficiente para arcar com dívida.
(b) A responsabilidade solidária não inclui os sócios das sociedades de responsabilidade limitada.
(c) A responsabilidade solidária dos sócios não fica limitada ao pagamento do débito da sociedade no período posterior à Lei 8.620/93, que, pela relevância social do débito para com a Seguridade Social, retroage para alcançar o patrimônio dos sócios para pagamentos anteriores à sua entrada em vigor.
(d) A responsabilidade dos sócios por dívidas contraídas pela sociedade para com a Seguridade Social, decorrentes do descumprimento das obrigações previdenciárias, é solidária e encontra respaldo no art. 13 da Lei 8.620/93 e no art. 124 do Código Tributário Nacional.
(e) A Lei 8.620/93 não trouxe inovação ao ordenamento jurídico vigente, permanecendo a responsabilidade dos sócios pelos débitos da Seguridade Social como subsidiária e regulada pelo art. 135 do Código Tributário Nacional, que exige a comprovação de que o não-recolhimento da exação decorreu de ato praticado com violação à lei, ao contrato social ou ao estatuto da empresa pelo sócio-gerente.

33.2 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI

Q.369

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Restituição
Compensação
Reembolso

É permitido ao contribuinte ressarcir-se de valores pagos indevidamente, deduzindo-os das contribuições devidas à Previdência Social, se atender a diversas condições, entre as quais as seguintes:

(a) estar em situação regular, relativamente à sua sede ou estabelecimento principal, enquanto às contribuições objeto de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD e débito decorrente de Auto de Infração - AI, cuja exigibilidade não esteja suspensa, de Lançamento de Débito Confessado - LDC, de Lançamento de Débito Confessado em GFIP - LDCG, de Débito Confessado em GFIP - DCG.
(b) referir-se a compensação de valores que não tenham sido alcançados pela prescrição.
(c) a compensação somente poderá ser realizada em recolhimento de importância correspondente a períodos antecedentes àqueles a que se referem os valores pagos indevidamente.
(d) não haver débitos vincendos relativamente ao parcelamento de contribuições.
(e) não referir-se a acréscimos legais, como de atualização monetária, de multa ou de juros de mora.

33.3 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal

Q.370

A Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei n. 8.213/91), no art. 11, elenca como segurados obrigatórios da Previdência Social na condição de empregado, entre outros, as seguintes pessoas físicas, exceto:

(a) Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
(b) Aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviço de outras empresas.
(c) O empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, ainda que coberto por regime próprio de previdência social.
(d) O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
(e) O brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional.

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

33.4 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI

Q.371

A Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei n. 8.213/91), no art. 11, elenca como segurados obrigatórios da Previdência Social na condição de contribuinte individual, entre outros, as seguintes pessoas físicas, exceto:

(a) A pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária ou pesqueira, em caráter permanente ou temporária, diretamente ou por intermédio de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.
(b) A pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.
(c) O brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado, e contratado, e que coberto por regime próprio de previdência social.
(d) Quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.
(e) O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.372

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

A Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei n. 8.213/91), no art. 16, arrola como beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, exceto.

(a) o filho não emancipado, de qualquer condição, inválido ou menor de 21 (vinte e um) anos ou, se estudante, menor de 25 (vinte e cinco) anos.
(b) a companheira e o companheiro.
(c) o cônjuge.
(d) os pais.
(e) o irmão não emancipado, de qualquer condição, inválido ou menor de 21 (vinte e um) anos.

Q.373

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

O art. 11, §1º, do Regulamento da Previdência Social, dispõe sobre os segurados facultativos. Não está entre os segurados facultativos expressamente previstos no citado dispositivo:

(a) Aquele que deixou de ser segurado obrigatório da previdência social.
(b) O estudante universitário.
(c) O síndico de condomínio, quando não remunerado.
(d) A dona de casa.
(e) O brasileiro que acompanha cônjuge que presta serviço no exterior.

Q.374

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Não é filiado obrigatório ao RGPS, na qualidade de segurado empregado,

(a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não-eventual, com subordinação e mediante remuneração.
(b) o carregador de bagagem em porto, que presta serviços sem subordinação nem horário fixo, mas sob remuneração, a diversos, com a intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou OGMO.
(c) o menor aprendiz, com idade de quatorze a dezoito anos, sujeito a formação técnica-profissional metódica.
(d) o contratado em caráter permanente em Conselho, Ordem ou autarquia de fiscalização do exercício de atividade profissional.
(e) o trabalhador temporário contratado por empresa de trabalho temporário para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços.

33.5 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal

Q.375

De acordo com a Lei n. 8.213/91, na parte relativa ao auxílio-doença, indique qual das opções está incorreta:

(a) é um benefício de caráter continuado.
(b) é devido ao segurado.
(c) a sua extinção ocorre diante da recuperação da capacidade para o trabalho.
(d) em regra, possui prazo de carência para a sua concessão.
(e) é concedido diante da incapacidade permanente para o trabalho.

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.376

Indique qual dos benefícios listados abaixo, de acordo com a legislação previdenciária, é reembolsado à empresa:

(a) Auxílio-acidente.
(b) Aposentadoria por idade.
(c) Salário-família pago aos segurados a seu serviço.
(d) Aposentadoria por invalidez.
(e) Pensão por morte.

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.377

Com relação à aposentadoria por invalidez, prevista na Lei 8.213/91, é incorreto afirmar:

(a) A aposentadoria por invalidez não será concedida ao trabalhador avulso.
(b) A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência.
(c) A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz.
(d) A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100(e) A aposentadoria por invalidez será concedida ao trabalhador doméstico.

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

33.6 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI

Q.378

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Conforme estabelece o art. 80, da Lei n. 8.213/91, é correto afirmar com relação ao auxílio-reclusão:

(a) Será concedido aos dependentes do segurado que estiver preso preventivamente.
(b) Será concedido aos dependentes do segurado recolhido ou não à prisão, mas que esteja condenado e não receba qualquer remuneração.
(c) Será concedido aos dependentes do segurado que estiver respondendo a processo criminal, independentemente de recolhimento à prisão.
(d) Será concedido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, ainda que receba benefício de aposentadoria.
(e) Será concedido aos dependentes do segurando recolhido à prisão, que não tiver remuneração.

Q.379

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Leia cada um dos assertos abaixo e assinale (**V**) ou (**F**), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência
( ) Não são cumulativos o benefício de auxílio-doença e o de percepção, pelos dependentes, do auxílio-reclusão, ainda que, nessa condição, o segurado recluso contribua como contribuinte individual ou facultativo
( ) Perde o direito ao auxílio-reclusão o beneficiário, se, o contribuinte individual ou facultativo, passa a exercer atividade remunerada em cumprimento de pena em regime fechado ou semi-aberto
( ) Na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, irrelevante para o caso o tempo de contribuição.

(a) V,V,V
(b) V,V,F
(c) V,F,V
(d) V,F,F
(e) F,F,F

Q.380

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Assinale a opção correta, no tocante ao auxílio-doença.

(a) Será concedido ao segurado, independentemente de carência.
(b) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade parcial para o trabalho ou para sua atividade habitual por período de até 15 (quinze) dias consecutivos.
(c) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por período de até 15 (quinze) dias consecutivos.
(d) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por período inferior a 15 [quinze] dias consecutivos.
(e) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

Q.381

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

É falso afirmar que, quanto ao segurado e ao dependente, o Regime Geral da Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente de trabalho, expressas em benefícios e serviços, exceto.

(a) a reabilitação profissional.
(b) o auxílio-doença.
(c) a pensão por morte.
(d) o salário-família.
(e) o salário-maternidade.

33.7 TRT 7ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.382

Origem

TRT 7ª:: Juiz do Trabalho Substituto
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Entre as assertivas abaixo, assinale a opção correta relacionada aos Planos de Benefícios da Previdência Social, definidos pela Lei nº8.213/91.

(a) A aposentadoria por idade poderá ser requerida pela empresa, desde que o segurado empregado tenha cumprido o período de carência e completado 70 (setenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se do sexo feminino, tendo caráter compulsório.
(b) O benefício de aposentadoria por invalidez é sempre concedido independentemente de carência, nos termos do Plano de Benefícios.
(c) O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem a incapacidade total e irreversível para qualquer trabalho.
(d) Firmou-se o entendimento jurisprudencial no sentido de que é exigível o preenchimento simultâneo dos requisitos necessários ao recebimento do benefício de aposentadoria por idade.
(e) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, que impeça o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, desde que comprovada mediante exame médico-pericial, conferirá direito à aposentadoria por invalidez.

Q.383

Origem

TRT 7ª:: Juiz do Trabalho Substituto
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

No âmbito dos benefícios assegurados pela Lei nº8.213/91, assinale a opção correta.

(a) A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, desde que aposentado, sendo o termo inicial do benefício a data do óbito, quando requerido até trinta dias depois deste, ou o requerimento administrativo, quando pleiteado após esse prazo.
(b) O auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, desde que este não seja aposentado, nem receba remuneração da empresa, ou esteja em gozo de auxílio-doença ou de abono de permanência em serviço.
(c) O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação, entre outros documentos, comprovante de freqüência obrigatória à escola do filho ou equiparado, sendo que suas cotas são pagas de forma mensal pelo INSS.
(d) Seria inconstitucional o estabelecimento de requisitos diferenciados de idade mínima para concessão de aposentadoria entre trabalhadores urbanos e rurais, uma vez que a Carta Magna estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.
(e) O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos ou alternados, independentemente, em qualquer hipótese, do cumprimento de período de carência.

33.8 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal

Q.384

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Benefícios

No âmbito da orientação sumulada dos Tribunais Superiores em matéria previdenciária, é correto afirmar, exceto:

(a) Cabe ação declaratória para reconhecimento de tempo de serviço para fins previdenciários.
(b) Os débitos relativos a benefício previdenciário, vencidos e cobrados em juízo após a vigência da Lei 6.899/81, devem ser corrigidos monetariamente na forma prevista nesse diploma legal.
(c) Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida.
(d) A prova exclusivamente testemunhal basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário.
(e) A revisão de que trata o art. 58 do ADCT/88 não se aplica aos benefícios previdenciários concedidos após a promulgação de 1988.

33.9 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI

Q.385

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Benefícios

Segundo a orientação uniformizadora do Superior Tribunal de Justiça (Súmula 148), "Os débitos relativos a benefício previdenciário, vencidos e cobrados em juízo após a vigência da Lei n. 6.899/81, devem ser corrigidos monetariamente na forma prevista nesse diploma legal", isso significa dizer, quanto ao termo inicial da atualização do débito, que, se posterior a vigência do referido diploma legal, de modo geral:

(a) Conta-se a partir da sentença.
(b) Conta-se a partir do ajuizamento da ação.
(c) Conta-se a partir da citação válida.
(d) Conta-se a partir do momento em que era devida a dívida.
(e) Conta-se a partir do trânsito em julgado da sentença.

33.10 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal

Q.386

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

No âmbito da Seguridade Social, com sede na Constituição Federal/88 (art. 194), podemos afirmar:

(a) A seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando a assegurar os direitos relativos à saúde, à vida, à previdência e à assistência social.
(b) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
(c) A seguridade social compreende um conjunto de ações dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
(d) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à vida e à assistência social.
(e) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos constituídos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e a assistência social.

Q.387

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Contribuições para a seguridade social

Com relação às contribuições sociais, no âmbito da seguridade social, é correto afirmar:

(a) As contribuições sociais, de que trata o art. 195 da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna.
(b) As contribuições sociais de que trata o art. 195, da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos cento e oitenta dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna.
(c) São isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei complementar.
(d) As contribuições sociais de que trata o art. 195, da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da assinatura da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna.
(e) As contribuições sociais de que trata o art. 195, da CF/88, só poderão ser criadas e exigidas após decorridos noventa dias da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna.

Q.388

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Quanto ao financiamento da seguridade social, de acordo com o estabelecido na CF/88 e na legislação do respectivo custeio, assinale a opção correta.

(a) A lei não pode instituir outras fontes de custeio além daquelas previstas na Constituição Federal.
(b) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
(c) As contribuições sociais criadas podem ser exigidas no ano seguinte à publicação da respectiva lei.
(d) Há possibilidade de criar benefício previdenciário sem prévio custeio.
(e) Mesmo em débito com o sistema da seguridade social, pode a pessoa jurídica contratar com o poder público.

Q.389

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Leia cada um dos assertos abaixo e assinale (**V**) ou (**F**), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência
( ) A contribuição social previdenciária dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso é calculada mediante a aplicação da alíquota de oito, nove ou onze por cento sobre o seu salário de contribuição, de acordo com a faixa salarial constante da tabela publicada periodicamente pelo MPS
( ) O segurado empregado, inclusive o doméstico, que possuir mais de um vínculo, deverá comunicar mensalmente ao primeiro empregador a remuneração recebida até o limite máximo do salário de contribuição, envolvendo os vínculos adicionais
( ) No que couberem, as obrigações de comunicar a existência de pluralidade de fontes pagadoras aplicamse ao trabalhador avulso que, concomitantemente, exerça atividade de empregado.

(a) V F V
(b) V V F
(c) V V V
(d) V F F
(e) F F F

33.11 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI

Q.390

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Constituem contribuições sociais, de acordo com a Lei n. 8.212/91, exceto:

(a) As das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço.
(b) As dos proprietários rurais, incidentes sobre o seu faturamento.
(c) As dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição.
(d) As dos empregados domésticos.
(e) As das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro.

33.12 TRT 7ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.391

Assinale a opção correta, levando-se em conta os aspectos da gestão, da isenção de contribuição e as fontes de custeio da Seguridade Social.

(a) A gestão da Seguridade Social, nos termos da Constituição Federal de 1988, tem caráter tripartite, compreendendo, portanto, atuação direta do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, abandonando o modelo quadripartite previsto na Carta Política anterior.
(b) As entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas pelo Poder Executivo são isentas de contribuição para a Seguridade Social.
(c) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à Seguridade Social serão repassadas por esses entes e integradas ao orçamento da União para realização das ações de saúde, assistência e previdência previstas para o Sistema Nacional de Seguridade Social.
(d) As fontes de custeio da Seguridade Social estão previstas expressa e taxativamente na Constituição Federal, sendo vedada a instituição de outras fontes por lei ordinária.
(e) Nos termos da Constituição, nenhum benefício ou serviço da Seguridade Social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a existência da correspondente fonte de custeio total.

Origem

TRT 7ª:: Juiz do Trabalho Substituto
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Q.392

Todas as assertivas estão corretas, exceto:

(a) A cobertura pelo risco de acidente de trabalho pode ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.
(b) O regime de previdência privada possui caráter complementar e será organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, não sendo obrigatório, mas facultativo, nos termos da Constituição Federal.
(c) É vedada a contagem de tempo recíproca do tempo de contribuição da Administração Pública e na atividade privada para fins de aposentadoria.
(d) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, desde que segurado ou dependente de segurado filiado ao regime geral de previdência social.
(e) Entre as fontes de custeio da Seguridade Social estão as contribuições incidentes sobre as receitas de concursos de prognósticos.

Origem

TRT 7ª:: Juiz do Trabalho Substituto
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

33.13 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal

Q.393

No contexto dos Crimes contra a Previdência Social, em particular das inovações advindas da Lei n. 9.983/2000, é correto afirmar:

(a) O crime tipificado no art. 168.A do Código Penal não se consuma com o simples não-recolhimento das contribuições previdenciárias descontadas dos empregados no prazo legal.
(b) O crime previsto na alínea "d" do art. 95 da Lei n. 8.212/91 não foi revogado pelo art. 3ºdo referido diploma legal, que não tipifica a mesma conduta no art. 168.A do Código Penal.
(c) O elemento subjetivo da infração penal prevista no art. 168.A do Código Penal exige a demonstração do especial fim de agir ou o dolo específico de fraudar a Previdência.
(d) O art. 3ºdo referido diploma legal apenas transmudou a base legal da imputação do crime da alínea "d" do art. 95 da Lei n. 8.212/91 para o art. 168.A do Código Penal.
(e) A teor da dicção do art. 168.A do Código Penal, a penhora de bens é causa de extinção de punibilidade da infração penal.

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal
ESAF
2005

Assuntos relacionados

33.14 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI

Q.394

Ficará sujeito à seguinte conseqüência, aquele que pagar benefício devido a segurado, quando as respectivas cotas ou valores já tiverem sido reembolsados à empresa pela previdência social:

(a) a responsabilidade da empresa ou pessoa física perante a Previdência Social e a responsabilidade administrativa do servidor que tiver efetuado o pagamento, se for o caso.
(b) ser imputado de crime de menor potencial ofensivo se o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, for igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.
(c) a responsabilidade criminal por sonegação de contribuição previdenciária, além da responsabilidade civil e administrativa, se for o caso.
(d) ser imputado de crime cuja punibilidade se extingue se o agente houver promovido, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios.
(e) ser imputado de crime cuja punibilidade se extingue se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, antes do início da ação fiscal.

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Q.395

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Qualidade de segurado

No Regime Geral da Previdência Social, é incorreto afirmar que, nas situações abaixo elencadas, mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

(a) Sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício.
(b) Até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
(c) Até 6 (seis) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
(d) Até 3 (três) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço.
(e) Até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.

Q.396

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Segundo a letra da legislação previdenciária,

(a) a prescrição se suspende pela citação pessoal feita ao devedor.
(b) o prazo decadencial a ser aplicado é aquele vigente à época do fato gerador (565 §1).
(c) o direito de apurar e constituir os créditos previdenciários extingue-se após 10 anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído, ou da data, em que se tornar definitiva a decisão que anulou, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuado.
(d) a ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.
(e) nos casos de dolo, fraude ou simulação, o prazo decadencial será de vinte anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que for constatado o evento doloso, fraudulento ou simulado, ou, tendo havido anulação em razão desses vícios, da data da publicação desta.

33.15 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal

Q.397

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Indique qual das opções está correta com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social:

(a) Irredutibilidade do valor dos serviços.
(b) Eqüidade na cobertura.
(c) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
(d) Seletividade na prestação dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
(e) Diversidade de atendimento.

33.16 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI

Q.398

Segundo dispõe o art. 196, da CF/88, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Diante dessa premissa, assinale a opção que está correta.

(a) As ações e serviços de saúde não são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, com a execução inclusive através de terceiros.
(b) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, sem a participação da comunidade.
(c) O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, da CF/88, com recursos exclusivamente do orçamento, da seguridade social, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
(d) O acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação constitui garantia constitucional.
(e) Independe de lei complementar a instituição de normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal - TI
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

33.17 TRT 7ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.399

No contexto da Seguridade Social, com base na Constituição Federal, é correto afirmar que

(a) a Seguridade Social é um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusiva dos poderes públicos destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.
(b) o direito à moradia está compreendido entre os bens jurídicos tutelados pela Seguridade Social.
(c) é princípio constitucional expresso relativamente à Seguridade Social o atendimento integral à população, com prioridade para as atividades preventivas.
(d) a previsão constitucional de participação dos aposentados, dos trabalhadores e dos empresários na gestão administrativa da Seguridade Social evidencia o seu caráter democrático e descentralizado.
(e) o financiamento da Seguridade Social é feito somente de forma indireta pela sociedade, mediante recursos provenientes unicamente dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Origem

TRT 7ª:: Juiz do Trabalho Substituto
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

33.18 SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal

Q.400

Para os segurados empregados e trabalhadores avulsos, entende-se por salário de contribuição:

(a) a remuneração auferida, sem dependência da fonte pagadora, em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observados os limites mínimo e máximo do salário de contribuição.
(b) o valor recebido pelo cooperado, ou a ele creditado, resultante da prestação de serviços a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, por intermédio da cooperativa.
(c) o valor por eles declarado, observados os limites mínimo e máximo do salário de contribuição.
(d) vinte por cento do valor bruto auferido pelo frete, carreto, transporte, não se admitindo a dedução de qualquer valor relativo aos dispêndios com combustível e manutenção do veículo, ainda que parcelas a este título figurem discriminadas no documento.
(e) a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos que lhe são pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês.

Origem

SRF :: Auditor Fiscal da Receita Federal
ESAF
2005

Assuntos relacionados

Salário-de-contribuição

Capítulo 34

FCC

34.1 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.401

Em relação à responsabilidade pela arrecadação e recolhimento das contribuições, é correto afirmar:

(a) O empregador é responsável pelo desconto e recolhimento da contribuição previdenciária devida pelo empregado. Caso se omita, a cobrança do montante devido será feita diretamente do segurado.
(b) O trabalhador avulso somente é responsável pelo recolhimento de sua própria contribuição se não for sindicalizado, caso contrário o sindicato será o responsável.
(c) A empresa que remunera contribuinte individual que lhe presta serviço é responsável pela retenção e recolhimento da contribuição devida por esse trabalhador.
(d) O empregado doméstico é responsável pelo recolhimento de sua própria contribuição, sendo tal encargo a este facultado, mediante assinatura de termo perante o INSS.
(e) O segurado especial é responsável pelo recolhimento de sua própria contribuição, sem a qual não terá direito a recebimento de benefício previdenciário, o que se impõe em razão da contributividade do sistema previdenciário, aplicável também aos trabalhadores do campo.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Retenção
Responsabilidade solidária

34.2 TCE-PI :: Auditor

Q.402

Desses sujeitos, NÃO é considerado segurado obrigatório da Previdência Social o

(a) empregado.
(b) trabalhador avulso.
(c) vendedor ambulante.
(d) síndico não remunerado.
(e) empregado doméstico.

Origem

TCE-PI :: Auditor
FCC
2005

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

34.3 TCE-PI :: Procurador

Q.403

Origem

TCE-PI :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Sobre os segurados da Previdência Social é INCORRETO afirmar:

(a) O exercício de atividade remunerada sujeita o segurado a filiação obrigatória à Previdência Social.
(b) Os segurados e os dependentes são considerados beneficiários na Previdência Social.
(c) O empregado, o empregado doméstico, o contribuinte individual, o trabalhador avulso e o segurado especial são segurados obrigatórios da Previdência Social.
(d) A diferença básica entre o segurado obrigatório e o segurado facultativo está no fato de que a filiação do primeiro decorre da lei, enquanto a do segundo representa ato volitivo.
(e) O segurado que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeitas à filiação na Previdência Social, somente será obrigado a filiar-se em relação a uma delas.

Q.404

Origem

TCE-PI :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Em relação aos dependentes dos segurados, analise as proposições numeradas abaixo.
I. Os concorrentes de uma mesma classe concorrem em condições de igualdade.
II. A existência de dependente em uma classe não exclui do direito às prestações os dependentes das classes seguintes.
III. A dependência é presumida para o cônjuge, companheinho, filho não emancipado ou equiparado, menores de 21 anos, ou inválidos de qualquer idade, e para as demais classes (pais e irmãos) deverá ser comprovada.
IV. Quando um dos dependentes de uma classe perde o direito ao benefício os demais não podem acrescer às suas aquela quota perdida. São verdadeiras as proposiçõs

(a) I e II.
(b) I e III.
(c) I e IV.
(d) II e III.
(e) II e IV.

34.4 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.405

Podem contribuir facultativamente para o regime geral de previdência social

(a) a dona-de-casa, o estudante a partir dos quatorze anos de idade e o presidiário que não exerce atividade remunerada.
(b) a dona-de-casa, o estudante a partir dos dezesseis anos de idade e o servidor púbico sem regime próprio.
(c) a dona-de-casa, o estudante a partir dos dezesseis anos de idade e a empregada doméstica que trabalha em imóvel rural em atividades sem fins lucrativos.
(d) a dona-de-casa, o trabalhador autônomo e o brasileiro contratado no Brasil para trabalhar em filial de empresa brasileira no exterior.
(e) o segurado especial, o estudante a partir dos dezesseis anos de idade e o síndico não remunerado de condomínio.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

34.5 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.406

Entre as alternativas abaixo, assinale a que identifica a prestação devida pela Previdência Social ao dependente do segurado:

(a) salário-famfiia.
(b) auxílio-reclusão.
(c) auxílio-acidente.
(d) salário-maternidade.

Origem

PGE-GO :: Procurador Geral do Estado
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

34.6 TCE-MA :: Analista de Controle Externo

Q.407

Em relação à pensão por morte, o benefício poderá ser concedido

(a) ao filho solteiro menor de 18 anos admitida a concorrência com o pai inválido, de qualquer idade, desde que não amparado por qualquer tipo de aposentadoria ou pensão.
(b) à mãe do ex-servidor, desde que viúva é dispensada de comprovar dependência econômica para obter o benefício, e ao filho menor de 18 anos não emancipado.
(c) ao filho do ex-segurado, admitida a concorrência com o tutelado, devidamente declarado pelo falecido servidor que tenha obtido a delegação do poder familiar deste, contanto que provada a inexistência de vinculação previdenciária, quer como segurado, quer como beneficiário de seus pais ou de outrem; que o tutelado ou seus genitores não tenham bens ou rendimentos suficientes à sua manutenção e que viva sob dependência econômica exclusiva do exservidor.
(d) à viúva de servidor público estadual que se casa novamente, desde que do novo casamento não resulte melhoria de sua situação econômica, vedada a acumulação do benefício com outra pensão concedida pelo mesmo Regime de Previdência, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.
(e) ao pai servidor público estadual admitida a concorrência com filho inválido de 24 anos e um enteado de 16 anos devidamente declarado pelo falecido servidor que tenha obtido a delegação do poder familiar deste, contanto que provada a inexistência de vinculação previdenciária, quer como segurado, quer como beneficiário de seus pais ou de outrem; que o enteado ou seus genitores não tenham bens ou rendimentos suficientes à sua manutenção e que viva sob dependência econômica exclusiva do exservidor.

Origem

TCE-MA :: Analista de Controle Externo
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.408

Em relação ao auxílio natalidade e ao auxílio funeral, os benefícios

(a) exigem o período de carência de dez contribuições mensais.
(b) independem de carência, uma vez que têm caráter assistencial.
(c) correspondem a três parcelas iguais ao menor vencimento vigente no serviço público estadual.
(d) não admitem prescrição, porque se revestem de caráter alimentar.
(e) admitem prescrição.

Origem

TCE-MA :: Analista de Controle Externo
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

34.7 TCE-MA :: Procurador

Q.409

Origem

TCE-MA :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

A pensão por morte, segundo a legislação que disciplina o Regime Geral de Previdência Social, será paga

(a) ao conjunto de dependentes, admitida a concorrência da companheira com a esposa separada de fato com direito a alimentos e com os filhos de até 21 anos ou inválidos.
(b) ao conjunto de dependentes, admitida a concorrência da esposa com os pais do segurado falecido, que deste dependiam economicamente anteriormente à data do óbito.
(c) aos filhos menores de 21 anos ou inválidos e ao menor sob tutela do ex-segurado, independentemente de comprovação da dependência econômica.
(d) aos filhos de até 24 anos, se universitários ou inválidos e à esposa separada de fato, com direito a alimentos.
(e) ao companheiro, ainda que homossexual admitida a concorrência com os pais do falecido segurado.

Q.410

Origem

TCE-MA :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

A Emenda Constitucional no 41/2003 estabelece:

(a) A aposentadoria terá como referência para fins de cálculo as regras do Regime Geral da Previdência Social, desde que o servidor tenha 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, além de 20 (vinte) anos, de efetivo exercício no serviço público, 10 (dez) anos na carreira e 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo de referência.
(b) O valor da pensão por morte corresponde à totalidade dos proventos do servidor falecido caso o servidor estivesse aposentado na data do óbito ou da remuneração do cargo efetivo, quando em atividade, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescido de 50(c) Incidirá contribuição previdenciária sobre as parcelas remuneratórias superiores a 50(d) A Constituição Federal autoriza os entes da Federação a fixar para o valor das aposentadorias e pensões o teto estabelecido para os benefícios do Regime Geral, desde que instituam regime de previdência complementar por intermédio de entidades fechadas de natureza pública, para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, devendo referidas entidades oferecer aos participantes benefícios previamente definidos.
(e) A aposentadoria terá como referência para fins de cálculo a remuneração do cargo efetivo em que for concedida, desde que a servidora tenha 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, além de 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público, 10 (dez) anos na carreira e 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo de referência.

Q.411

Origem

TCE-MA :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

À luz das disposições da Lei Complementar no 73/2004,

(a) a pensão por morte em caso de declaração de ausência ou de catástrofe será devida em qualquer caso, a partir da data da decisão judicial que declarar a ausência ou desaparecimento em razão de catástrofe ou a partir da data do requerimento.
(b) a aposentadoria por invalidez será devida ao servidor público após período de licença para tratamento de saúde, que não poderá exceder 24 (vinte e quatro) meses, após constatação de incapacidade ainda que parcial e definitiva para o serviço público, apurada em laudo médico.
(c) a aposentadoria por invalidez é devida a partir da data da publicação no Diário Oficial do ato que a concedeu e somente poderá ser revista até o julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado.
(d) é vedada a acumulação de mais de uma aposentadoria por conta do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado do Maranhão, salvo em se tratando de dois cargos de professor ou a de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
(e) da decisão que indeferir a concessão de aposentadoria, transferência para a reserva remunerada ou reforma, caberá recurso dirigido à Gerência do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão.

Q.412

Origem

TCE-MA :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Considera-se acidente de trabalho, para fins de concessão de auxílio doença, a incapacidade decorrente de

(a) moléstia inerente a grupo etário e de acidente ocorrido no trabalho, decorrente de terrorismo praticado por terceiro.
(b) moléstia degenerativa e de acidente ocorrido no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o veículo de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.
(c) ato de pessoa privada do uso da razão e de moléstia degenerativa.
(d) inundação ocorrida no local de trabalho e de doença endêmica adquirida por segurado habitante da região em que ela se desenvolva.
(e) viagem de estudo financiada pela empresa em veículo de propriedade do segurado e na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.

34.8 TCE-PI :: Auditor

Q.413

Origem

TCE-PI :: Auditor
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Tratando-se de segurado empregado, em gozo de auxíliodoença, cuja empresa garanta licença remunerada a seus empregados, é correto afirmar que

(a) o segurado poderá acumular o valor do auxílio-doença e a importância garantida pela licença.
(b) o segurado perde o direito ao valor do auxíliodoença.
(c) o segurado deverá optar pelo recebimento do valor do auxílio-doença ou pela importância garantida pela licença.
(d) a empresa poderá pagar ao segurado a diferença entre o valor do auxílio-doença e a importância garantida pela licença.
(e) a empresa é obrigada a pagar ao segurado a diferença entre o valor do auxílio-doença e a importância garantida pela licença.

34.9 TCE-PI :: Procurador

Q.414

Origem

TCE-PI :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Considerando o aspecto temporal do benefício auxíliodoença, analise as proposições numeradas abaixo.
I. Para o segurado empregado, o benefício é devido a contar do 16o dia do afastamento da atividade.
II. Para os demais segurados, exceto os empregados, o benefício é devido a contar da data de início da incapacidade.
III. Para todos os segurados, o benefício é devido a contar da data do requerimento, quando este for efetivado após o 16o dia do afastamento da atividade.
IV. Para o segurado empregado o benefício é devido a contar da data do afastamento da atividade. São verdadeiras as proposições

(a) I e II.
(b) I e III.
(c) I e IV.
(d) II e III.
(e) II e IV.

Q.415

Origem

TCE-PI :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

O segurado, em gozo de auxílio-doença, que não consiga recuperação para a atividade que exercia habitualmente

(a) perderá o gozo do auxílio-doença.
(b) deverá continuar em gozo do auxílio-doença até que recupere sua capacidade para exercer a atividade que exercia habitualmente.
(c) perderá o gozo do auxílio-doença e deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional que lhe garanta exercer outra atividade.
(d) deverá continuar em gozo do auxílio-doença e submeter-se a processo de reabilitação profissional que lhe garanta exercer outra atividade.
(e) deverá continuar em gozo do auxílio-doença, optando, por sua vontade, a submeter-se a processo de reabilitação profissional.

Q.416

O segurado pode receber a aposentadoria por invalidez e continuar trabalhando?

(a) Sim. A concessão de aposentadoria por invalidez não depende do afastamento do segurado de suas atividades laborais.
(b) Sim. Porém, será descontada da aposentadoria por invalidez o valor que o segurado receber a título de remuneração em sua atividade.
(c) Não. A concessão de aposentadoria por invalidez está condicionada ao afastamento do segurado de todas as atividades trabalhistas.
(d) Não. Porém, o segurado poderá acumular a aposentadoria por invalidez com outra aposentadoria.
(e) Sim. A concessão da aposentadoria por invalidez pode, inclusive, ser cumulada com outra aposentadoria.

Origem

TCE-PI :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

34.10 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.417

Os benefícios previdenciários são concedidos na ocorrência dos riscos sociais, sendo devidos aos segurados diante do preenchimento dos requisitos legais. Em relação a esses benefícios, é INCORRETO afirmar que o

(a) fator previdenciário funciona como redutor do benefício, nos casos em que o segurado o requer em idade precoce, sendo de aplicação obrigatória no cálculo das aposentadorias por idade e por tempo de contribuição, não participando do cálculo dos demais benefícios.
(b) salário-maternidade, benefício devido a todas as espécies de seguradas do regime geral de previdência social, é concedido, em regra, com fundamento na adoção ou nascimento de filho, mas também é excepcionalmente garantido no caso de aborto não criminoso, pelo período de duas semanas.
(c) auxílio-acidente não pode ser cumulado com outro auxílio-acidente, nem tampouco com benefício de aposentadoria, sendo que, nesta última hipótese, será considerado no cálculo do benefício, observando o limite-teto, de acordo com a legislação previdenciária atualmente em vigor.
(d) aposentado do regime geral de previdência social por invalidez, por idade ou com idade a partir dos 65 ou 60 anos de idade - no caso de homem ou mulher, respectivamente - têm direito ao saláriofamília, além dos segurados empregado (exceto o doméstico) e trabalhador avulso.
(e) auxílio-doença será devido enquanto o segurado estiver incapacitado para o trabalho e será convertido em aposentadoria por invalidez, quando ficar constatado que o segurado encontra-se incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

34.11 TCE-MA :: Analista de Controle Externo

Q.418

A Emenda Constitucional no 41/2003

(a) proíbe os entes da Federação e os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de constituir mais de um Regime Próprio de Previdência Social para os servidores de cargos efetivos, assim como de mais de uma unidade gestora do respectivo regime, salvo os policiais militares e bombeiros.
(b) exclui das novas regras de aposentadoria e pensão os Magistrados, os membros do Ministério Público e os militares.
(c) institui um redutor de 2(d) institui a cobrança de contribuição previdenciária sobre a totalidade das aposentadorias e pensões dos servidores públicos.
(e) fixa o valor máximo dos recebimentos de servidores públicos ativos e inativos, impedindo que os valores pagos suplantem os subsídios do Presidente da República.

Origem

TCE-MA :: Analista de Controle Externo
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios

34.12 TCE-MA :: Procurador

Q.419

Considerando a competência do Tribunal de Contas fixada na Constituição Federal para o exercício do controle da legalidade das aposentadorias, reformas e pensões, é correto afirmar:

(a) O entendimento predominante do Supremo Tribunal Federal em relação ao exercício do controle externo, é no sentido de que o Tribunal de Contas, ao julgar a legalidade da concessão de aposentadoria, não está jungido ao princípio do contraditório.
(b) A decisão do Tribunal de Contas, no que diz respeito à aposentadoria dos servidores públicos, tem natureza jurídica constitutiva e não meramente declaratória do ato de aposentadoria, sendo ilegal o ato administrativo exarado pelo órgão de origem, que determinou a revisão dos proventos dos servidores, em razão da ausência de manifestação da Corte de Contas.
(c) Quando o ato de concessão de aposentadoria ou pensão for considerado ilegal, o órgão de origem, após conceder prazo de quinze dias para que o interessado ofereça defesa administrativa, deverá decidir em dez dias sobre a suspensão ou não do pagamento dos proventos ou benefícios, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.
(d) Quando o ato de concessão de aposentadoria for considerado ilegal, o órgão de origem, após oferecer prazo de quinze dias para que o interessado ofereça defesa administrativa, deverá decidir em dez dias sobre a cessação ou não do pagamento dos proventos ou benefícios, sob pena de multa a ser suportada pela autoridade administrativa omissa.
(e) O entendimento predominante do Supremo Tribunal Federal em relação ao exercício do controle externo é no sentido de que o Tribunal de Contas, ao julgar a legalidade da concessão da aposentadoria, está jungido ao princípio do contraditório.

Origem

TCE-MA :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios

Q.420

Origem

TCE-MA :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios

A Emenda Constitucional no 41/03

(a) extinguiu a aposentadoria proporcional por tempo de contribuição, salvo direito adquirido.
(b) extinguiu a paridade entre os salários dos servidores ativos e as aposentadorias e pensões pagas aos inativos que ingressaram no serviço público até 16.12.1998.
(c) extinguiu o redutor de 2,5(d) revogou a exigência do adicional de contribuição de 40(e) extinguiu a integralidade da aposentadoria por invalidez em caso de acidente de trabalho, devendo ser calculada proporcionalmente ao tempo de serviço.

34.13 TCE-PI :: Auditor

Q.421

Origem

TCE-PI :: Auditor
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios

Em relação ao regime de prova para fins de cômputo do tempo de contribuição, analise as proposições numeradas abaixo.
I. O tempo de contribuição para fins previdenciários deverá ser provado por meio de documentos que comprovem o exercício de atividade nos períodos a serem contados.
II. Será admitida prova exclusivamente testemunhal para efeito de comprovação de tempo de contribuição em qualquer situação, independentemente da apresentação de documentos.
III. A anotação na Carteira Profissional ou na Carteira de Trabalho e Previdência Social valem para todos os efeitos como prova de tempo de contribuição.
IV. Se a apresentação de documentos não atender ao cumprimento das informações necessárias para a demonstração do tempo de contribuição, a prova não poderá ser complementada mediante justificação administrativa.
São verdadeiras as proposições

(a) I e II.
(b) I e III.
(c) I e IV.
(d) II e III.
(e) II e IV.

34.14 TCE-PI :: Procurador

Q.422

Origem

TCE-PI :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios

O regime previdenciário do Estado do Piauí poderá conceder aposentadoria para os servidores abrangidos pelo Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí, respeitados os limites constitucionais e legais. Nos termos da lei, NÃO poderá ser concedida aposentadoria

(a) por invalidez permanente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
(b) por tempo de serviço, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
(c) voluntária integral, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observados sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.
(d) compulsória, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
(e) voluntária proporcional, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observados sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.

Q.423

Origem

TCE-PI :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios

Em relação à Justificação Administrativa é INCORRETO afirmar:

(a) O processamento da justificação administrativa independe de requerimento do interessado, sendo determinado *ex oficio* pela autoridade administrativa quando demonstrada que a prova que se pretende produzir estiver baseada em início de prova material.
(b) O fato que depender da comprovação por registro público de casamento, de idade ou de óbito, ou de qualquer ato jurídico para o qual a lei prescreva forma especial impede a justificação administrativa.
(c) A prova exclusivamente testemunhal produzida pela justificação administrativa, mesmo quando não baseada em início de prova material, será admitida para fins previdenciários em caso de motivo de força maior ou caso fortuito notórios.
(d) A justificação administrativa constitui recurso utilizado para suprir a falta ou a insuficiência de documentos quando estes forem exigidos como meio de provas para fins previdenciários.
(e) O processamento de justificação administrativa somente será admitido se ficar evidenciada a impossibilidade de outro meio capaz de configurar a verdade do fato alegado e se for baseada em início de prova material.

34.15 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.424

Em relação aos benefícios previdenciários e segurados do Regime Geral da Previdência Social, é correto afirmar que

(a) o segurado, caso trabalhe tanto para o regime próprio quanto para o regime geral, será segurado obrigatório do primeiro regime ao qual se filiou e facultativo, em relação ao segundo.
(b) o auxílio-acidente tem caráter ressarcitório, devendo ter, para sua concessão, seqüela que implique redução na capacidade de trabalho do segurado.
(c) a aposentada que permanecer ou retornar à atividade terá direito a receber salário-maternidade, quando preenchidos os requisitos legais.
(d) os servidores públicos ocupantes de cargo em comissão não integram o elenco dos segurados obrigatórios do regime geral de previdência social.
(e) o segurado aposentado que voltar a trabalhar não voltará a contribuir, visto já ser aposentado pelo regime geral de Previdência Social.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Benefícios

Q.425

O direito de exigir da Previdência o benefício de aposentadoria

(a) prescreve em trinta anos, contados da data do preenchimento dos requisitos para sua concessão.
(b) é imprescritível, mas a demora em pleiteá-lo pode fazer com que a prestação seja devida apenas a partir da data de seu requerimento.
(c) prescreve em cinco anos, contados da data em que houve a perda da condição de segurado.
(d) é imprescritível, devendo o benefício ser pago pela previdência social desde a data do preenchimento dos requisitos para sua concessão.
(e) prescreve em cinco anos, contados da data do preenchimento dos requisitos para sua concessão.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

34.16 TCE-MA :: Procurador

Q.426

Origem

TCE-MA :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Contagem recíproca de tempo de contribuição

Em relação à contagem recíproca do tempo de contribuição, é correto afirmar:

(a) A atual Jurisprudência do STF admite a contagem do tempo de serviço prestado na atividade privada rural para fins de aposentadoria no serviço público independentemente de contribuição no período que antecede a Lei no 8.213/91.
(b) A atual Jurisprudência do STF somente admite a contagem do tempo de serviço prestado na atividade privada, seja ela urbana ou rural, para fins de aposentadoria no serviço público, quando houver prova de contribuição no Regime Geral da Previdência Social.
(c) As contribuições recolhidas em razão do exercício de atividades no Regime do Servidor Público e de forma concomitante, no Regime Geral de Previdência Social serão computadas em dobro para fins de contagem recíproca.
(d) No tocante ao reconhecimento do tempo de serviço do trabalhador rural exercido anteriormente à vigência da Lei no 8.213/91 é exigível o recolhimento das contribuições previdenciárias, para fins de aposentadoria urbana pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, segundo a atual Jurisprudência do STF.
(e) Para fins de contagem recíproca de tempo de serviço, admite-se a conversão do tempo de serviço especial em comum exercido a qualquer tempo, para fins de concessão de aposentadoria no Regime do Servidor Público.

34.17 TCE-PI :: Auditor

Q.427

Origem

TCE-PI :: Auditor
FCC
2005

Assuntos relacionados

Contagem recíproca de tempo de contribuição

Para a contagem recíproca de tempo de contribuição das atividades públicas e privadas, segundo seus regimes previdenciários, qual das alternativas abaixo NÃO corresponde às regras que dispõe sobre a matéria?

(a) O tempo de contribuição de um regime não poderá ser considerado no cômputo do outro.
(b) Não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais.
(c) Não será contado por um regime o tempo de contribuição utilizado para a concessão de aposentadoria por outro regime.
(d) O tempo de contribuição anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à previdência social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros e multa conforme a lei.
(e) É vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes.1622

34.18 TCE-PI :: Procurador

Q.428

Das alternativas abaixo, NÃO é considerada como tempo de contribuição para fins previdenciários:

(a) O período de contribuição efetuada por segurado depois de ter deixado de exercer atividade remunerada que o enquadrava como segurado obrigatório da Previdência Social.
(b) O tempo já considerado para concessão de qualquer aposentadoria prevista na lei ou por outro regime de previdência social.
(c) O tempo de serviço público prestado à administração federal direta e autarquias federais, bem como às estaduais, do Distrito Federal e municipais, quando aplicada a legislação que autorizou a contagem recíproca de tempo de contribuição.
(d) O tempo de serviço público federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, inclusive o prestado a autarquia ou a sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo Poder Público, regularmente certificado na forma da lei.
(e) O período de licença remunerada, desde que tenha havido desconto de contribuições.

Origem

TCE-PI :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Contagem recíproca de tempo de contribuição

Q.429

Sobre a contagem recíproca de tempo de contribuição para fins previdenciários, é INCORRETO afirmar:

(a) É assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública.
(b) Em caso de contagem recíproca do tempo de contribuição, os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.
(c) A compensação financeira será feita ao sistema a que o interessado estiver vinculado ao requerer o benefício pelos demais sistemas, em relação aos respectivos tempos de contribuição ou de serviço.
(d) O benefício, resultante de contagem do tempo de contribuição entre atividades privadas e de serviço na administração pública, será concedido e pago pelo sistema a que o interessado optar no momento do requerimento, independentemente daquele em que estiver vinculado.
(e) Na contagem recíproca do tempo de contribuição entre atividades privadas e de serviço na administração pública, o resultado da soma que exceder, 30 (trinta) anos para as mulheres e 35 (trinta e cinco) anos para os homens, não será levado em consideração para qualquer efeito.

Origem

TCE-PI :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Contagem recíproca de tempo de contribuição

34.19 TCE-MA :: Analista de Controle Externo

Q.430

Origem

TCE-MA :: Analista de Controle Externo
FCC
2005

Assuntos relacionados

Custeio

É correto afirmar que o Sistema de Seguridade Social do Estado do Maranhão

(a) será financiado por contribuições dos empregadores do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, dos segurados sujeitos ao Estatuto dos Funcionários Públicos Estaduais ativos, inativos e pensionistas, excluídos os militares, magistrados e membros do Ministério Público Estadual.
(b) é obrigatório, contributivo, solidário e deverá assegurar a representação do Estado e dos servidores públicos em seu colegiado.
(c) deverá garantir a paridade integral de recebimentos entre ativos e inativos, independentemente da data de concessão da aposentadoria ou pensão.
(d) deverá garantir o pagamento de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-acidente e assistência à saúde aos segurados e dependentes.
(e) deverá instituir previamente fonte de custeio a cargo dos segurados para a criação ou majoração de novos benefícios e serviços, salvo em caso de benefícios assistenciais mantidos integralmente pelo Tesouro Estadual.

34.20 TCE-MA :: Procurador

Q.431

Origem

TCE-MA :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Custeio

São regras comuns ao Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos e ao Regime Geral de Previdência Social:

(a) compulsoriedade de filiação, financiamento pelos entes da Federação, empregador, empregados, aposentados e pensionistas e preservação do valor real dos benefícios.
(b) compulsoriedade de filiação, atualização dos valores de remuneração ou salário de contribuição para fins de cálculo dos benefícios e exigência do limite etário para a concessão de aposentadoria integral por tempo de contribuição.
(c) atualização dos valores de remuneração ou salário de contribuição para fins de cálculo dos benefícios, sistema solidário de Seguridade e permissão constitucional para o estabelecimento de aposentadoria diferenciada para os professores de ensino fundamental e médio.
(d) sistema solidário de Seguridade, proibição de contagem de tempo de serviço fictício e a concessão de abono ao segurado ou servidor que permanecer em atividade mesmo após o preenchimento dos requisitos legais para a obtenção da aposentadoria, equivalente ao valor da contribuição previdenciária devida.
(e) previsão constitucional de previdência complementar fechada e pública para segurados ou servidores; proibição de contagem de tempo de serviço fictício e estabelecimento de aposentadoria diferenciada para os professores de ensino fundamental e médio.

34.21 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.432

Em relação às prestações por acidente do trabalho, é correto afirmar:

(a) Para fins previdenciários, para que seja caracterizado o acidente do trabalho é necessário e suficiente que o trabalhador sofra uma lesão decorrente do exercício do trabalho a serviço do empregador.
(b) São prestações previdenciárias devidas em razão de acidente do trabalho o auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez, o auxílio-acidente, a pensão por morte e a aposentadoria especial decorrente de condições especiais de trabalho.
(c) No caso de acidente do trabalho de que resulte lesão corporal ou morte, a empresa deve comunicar ao INSS, através da emissão de CAT (Comunicação de Acidente do Trabalho) no primeiro dia útil seguinte, sob pena de multa.
(d) As doenças ocupacionais (doença do trabalho e doença profissional) são aquelas contidas em rol taxativo previsto na legislação previdenciária e que se equiparam a acidente, por expressa disposição legal.
(e) O acidente ocorrido no percurso da casa para o trabalho e vice-versa, mesmo fora do local e do horário do trabalho, é considerado como acidente do trabalho, por expressa disposição legal.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Prestações da previdência social

34.22 TCE-MA :: Procurador

Q.433

Com relação às regras de custeio da Seguridade Social, a Constituição Federal estabelece que

(a) a contribuição previdenciária não pode ser cobrada no exercício em que haja sido publicada a lei que a instituiu ou aumentou.
(b) nenhum benefício poderá ser criado, majorado ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio total, salvo em se tratando de benefício assistencial.
(c) a natureza jurídica da contribuição previdenciária é tributária, sendo que a cota da empresa tem caráter de imposto e a parcela devida pelo empregado caracteriza-se como taxa.
(d) podem ser criadas contribuições sobre a receita de concursos de prognósticos e do importador de bens ou serviços do exterior entre as receitas destinadas a assegurar o financiamento da Seguridade Social.
(e) as contribuições previdenciárias incidentes sobre o lucro e sobre a receita ou faturamento devem ser instituídas por lei complementar.

Origem

TCE-MA :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

34.23 TCE-PI :: Procurador

Q.434

Os segurados da Previdência Social contribuem para o financiamento da Seguridade Social. Sobre as Contribuições Sociais dos segurados, é correto afirmar:

(a) Os segurados empregados, os domésticos e os trabalhadores avulsos têm sua contribuição social calculada mediante a aplicação de determinadas alíquotas sobre os seus salários-de-contribuição, conforme o valor por eles declarados.
(b) A contribuição social dos contribuintes individuais e dos segurados facultativos tem alíquotas progressivas que variam conforme o valor do salário-de-contribuição.
(c) O segurado especial tem sua contribuição social calculada mediante a incidência de uma alíquota sobre o total das remunerações que ele paga a seus empregados.
(d) Os segurados empregados e trabalhadores avulsos têm sua contribuição social calculadas mediante a incidência de determinadas alíquotas que variam conforme o valor do salário-de-contribuição independente do limite máximo definido pela lei.
(e) O segurado contribuinte individual que prestar serviço a uma ou mais empresas, poderá deduzir, da sua contribuição social mensal, 45

Origem

TCE-PI :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

34.24 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.435

Dentre as regras sobre a sustentabilidade (financiamento) do Sistema de Seguridade Social NÃO se inclui:

(a) As fontes de custeio são previamente determinadas. Assim, para que um benefício seja criado, é preciso estabelecer qual a fonte financiadora do mesmo.
(b) Outras fontes de custeio poderão ser criadas, havendo necessidade, desde que observem a contrapartida necessária e sejam criadas por lei ordinária.
(c) O empregador deve contribuir para o sistema de seguridade social, independentemente de ter ou não empregado à sua disposição.
(d) Existe um orçamento único para o Sistema de Seguridade Social, que será elaborado conjuntamente pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social.
(e) As contribuições sociais poderão ser cobradas no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que as instituiu ou aumentou.

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

34.25 PGE-GO :: Procurador Geral do Estado

Q.436

De acordo com a legislação previdenciária, é correto afirmar que mantém a condição de segurado. independentemente de contribuições,

(a) até 18 meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade rernunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
(b) até 24 meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
(c) até 6 meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
(d) sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício.

Origem

PGE-GO :: Procurador Geral do Estado
FCC
2005

Assuntos relacionados

Qualidade de segurado

34.26 TCE-MA :: Procurador

Q.437

Em relação à forma de cálculo dos benefícios concedidos pelo Regime Geral da Previdência Social,

(a) o salário de benefício do auxílio doença consiste na média aritmética simples dos salários de contribuição devidamente atualizados desde julho de 1994 e não pode exceder a remuneração do trabalhador, considerada em seu valor mensal, ou seu último salário- de-contribuição no caso de remuneração variável para aqueles que se encontravam filiados ao RGPS anteriormente à edição da Lei no 9.876/99.
(b) a renda mensal da aposentadoria por tempo de serviço devida à mulher, corresponde a 70(c) o salário de benefício da aposentadoria por tempo de contribuição e da aposentadoria por idade consiste na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição devidamente atualizados, correspondentes a 80(d) a renda mensal do salário maternidade devido à segurada especial corresponde a 100(e) a renda mensal da aposentadoria por idade do homem corresponde à 70

Origem

TCE-MA :: Procurador
FCC
2005

Assuntos relacionados

Salário-de-benefício

34.27 TCE-PI :: Auditor

Q.438

Origem

TCE-PI :: Auditor
FCC
2005

Assuntos relacionados

Salário-de-benefício

O art. 28 da Lei no 8.213/91, em seus incisos I e II, define o que é Salário-de-Benefício, como o resultado da "média aritmética simples dos maiores salários-decontribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo". Levando em consideração esta definição é INCORRETO afirmar que

(a) o valor do salário-de-benefício não será inferior ao salário-mínimo, nem superior ao limite máximo do salário-de-contribuição.
(b) para os benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria por idade, o resultado do salário-de-benefício será multiplicado pelo fator previdenciário.
(c) o salário-de-benefício corresponde ao valor total da renda mensal do benefício.
(d) o emprego do salário-de-contribuição para a definição do salário-de-benefício, conforme enunciado na questão, reflete a intenção do legislador de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Sistema de Seguridade Social.
(e) para a definição da renda mensal do benefício, o salário-de-benefício assume o papel de base de cálculo para alguns benefícios.

34.28 TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.439

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Salário-de-benefício

Com relação ao salário-de-benefício, é INCORRETO afirmar que

(a) a previdência social estabelece, para o cálculo de benefícios previdenciários, um piso, correspondente ao salário-mínimo, e um limite-teto, equivalente ao limite máximo do salário-de-contribuição. O saláriofamília é uma exceção à regra do piso, enquanto que o salário-maternidade o é em relação ao teto.
(b) o salário-de-benefício será calculado tendo como base a média aritmética dos maiores salários-decontribuição, correspondentes a 80(c) o décimo terceiro salário é considerado como salário-de-contribuição, para efeito de cálculo da contribuição mensal do segurado da previdência social. Entretanto, não será utilizado no cálculo do salário-de-benefício de sua prestação previdenciária.
(d) a idade, a expectativa de sobrevida do segurado, no momento da aposentadoria, calculadas pelo IBGE tendo em vista a média nacional única para ambos os sexos, e o tempo de contribuição do segurado serão considerados no cálculo do fator previdenciário.
(e) o montante referente ao auxílio-acidente integra o salário-de-contribuição utilizado no cálculo de aposentadoria concedida pelo regime geral de previdência social, desprezando-se dessa soma o valor que exceder o limite-teto do salário-decontribuição.

Q.440

Origem

TRT 11ª:: Juiz do Trabalho Substituto
FCC
2005

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 disciplinou o Sistema de Seguridade Social, no Título VIII, Capítulo II, estabelecendo como um de seus objetivos a

(a) irredutibilidade do valor do benefício, a fim de que seja mantido o padrão de vida de todos os segurados do sistema, mantendo o valor real dos benefícios.
(b) diversidade da base de financiamento, já que para o Sistema de Seguridade Social serão vertidas contribuições tanto dos trabalhadores como dos empregadores.
(c) universalidade de cobertura e atendimento, já que todos os riscos sociais deverão ser cobertos e todas as pessoas deverão ser atendidas, na exata medida de sua contribuição ao sistema.
(d) seletividade e a distributividade na prestação dos benefícios e serviços, já que os riscos sociais que merecem proteção são selecionados e depois distribuídos conforme a necessidade de cada qual.
(e) eqüidade na forma de participação no custeio, com idêntica contribuição das empresas e trabalhadores, em decorrência do princípio da solidariedade social.

34.29 TCE-MA :: Analista de Controle Externo

Q.441

Origem

TCE-MA :: Analista de Controle Externo
FCC
2005

Assuntos relacionados

Salário-de-contribuição

Para os servidores da ativa, integram o salário de contribuição, para fins de incidência de contribuição à Seguridade Social,

(a) a gratificação por condições especiais de trabalho e a gratificação natalina.
(b) o vencimento, acrescido de todas as vantagens inerentes ao cargo efetivo e a gratificação técnico legislativa.
(c) o vencimento, acrescido de todas as vantagens inerentes ao cargo efetivo e as parcelas remuneratórias pagas em decorrência do local de trabalho.
(d) a gratificação de risco de vida, prevista no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão.
(e) a gratificação natalina e o adicional noturno.

Capítulo 35

FEPESE

35.1 TCE-SC :: Procurador do Ministério Público

Q.442

Assinale a alternativa **correta** , de acordo com a Constituição da República.

(a) É vedado o aporte de recursos a entidades de previdência privada pelos Estados, salvo na qualidade de patrocinador.
(b) As receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios destinadas à seguridade social integrarão o orçamento da União.
(c) As contribuições sociais do empregador à seguridade social não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas.
(d) A Previdência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.
(e) É permitida a fi liação ao Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

Origem

TCE-SC :: Procurador do Ministério Público
FEPESE
2005

Assuntos relacionados

Custeio

Q.443

Não constituem receitas da seguridade social, de acordo com a Constituição da República e legislação infraconstitucional correlata:

(a) contribuições sociais das empresas incidentes sobre faturamento e lucro.
(b) contribuições sociais dos empregadores domésticos.
(c) 40(d) doações, legados, subvenções e outras receitas eventuais.
(e) recursos provenientes do orçamento geral da União, no percentual mínimo de 12

Origem

TCE-SC :: Procurador do Ministério Público
FEPESE
2005

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Q.444

Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições à seguridade social, de acordo com a Lei F. nº8.213/91:

(a) quem está em gozo de benefício, até o período máximo de doze meses.
(b) o segurado acometido de doença de segregação compulsória, até vinte e quatro meses após cessar a segregação.
(c) o segurado recluso, até dezoito meses após o livramento.
(d) o segurado facultativo, até seis meses após a cessação das contribuições.
(e) o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar, até seis meses após o licenciamento.

Origem

TCE-SC :: Procurador do Ministério Público
FEPESE
2005

Assuntos relacionados

Qualidade de segurado

Q.445

Origem

TCE-SC :: Procurador do Ministério Público
FEPESE
2005

Assuntos relacionados

Carência

De acordo com a Lei F. nº8.213/91, independe de carência a concessão das seguintes prestações do Regime Geral de Previdência Social:

(a) pensão por morte, reabilitação profi ssional, aposentadoria por tempo de serviço e auxíliomoradia.
(b) auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-alimentação.
(c) auxílio-reclusão, serviço social, aposentadoria por idade e auxílio-funeral.
(d) salário-maternidade, pensão por morte, salário- família e aposentadoria especial.
(e) pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente.

Q.446

Origem

TCE-SC :: Procurador do Ministério Público
FEPESE
2005

Assuntos relacionados

Salário-de-contribuição

De acordo com a Lei F. nº8.212/91, integram o salário-de-contribuição do empregado:

(a) a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, inclusive as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional.
(b) a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, inclusive a parcela in natura recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial.
(c) a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, inclusive parcelas recebidas a título de vale-transporte, ajuda de custo, incentivo de demissão e auxílio-alimentação.
(d) a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial.
(e) a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, inclusive a participação nos lucros da empresa, as diárias para viagens e a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional, bem como os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial.

Capítulo 36

MPT

36.1 Ministério Publico do Trabalho :: Procurador do Trabalho

Q.447

Origem

Ministério Publico do Trabalho :: Procurador do Trabalho
MPT
2005

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

No que se refere aos beneficiários do Regime de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, é **INCORRETO** afirmar:

(a) o cônjuge, para ser considerado dependente, deve provar sua dependência econômica em face do segurado, junto à Previdência Social;
(b) perde a condição de dependente o filho que for emancipado, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior;
(c) inclui-se como dependente o irmão não emancipado de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido, que viva sob dependência econômica comprovada do segurado;
(d) o menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante a apresentação do termo de tutela;
(e) não respondida.

Q.448

Origem

Ministério Publico do Trabalho :: Procurador do Trabalho
MPT
2005

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

No que tange ao custeio da Seguridade Social, é **INCORRETO** dizer:

(a) não integram o salário-de-contribuição, dentre outras parcelas, o salário-família, a participação nos lucros, as férias indenizadas e a ajuda de custo, esta última quando recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado;
(b) o contratante de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, em atividades tais como construção civil, limpeza e conservação, manutenção e vigilância, responde solidariamente com o executor pelas contribuições previdenciárias, exceto quanto à contribuição proveniente do faturamento e do lucro;
(c) as contribuições devidas à Seguridade Social, desde que confessadas, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado, inclusive quanto àquelas que foram descontadas dos empregados;
(d) o empregador doméstico está obrigado a arrecadar a contribuição do segurado empregado doméstico a seu serviço e a recolhê-la;
(e) não respondida.

Q.449

A respeito da carência, é **INCORRETO** afirmar:

(a) dentre outros benefícios, independem de carência: pensão por morte; auxílio-acidente; salário-maternidade da trabalhadora avulsa;
(b) é de doze contribuições mensais a carência para o auxílio-doença que não decorra de acidente de qualquer natureza;
(c) para o segurado empregado, o período de carência é contado de sua filiação ao Regime Geral de Previdência Social;
(d) perdendo o segurado esta qualidade, começa-se a contar novo período de carência quando este readquirir a condição de segurado, não se aproveitando as contribuições anteriores quando a desfiliação ao Regime se der por mais de 05 (cinco) anos;
(e) não respondida.

Origem

Ministério Publico do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2005

Assuntos relacionados

Carência

Capítulo 37

TRT 13ª

37.1 TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.450

I) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, não se aplica o regime geral de previdência social.
II) O empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência, é segurado facultativo da Previdência Social.
III) É segurado obrigatório da Previdência Social, como empregado, o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
IV) É segurado obrigatório, como trabalhador avulso, aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;
V) Depende de carência a concessão de auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente.

(a) Se nenhuma afirmativa estiver correta.
(b) Se apenas uma afirmativa estiver correta.
(c) Se apenas duas afirmativas estiverem corretas.
(d) Se apenas três afirmativas estiverem corretas.
(e) Se apenas quatro afirmativas estiverem corretas.

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2005

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.451

I) A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.
II) O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 30

(a) Se nenhuma afirmativa estiver correta.
(b) Se apenas uma afirmativa estiver correta.
(c) Se apenas duas afirmativas estiverem corretas.
(d) Se apenas três afirmativas estiverem corretas.
(e) Se apenas quatro afirmativas estiverem corretas.

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.452

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

A teor da Constituição Federal, a Previdência Social atenderá, nos termos da lei, a:

(a) Cobertura de eventos de doença, invalidez, morte, analfabetismo e idade avançada.
(b) Proteção ao trabalhador na situação de desemprego voluntário.
(c) Salário-família, auxílio-reclusão e auxílio-funeral.
(d) Proteção à maternidade, especialmente à gestante.
(e) Programas de primeiro emprego, bolsa-escola e bolsa-família.

Q.453

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

O salário-maternidade:

(a) É devido à segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança de 1 (um) a 8 (oito) anos de idade.
(b) É devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, sendo pago diretamente pela Previdência Social, em qualquer hipótese.
(c) Tem início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, sendo pago diretamente pela empresa, em qualquer hipótese.
(d) Para a trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal equivalente a 70 (e) Não é devido à empregada doméstica.

Q.454

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Incluem-se entre os preceitos legais relativos ao salário-doença todos os abaixo relacionados, exceto:

(a) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido por lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
(b) Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
(c) O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Neste caso, cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez.
(d) O segurado empregado em gozo de auxílio-doença será considerado pela empresa como licenciado.
(e) A empresa que garantir ao segurado licença remunerada ficará obrigada a pagar-lhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença.

Q.455

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

São benefícios devidos aos dependentes do segurado:

(a) Aposentadoria por invalidez e pensão por morte.
(b) Pensão por morte e auxílio-reclusão.
(c) Serviço social e salário-família.
(d) Auxílio-doença e auxílio-natalidade.
(e) Auxílio-acidente e salário-maternidade.

Q.456

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2005

Assuntos relacionados

Benefícios

I) Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.
II) Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.
III) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.
IV) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
V) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

(a) Se nenhuma afirmativa estiver correta.
(b) Se apenas uma afirmativa estiver correta.
(c) Se apenas duas afirmativas estiverem corretas.
(d) Se apenas três afirmativas estiverem corretas.
(e) Se apenas quatro afirmativas estiverem corretas.

Q.457

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2005

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

I) A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade.
II) As ações da Seguridade Social são destinadas a assegurar a todos os direitos relativos à saúde, à previdência, à segurança pública e à assistência social.
III) A Seguridade Social tem como princípio e diretriz o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.
IV) O Conselho Nacional de Seguridade Social possui representantes do governo Federal e dos trabalhadores, sendo que estes gozam de estabilidade no emprego enquanto durarem seus respectivos mandatos.
V) A seletividade na base de financiamento e a irredutibilidade na forma de participação no custeio são princípios e diretrizes constitucionais do sistema de Seguridade Social.

(a) Se nenhuma afirmativa estiver correta.
(b) Se apenas uma afirmativa estiver correta.
(c) Se apenas duas afirmativas estiverem corretas.
(d) Se apenas três afirmativas estiverem corretas.
(e) Se apenas quatro afirmativas estiverem corretas.

Q.458

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2005

Assuntos relacionados

Custeio

I) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
II) Admite-se o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador.
III) A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, exceto pelo importador de bens ou serviços do exterior, que tem imunidade especial, nos termos da Constituição Federal.
IV) A Constituição Federal prevê que a lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.
V) Também segundo previsão constitucional, a lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo.

(a) Se nenhuma afirmativa estiver correta.
(b) Se apenas uma afirmativa estiver correta.
(c) Se apenas duas afirmativas estiverem corretas.
(d) Se apenas três afirmativas estiverem corretas.
(e) Se apenas quatro afirmativas estiverem corretas.

Q.459

O acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho do segurado especial, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Neste contexto, é correto dizer que:

(a) Equipara-se a acidente do trabalho a doença degenerativa e a inerente a grupo etário.
(b) Não é considerada acidente do trabalho a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade.
(c) Não é acidente do trabalho aquele sofrido pelo segurado no local e no horário de trabalho, em conseqüência de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.
(d) O acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho, no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado, equipara-se a acidente do trabalho.
(e) O Ministério do Trabalho, de forma principal e obrigatória, e a empresa, de forma secundária e facultativa, são responsáveis pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador.

Origem

TRT 13ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 13ª
2005

Assuntos relacionados

Prestações da previdência social

Capítulo 38

TRT 14ª

38.1 TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.460

Origem

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

Examine as proposições abaixo e responda:
I. A seguridade social é o conjunto integrado de normas de iniciativa da União, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e assistência social.
II. Em face do princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, a assistência social é prestada indistintamente a quem dela necessitar e tiver efetivamente contribuído para o sistema de seguridade.
III. Os serviços de saúde integrantes do complexo da seguridade social constituem um sistema único, organizado por meio de uma rede regionalizada e hierarquizada.
IV. As iniciativas e ações no âmbito do sistema de seguridade social são privativas do Poder Público, enquanto dever precípuo imposto pela Constituição ao Estado.

(a) Há apenas uma proposição verdadeira.
(b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
(c) Há apenas três proposições verdadeiras.
(d) Todas as proposições são verdadeiras.
(e) Todas as proposições são falsas.

Q.461

Origem

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Custeio

Examine as proposições abaixo e responda:
I. O limite mínimo do salário-de-contribuição para todos os empregados segurados corresponde ao valor do salário mínimo, tomado no seu importe mensal, diário ou horário, conforme o ajustado e o tempo de trabalho efetivo durante o mês.
II. No âmbito do custeio da Seguridade Social, compete ao INSS arrecadar, fiscalizar, lançar e normatizar o recolhimento de todas as contribuições sociais.
III. A empresa optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES que remunerar contribuinte individual por serviços a ela prestados é responsável pelo desconto de 11

(a) Todas as proposições são falsas.
(b) Todas as proposições são verdadeiras.
(c) Há apenas três proposições verdadeiras.
(d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
(e) Há apenas uma proposição verdadeira.

Q.462

Origem

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Examine as proposições abaixo e responda:
I. No caso de rescisão do contrato de trabalho, as contribuições devidas para a Seguridade Social serão recolhidas em até quinze dias após a prática do ato, computando-se em separado a parcela atinente ao 13ºsalário.
II. Nos moldes do entendimento jurisprudencial dominante, a constituição do crédito previdenciário está sujeita ao prazo de decadência de cinco anos previsto na lei tributária, passando, com a edição da Lei 8.212/91, a ser decenal.
III. Pela Constituição, é vedada a cobrança de contribuição para a seguridade social no mesmo exercício em que haja sido publicada a lei que a instituiu ou aumentou.
IV. É facultado ao empregador doméstico, relativamente ao empregado a seu serviço cujo salário de contribuição seja igual ao salário mínimo, recolher trimestralmente as contribuições previdenciárias devidas à Seguridade Social.

(a) Todas as proposições são falsas.
(b) Todas as proposições são verdadeiras.
(c) Há apenas três proposições verdadeiras.
(d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
(e) Há apenas uma proposição verdadeira.

Q.463

Origem

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Examine as proposições abaixo e responda:
I. O sistema de custeio da seguridade social no país é de natureza contributiva, em regime de capitalização, porquanto os valores individuais pagos pelos segurados são reunidos em uma reserva ou conta individualizada, que é utilizada para o pagamento de benefícios aos respectivos titulares, na medida de suas necessidades.
II. Com relação às contribuições sociais de que trata o *caput* do art. 195 da Constituição, não há necessidade de lei complementar de normas gerais definindo base de cálculo, contribuinte e fato gerador.
III. A isenção atinge todas as contribuições previdenciárias devidas pela empresa, mas não abrange as devidas pelos empresários enquanto segurados que prestam serviços.
IV. A remissão é causa extintiva do crédito previdenciário e somente pode ser concedida por lei.

(a) Todas as proposições são falsas.
(b) Todas as proposições são verdadeiras.
(c) Há apenas três proposições verdadeiras.
(d) Há apenas duas proposições verdadeiras.
(e) Há apenas uma proposição verdadeira.

Q.464

Origem

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 14ª
2005

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Examine as proposições abaixo e responda:
I. Por força do princípio da equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, os critérios para a concessão das prestações de seguridade social haverão de ser os mesmos, porém, tratando-se de previdência social, o valor de um benefício pode ser diferenciado.
II. É princípio constitucional da seguridade social o caráter democrático e descentralizado da administração, marcado por uma gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
III. Pelo princípio da diversidade da base de financiamento, a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, inclusive por meio de recursos oriundos de contribuições incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.
IV. É possível a adoção de alíquotas ou base de cálculo de contribuições diferenciadas para as empresas vinculadas ao sistema da seguridade social, o que não implica em transgressão ao princípio da eqüidade na forma de participação no custeio.

(a) Há apenas uma proposição verdadeira.
(b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
(c) Há apenas três proposições verdadeiras.
(d) Todas as proposições são verdadeiras.
(e) Todas as proposições são falsas.

Capítulo 39

TRT 21ª

39.1 TRT 21ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.465

Em face da legislação previdenciária pertinente ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS, pode-se afirmar não ser garantido aos segurados:

(a) o auxílio natalidade;
(b) o auxílio doença acidentário;
(c) o auxílio acidente;
(d) a aposentadoria por tempo de contribuição;
(e) a reabilitação profissional.

Origem

TRT 21ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 21ª
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.466

Constituem fontes de financiamento do Custeio do Sistema Previdenciário do Regime Geral da Previdência Social:
I - a contribuição sobre o lucro das empresas, a contribuição sobre os salários dos empregados e a contribuição sobre rendas de espetáculos artísticos;
II - a contribuição sobre as folhas de salários das empresas, a contribuição sobre as rendas brutas das partidas de futebol e a contribuição sobre a remuneração do trabalho avulso;
III - a contribuição para o Seguro Acidente de Trabalho (SAT), a contribuição sobre os páreos de cavalos e sobre o resultado dos leilões dos bens apreendidos pela Receita Federal;
IV - a contribuição sobre rendas brutas das partidas de futebol, a contribuição sobre os concursos da loteria esportiva e a contribuição sobre os serviços prestados pelos trabalhadores autônomos;
V - a contribuição sobre o faturamento das empresas, a contribuição sobre as notas fiscais de serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho e a contribuição sobre a remuneração paga aos diretores das empresas sem vínculo empregatício.

(a) apenas as alternativas I e V estão incorretas;
(b) as alternativas III e V estão incorretas;
(c) as alternativas II, III, IV e V estão corretas.
(d) apenas as alternativas II e V estão corretas;
(e) as alternativas II e IV estão incorretas;

Origem

TRT 21ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 21ª
2005

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Q.467

São princípios específicos da Previdência Social no Brasil:

(a) o da solidariedade e o do direito adquirido;
(b) o da diversidade da base de custeio e o da precedência do benefício em relação ao custeio;
(c) o da tríplice base de custeio e o da irredutibilidade salarial;
(d) o da ampla defesa e do contraditório e o da eqüidade na forma de participação no custeio;
(e) o da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e o da precedência do custeio em relação ao benefício.

Origem

TRT 21ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 21ª
2005

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Capítulo 40

TRT 8ª

40.1 TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa

Q.468

É correto afirmar, com relação ao benefício do auxílio-doença:

(a) É devido a qualquer segurado, sem exigibilidade de período de carência, que fica incapacitado para o trabalho ou para a sua atividade habitual, por qualquer período.
(b) É devido ao segurado que fica incapacitado para o trabalho, ou para a sua atividade habitual, por mais de 15 (quinze) dias, consecutivos ou não.
(c) É devido ao segurado obrigatório ou facultativo, independentemente de carência, que fica incapacitado para o trabalho ou para a sua atividade habitual, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, quando sofrer acidente de qualquer natureza.
(d) É devido ao segurado que, não tendo cumprido o período de carência exigida, fica incapacitado para o trabalho ou para a sua atividade habitual, por mais de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos.
(e) O segurado empregado, em gozo de auxílio-doença, não poderá ser considerado pela empresa como licenciado.

Origem

TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2005

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.469

Assinale a alternativa correta. O trabalhador, habilitado ao benefício do seguro-desemprego, faz jus à percepção de parcelas, com base na quantidade de meses trabalhados nos últimos 36 meses anteriores à dispensa, da seguinte forma:

(a) Três parcelas para os que trabalharam de 06 a 11 meses.
(b) Quatro parcelas para os que trabalharam de 12 a 23 meses.
(c) Cinco parcelas para os que trabalharam de 24 a 36 meses.
(d) Todas as respostas acima estão corretas.
(e) Nenhuma das respostas acima está correta.

Origem

TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2005

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.470

Marque a alternativa correta:

(a) O seguro-desemprego representa benefício temporário concedido a todos os trabalhadores em situação de desemprego que comprove não possuir renda própria para o seu sustento e de seus familiares.
(b) O seguro-desemprego representa benefício temporário concedido a qualquer trabalhador em situação de desemprego, que comprovem recebimento de salários consecutivos nos últimos seis meses.
(c) O seguro-desemprego representa benefício temporário concedido apenas ao trabalhador despedido sem justa causa, independentemente de ter iniciado imediato contrato laboral com outro empregador, em respeito ao princípio da continuidade do contrato de trabalho e do caráter alimentar do salário.
(d) O seguro-desemprego representa benefício temporário concedido ao trabalhador que comprove recebimento de salários consecutivos nos últimos 6 (seis) meses anteriores à data da despedida sem justa causa, ou ter trabalhado como empregado de pessoa jurídica, ou de pessoa física a ela equiparada, pelo menos 6 (seis) meses nos últimos 36 (trinta e seis) meses e comprove não possuir renda própria para o seu sustento e de seus familiares.
(e) O seguro-desemprego representa benefício temporário concedido apenas ao trabalhador com término do contrato por pedido de demissão ou despedida sem justa causa, que comprove recebimento de salários consecutivos nos últimos 6 (seis) meses, ou ter trabalhado pelo menos 6 (seis) meses nos últimos 36 (trinta e seis) meses e comprove não possuir renda própria para o seu sustento e de seus familiares.

Origem

TRT 8ª:: Juiz do trabalho substituto - 1ªetapa
TRT 8ª
2005

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Capítulo 41

TRT 9ª

41.1 TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.471

Origem

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 9ª
2005

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Considere as assertivas a seguir sobre os dependentes do segurado habilitado perante a Previdência Social:
I. As classes de dependentes são as seguintes:
1 - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido; 2 - os ascendentes em qualquer grau; 3 - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido; 4 - o colateral até o segundo grau.
II. A existência de dependentes de uma das classes citadas na afirmativa anterior não exclui do direito às prestações os das classes seguintes.
III. A dependência econômica de quaisquer dependente, requer sempre comprovação.
IV. companheiro ou companheira, na forma da legislação previdenciária, é a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o §3ºdo artigo 226 da Constituição Federal.
V. o enteado e o menor tutelado não podem ser, em hipótese alguma, equiparados a filho para efeito de dependência perante a Previdência Social. Marque a alternativa correta:

(a) somente a proposição I está correta
(b) somente a proposição III está incorreta
(c) somente a proposição IV está correta
(d) todas as proposições estão corretas
(e) todas as proposições estão incorretas

Q.472

Origem

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 9ª
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Considere as assertivas a seguir sobre o salário-família:
I. O benefício é devido de forma mensal, ao segurado empregado que possua filho até 14 (quatorze) anos de idade ou inválido de qualquer idade, exceto ao doméstico.
II. O aposentado por invalidez ou por idade, e os demais aposentados com (sessenta e cinco) anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou 60 [sessenta] anos ou mais, se do feminino, tem direito ao benefício.
III. O salário-família devido ao trabalhador avulso não poderá ser recebido pelo sindicato da classe respectivo, mesmo se incumbindo de elaborar as folhas correspondentes e de distribuí-lo.
IV. Quando o pagamento do segurado empregado não for mensal, o saláriofamília será pago juntamente com o último pagamento relativo ao mês.
V . A empresa conservará durante 5 (cinco) anos os comprovantes dos pagamentos e as cópias das certidões correspondentes, para exame pela fiscalização da Previdência Social. Marque a alternativa correta:

(a) todas as proposições estão corretas
(b) todas as proposições estão incorretas
(c) as proposições II e III são as únicas incorretas
(d) as proposições III e V são as únicas incorretas
(e) as proposições I, II e IV são as únicas incorretas

Q.473

Origem

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 9ª
2005

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Considere as assertivas a seguir sobre o benefício de salário-maternidade, pago pela Previdência Social:
I. É devido às mães que adotam crianças, sendo de 120 (cento e vinte dias), se a criança tiver até 1 (um) ano de idade; 60 [sessenta] dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade; e 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.
II. O valor do salário-maternidade é o mesmo valor mensal pago à empregada, limitado a R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) mensais.
III. Para fins de fiscalização pela Previdência Social, a empresa deverá conservar durante 10 (dez) anos os comprovantes dos pagamentos e os atestados atinentes ao benefício.
IV. O prazo geral fixado na legislação previdenciária para o benefício é de 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data da ocorrência deste, para as mães que geram filho.
V. Atendidos os pressupostos legais, a empregada doméstica grávida tem direito ao benefício em questão. Marque a alternativa correta:

(a) todas as proposições estão corretas
(b) todas as proposições estão incorretas
(c) somente as proposições I e II estão incorretas
(d) somente a proposição II está incorreta
(e) somente a proposição III está incorreta

Q.474

Considere as assertivas a seguir sobre períodos de carência dos benefícios previdenciários:
I. O benefício de auxílio-doença não exige período de carência em hipótese alguma.
II. O benefício de salário-maternidade, para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica, não exige período de carência.
III. Os benefícios de aposentadoria por idade e por tempo de serviço exigem 150 [cento e cinqüenta] contribuições mensais.
IV. o benefício de pensão por morte exige 12 (doze) contribuições mensais.
V . o benefício de auxílio-reclusão exige 36 (trinta e seis) contribuições mensais. Assinale a alternativa correta, dentre as alternativas que seguem:

(a) todas as proposições estão incorretas
(b) somente a proposição I está incorreta
(c) somente a proposição II está correta
(d) as proposições III, IV e V são as únicas incorretas
(e) todas as proposições estão corretas

Origem

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 9ª
2005

Assuntos relacionados

Carência

Parte VI

2004

Capítulo 42

CESPE

42.1 TCE-PE :: Auditor

Q.475

Considerando as normas constitucionais e infraconstitucionais que tratam do regime previdenciário dos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

( ) Em relação ao sistema previdenciário dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, deve ser observado o caráter contributivo e solidário, o que implica a ausência de obrigatoriedade de registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor.
( ) Para que um servidor público ocupante de cargo efetivo tenha direito à aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais, é necessário o atendimento dos seguintes requisitos: tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público; cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e sessenta anos de idade, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade, se mulher.
( ) As normas constitucionais em vigor asseguram aos ocupantes de cargo público efetivo, no caso de doença incurável contraída um ano após o início do exercício no cargo, a aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais.
( ) Considerando que a aposentadoria compulsória do servidor ocupante de cargo efetivo, aos setenta anos de idade, independe da manifestação da vontade, é assegurada a este a percepção de proventos integrais, independentemente do tempo de contribuição.
( ) No âmbito do regime previdenciário dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, há vedação ao estabelecimento de benefícios que não estejam previstos no regime geral de previdência social (RGPS).

Origem

TCE-PE :: Auditor
CESPE
2004

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.476

Origem

TCE-PE :: Auditor
CESPE
2004

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Considerando as normas constitucionais e infraconstitucionais que tratam do regime previdenciário dos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

( ) Subsiste vedação, em normas constitucionais no âmbito do regime previdenciário dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, acerca da inclusão, no cálculo dos benefícios, de parcelas remuneratórias decorrentes do exercício de função de confiança.
( ) Segundo as normas constitucionais vigentes, a União, os estados, o DF e os municípios podem estabelecer o teto do RGPS para o valor das aposentadorias e das pensões dos servidores ocupantes de cargo efetivo, desde que instituam regime de previdência complementar, que funcione por intermédio de entidade fechada de previdência complementar de natureza pública.
( ) Há óbice ao estabelecimento de mais de um regime próprio de previdência social dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.

42.2 TCE-PE :: Procurador Consultivo do TC

Q.477

Origem

TCE-PE :: Procurador Consultivo do TC
CESPE
2004

Assuntos relacionados

Benefícios

Considerando as normas constitucionais e infraconstitucionais que tratam do regime previdenciário dos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

( ) As diretrizes constitucionais do regime previdenciário dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo incluem o caráter contributivo e solidário, sendo o referido sistema custeado com contribuições devidas exclusivamente pelos segurados.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. Um servidor público, detentor de cargo efetivo, no qual foi empossado na vigência das normas constitucionais atualmente em vigor, um ano após ter entrado em exercício, contraiu doença incurável. Nessa situação, considerando a sistemática atual do regime de previdência dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo definida pela Constituição Federal, o referido servidor terá direito à aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, independentemente do tempo de contribuição.
( ) A aposentadoria voluntária de servidor ocupante de cargo efetivo deverá ser percebida de forma integral caso ocorra o atendimento dos seguintes requisitos: tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria, 65 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e 60 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher.
( ) Os servidores públicos ocupantes de cargo em provimento comissionado estão inseridos no regime geral de previdência social (RGPS), no âmbito do qual também se inserem os empregados públicos.
( ) Segundo as normas constitucionais relativas ao regime previdenciário dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, não há óbice à percepção de proventos de aposentadoria decorrente do referido regime por servidor ocupante de cargo efetivo que já conte com a percepção de aposentadoria decorrente do RGPS.

Q.478

Origem

TCE-PE :: Procurador Consultivo do TC
CESPE
2004

Assuntos relacionados

Benefícios

Considerando as normas constitucionais e infraconstitucionais que tratam do regime previdenciário dos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

( ) Segundo as normas infraconstitucionais que tratam da organização do regime previdenciário dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, considerando que a gestão do sistema é de responsabilidade exclusiva do ente público federativo, não é garantido o livre acesso dos segurados às informações inerentes à gestão.
( ) A contribuição da União, dos estados, do DF e dos municípios para o sistema de previdência dos servidores públicos estatutários efetivos não pode exceder, a qualquer título, a um terço da contribuição do segurado.
( ) A União, os estados e os municípios podem estabelecer tetolimite em relação ao valor dos proventos de aposentadoria de servidores ocupantes de cargo efetivo, na forma do RGPS, sendo facultativa a criação de sistemas de previdência complementar, os quais serão instituídos por meio de fundos de previdência de natureza privada.
( ) Compete à União, por meio do Ministério da Previdência Social, a supervisão, a orientação e o acompanhamento dos fundos de previdência complementar voltados aos servidores ocupantes de cargo efetivo nos estados, no DF e nos municípios.
( ) Segundo as normas constitucionais vigentes, para os servidores ocupantes de cargo efetivo que exija formação de nível superior, é possível instituir regime de previdência distinto do instituído para os ocupantes de cargo efetivo que exija formação de nível médio.

42.3 TCE-PE :: Procurador do Ministério Público de Contas

Q.479

Origem

TCE-PE :: Procurador do Ministério Público de Contas
CESPE
2004

Assuntos relacionados

Benefícios

Considerando as normas constitucionais e infraconstitucionais que tratam do regime previdenciário dos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

( ) Conforme as diretrizes constitucionais do regime previdenciário dos servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios, para os titulares de cargos efetivos, subsiste o caráter assistencial e solidário.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. Determinado servidor público, detentor de cargo efetivo, no qual foi empossado na vigência das atuais normas constitucionais, dois dias após ter entrado em exercício, sofreu acidente de serviço, que resultou na sua incapacidade para o trabalho. Nessa situação, o referido servidor terá direito à aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
( ) No caso de aposentadoria compulsória, aos setenta anos de idade, de servidor público ocupante de cargo efetivo, os proventos serão proporcionais ao tempo de contribuição.
( ) Os ocupantes de cargos em provimento efetivo e comissionado contam com o mesmo tratamento, conforme os termos das diretrizes definidas na Constituição Federal.
( ) Segundo as regras constitucionais acerca do regime previdenciário dos servidores públicos, caso um servidor público que tenha ocupado emprego público em empresa pública do estado de Pernambuco, a qual recebia recursos do referido ente federado, passe a gozar aposentadoria por idade, custeada pelo regime geral de previdência social (RGPS), inexistindo plano de complementação, e, posteriormente à obtenção dessa aposentadoria, seja aprovado em concurso público e passe a ocupar cargo público em provimento efetivo em autarquia da administração indireta do estado de Pernambuco, a percepção da aposentadoria decorrente do RGPS não constitui óbice à percepção de proventos de aposentadoria decorrente do mencionado cargo público.

Q.480

Origem

TCE-PE :: Procurador do Ministério Público de Contas
CESPE
2004

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Considerando as normas constitucionais e infraconstitucionais que tratam do regime previdenciário dos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

( ) Caso um servidor público ocupante de cargo efetivo passe a exercer função de confiança, a remuneração decorrente do exercício da referida função deverá ser considerada no cálculo da aposentadoria, desde que a função de confiança tenha sido exercida por mais de 10 anos.
( ) A contribuição da União, dos estados, do DF e dos municípios para o sistema de previdência dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo não poderá exceder, a qualquer título, ao dobro da contribuição do segurado.
( ) Segundo as normas infraconstitucionais que tratam do regime de previdência dos servidores ocupantes de cargo efetivo, não há vedação ao estabelecimento de benefícios previdenciários não previstos no RGPS.
( ) Compete à União, aos estados, ao DF e aos municípios a supervisão, a orientação e o acompanhamento dos respectivos fundos de previdência complementar de seus servidores ocupantes de cargo efetivo.
( ) No âmbito do regime de previdência de servidores ocupantes de cargo efetivo, é vedado o pagamento de benefícios mediante convênios entre estados e municípios.

Capítulo 43

FCC

43.1 Procuradoria Geral do Estado - :: Procurador do Estado

Q.481

Origem

Procuradoria Geral do Estado - ::
Procurador do Estado
FCC
2004

Assuntos relacionados

Benefícios

São beneficiários do Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco:

(a) os servidores titulares de cargos efetivos, em comissão e eletivos, sejam eles ativos, inativos, reformados, seus dependentes e pensionistas.
(b) os servidores das autarquias do Estado, fundações públicas e empresas públicas titulares de cargos efetivos e empregos públicos.
(c) somente os servidores públicos do Estado, das autarquias do Estado, das fundações públicas do Estado e os militares.
(d) os servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado, das suas autarquias e das fundações públicas do Estado, membros de poder do Estado, servidores de órgãos autônomos do Estado, titulares de cargos efetivos e militares do Estado, ativos, inativos, reformados, seus dependentes e pensionistas.
(e) os servidores de autarquias do Estado titulares de cargos efetivos, em comissão eletivos e temporários, desde que ativos.

Q.482

Origem

Procuradoria Geral do Estado - ::
Procurador do Estado
FCC
2004

Assuntos relacionados

Benefícios

Quanto ao benefício da aposentadoria dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Constituição Federal prescreve que

(a) a aposentadoria por invalidez permanente corresponde ao valor dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, inclusive se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.
(b) é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de um mesmo regime próprio de previdência, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição.
(c) a aposentadoria voluntária pode dar-se com proventos integrais ou proporcionais, de acordo com o tempo de contribuição, independentemente do tempo de exercício no serviço público.
(d) os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação aos períodos da regra geral de aposentadoria integral voluntária, para todos os professores, independentemente das funções de magistério que tenham exercido.
(e) o servidor que completar 70 anos de idade pode ser aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.1603

Q.483

Origem

Procuradoria Geral do Estado - ::
Procurador do Estado
FCC
2004

Assuntos relacionados

Benefícios

Podem ser dependentes dos segurados, nos termos do Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco, EXCETO,

(a) filhos menores de 21 anos e filhos, de qualquer idade, definitiva ou temporariamente inválidos, mas desde que tenha a invalidez se caracterizado antes do falecimento do segurado e antes do inválido completar 21 anos, além de, cumulativamente, serem solteiros, não emancipados e que não exerçam atividade remunerada.
(b) equiparados a filhos, os enteados do segurado que estiverem com ele residindo e os menores que, por determinação estiverem sob tutela do segurado, e, cumulativamente, estiverem vivendo sob a dependência econômica e sustento alimentar do segurado, não forem credores de alimentos nem estejam recebendo benefícios previdenciários de qualquer sistema de seguridade social público ou privado, e não tenham renda superior ao valor correspondente a duas vezes a menor remuneração paga pelo Estado de Pernambuco aos seus servidores.
(c) cônjuge ou companheiro na constância, respectivamente, do casamento ou união estável e equiparados a estes, o cônjuge separado judicialmente ou de fato e o divorciado, bem como o ex-companheiro de união estável aos quais tenha sido assegurada pensão alimentícia por decisão judicial.
(d) como inscritos, na ausência de filhos, cônjuge ou companheiro, ou equiparados, os irmãos, solteiros, não emancipados, que estiverem sob a dependência econômica e sustento alimentar do segurado, e, cumulativamente, forem menores de 18 anos ou independentemente da idade, se forem definitivamente ou temporariamente inválidos, não exercerem atividade remunerada, não forem credores de alimentos, não receberem benefícios previdenciários de qualquer sistema de seguridade social público ou privado.
(e) como inscritos, os pais que estiverem sob a sua dependência econômica e sustento alimentar, em concorrência com os filhos, cônjuges e companheiros, e desde que a renda bruta do casal não seja superior a duas vezes o valor da menor remuneração paga pelo Estado de Pernambuco aos seus servidores.

Q.484

Origem

Procuradoria Geral do Estado - ::
Procurador do Estado
FCC
2004

Assuntos relacionados

Benefícios

São benefícios do segurado, previstos no Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco:

(a) aposentadoria por idade integral independentemente do tempo de serviço e tempo de contribuição, aposentadoria por idade, salário família para o segurado inativo e salário maternidade.
(b) aposentadoria especial do professor, transferência do militar do Estado para a inatividade, salário família e aposentadoria por tempo de serviço.
(c) aposentadoria por invalidez, aposentadoria compulsória, aposentadoria por idade e salário família para o segurado inativo.
(d) transferência do militar do Estado para a inatividade, aposentadoria por idade, pensão por morte e auxílioacidente.
(e) aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria compulsória aos 60 anos independentemente do tempo de contribuição e pensão por morte.

43.2 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.485

Considere as seguintes afirmativas:
I. O financiamento da seguridade social provém, exclusivamente, das contribuições sociais.
II. A Constituição enumera taxativamente as fontes dos recursos destinados a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.
III. São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
IV. A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
É correto o que se afirma APENAS em

(a) I e II.
(b) I e III.
(c) II e III.
(d) II e IV.
(e) III e IV.

Origem

TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2004

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

43.3 Procuradoria Geral do Estado - :: Procurador do Estado

Q.486

Assinale a alternativa que NÃO contém regra geral para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal.

(a) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal poderão conceder benefícios distintos dos previstos no regime geral de previdência social, sempre que autorizados pela Agência Nacional de Seguridade Social.
(b) A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares não poderá exceder, a qualquer título, o dobro da contribuição do segurado.
(c) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos entes políticos devem ser organizados de forma a manter o equilíbrio financeiro e atuarial, mediante a realização de avaliações, balanços e auditorias.
(d) As contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes ressalvadas despesas administrativas.
(e) A cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios. 1

Origem

Procuradoria Geral do Estado - :: Procurador do Estado
FCC
2004

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

43.4 TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária

Q.487

Origem

TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2004

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

A cobrança dos créditos da seguridade social, está sujeita ao prazo

(a) decadencial de 10 anos, para apurar e constituir os créditos; bem como ao prazo prescricional de 10 anos, para cobrá-los.
(b) prescricional de 10 anos, para apurar e constituir os créditos; bem como ao prazo decadencial de 10 anos, para cobrá-los.
(c) decadencial de 10 anos, para apurar e constituir os créditos, bem como para cobrá-los.
(d) prescricional de 10 anos, para apurar e constituir os créditos, bem como para cobrá-los.
(e) decadencial de 5 anos, para apurar e constituir os créditos; bem como ao prazo prescricional de 5 anos, para cobrá-los.

Q.488

Origem

TRF 4ª:: Analista Judiciário - Judiciária
FCC
2004

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

A seguridade social, de acordo com a Constituição, deve ser organizada de modo a que os benefícios e serviços previdenciários prestados às populações urbanas e rurais devem guardar relação de

(a) equivalência e seletividade.
(b) seletividade e universalidade.
(c) irredutibilidade e distributividade.
(d) uniformidade e equivalência.
(e) universalidade e distributividade.

Capítulo 44

MPT

44.1 Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho

Q.489

Leia com atenção as assertivas abaixo e assinale a que entender INCORRETA:

(a) É segurado obrigatório da Previdência Social o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;
(b) É segurado obrigatório da Previdência Social o brasileiro ou estrángeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em agência de empresa nacional localizada no exterior;
(c) É segurado obrigatório da Previdência Social o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismo internacional do qual o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá contratado e domiciliado, e mesmo que segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio;
(d) É segurado obrigatório da Previdência Social o exercente de mandato eletivo federal, se não vinculado a regime próprio de previdência social;
(e) É segurado obrigatório da Previdência Social o ministro de confissão religiosa quando mantido pela entidade a que pertence;

Origem

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2004

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.490

Leia com atenção as assertivas abaixo:
I. Em caso de empregos concomitantes, a segurada fará jus ao salário-maternidade relativo a apenas um emprego;
II. O auxílio-reclusão, devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, persiste mesmo em caso de fuga, se comprovado, pelos dependentes, a impossibilidade do segurado receber qualquer remuneração;
III. O segurado que apresenta danos funcionais ou redução da capacidade funcional sem repercussão na capacidade laborativa, não faz jus ao recebimento do benefício denominado "auxílio-acidente";
IV. Indevido o salário-família no período entre a suspensão do benefício motivada pela falta da comprovação da freqüência escolar do menor e o seu reativamento, exceto se provada a freqüência escolar regular no período;
Assinale a alternativa CORRETA:

(a) todas as assertivas estão corretas;
(b) apenas a assertiva I está correta;
(c) apenas as assertivas I e III estão corretas;
(d) apenas as assertivas III e IV estão corretas;
(e) apenas as assertivas I, II e IV, estão corretas;

Origem

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2004

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.491

Leia com atenção as assertivas abaixo:
I. Quando mais de uma norma previdenciária for aplicável à mesma situação de fato, ensejando a concessão de benefícios, prevalecerá a que menos custos acarrete à previdência social;
II. O princípio da preexistência do custeio em relação ao benefício ou serviço admite apenas uma exceção, identificável nas prestações da assistência social, para cujo acesso não há necessidade de qualquer contribuição por parte do segurado;
III. As contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social apenas serão exigíveis no exercício seguinte ao da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, de acordo com o princípio da anualidade;
IV. Seletividade e destributividade na prestação dos benefícios e serviços não são considerados princípios constitucionais da seguridade social. pois o primeiro fere o princípio da igualdade; Assinale a alternativa CORRETA:

(a) somente a assertiva III está correta;
(b) as assertivas III e IV estão corretas;
(c) somente a assertiva II está correta;
(d) somente a assertiva I e IV estão corretas;
(e) todas as assertivas estão incorretas;

Origem

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2004

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Q.492

Origem

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2004

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Leia as assertivas abaixo:
I. Não integram o salário de contribuição, a participação do empregado nos lucros ou resultados da empresa quando paga de acordo com a lei específica, a licença-prêmio indenizada, as diárias para viagens quaisquer que sejam os seus valores e a parcela recebida a título de vale-transporte na forma da legislação própria;
II. Salário-maternidade e auxílio-doença são benefícios da previdência social que não se excluem, sendo permitido o recebimento conjunto, vez que decorrem de causas diversas;
III. O auxílio-doença do segurado que exercer mais de uma atividade abrangida pela previdência social será devido mesmo no caso de incapacidade apenas para o exercício de uma delas, pois nesse caso, o benefício será concedido em relação à atividade para a qual o segurado estiver incapacitado;
IV. O limite mínimo do salário-de-contribuição corresponde, para os segurados empregado e trabalhador avulso, ao piso salarial legal ou normativo da categoria ou. inexistindo este, ao salário mínimo, tomado no seu valor mensal, diário ou horário, conforme o ajustado e o tempo de trabalho efetivo durante o mês. Assinale a alternativa CORRETA:

(a) somente a assertiva IV está correta;
(b) as assertivas III e IV estão corretas;
(c) somente a assertiva I está correta;
(d) as assertivas I, V e IV estão corretas;
(e) somente a assertiva III está incorreta;

Q.493

Origem

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPT
2004

Assuntos relacionados

Reabilitação profissional

Assinale a alternativa CORRETA:

(a) A habilitação e reabilitação profissional, tem como objetivo proporcionar aos beneficiários incapacitados parcial ou totalmente para o trabalho, em caráter obrigatório, independentemente de carência, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios indicados para proporcionar o reingresso no mercado de trabalho e no contexto em que vivem, motivo pelo qual, são excluídos do processo de habilitação e reabilitação profissional os aposentados;
(b) O processo de reabilitação profissional cessa apenas quando o beneficiário retoma suas atividades laborativas, quer no mesmo emprego em que encontrava-se antes do processo de reabilitação, quer em outro para o qual foi reabilitado;
(c) Toda empresa está obrigada a preencher seus quadros, com percentual I1Únimo de 2(d) O treinamento do reabilitando quando realizado em empresa, não estabelece qualquer vínculo empregatício ou funcional entre o reabilitando e a empresa;
(e) beneficiário reabilitado e que se encontra trabalhando em empresa na cota correspondente a reserva legal de vagas destinadas a pessoas em sua condição ou portadora de deficiência, não pode ser despedido sem justa causa;

Capítulo 45

TRT 12ª

45.1 TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.494

A respeito dos dependentes do regime geral de previdência social é CORRETO afirmar:

(a) Dependentes são pessoas que, por contribuírem para a previdência social, podem ser beneficiários.
(b) Os filhos e a esposa, por serem dependentes da classe diferente, não concorrem em igualdade para o benefício.
(c) A existência de esposa e pais implica da repartição do benefício.
(d) A existência de dependentes de uma classe exclui do benefício os das classes subseqüentes.
(e) Nenhuma das respostas acima está correta.

Origem

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 12ª
2004

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.495

A respeito do auxílio acidente, é CORRETO afirmar:

(a) Trata-se de benefício pago mensalmente, substituindo o salário do segurado.
(b) É devido até a consolidação da lesão, a partir de quando deve ser substituído por aposentadoria por invalidez.
(c) É devido quando houver incapacidade temporária do segurado para o exercício da atividade laborativa.
(d) Os trabalhadores rurais e o domésticos não tem direito ao benefício.
(e) Nenhuma das alternativas acima estão corretas.

Origem

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 12ª
2004

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.496

Origem

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 12ª
2004

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

A respeito do auxílio-doença, é CORRETO afirmar:

(a) Será devido ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho por até 15 dias.
(b) Não será decido ao segurado em caso de doença pré-existente à filiação ao RGPS, salvo caso de progressão ou agravamento da doença.
(c) Se o segurado exercer várias atividades, poderá cumular benefícios de auxílio-doença.
(d) Se o segurado exercer várias atividades e a doença tornar-se incapacidade definitiva para uma delas, o auxílio-doença deve ser convertido em aposentadoria por invalidez.
(e) Nenhuma das respostas acima está correta.

Q.497

Origem

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 12ª
2004

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

A respeito da aposentadoria por idade, é CORRETO afirmar:

(a) Poderá ser requerida pelo empregador compulsoriamente se o empregado homem completar 65 anos e tiver tempo de contribuição suficiente.
(b) Trata-se de benefício reversível e renunciável.
(c) Pode ser requerido por empregado sem que haja rompimento do vínculo trabalhista.
(d) Benefício de aposentadoria por invalidez não pode ser transformada em aposentadoria por idade.
(e) Nenhuma das respostas acima está correta.

Q.498

Origem

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 12ª
2004

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A respeito da competência para conhecer e julgar demandas que tratam da matéria previdenciária, é CORRETO afirmar:

(a) As ações em que o INSS for autor são da competência da Justiça Federal, exceto as execuções de contribuição, que se processam perante a Justiça do Trabalho.
(b) As questões acidentárias que envolverem relação de trabalho sob regime da CLT após 1990 são de competência da Justiça do Trabalho.
(c) A Justiça do Trabalho é competente para a execução das contribuições decorrentes de decisões judiciais por ela proferidas.
(d) A Justiça Federal é a única competente para conhecer e julgar ações acidentárias.
(e) Nenhuma das respostas acima.

Q.499

A respeito dos princípios que informam o direito previdenciário, é CORRETO afirmar:

(a) Princípio da universalidade da cobertura e atendimento é aquele segundo o qual a proteção da seguridade deve atingir a todos os que dela necessitem, independentemente da contribuição.
(b) Pelo princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios às populações urbana e rural o valor dos benefícios pagos a trabalhadores urbanos e rurais será idêntico.
(c) O princípio da seletividade dos benefícios significa que cada trabalhador receberá de volta, na forma de benefício, tudo o que colaborar para o sistema previdenciário.
(d) A equidade da participação de trabalhadores, empregadores e Poder Público no custeio do sistema é meta, e não regra concreta.
(e) Todas as alternativas acima estão corretas.

Origem

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 12ª
2004

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Capítulo 46

TRT 14ª

46.1 TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.500

SEGUNDO A LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA:

(a) o salário-família é devido a todos os empregados, independentemente de seu regime jurídico
(b) o salário-família é assegurado a todos os empregados urbanos e rurais, inclusive avulsos
(c) o salário-família não é devido a aposentados, independentemente da causa de seu jubilamento
(d) o direito ao salário-família depende exclusivamente da comprovação de freqüência escolar e da certidão de nascimento ou de invalidez do(s) filho(s)
(e) o valor do salário-família integra a remuneração do trabalhador para todos os efeitos, inclusive no cálculo das verbas rescisórias

Origem

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 14ª
2004

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.501

O SALÁRIO-MATERNIDADE:

(a) será pago diretamente pela Previdência Social às empregadas avulsas e domésticas
(b) será pago diretamente pela Previdência Social a todas as empregadas e autônomas
(c) será pago diretamente pelo empregador de qualquer natureza e reembolsado pela Previdência Social mediante compensação dos valores que lhe sejam devidos pelo empregador
(d) será pago diretamente pelo empregador doméstico e reembolsado pela Previdência Social mediante compensação dos valores que lhe sejam devidos pelo empregador
(e) a adoção de bebês não dá à empregada adotante direito ao salário-maternidade

Origem

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 14ª
2004

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.502

Origem

O SEGURO-DESEMPREGO, SEGUNDO AS NORMAS DO CODEFAT, PODE SER REQUERIDO ADMINISTRATIVAMENTE PELO TRABALHADOR:

(a) Até o 30o dia após a sua dispensa
(b) Até o 2o aniversário após a sua dispensa
(c) Até o 120o dia após a sua dispensa
(d) Até o 7o dia após a sua dispensa
(e) A qualquer tempo, desde que persistente a situação de ociosidade involuntária

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 14ª
2004

Assuntos relacionados

Benefícios

Q.503

Origem

A RESPEITO DOS PRAZOS NA SEGURIDADE SOCIAL, É CORRETO AFIRMAR QUE:

(a) o prazo para constituição do crédito previdenciário incidente sobre salários flui a partir da data em que estes tenham sido pagos ou creditados
(b) o prazo para que o INSS recorra, nas instâncias da Justiça do Trabalho, é de 8 (oito) dias
(c) o prazo para cobrança do crédito previdenciário constituído administrativamente é de 5 (cinco) anos
(d) decai em 5 (cinco) anos o direito da Previdência Social de anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos beneficiários
(e) decai em 10 (dez) anos o direito do segurado ou beneficiário de requerer a revisão do ato de concessão do benefício

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 14ª
2004

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.504

Origem

INTEGRA O SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO, SEGUNDO A LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA:

(a) a remuneração pela cessão de direitos autorais
(b) o valor de vestuário para a prestação de serviços
(c) a complementação do auxílio-doença paga pelo empregador à totalidade dos empregados de baixa renda
(d) o prêmio de incentivo à demissão
(e) o valor da habitação e alimentação de trabalhador em atividade em canteiro de obras distante de seu domicílio

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 14ª
2004

Assuntos relacionados

Salário-de-contribuição

Parte VII

2003

Capítulo 47

CESPE

47.1 INSS :: Técnico Previdenciário

Q.505

No que se refere às normas gerais de tributação e arrecadação no âmbito do INSS, julgue os itens 107 a 110

( ) O reparcelamento de débito confessado junto ao INSS poderá ocorrer uma única vez em cada processo, porém sem inclusão de novos créditos ou de saldos de outros parcelamentos, exceto quando o reparcelamento ocorrer na dívida ativa.
( ) A certidão negativa de débito será exigida das empresas na licitação, na contratação com o poder público e no recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios concedidos por ele.
( ) O titular da firma individual e os sócios das empresas por cotas de responsabilidade limitada respondem solidariamente, com seus bens pessoais, pelos débitos junto à seguridade social.
( ) Ocorrendo recusa ou sonegação de qualquer documento ou informação, ou sua apresentação deficiente, o INSS pode, sem prejuízo da penalidade cabível nas esferas de sua competência, lançar, de ofício, importância que reputar devida, cabendo à empresa, ao empregador doméstico ou ao segurado o ônus da prova em contrário.

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Recolhimento das contribuições

Q.506

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Recolhimento das contribuições

No que se refere às normas gerais de tributação e arrecadação no âmbito do INSS, julgue os itens 102 a 106

(   ) Considere a seguinte situação hipotética. A fiscalização do INSS constatou que a empresa Limpo Ltda., que atua no ramo de prestação de serviços de vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra, optou pelo SIMPLES, apesar de a lei pertinente vedar, a essa atividade de prestação de serviço, a inscrição no SIMPLES. Nessa situação, a exclusão de ofício dar-se-á mediante ato declaratório do diretor de arrecadação da diretoria colegiada do INSS, após esgotadas todas as instâncias recursais.
(   ) Suponha que determinada empresa informa mensalmente ao INSS - por intermédio da guia de recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço e informações à previdência social (GFIP) -, na forma por ele estabelecida, dados cadastrais, todos os fatos geradores de contribuição previdenciária e outras informações de interesse daquele instituto. Nesse caso, a obrigação que está sendo cumprida é considerada acessória, pois consiste em uma obrigação de fazer, não fazer ou tolerar a determinação do INSS. (ANULADA)
(   ) Considere a seguinte situação hipotética. Determinada empresa foi fiscalizada pelo INSS, tendo sido notificada a pagar um valor expressivo de contribuições previdenciárias não-recolhidas na época devida. Entretanto, a diretoria da empresa não concordou com a notificação e apresentou sua defesa junto à autarquia federal previdenciária. Nessa situação, a certidão negativa de débito pode ser expedida enquanto a decisão do contencioso administrativo estiver pendente.
(   ) Caso uma empresa apresente ao INSS um pedido de parcelamento de débito, o deferimento do pedido ficará condicionado ao pagamento da primeira parcela. Caso esta não seja paga, proceder-se-á à inscrição da dívida confessada, exceto se já tiver sido inscrita na dívida ativa do INSS, e à sua cobrança judicial.
(   ) Não é permitido o parcelamento de dívidas de empresa com falência decretada.

Q.507

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Recolhimento das contribuições

No que se refere às normas gerais de tributação e arrecadação no âmbito do INSS, julgue os itens de 97 a 101.

(   ) Se o proprietário de um terreno em uma capital tiver iniciado a construção de sua casa no dia 1.ºde março de 2003, ele deverá efetuar o cadastro específico do INSS (CEI) de sua obra na mesma oportunidade em que se dirigir à agência da previdência social para calcular as contribuições previdenciárias devidas em relação aos trabalhadores contratados para a construção.
(   ) Cessão de mão-de-obra é o ato de pôr à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, segurados que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com a atividade-fim da empresa, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação.
(   ) Os valores incluídos em notificações fiscais de lançamento de débito, excetuados os casos das empresas vinculadas ao sistema integrado de pagamento de impostos (SIMPLES), podem ser parcelados junto ao INSS em até 72 meses, observado o número de até quatro parcelas mensais, para cada competência, a serem incluídas no parcelamento.
(   ) O direito de pleitear restituição ou de realizar compensação de contribuições ou de outras importâncias extingue-se em cinco anos, contados da data do pagamento ou do recolhimento indevido.
(   ) O pedido de restituição que envolver somente importâncias relativas a terceiros deverá ser formulado diretamente à entidade, cabendo ao INSS prestar as informações e(ou) realizar diligências.

Q.508

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

João, casado com Sônia, é beneficiário da previdência social na condição de segurado. João tem um filho, José, com vinte anos de idade, de união anterior; um irmão inválido, chamado Mário, com 23 anos de idade; e um menor sob sua tutela, Luís, com seis anos de idade. Sônia tem um filho, Pedro, com 20 anos de idade, de pai falecido. Em comum, João e Sônia têm dois filhos: Josué, com cinco anos de idade, e Paulo, com dezenove anos de idade, que é inválido. Mário, Luís e Pedro não possuem bens suficientes para seu sustento e educação. Com base nessa situação hipotética e considerando o plano de benefícios da previdência social, julgue os itens de 84 a 88.

(   ) João pode, a qualquer momento, inscrever Sônia, os filhos de ambos e seu irmão Mário na previdência social como dependentes.
(   ) Caso João faleça, Sônia e os filhos de ambos, em comum ou não, concorrerão para o recebimento de pensão.
(   ) A condição de dependente de Paulo prescinde de comprovação de sua dependência econômica.
(   ) Em caso de falecimento de João, na distribuição de cotas de pensão, Sônia receberá 50(   ) Na hipótese de falecimento de João, caso José, após tornar-se pensionista, contraia matrimônio, sua cota de pensão reverterá em favor dos demais pensionistas.

Q.509

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Determinado município previu, por meio de lei municipal, a concessão de aposentadoria e pensão a seus servidores. Nesse município: Aldo, servidor da Fundação de Ensino Médio (FEM), foi aprovado em concurso público, para ocupar cargo de provimento efetivo; a professora Júlia foi contratada pela FEM pelo período de quatro meses, para substituir outra, que estava em gozo de licença-maternidade; os servidores da Companhia Municipal de Águas [CMA] são contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Alfredo foi designado para ocupar cargo em comissão de livre nomeação e exoneração na FEM; Adalberto, recém-empossado em cargo público, pretende contar como tempo de contribuição aquele em que freqüentou curso superior. Com base nessas situações hipotéticas, julgue os itens de 66 a 68.

(   ) O servidor do município que se aposentar pelo RGPS e continuar a trabalhar como prestador eventual de serviços à prefeitura sem vínculo empregatício não estará obrigado a recolher contribuições ao RGPS, visto que não poderá mais obter novo benefício de aposentadoria.
(   ) Aldo não faz parte do RGPS, pois é segurado de regime próprio de previdência. (ANULADA)
(   ) A professora Júlia não é segurada do regime de previdência do município.

Q.510

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

A respeito do regime geral de previdência social (RGPS), julgue os itens (51 a 55).

(   ) Trabalhador avulso é aquele que presta serviços sem vínculo empregatício, de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, com ou sem a intermediação de sindicato ou órgão gestor de mão-de-obra.
(   ) A inscrição é o ato pelo qual o segurado é cadastrado no RGPS, por meio de comprovação de dados pessoais e outros elementos.
(   ) Se um ex-dirigente sindical, aposentado pelo RGPS, for nomeado magistrado classista temporário da justiça do trabalho, ele será segurado desse regime como empregado.
(   ) Um trabalhador que tenha sido contratado como escrevente por titular de serviços notariais em 2/1/1995 é segurado obrigatório da previdência social como empregado.
(   ) O proprietário de terreno urbano que realize obra de construção civil com finalidade de residência própria é equiparado a empresa para fins previdenciários.

Q.511

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Acerca dos segurados e dos benefícios da previdência social, julgue os itens 121 a 125

( ) A filiação materializa a inscrição junto ao RGPS e objetiva a identificação pessoal do segurado.
( ) O servidor, civil ou militar, amparado por regime próprio, que venha a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo RGPS não precisa contribuir em relação a essas atividades, pois elas já possuem cobertura previdenciária.
( ) São beneficiários do RGPS, na condição de dependentes do segurado, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não-emancipado de qualquer condição, menor de 21 anos de idade ou inválido.
( ) Equiparam-se aos filhos, mediante declaração escrita do segurado, comprovada a dependência econômica na forma estabelecida pela legislação, o enteado e o menor sob guarda, desde que não possuam bens suficientes para seu sustento e educação.
( ) O filho e o irmão perdem a qualidade de dependentes ao completarem 21 anos de idade, exceto se forem inválidos, ou ao serem emancipados, ainda que sejam inválidos.

Q.512

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Determinado município previu, por meio de lei municipal, a concessão de aposentadoria e pensão a seus servidores. Nesse município: Aldo, servidor da Fundação de Ensino Médio (FEM), foi aprovado em concurso público, para ocupar cargo de provimento efetivo; a professora Júlia foi contratada pela FEM pelo período de quatro meses, para substituir outra, que estava em gozo de licença-maternidade; os servidores da Companhia Municipal de Águas [CMA] são contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Alfredo foi designado para ocupar cargo em comissão de livre nomeação e exoneração na FEM; Adalberto, recém-empossado em cargo público, pretende contar como tempo de contribuição aquele em que freqüentou curso superior. Com base nessas situações hipotéticas, julgue os itens de 69 a 71.

( ) Os servidores da CMA não serão vinculados ao RGPS, pois estão amparados pelo regime próprio municipal.
( ) Alfredo não será incluído no RGPS por já estar amparado pelo regime de previdência municipal. (ANULADA)
( ) Adalberto poderá inscrever-se e recolher as contribuições ao RGPS, relativas ao período de estudante, na qualidade de segurado facultativo.

Q.513

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Acerca dos segurados e dos benefícios da previdência social, julgue os itens 116 a 120

( ) O fator previdenciário será calculado mediante fórmula que considere a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar.
( ) Após a filiação e o primeiro recolhimento, o segurado facultativo poderá recolher contribuições em atraso, desde que não tenham decorrido doze meses da cessação dos recolhimentos.
( ) O ministro de confissão religiosa é segurado obrigatório da previdência social na qualidade de empregado.
( ) É vedada a inscrição de segurado após sua morte, exceto em caso de segurado especial.
( ) A filiação ao RGPS representa ato volitivo em relação ao trabalhador associado a cooperativa que, nessa qualidade, preste serviços a terceiros.

Q.514

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Acerca dos segurados e dos benefícios da previdência social, julgue os itens 111 a 115

( ) Mesmo quando a perícia médica inicial concluir pela incapacidade definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez deverá ser precedida de auxílio-doença.
( ) O segurado empregado terá computados, no cálculo do valor da renda mensal do benefício, todos os salários-decontribuição relativos às contribuições devidas, ainda que não tenham sido recolhidas pela empresa.
( ) O professor de ensino médio que comprovar, como tempo total para fins de aposentadoria, apenas tempo de atividade docente em sala de aula e atividades afins poderá aposentar-se com vinte e cinco anos de contribuição.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. Marília, ensacadora de café, que presta serviços a diversas empresas, sem vínculo empregatício e com a intermediação do sindicato de sua categoria profissional, obteve a guarda judicial, para fins de adoção, de Fernando, que tem três anos de idade. Nessa situação, Marília terá direito ao salário-maternidade por sessenta dias.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. Lucas, que é segurado da previdência social e exerce duas atividades concomitantes, como contribuinte individual e como empregado, incapacitou-se definitivamente para aquela que exerce como empregado. Nessa situação, Lucas será aposentado por invalidez em relação à atividade para a qual se incapacitou, enquanto a incapacidade não se estender à outra atividade.

Q.515

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Acerca do plano de benefícios do INSS e da manutenção, perda e restabelecimento da qualidade de segurado, julgue os itens 89 a 92

( ) O RGPS concede as seguintes prestações aos segurados: aposentadoria (por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial), auxílio-doença, salário-família, salário-maternidade, auxílio-acidente e reabilitação profissional.
( ) A concessão do salário-maternidade para as seguradas contribuintes individual, empregada doméstica, especial e facultativa depende do recolhimento mínimo de dez contribuições mensais.
( ) Carência é o tempo correspondente ao número mínimo de contribuições mensais exigíveis para que o beneficiário tenha direito a usufruir o benefício.
( ) As aposentadorias por idade e por tempo de contribuição cuja concessão está sujeita à carência de 180 contribuições mensais terão o salário-de-benefício calculado pela média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80

Q.516

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Benefícios

Acerca do plano de benefícios do INSS e da manutenção, perda e restabelecimento da qualidade de segurado, julgue os itens 93 a 96

( ) Os segurados trabalhadores avulsos deverão provar o recolhimento das contribuições para que sejam contadas para efeito de carência.
( ) O salário-de-benefício é o valor básico para cálculo da renda mensal dos benefícios de aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte, auxílio-acidente e auxílio-reclusão.
( ) Serão considerados, para cálculo do salário-de-benefício, os ganhos habituais do empregado sob a forma de utilidades sobre os quais tenha incidido contribuição previdenciária.
( ) Nenhum segurado poderá receber da previdência social benefício em valor superior ao limite máximo do salário-decontribuição.

Q.517

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

A Associação para Ajuda Juvenil (AAJ) - sociedade civil que presta serviços a seus sócios, sem finalidade lucrativa - remunera, pelos serviços prestados como empregados, uma atendente, um digitador, um zelador e uma cozinheira e, eventualmente, utiliza-se dos serviços de uma faxineira. Em face dessa situação hipotética, julgue os itens de 62 a 65, relativos à AAJ do ponto de vista da previdência social.

( ) Não é empresa, pois não possui fins lucrativos.
( ) Está obrigada a calcular e recolher as contribuições do zelador e da cozinheira na categoria de empregados domésticos, em razão da ausência da finalidade lucrativa.
( ) Deverá descontar contribuições da remuneração da atendente e do digitador como segurados empregados.
( ) Não possui obrigações previdenciárias em relação à faxineira, pois não está configurada a existência, entre esta e a AAJ, de vínculo empregatício.

Q.518

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Quanto ao financiamento da seguridade social, julgue os itens 75 a 79

( ) As contribuições a cargo da empresa, provenientes do faturamento e do lucro, destinadas à seguridade social, são arrecadadas, normatizadas, fiscalizadas e cobradas pelo INSS.
( ) As contribuições previdenciárias das empresas incidem sobre a remuneração paga, devida ou creditada aos segurados e demais pessoas físicas a seu serviço, com ou sem vínculo empregatício.
( ) As contribuições sociais e outras importâncias arrecadadas pelo INSS e pagas com atraso ficam sujeitas a atualização monetária, juros de mora e multa.
( ) Um contribuinte individual da previdência social, sóciogerente de uma sociedade limitada, poderá, na competência em que não auferir remuneração, contribuir como facultativo.
( ) Com exceção da opção pelo recolhimento trimestral de contribuições, o segurado facultativo não pode retroagir sua filiação, estando vedado pagamento de contribuição relativa a competências anteriores à data de sua inscrição e do seu primeiro recolhimento.

Q.519

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Cláudio, contador de uma empresa atacadista, está elaborando um manual de orientação para as pessoas que o ajudam a confeccionar a folha de pagamento da empresa. A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens (56 a 58), correspondentes às orientações que Cláudio está redigindo para incluir no manual.

( ) Sobre o abono de férias - valor correspondente à conversão em dinheiro de um terço das férias -, incide contribuição previdenciária.
( ) Sobre despesas com alimentação, habitação e transporte fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da sua residência, em canteiro de obras ou local que, por força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, não incide contribuição previdenciária.
( ) Sobre o aviso prévio trabalhado incide contribuição previdenciária.

Q.520

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Cláudio, contador de uma empresa atacadista, está elaborando um manual de orientação para as pessoas que o ajudam a confeccionar a folha de pagamento da empresa. A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens (59 a 61), correspondentes às orientações que Cláudio está redigindo para incluir no manual.

( ) Incide contribuição previdenciária sobre os valores correspondentes a adicionais de insalubridade, de periculosidade, por trabalho noturno, por tempo de serviço, por transferência de local de trabalho ou função.
( ) Incide contribuição previdenciária sobre o saldo de salário recebido na rescisão de contrato de trabalho.
( ) Sobre férias normais usufruídas na vigência do contrato de trabalho, excetuado o terço constitucional, incide contribuição previdenciária.

Q.521

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Quanto ao financiamento da seguridade social, julgue os itens 80 a 83

(   ) É de 2(   ) No caso de empregado doméstico, a contribuição previdenciária do empregador é de 20(   ) A falta de recolhimento das contribuições urbanas e rurais devidas ao INSS acarreta multa variável, que será relevada caso o pagamento seja feito no mês de vencimento.
(   ) Se uma mulher encontra-se em gozo de salário-maternidade, então o valor do benefício que ela recebe não integra a base de cálculo das contribuições previdenciárias que o seu empregador terá de recolher ao INSS.

Q.522

Origem

INSS :: Técnico Previdenciário
CESPE
2003

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca da legislação previdenciária, julgue os itens 72 a 74.

(   ) Entre as várias situações cobertas pela previdência social, está a concessão do salário-família e do auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados que recebam remuneração até o teto de contribuição do INSS.
(   ) A previdência tem caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados.
(   ) O INSS fornecerá a certidão negativa de débito em relação às contribuições previdenciárias das empresas e dos trabalhadores, acerca da comercialização da produção rural e das receitas de concursos de prognósticos.

Capítulo 48

ESAF

48.1 SRF :: Procurador da Fazenda

Q.523

Origem

SRF :: Procurador da Fazenda
ESAF
2003

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Assinale a assertiva correta sobre as entidades de previdência privada: conceito e finalidades, constituição e organização, à luz da Constituição Federal de 1988.

(a) O regime de previdência privada e o regime geral de previdência pública atuam de forma mutuamente exclusiva.
(b) As informações relativas à gestão dos planos de previdência privada são inacessíveis aos participantes destes.
(c) Os benefícios da previdência privada fechada não integram o contrato de trabalho dos participantes.
(d) É impossível o aporte de recursos públicos a entidade de previdência privada na qualidade de patrocinador.
(e) A contribuição das entidades públicas para o fundo pode exceder a do segurado.

Q.524

Origem

SRF :: Procurador da Fazenda
ESAF
2003

Assuntos relacionados

Benefícios

Com relação ao regime geral da previdência social, beneficiários, benefícios e custeio à luz da legislação previdenciária vigente, assinale a opção correta.

(a) São beneficiários do regime geral: os segurados das diversas categorias, não incluídos os seus dependentes.
(b) O auxílio-funeral é uma espécie de benefício existente no regime geral federal.
(c) Não há diferenças de alíquotas entre os diversos benefícios previdenciários.
(d) Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício.
(e) São dependentes obrigatórios os pais do segurado independentemente da comprovação de dependência econômica.

Q.525

Origem

SRF :: Procurador da Fazenda
ESAF
2003

Assuntos relacionados

Benefícios

Assinale a assertiva incorreta sobre o PIS/PASEP, à luz da Constituição Federal e da legislação regulamentadora:

(a) Os recursos do PIS/PASEP servem, entre outros propósitos, para financiar o segurodesemprego.
(b) As pessoas jurídicas de direito privado são contribuintes do PIS/PASEP.
(c) O PIS e o PASEP foram criados após a Constituição Federal de 1988.
(d) Os recursos do PIS/PASEP, financiam, também, programas de desenvolvimento econômico.
(e) O seguro-desemprego é um benefício vinculado à previdência social no âmbito da seguridade social estabelecida na Constituição Federal de 1988.

Q.526

Origem

SRF :: Procurador da Fazenda
ESAF
2003

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

Considerando o conceito, organização e princípios constitucionais da seguridade social na Constituição Federal, julgue os itens abaixo.
I. Seguridade social vincula-se a um conjunto de ações independentes e estanques na área de saúde, previdência e assistência social.
II. Não há previsão constitucional de recursos financeiros para a seguridade social.
III. A contribuição social não constitui exação fiscal vinculada.
IV. Só as empresas contribuem para o financiamento da seguridade social.

(a) Todos estão incorretos.
(b) Somente I está incorreto.
(c) II e IV estão corretos.
(d) I e II estão corretos.
(e) III e IV estão corretos.

Capítulo 49

MPT

49.1 Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho

Q.527

O responsável pelo pagamento da diferença entre o teto constitucional estabelecido para os benefícios da Previdência Social e o salário efetivo da empregada gestante, quando esta percebe o salário-maternidade, é:

(a) a própria Previdência Social:
(b) o empregador;
(c) a entidade de Previdência Complementar à qual esteja filiada a empregada:
(d) a empregada só tem direito ao teto dos benefícios previdenciários em geraL também ao salário-maternidade;
(e) o Fundo de Amparo ao Trabalhador - F A T:

Origem

Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho
MPT
2003

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.528

Para os filiados à Previdência Social antes da promulgação da Emenda Constitucional n. 20/98. os requisitos para aposentadoria com proventos integrais são:

(a) 60 anos de idade e 35 de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 de contribuição. se mulher:
(b) 55 anos de idade e 35 de contribuição, se homem, e 50 anos de idade e 30 de contribuição.se mulher;
(c) 53 anos de idade e 35 de contribuição, se homem, e 48 anos de idade e 30 de contribuição.se mulher;
(d) 50 anos de idade e 30 de contribuição, se homem, e 45 anos de idade e 25 de contribuição.se mulher:
(e) 48 anos de idade e 30 de contribuição, se homem, e 45 anos de idade e 25 de contribuição.se mulher;

Origem

Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho
MPT
2003

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.529

Perde o segurado o direito ao salário-família quando:

(a) o filho menor que mantém chega aos 15 anos de idade:
(b) cessa a invalidez do filho que mantém, sendo suspenso o benefício no mês em que cessou a invalidez;
(c) perde o emprego;
(d) morre o filho por ele mantido, sendo suspenso o benefício no mês em que ocorreu a morte do dependente;
(e) do filho menor que mantém atinge a maioridade:

Origem

Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho
MPT
2003

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.530

O sistema de financiamento da Seguridade Social conta, basicamente, com 3 fontes de receitas,que são aquelas previstas no orçamento da União, as contribuições sociais e aquelas provenientes de multas, correção monetária e juros moratórios. Dentre elas, constitui modalidade de contribuição social a proveniente de:

(a) empresas exclusivamente rurais, incidente sobre a folha de salários, faturamento e lucro;
(b) empresas agro-industriais, incidente sobre o valor de venda da sua produção;
(c) empresários e empregadores domésticos, incidente sobre sua remuneração:
(d) trabalhadores em geral, incidente sobre seu salário base:
(e) concursos de prognósticos, corridas de cavalos e clubes de futebol profissional:

Origem

Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho
MPT
2003

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Q.531

o período de carência para o segurado fazer jus aos benefícios da Previdência Social começa a contar:

(a) da data da filiação para o segurado empregado não doméstico;
(b) da data da filiação para o segurado empregado doméstico:
(c) da data da filiação para o segurado especial;
(d) da data do efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, para o segurado trabalhador avulso;
(e) da data do efetivo pagamento da primeira contribuição, ainda que com atraso, pelo segurado autônomo;

Origem

Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho
MPT
2003

Assuntos relacionados

Carência

Capítulo 50

TRT14ª

50.1 TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.532

Examine as afirmações abaixo:
I) a aposentadoria especial corresponde a uma renda mensal equivalente a 100

(a) todas estão verdadeiras;
(b) I e III estão verdadeiras;
(c) todas são falsas;
(d) II e IV são verdadeiras;
(e) somente a III é falsa.

Origem

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT14ª
2003

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.533

Examine as afirmações sobre salário-família e escolha a opção correta:
I) o salário família é devido aos segurados empregados e trabalhadores avulsos, mas não ao empregado doméstico;
II) no caso de invalidez, a cota de salário-família será incorporada ao benefício;
III) o sindicato poderá receber o salário-família devido ao trabalhador avulso e cuidará de sua distribuição;
IV) a aposentadoria por idade determina a cessação do recebimento do salário-família.

(a) I e II estão corretas;
(b) II e III estão corretas;
(c) II e IV são falsas;
(d) todas são falsas;
(e) todas são verdadeiras.

Origem

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT14ª
2003

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.534

Origem

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT14ª
2003

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Quanto ao auxílio-acidente, pode-se dizer:

(a) corresponde ao valor do salário-de-benefício;
(b) a perda da audição, em qualquer hipótese, determinará o direito ao recebimento do auxílio-acidente;
(c) o acidentado receberá o auxílio cumulativamente com qualquer remuneração ou rendimento que venha a auferir, inclusive aposentadoria.
(d) será devido até quinze dias após a morte do segurado;
(e) será concedido como indenização ao segurado seqüelado em decorrência de acidente de qualquer natureza.

Q.535

Origem

TRT 14ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT14ª
2003

Assuntos relacionados

Salário-de-benefício

À vista das assertivas abaixo, escolha a resposta correta:
I - o valor de benefício de prestação continuada, exceto o salário-família e o salário-maternidade, é calculado com base no salário-de-benefício;
II - o valor do salário de benefício não será inferior ao de um salário mínimo, mas poderá ser superior ao do limite máximo do salário de contribuição, na data de início do benefício;
III - o valor do auxílio-acidente integrará, para fins de cálculo do salário de benefício de aposentadoria, o salário de contribuição;
IV - serão considerados para cálculo do salário de benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, salvo o 13ºsalário.

(a) todas as afirmativas são falsas;
(b) todas as afirmativas são verdadeiras;
(c) apenas a afirmativa III é verdadeira;
(d) apenas a afirmativa II é falsa;
(e) as afirmativas III e IV são falsas.

Capítulo 51

TRT 1ª

51.1 TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.536

A concessão de aposentadoria por invalidez:

(a) Extingue de imediato o Contrato de Trabalho;
(b) Inadmite retorno voluntário do aposentado à atividade;
(c) Significa suspensão do Contrato de Trabalho;
(d) Significa interrupção do Contrato de Trabalho;
(e) Não pode ser concedida por mera presunção do caráter de permanência da incapacidade para o trabalho.1880

Origem

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 1ª
2003

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.537

Consideradas as prestações a cargo do Regime Geral de Previdência Social, conforme legislação em vigor, afirma-se:
I - os eventos decorrentes de acidente impõem à Previdência benefícios e serviços específicos em favor do segurado;
II - o auxílio-doença e o salário-maternidade para a segurada empregada independem de prazo de carência;
III - a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, assegura-lhe o acesso aos benefícios previdenciários;
IV - os benefícios e serviços se confundem, porque todos são prestações do Regime Geral de Previdência Social. Analisadas essas proposições, assinale a única alternativa correta:

(a) apenas é verdadeira a proposição II;
(b) todas as proposições são falsas;
(c) é verdadeira a proposição III;
(d) todas as proposições são verdadeiras;
(e) apenas são verdadeiras as proposições II e III.

Origem

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 1ª
2003

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.538

Origem

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 1ª
2003

Assuntos relacionados

Benefícios

Considerando-se os benefícios previdenciários legalmente assegurados, afirma-se:
I - respeitados os direitos adquiridos, nenhum benefício reajustado poderá exceder o limite máximo do salário-de-benefício, na data do reajustamento;
II - salário-de-contribuição e salário-de-benefício se identificam na medida em que este é calculado com base naquele;
III - para a aferição do salário-de-benefício considera-se apenas a simples média aritmética dos maiores salários-de-contribuição, durante todo período contributivo.
IV - a parcela da gratificação natalina do segurado empregado está sujeita à contribuição previdenciária. Analisando essas proposições, assinale a única alternativa correta:

(a) são verdadeiras as proposições I, II e IV;
(b) apenas a proposição II é falsa;
(c) todas as proposições são falsas;
(d) são verdadeiras as proposições I e IV;
(e) apenas a proposição IV é verdadeira.

Q.539

Origem

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 1ª
2003

Assuntos relacionados

Organização da seguridade social

Considerando-se o ordenamento legal da previdência social brasileira, podemos afirmar:
I - os sistemas de previdência social, instituídos pelos Municípios em benefício de seus servidores, integram o Regime Facultativo Complementar da Previdência Social;
II - os preceitos do Regime Geral de Previdência Social são supletivos do Regime Facultativo Complementar;
III - existe pluralidade de órgãos de deliberação colegiada na estrutura organizacional da previdência social brasileira;
IV - a instituição de regime de previdência próprio, por Município, é excludente do regime da previdência geral para seus servidores. Analisando essas proposições, assinale a única alternativa correta:

(a) todas são verdadeiras;
(b) são verdadeiras as proposições II e IV;
(c) são falsas as proposições I e III;
(d) são verdadeiras as proposições III e IV;
(e) apenas a proposição IV é verdadeira.

Q.540

Origem

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 1ª
2003

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

O princípio da solidariedade na seguridade social permite concluir que:
I - o seguro social está alicerçado em contribuições dos segurados e de seus empregadores, com o concurso do Estado, vertidas igualmente;
II - o texto constitucional não é exaustivo das fontes de custeio do seguro social;
III - as contribuições a cargo das empresas para financiamento do seguro social devem ser proporcionais à sua folha de salários;
IV - não são apenas os segurados do sistema que estão sujeitos a concorrer para seu custeio. Considerando-se a Constituição da República, assinale, dentre as abaixo, a única alternativa correta:

(a) todas as conclusões acima são verdadeiras;
(b) somente a proposição IV é falsa;
(c) são falsas as proposições I e III;
(d) somente a proposição II é verdadeira;
(e) somente a proposição III é verdadeira.

Q.541

Origem

TRT 1ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 1ª
2003

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Considerando os objetivos que a Constituição da República preconiza para a Lei Orgânica da Seguridade Social, afirma-se:
I - a diversidade de sua base de financiamento torna impossível a universalidade da cobertura e do atendimento dos direitos a que se destina a seguridade social.
II - a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais não se aplicam à garantia do direito à saúde, porque prestada mediante serviço descentralizado.
III - a seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços são inconciliáveis com a regra de sua uniformidade e equivalência para as populações urbanas e rurais.
IV - o princípio da seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços não ofende o postulado da isonomia. À vista dessas afirmativas, assinale, dentre as abaixo, a única alternativa correta:

(a) são verdadeiras as proposições II e IV;
(b) apenas a proposição IV é verdadeira;
(c) apenas a proposição II é verdadeira;
(d) são verdadeiras as proposições I e III;
(e) são verdadeiras as proposições III e IV.

Capítulo 52

TRT 20ª

52.1 TRT 20ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.542

Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários, segundo entendimento sumular do STJ, incidem:

(a) a partir da data de propositura da correspondente ação;
(b) a partir da citação válida;
(c) a partir do trânsito em julgado da decisão;
(d) a partir da juntada aos autos do mandado de citação, devidamente cumprido;
(e) a partir da data de distribuição da ação.

Origem

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Recolhimento das contribuições

Q.543

Analise as seguintes alternativas, de acordo com a lei instituidora do plano de benefícios da previdência social, identificando a única correta :

(a) é presumida a dependência econômica do cônjuge, do companheiro ou companheira, e do filho não emancipado de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido;
(b) é presumida a dependência econômica do cônjuge, do companheiro ou companheira, e do filho não emancipado de qualquer condição, menor de 24 (vinte e quatro) anos, enquanto universitário, ou inválido;
(c) a dependência econômica dos pais deve ser comprovada;
(d) é presumida a dependência econômica do irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;
(e) no caso da mãe, a presunção de dependência econômica é verificada quando viúva, e enquanto durar a viuvez.

Origem

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.544

Origem

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Assinale a única alternativa incorreta :

(a) a assistência social será devida ao pobre, mediante recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e ao portador de deficiência cuja subsistência não possa ser provida por si ou pelos respectivos familiares;
(b) o entendimento sumular do STF, em matéria de prescrição da ação de acidente do trabalho, é o de que se conta do exame pericial que comprovar a enfermidade ou verificar a natureza da incapacidade;
(c) o auxílio-funeral é um benefício que faz parte do regime geral de previdência social;
(d) segundo enunciado do Tribunal Superior do Trabalho, o salário-família é devido aos trabalhadores rurais somente após a vigência da lei que instituiu o plano de benefícios da previdência social;
(e) numa situação hipotética, uma pessoa filiada obrigatória na qualidade de empregada, que sofrera ferimentos, em virtude de um acidente automobilístico, que lhe fizeram permanecer internada durante 30 dias e mantiveram-na outros 60 dias afastada de seu emprego, não teria direito a receber auxílio-acidente, após consolidação das lesões decorrentes do referido acidente, restando seqüelas irreversíveis que implicassem redução da sua capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, adicionalmente, antes do término do auxílio-doença relacionado às lesões causadas pelo referido acidente, mesmo que ficasse comprovada, por perícia médica, a irreversibilidade das seqüelas e sua interferência na capacidade para o trabalho.

Q.545

Origem

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Benefícios

Sobre a temática do tempo de serviço, é correto afirmar que:

(a) sua comprovação não pode ser feita, na via administrativa, quando relativa a período anterior à perda da qualidade de segurado;
(b) é desnecessária sua comprovação pelo trabalhador autônomo, que pode simplesmente declarar e recolher as contribuições respectivas, independentemente de prova da atividade;
(c) segundo a lei previdenciária, basta a prova exclusivamente testemunhal, desde que relativa a atividade rural assemelhada, esta quando prestada em regime de economia familiar;
(d) pode apenas ser comprovado mediante anotações lançadas em Carteira de Trabalho e Previdência Social, quando relativo a atividades rurais prestadas após 5 de outubro de 1988;
(e) a lei previdenciária admite comprovação, em casos excepcionais, independentemente de início de prova material, mesmo em relação a atividades urbanas.

Q.546

Origem

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Prestações da previdência social

Quanto às prestações previdenciárias relativas a acidente de trabalho é correto afirmar:

(a) são devidas ao empregado doméstico;
(b) não são devidas ao médico-residente;
(c) o segurado que sofre acidente de trabalho tem garantido, pelo prazo máximo de 12 meses, a manutenção do seu contrato de trabalho, após a cessação do respectivo auxílio-doença e independentemente de percepção de auxílio-acidente;
(d) não são devidas ao segurado especial;
(e) o recebimento de salário ou concessão de outro benefício, exceto de aposentadoria, não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.

Q.547

Origem

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Em se tratando de Contribuições, analise as seguintes alternativas, assinalando apenas a correta :

(a) a contribuição social dos segurados empregados, excetuando-se os domésticos e o trabalhador avulso, é calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota, de forma não-cumulativa, sobre o seu salário de contribuição;
(b) a contribuição devida em razão do trabalho doméstico é inteiramente suportada pelo empregador;
(c) a omissão da empresa nos descontos previdenciários a que for obrigada por lei transfere, automaticamente, a responsabilidade respectiva aos segurados;
(d) a renda líquida dos concursos de prognósticos constitui receita da seguridade social, inclusive envolvendo os valores destinados ao programa de crédito educativo;
(e) a contribuição da União é constituída de recursos adicionais do orçamento fiscal, fixados obrigatoriamente na lei orçamentária anual.

Q.548

Origem

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Carência

É exigível comprovação do período de carência para concessão de:

(a) aposentadoria por tempo de contribuição a segurado especial;
(b) aposentadoria por invalidez a contribuinte individual acometido de AIDS;
(c) salário-maternidade a empregada, exceto a doméstica;
(d) pensão por morte ou auxílio-reclusão aos dependentes;
(e) auxílio-acidente decorrente de incapacidade extralaborativa.

Q.549

Constitui princípio aplicável especificamente à previdência social:

(a) amparo às crianças e adolescentes carentes;
(b) autonomia da vontade;
(c) participação da iniciativa privada em caráter concorrente;
(d) cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente;
(e) acesso universal igualitário.

Origem

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Q.550

A observância do princípio da eqüidade e da regra contrapartida no custeio exige que:

(a) todas as prestações da assistência social sejam financiadas pelas contribuições sociais cobradas de trabalhadores e empregadores;
(b) as empresas contribuam conforme o risco gerado pela atividade econômica e os valores arrecadados se destinem ao pagamento das prestações;
(c) a cada um dos três setores da seguridade social corresponda plano de custeio específico;
(d) ao incremento da arrecadação corresponda, automaticamente, a redução das contribuições;
(e) a receita de contribuições seja destinada, com exclusividade, ao financiamento dos benefícios da previdência social.

Origem

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Q.551

Integram o salário-de-contribuição do empregado:

(a) os ganhos habituais e os ganhos eventuais;
(b) a totalidade dos abonos e diárias, bem como as cotas do salário-família;
(c) o salário-maternidade, observado o limite máximo de contribuição;
(d) a importância recebida a título de incentivo à demissão;
(e) o valor relativo ao reembolso de despesas com creche.

Origem

TRT 20ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 20ª
2003

Assuntos relacionados

Salário-de-contribuição

Capítulo 53

TRT 9ª

53.1 TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.552

CONSIDERE AS SEGUINTES PROPOSIÇÕES:
I - À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade , pago diretamente pela Previdência Social, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade, de 60 dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.
II - O trabalhador terá direito a três parcelas do benefício do seguro-desemprego, se comprovar o vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo 6 meses e no máximo 11 meses, no período de referência.
III - Se o trabalhador passar a perceber qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social, o pagamento do benefício do segurodesemprego será suspenso. Quais estão corretas?

(a) Apenas a I
(b) Apenas a II
(c) Apenas I e II
(d) Apenas a III
(e) Todas estão corretas

Origem

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.553

Origem

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

CONSIDERE AS SEGUINTES PROPOSIÇÕES I - Se o pai e mãe forem segurados empregados ou avulsos, cada qual terá direito ao salário-família.
II - A lei considera acidente do trabalho também as doenças profissionais, que são as causadas por agentes físicos, químicos ou biológicos inerentes a certas funções ou atividades e a doença do trabalho, que é a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relaciona diretamente, desde que constante da relação mencionada no Anexo II do Decreto 3.048/99) III - As mesopatias não relacionadas no Anexo II do Decreto 3.048/99 não serão consideradas acidente do trabalho.
IV - Nos termos da legislação vigente, cabe à empresa pagar o saláriomaternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço. Assinale a alternativa correta:

(a) Todas as proposições estão corretas
(b) Apenas I e II estão corretas
(c) Apenas I, II e III estão corretas
(d) Apenas I, II e IV estão corretas
(e) Apenas II e III estão corretas

Q.554

Origem

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

Sobre o modelo constitucional acerca da seguridade social pode-se dizer que:
I - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
II - Compete ao Poder Publico, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, dentre outros: universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; caráter democrático e descentralizado da administração.
III - A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
IV - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Assinale a alternativa correta:

(a) Todas as proposições estão corretas
(b) Apenas uma proposição está correta
(c) Apenas duas proposições estão corretas
(d) Apenas três proposições estão corretas
(e) Todas as proposições estão erradas

Q.555

Origem

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Prestações da previdência social

Segundo o art. 118 da Lei 8.213/91, o segurado que sofreu acidente de trabalho tem garantida a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, pelo prazo mínimo de doze meses:

(a) contado da data do acidente
(b) contado da data de início do recebimento do auxílio-doença acidentário
(c) contado da cessação do auxílio-doença acidentário
(d) contado da data da emissão do CAT (Comunicado de Acidente do Trabalho)
(e) nenhuma resposta está correta

Q.556

Origem

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 9ª
2003

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

CONSIDERE AS SEGUINTES PROPOSIÇÕES:
I. - Não tendo o segurado direito adquirido, é vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego e auxílio-acidente.
II - São princípios que regem a Previdência Social, dentre outros, a universalidade de participação nos planos previdenciários e a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
III - Independem de carência as seguintes prestações, dentre outras: pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente.
IV - Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício. Quais estão corretas?

(a) Todas estão corretas
(b) Apenas três proposições estão corretas
(c) Apenas duas proposições estão corretas
(d) Apenas uma proposição está correta
(e) Todas as proposições estão erradas

Parte VIII

2002

Capítulo 54

CESPE

54.1 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)

Q.557

Com referência à arrecadação e ao recolhimento das contribuições previdenciárias, julgue os itens a seguir.

( ) A empresa é obrigada a arrecadar as contribuições dos segurados empregados, descontando-as da respectiva remuneração, também devendo comunicar ao INSS sobre os valores pagos a trabalhadores eventuais e avulsos a seu serviço, aos quais incumbe o recolhimento direto dos valores relativos às contribuições previdenciárias.
( ) Os segurados contribuintes individual e facultativo, cujos salários-de-contribuição sejam iguais ao valor de um salário mínimo, estão obrigados a recolher sua contribuição até o dia quinze do mês seguinte àquele a que as contribuições se refiram, prazo prorrogado para o primeiro dia útil subseqüente. Podem, porém, optar pelo recolhimento trimestral das contribuições previdenciárias, com vencimento global no dia quinze do mês seguinte ao de cada trimestre civil, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subseqüente quando não houver expediente bancário no dia quinze.
( ) Segundo o regulamento do sistema de seguridade social, o empregador doméstico, durante o período da licença-maternidade da empregada doméstica, é obrigado a recolher apenas a contribuição a seu cargo, até o dia quinze do mês seguinte àquele a que a contribuição se referir.
( ) As contribuições devidas por empregado licenciado para o exercício de mandato de dirigente sindical, remunerado exclusivamente por seu sindicato, devem ser arrecadadas e recolhidas diretamente pelo segurado, figurando o ente sindical como responsável solidário por eventuais contribuições nãorecolhidas.
( ) Em caso de rescisão de contrato de trabalho, as contribuições previdenciárias devidas devem ser recolhidas no dia dois do mês subseqüente à rescisão, independentemente do instante de quitação das verbas rescisórias, salvo em relação ao décimo terceiro salário, cuja contribuição incidente sobre as verbas rescisórias deve ser recolhida em separado, no prazo de até dois dias após a quitação final do contrato de trabalho.

Origem

Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Recolhimento das contribuições

54.2 ParanaPrev :: Analista Previdenciário Sênior

Q.558

Julgue os itens a seguir com base na legislação vigente.

( ) Não se aplica a compensação previdenciária para benefícios concedidos a partir de 8/2/1999, se os regimes próprios não se enquadrarem nos termos da Lei n.o 9.717/1998 e posterior regulamentação.
( ) O tempo de atividade rural certificada pelo INSS em qualquer época será objeto de compensação sem qualquer restrição.
( ) O processamento da compensação previdenciária será operacionalizado via sistema de compensação previdenciária sob a responsabilidade do INSS.
( ) A compensação previdenciária caracteriza-se pelo repasse mensal do regime de origem ao regime instituidor do valor devido em relação a cada aposentadoria com direito a compensação. Enquanto a aposentadoria for mantida no regime instituidor, haverá necessidade de se efetuar o pagamento mensal da compensação.
( ) Caso seja emitida pelo INSS uma certidão de tempo de contribuição com quinze anos, mas sejam averbados apenas dez anos em virtude de o restante do período ser concomitante, quando for requerida a compensação pelo regime próprio, apesar da averbação de dez anos, poderá ser requerida e aprovada a compensação de todos os quinze anos.

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Sênior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Restituição
Compensação
Reembolso

Q.559

Acerca da compensação financeira, julgue os seguintes itens.

( ) Considere a seguinte situação hipotética. Célio trabalhava no governo do estado do Paraná como servidor público titular de cargo efetivo, possuindo tempo de contribuição devidamente averbado, em função de certidão expedida pelo INSS. Quando, ainda em plena atividade, e após ter sido efetuada a averbação, ocorreu o falecimento de Célio. Nessa situação, o governo do estado do Paraná será obrigado a conceder a pensão e poderá requerer e receber a compensação referente ao período do tempo efetivamente averbado.
( ) O tempo de contribuição concomitante não será objeto de compensação financeira entre os regimes de previdência.
( ) Os regimes próprios de previdência, quando instituidores, devem apresentar ao INSS, referente a cada benefício concedido com base em tempo de contribuição vertida ao RGPS, apenas as seguintes informações e(ou) documentos: I dados pessoais e documento necessário à comprovação da condição do segurado perante o RGPS; II data do início do benefício; III percentual do tempo de contribuição para o RGPS, em relação ao tempo total; IV cópia de certidão de tempo de serviço ou de contribuição fornecido pelo INSS.
( ) O valor da compensação devida pelo INSS sempre será calculada com base no valor da aposentadoria que o servidor recebe junto ao regime próprio.
( ) Os casos de aposentadoria por invalidez, quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, não são passíveis de compensação financeira.

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Sênior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Restituição
Compensação
Reembolso

Q.560

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Sênior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Restituição
Compensação
Reembolso

Com base na legislação pertinente à compensação previdenciária entre regimes de previdência, julgue os itens subseqüentes.

( ) Em seu texto original, a Lei n.o 9.796/1999 dispunha apenas acerca da compensação financeira entre o regime geral de previdência social (RGPS), gerido pelo INSS e os regimes próprios de previdência social, dos servidores de todos os entes federativos.
( ) O regime de origem é o regime de previdência responsável pelo pagamento da compensação previdenciária.
( ) O regime instituidor é o regime de previdência responsável pelo pagamento do benefício ao segurado ou servidor, tendo o direito de receber a compensação financeira do regime de origem.
( ) A compensação financeira devida pelo RGPS será reajustada utilizando-se os mesmos critérios aplicados pelo regime instituidor que paga o benefício.
( ) Todos os valores devidos a título de compensação financeira pelos regimes de origem devem ser pagos em dinheiro no ato da concessão da mesma, devendo o pagamento ser efetuado até o quinto dia útil do mês subseqüente.

54.3 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)

Q.561

Origem

Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Retenção
Responsabilidade solidária

Julgue os itens seguintes.

( ) Ainda quando vinculadas a segmentos empresariais distintos, as empresas integrantes de grupo econômico respondem solidariamente entre si, por débitos devidos à previdência social.
( ) O proprietário ou condômino de unidade imobiliária, qualquer que seja a forma de contratação da construção, reforma ou acréscimo, são solidários com o construtor pelas obrigações para com a seguridade social, ressalvando-se ao construtor o direito regressivo contra o executor ou contratante da obra, admitida a retenção de importância a este devida para garantia do cumprimento daquelas obrigações, não se aplicando, em nenhuma hipótese, o benefício de ordem.
( ) A pessoa física que adquire unidade imobiliária diretamente de incorporador de imóveis não é, em nenhuma hipótese, responsável solidária pelas contribuições devidas à seguridade social. O incorporador, ao contrário, é solidariamente responsável pela contribuição previdenciária devida pelo construtor.
( ) O contratante de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, responde solidariamente com a empresa executora pelas obrigações devidas à seguridade social, com exceção das contribuições incidentes sobre faturamento e lucro, não se aplicando, em nenhuma hipótese, o benefício de ordem.
( ) Em construção residencial destinada a uma única família, para uso próprio de tipo econômico, executada sem mão-de-obra assalariada, o valor das contribuições previdenciárias será calculado proporcionalmente sobre o salário mínimo, multiplicado pelo número de pessoas com idade superior a dezesseis anos que trabalharem na obra.

54.4 ParanaPrevidência :: Advogado Júnior

Q.562

Origem

ParanaPrevidência :: Advogado Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Maristela, viúva, grávida e mãe de três filhos menores de catorze anos, trabalha como parceira rural em regime de economia familiar em fazenda produtora de soja situada em área rural. Considerando a situação hipotética acima à luz do direito previdenciário e da legislação previdenciária federal, julgue os itens que se seguem.

(   ) Perante a legislação previdenciária, Maristela é contribuinte individual.
(   ) Na situação descrita, Maristela está amparada pelos benefícios previdenciários previstos no Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n.º4.214/1963).
(   ) Maristela é trabalhadora rural, possuindo os mesmos direitos do trabalhador urbano perante a Constituição da República.
(   ) Caso os filhos de Maristela também trabalhem em condição semelhante à de Maristela, estes serão, necessariamente, segurados contribuintes individuais, independentemente da idade deles.
(   ) Maristela tem direito a auxílio-doença.

54.5 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)

Q.563

Origem

Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Com relação aos segurados da previdência social, julgue os itens que se seguem.

(   ) Podem assumir a condição de segurados facultativos os estudantes com idade inferior a quatorze anos que não exerçam atividade remunerada que os qualifique como segurados obrigatórios.
(   ) Na condição de segurados facultativos, podem inscrever-se a dona-de-casa, o bolsista e o estagiário que prestem serviços à empresa.
(   ) Salvo se amparado por regime próprio de previdência social, o brasileiro civil que trabalha para a União no exterior, em organismos oficiais internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, é segurado obrigatório da previdência, na condição de empregado.
(   ) O diretor não-empregado e o membro de conselho de administração em sociedade anônima são segurados obrigatórios da previdência social, na categoria empresário.
(   ) Na condição de contribuinte individual, é segurado obrigatório da previdência social a pessoa física, proprietária ou não, que explore atividade de extração mineral - garimpo -, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não-contínua.

Q.564

Origem

Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Ainda com relação aos segurados da previdência social, julgue os itens subseqüentes.

(   ) Na condição de trabalhador autônomo, são segurados obrigatórios da previdência social aqueles que prestam serviços de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, por conta própria, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.
(   ) Os trabalhadores que prestem, a diversas empresas, atividades portuárias de capatazia, estiva, conferência e conserto de carga, vigilância de embarcação e bloco, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão-de-obra, vinculam-se obrigatoriamente à previdência social, na condição de trabalhadores avulsos.
(   ) São segurados especiais da previdência social o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e seus assemelhados, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual de terceiros.
(   ) O dirigente sindical eleito e empossado mantém, durante o exercício do mandato, o mesmo enquadramento no regime geral de previdência social de antes da investidura no cargo, facultada a opção pela vinculação previdenciária na condição de contribuinte individual.
(   ) O empresário que integrar mais de uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, em áreas distintas de exploração mercantil, será filiado à Previdência Social apenas em relação àquela que lhe proporcionar maior rendimento.

Q.565

Origem

Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

A vinculação ao regime previdenciário geral exclui o

(   ) brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado no exterior, em sucursal ou agência de empresa que, embora constituída sob as leis estrangeiras, tenha sucursal ou agência no Brasil.
(   ) brasileiro civil que presta serviços à União no exterior, em repartições governamentais brasileiras, desde que tenha domicílio e tenha sido contratado no exterior.
(   ) empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, desde que coberto por regime próprio de previdência social.
(   ) segurado facultativo depois de decorridos seis meses sem o recolhimento das contribuições e o segurado acometido de doença que determine a segregação compulsória, a partir do décimo terceiro mês contado do fim da segregação, neste último caso, independentemente do recolhimento das contribuições.
(   ) segurado ex-detido ou ex-recluso que não passe a recolher contribuições a partir do sexto mês da data do seu livramento.

54.6 ParanaPrevidência :: Advogado Júnior

Q.566

Julgue os itens seguintes, relativos a conceitos basilares do direito previdenciário brasileiro.

( ) Para ter direito a determinados benefícios o segurado precisa ter contribuído durante um número mínimo de prestações. Este requisito para o gozo de benefício vincula-se ao conceito de "período de carência".
( ) Nos termos da legislação federal, os beneficiários do RGPS são de três espécies: segurados, dependentes e patrocinadores.
( ) Os segurados são os beneficiários que contribuem para a previdência social, podendo ser pessoas físicas ou jurídicas.
( ) No Brasil, nos termos da Constituição federal vigente, não existe mais a figura do segurado facultativo.
( ) A dona-de-casa é um exemplo de segurado obrigatório do RGPS.

Origem

ParanaPrevidência :: Advogado Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.567

Uma servidora ingressou no serviço público com 25 anos de idade, em 11/2/1980, no cargo efetivo de auxiliar de enfermagem do governo do estado do Paraná e exonerou-se desse cargo em 11/2/1990, quando possuía dez anos de tempo de contribuição. Como base nessa situação hipotética, julgue os itens abaixo.

( ) Na hipótese de estar ocupando atualmente apenas o cargo efetivo de professor na educação infantil, a servidora poderá requerer aposentadoria em 11/2/2005, desde que possua, nessa data, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos de efetivo exercício nesse cargo.
( ) Caso a servidora venha a ocupar, após a exoneração no cargo de auxiliar de enfermagem, um cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração no mesmo estado, a ela será aplicado o regime geral de previdência social.
( ) Quando completar 65 anos de idade, a servidora será aposentada compulsoriamente, pois, sendo mulher, tem a idade-limite para permanência em cargo efetivo reduzida em cinco anos.
( ) Se a servidora tivesse ingressado novamente no serviço público do mesmo estado, em 21/12/1997, no cargo efetivo de fiscal do ICMS, estaria, por essa razão, submetida ao regime de previdência complementar dos servidores públicos daquele estado.
( ) No caso de novo ingresso em cargo efetivo no município de São Paulo, a servidora poderá utilizar, para o fim de aposentadoria nesse município, o tempo de contribuição no cargo de auxiliar de enfermagem, hipótese em que o município será compensado financeiramente pelo governo do estado do Paraná, segundo os critérios definidos em lei.

Origem

ParanaPrevidência :: Advogado Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

54.7 ParanaPrevidência :: Analista Previdenciário Júnior

Q.568

Origem

ParanaPrevidência :: Analista Previdenciário Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Em face das alterações introduzidas pela EC n.o 20/1998, julgue os itens que se seguem.

( ) A aposentadoria compulsória será concedida, sempre, com proventos integrais, ao servidor público titular de cargo efetivo que complete setenta anos de idade, independentemente de sua vontade em continuar trabalhando.
( ) A concessão de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição para os novos ingressantes no serviço público do sexo masculino fica condicionada à comprovação, por parte do servidor, de dez anos de efetivo exercício no serviço público e de que se encontra no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria a pelo menos cinco anos, além de contar com sessenta anos de idade e pelo menos 35 anos de contribuição.
( ) A concessão de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição para a mulher, qualquer que seja a data de ingresso, fica condicionada à comprovação, por parte da servidora, de dez anos de efetivo exercício no serviço público e de que se encontra no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria a pelo menos cinco anos, além de contar 55 anos de idade e pelo menos trinta anos de contribuição.
( ) No cálculo da aposentadoria, o provento fixado para o benefício não poderá exceder a remuneração do servidor.
( ) Foi extinta a possibilidade de redução de idade mínima e tempo de contribuição para a aposentadoria dos professores de todos os níveis, restando apenas o direito de ter um acréscimo de 17

54.8 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)

Q.569

Acerca dos benefícios da previdência social, julgue os itens subseqüentes.

( ) Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. A doença degenerativa cujo agravamento decorra do exercício de determinada atividade profissional é equiparada ao acidente do trabalho.
( ) A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, apenas será devida ao segurado que, após auferir auxílio-doença, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, devendo lhe ser paga enquanto permanecer nessa condição.
( ) O auxílio-doença é devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido em lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos. Será devido ao segurado que se filiar ao regime geral de previdência social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, apenas quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
( ) O auxílio-acidente é concedido, como indenização, ao segurado que, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, apresente seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. Corresponde a 50 ( ) O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, exceto ao doméstico, e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados, também sendo devido ao aposentado por invalidez ou por idade e aos demais aposentados com 65 anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou sessenta anos ou mais, se do sexo feminino. 1924

Origem

Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

54.9 AGU :: Advogado Geral da União

Q.570

As aposentadorias do setor público são o grande problema que a previdência social enfrenta. Enquanto no INSS o governo paga R$ 7,1 bilhões por mês para 20,9 milhões de aposentados e pensionistas do setor privado, a folha de pagamento mensal do setor público federal é de 1,78 bilhões, atendendo a pouco mais de 837 mil funcionários. Se contabilizarmos os servidores estaduais e municipais, o déficit da previdência aumenta assustadoramente. Dos R$ 70 bilhões previstos para 2002, R$ 53 bilhões correspondem ao déficit do setor público. Correio Braziliense,
1. o/11/2002, p. 10 (com adaptações). Com base na realidade retratada no texto acima, e diante das alterações introduzidas pela Emenda Constitucional (EC) n.o 20, de 15 de dezembro de 1998, para o sistema de previdência social, julgue os itens abaixo.

( ) Para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial, a antiga aposentadoria voluntária por tempo de serviço do servidor público, após a EC n.o 20/1998, sofreu mudanças, sendo atualmente imprescindível para a sua concessão a todo aquele que ingressar no sistema o atendimento cumulativo das condições de idade mínima e período de contribuição, independentemente do tempo de efetivo exercício no serviço público.
( ) É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência pública, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, tais como médicos e professores.
( ) A exemplo do que já ocorre para o regime da previdência privada, a EC n.o 20/1998, para diminuir as despesas suportadas pelo Tesouro Nacional, instituiu um limite máximo para pagamentos de proventos de aposentadorias na previdência pública, correspondente a dez salários mínimos, ressalvados os casos de direito já adquirido.
( ) Pelas atuais regras de transição contempladas na EC n.o 20/1998, uma servidora pública com vinte anos de serviço e de contribuição, na data de 16/12/1998, deverá, no que concerne especificamente ao requisito de tempo de contribuição, contribuir pelo menos mais sete anos para a previdência pública para obter o direito a aposentadoria proporcional.
( ) A EC n.o 20/1998 não alterou a sistemática de revisão dos proventos de aposentadoria e das pensões dos servidores públicos, mantendo o critério de paridade entre os servidores ativos e inativos, com expressa previsão de extensão aos aposentados e pensionistas de quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei. UnB /

Origem

AGU :: Advogado Geral da União
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Benefícios

54.10 ParanaPrev :: Analista Previdenciário Pleno

Q.571

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Pleno
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Benefícios

Lúcio, segurado ativo da PARANAPREVIDÊNCIA, com 69 anos de idade, deseja aposentar-se, tendo trabalhado quarenta anos, já averbados, no serviço público, sendo que destes trabalhou dez anos no serviço público estadual no cargo em que pretende aposentar-se. Considerando a situação hipotética apresentada e a legislação previdenciária paranaense, julgue os itens abaixo, relativos aos benefícios de aposentadoria compulsória por implemento de idade, aposentadoria voluntária por implemento de idade e aposentadoria voluntária por tempo de contribuição.

( ) A aposentadoria compulsória por implemento de idade é devida ao segurado ativo que completar sessenta e cinco anos de idade.
( ) Lúcio tem direito a aposentadoria compulsória por implemento de idade com proventos integrais.
( ) Lúcio tem direito a aposentadoria voluntária por implemento de idade.
( ) A idade mínima para mulher que não é professora aposentarse voluntariamente por tempo de contribuição é de 55 anos.
( ) Os critérios de idade mínima para se aposentar voluntariamente por tempo de contribuição sofrem redução de cinco anos para professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

54.11 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)

Q.572

Origem

Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

A respeito do conceito de seguridade social e de seus princípios informativos, julgue os itens a seguir.

( ) Seguridade social é um conjunto de princípios, normas e instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam de prover as suas necessidades pessoais básicas e de suas famílias, integrado por um elenco de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
( ) O princípio constitucional da universalidade da cobertura e do atendimento, que informa a organização da seguridade social, corresponde ao ideal de que a todos seja garantida igual cobertura diante da mesma contingência ou circunstância, desde que atendidos certos requisitos e observadas determinadas condições, definidos na legislação previdenciária.
( ) De acordo com o modelo em vigor, as prestações a cargo da seguridade social são exclusivamente custeadas por contribuições a cargo dos entes públicos, empregados e empregadores, além do concurso de prognósticos, facultada a introdução de outras contribuições mediante lei complementar.
( ) O princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais significa que idênticas prestações devem ser asseguradas aos segmentos populacionais urbanos e rurais.
( ) O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios alcança as formas nominal (redução objetiva) e real (perda de poder aquisitivo) e assegura o reajuste daqueles valores, independentemente de quaisquer limites, segundo critérios propostos pelo Conselho Nacional de Seguridade Social.

Q.573

Origem

Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

Julgue os itens seguintes, relativos à legislação previdenciária.

( ) Qualificam-se como fontes materiais do direito previdenciário, além da Constituição, os fatores econômicos e históricos que justificam e condicionam o processo legislativo.
( ) As leis que criam ou modificam contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social entram em vigor apenas nos anos seguintes àqueles em que foram sancionadas.
( ) Como regra geral, no âmbito do direito previdenciário, o conflito de normas jurídicas é resolvido pela aplicação da regra que menos custos acarrete ao INSS.
( ) O direito previdenciário constitui ramo autônomo da ciência jurídica, para fins didáticos, contemplando um número significativo de normas, conceitos e princípios próprios.
( ) As normas previdenciárias são aplicáveis em todo o território nacional, alcançando brasileiros e estrangeiros nele residentes, de acordo com as regras determinadas no denominado Plano de Custeio e Benefícios e outras normas atinentes à espécie.

54.12 ParanaPrev :: Analista Previdenciário Pleno

Q.574

Com relação às contribuições previdenciárias, julgue os itens seguintes.

( ) O servidor segurado da PARANAPREVIDÊNCIA que for cedido a outro ente federado terá sua contribuição previdenciária destinada ao regime de previdência daquele ente em que estiver exercendo atividade.
( ) Para fins de contribuição previdenciária, entende-se por remuneração ou subsídio percebido o vencimento do cargo efetivo, acrescido das respectivas vantagens permanentes estabelecidas em lei e as de caráter individual.
( ) A contribuição do Estado do Paraná para o Fundo de Previdência deve ser equivalente ao dobro dos percentuais e valores pagos pelos militares da ativa.
( ) O Estado deverá repassar à PARANAPREVIDÊNCIA o valor correspondente a 1( ) Caso um cidadão, aposentado pelo regime geral de previdência social, atualmente ocupe, exclusivamente, um cargo em comissão no estado do Paraná, sua contribuição previdenciária deverá ser destinada à PARANAPREVIDÊNCIA.

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Pleno
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Custeio

Q.575

Com base na Lei Geral da Previdência Pública, julgue os itens subseqüentes.

( ) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos, como estabelece o art. 149, §1.o, da Constituição da República, devem se organizar observando obrigatoriamente o disposto na Lei n.o 9.717/1998.
( ) Os planos de custeio e benefícios devem ser organizados e revistos, com base na avaliação atuarial, bianual, na forma prevista em lei.
( ) O financiamento do regime próprio de previdência ocorrerá mediante contribuição exclusiva dos servidores públicos efetivos.
( ) Os recursos decorrentes das contribuições se destinam ao financiamento das despesas com os pagamentos de benefícios, podendo ser destinados à cobertura das despesas administrativas necessárias, sem limite fixado em lei.
( ) É obrigatória a manutenção de registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais.

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Pleno
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Custeio

54.13 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)

Q.576

Origem

Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Acerca do financiamento da seguridade social, julgue os seguintes itens.

( ) No âmbito federal, o orçamento da seguridade social é composto, entre outras, de receitas provenientes das denominadas contribuições sociais, entre as quais se inserem as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga, devida ou creditada aos segurados e demais pessoas físicas a seu serviço, mesmo sem vínculo empregatício, as incidentes sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, e as das empresas, incidentes sobre a receita ou o faturamento e o lucro.
( ) A contribuição devida pela União à seguridade social é constituída de recursos adicionais do orçamento fiscal previstos obrigatoriamente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo que eventuais insuficiências financeiras do sistema de seguridade, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da previdência social, devem também ser suportadas pela União.
( ) Os valores líquidos apurados em concursos de prognósticos, qualificados como contribuições sociais, pertencem integralmente à seguridade social, reservando-se à lei a disciplina acerca dos valores destinados ao pagamento de prêmios, de impostos e de despesas com a administração respectiva.
( ) As contribuições devidas pelas empresas para custeio dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa proveniente de riscos ambientais do trabalho serão proporcionais ao risco presente em cada qual das atividades preponderantes por elas desenvolvidas e terão como base de cálculo os respectivos faturamentos mensais.
( ) As associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional devem contribuir com o pagamento de 5

54.14 ParanaPrev :: Analista Previdenciário Pleno

Q.577

Texto II - O regime próprio de previdência social do município de Chapecó abrange apenas os servidores titulares de cargo efetivo. Seu saldo financeiro é de R$ 3.000.000,00 e ele possui um órgão deliberativo composto por cinco membros, todos escolhidos e nomeados pelo prefeito, sendo três servidores públicos municipais e duas pessoas da sociedade local. O município de Chapecó celebrou, em 27/11/1995, convênio com o governo do estado de Santa Catarina, visando à concessão, por esse estado, das pensões por morte aos dependentes dos servidores municipais. O regime de previdência municipal presta assistência médica e financeira com os recursos oriundos da respectiva taxa de administração.
Considerando a situação hipotética descrita no texto II, julgue os itens abaixo.

( ) Caso o município de Chapecó pretenda extinguir o regime próprio de previdência social, deverá, necessariamente, fazê-lo por lei.
( ) A partir de 16/12/1998, o município de Chapecó deveria filiar ao regime geral de previdência social os servidores titulares de cargo efetivo da União que estivessem cedidos ao município para ocupar cargo em comissão, mesmo que, à época, a União possuísse regime próprio de previdência social.
( ) Quando um servidor efetivo de Chapecó aposentar-se pelo respectivo regime próprio de previdência social, poderá acumular os proventos desse benefício com a aposentadoria superveniente de outro regime próprio de previdência social, ainda que proveniente de cargo inacumulável.
( ) Extinto o regime próprio de previdência social do município de Chapecó, os seus servidores titulares de cargo efetivo serão vinculados ao regime geral de previdência social.
( ) O saldo financeiro de R$ 3.000.000,00 deverá ser depositado em conta diferente da conta do tesouro do município de Chapecó.

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Pleno
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.578

Julgue os itens abaixo.

( ) Os recursos para financiamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União dos estados, do DF e dos municípios provêm, exclusivamente, da União, dos estados, do DF, dos municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, para os respectivos regimes.
( ) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos do estado do Paraná estão sujeitos a inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial de órgãos de controle interno e externo.
( ) A contribuição da União, dos estados, do DF e dos municípios aos respectivos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares pode atingir, a qualquer título, o triplo da contribuição dos segurados.
( ) O descumprimento das regras gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos estabelecidas na Lei n.º9.717/1998 implica a suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.
( ) A faculdade concedida aos estados de constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, submete-se ao princípio da legalidade.

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Pleno
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.579

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Pleno
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca da organização dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos, julgue os seguintes itens.

( ) O regime de previdência social dos servidores públicos do estado do Paraná deve ser organizado de modo a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial.
( ) Os recursos provenientes de contribuição previdenciária do pessoal ativo do estado pode ter outro destino que não a utilização para pagamento de benefício previdenciário.
( ) É critério exigível para o regime de previdência social estatal a cobertura exclusiva a seus servidores públicos, titulares de cargos efetivos e militares e a seus respectivos dependentes.
( ) É permitida a realização de convênio entre os estados para pagamento de benefícios previdenciários.
( ) Para organização e funcionamento do regime próprio de previdência social dos servidores públicos e dos militares dos estados e do Distrito Federal (DF) é requisito adicional haver receita diretamente arrecadada ampliada, na forma estabelecida por parâmetros legais, superior à proveniente de transferências constitucionais da União.

Q.580

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Pleno
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Considerando a legislação que rege os regimes próprios, julgue os itens abaixo.

( ) O fundo previdenciário poderá ser utilizado para cobrir despesas com assistência médica, desde que exista previsão na lei que institui o regime próprio de previdência dos servidores.
( ) Somente pode existir um regime próprio de previdência dos servidores por ente da federação e unidade gestora, salvo disposição expressa da Constituição da República.
( ) Para que um regime próprio de previdência seja reconhecido, é necessário que, por lei, sejam asseguradas ao servidor público titular do cargo efetivo pelo menos as aposentadorias, na forma constante no art. 40 da Constituição da República.
( ) Para o controle das fraudes que afetem os sistemas de benefícios, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) disponibilizará os dados do sistema de óbitos para todos os entes que possuam regimes próprios.
( ) O encaminhamento do demonstrativo de resultado da avaliação atuarial (DRAA), até 31 de julho de cada ano, à Secretaria de Previdência Social (SPS) não é a única obrigação dos regimes próprios de previdência social dos servidores na prestação de informações ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

Q.581

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Pleno
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens subseqüentes.

(   ) O estado pode utilizar os recursos do regime próprio de previdência social para fins de assistência médica e financeira.
(   ) Os dirigentes da unidade gestora do regime próprio de previdência social do estado que infringirem as disposições da Lei n.º9.717/1998 estarão sujeitos, entre outras sanções, a inabilitação definitiva para o exercício do cargo de direção que ocupem.
(   ) O descumprimento do disposto na Lei n.º9.717/1998 pelo estado implica, entre outros, em suspensão das transferências voluntárias de recursos da União.
(   ) No caso de extinção do regime próprio de previdência social, o estado assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção.
(   ) O regime próprio de previdência do servidor tem direito, como regime instituidor, de receber do RGPS, como regime de origem, compensação financeira, sendo que a relativa ao primeiro mês de competência do benefício é calculada com base no valor do benefício pago pelo regime instituidor ou na renda mensal do benefício, calculado com base no valor dos proventos da aposentadoria ou pensão dela decorrente e do tempo total do serviço, o que for maior. (ANULADA)

Q.582

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Pleno
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Ainda considerando a Lei Geral da Previdência Pública, julgue os itens que se seguem.

(   ) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos estão sujeitos às inspeções e auditorias dos órgãos de controle interno e externo.
(   ) Os servidores públicos efetivos participantes do regime próprio podem ter pleno acesso aos dados relativos à gestão do referido regime.
(   ) Os representantes dos servidores têm direito de participar, apenas com direito a voz, nos colegiados e instâncias de decisão onde sejam discutidas e deliberadas questões quanto ao regime próprio a que pertençam.
(   ) Com o objetivo de obter maior rentabilidade para o fundo existente, e considerando a garantia do recebimento, poderá ser efetuado empréstimo a servidores participantes do regime próprio de previdência social.
(   ) Um servidor público titular de cargo efetivo da prefeitura de Curitiba, que possua regime próprio, quando for cedido para exercer cargo de confiança no governo do estado do Paraná, que assuma o ônus do pagamento, deverá, em virtude disso, efetuar as contribuições previdenciárias à PARANAPREVIDÊNCIA.

Q.583

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Pleno
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Ainda considerando a legislação que rege os regimes próprios, julgue os itens subseqüentes.

(   ) Constitui obrigação dos regimes próprios o encaminhamento a cada trimestre do demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e da despesa previdenciárias do período, devendo ser entregue até trinta dias após o encerramento do trimestre.
(   ) Consumada a extinção do regime próprio de previdência dos servidores de um ente federativo, a eles será facultado vincular-se ao regime geral de previdência social (RGPS) gerida pelo INSS.
(   ) A contribuição por parte das entidades federativas, ao regime de previdência, poderá ser de, no máximo, três vezes o valor da contribuição do servidor.
(   ) Se ocorrer a extinção do regime próprio de previdência de um ente federativo, este assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios já concedidos, bem como terá que conceder todos os benefícios cujos requisitos tenham sido implementados durante a existência do regime próprio.
(   ) A recusa em prestar esclarecimento ao MPAS, ou ainda criar qualquer dificuldade ao exercício de suas prerrogativas na fiscalização dos regimes poderá provocar a aplicação ao infrator das penas previstas na Lei n.o 6.435/1977 e suas alterações posteriores.

54.15 ParanaPrev :: Analista Previdenciário Sênior

Q.584

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Sênior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens a seguir, relativos ao Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

(   ) É integrado por dez conselheiros efetivos e cinco suplentes.
(   ) Todos os conselheiros são escolhidos pelo governador do estado.
(   ) O presidente do conselho tem voz e voto, inclusive o de desempate.
(   ) O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses.
(   ) Uma pessoa com formação de nível médio poderá ser conselheiro de administração se tiver reconhecida capacidade em seguridade.

Q.585

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Sênior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens abaixo.

( ) Os recursos para financiamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União dos estados, do DF e dos municípios provêm, exclusivamente, da União, dos estados, do DF, dos municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, para os respectivos regimes.
( ) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos do estado do Paraná estão sujeitos a inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial de órgãos de controle interno e externo.
( ) A contribuição da União, dos estados, do DF e dos municípios aos respectivos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares pode atingir, a qualquer título, o triplo da contribuição dos segurados.
( ) O descumprimento das regras gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos estabelecidas na Lei n.º9.717/1998 implica a suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.
( ) A faculdade concedida aos estados de constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, submete-se ao princípio da legalidade.

Q.586

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Sênior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Considerando a legislação que regula o certificado de regularidade previdenciária (CRP), julgue os itens abaixo.

( ) O CRP é o documento que comprova a regularidade do regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargo efetivo perante o RGPS do INSS.
( ) O CRP será fornecido pelo MPAS, por meio da sua página na Internet, tendo validade por 180 dias e possuindo numeração única.
( ) O CRP é exigido, entre outras, nas seguintes situações: na realização de transferência voluntária de recursos da União, excetuadas as relativas às ações de educação, saúde e assistência social; na liberação de recursos, empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; no pagamento da compensação financeira devida pelo RGPS.
( ) Na fase inicial de emissão do CRP, entre outros aspectos, os regimes próprios estavam sendo avaliados com relação ao cumprimento dos seguintes critérios, conforme previsto na Lei n.o 9.717/1998 e sua regulamentação: caráter contributivo na forma do art. 40 da Constituição da República; cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargo efetivos, a militares e a seus respectivos dependentes; existência de conta de regime próprio de previdência social, distinta da conta do Tesouro.
( ) A partir de 1.º/1/2003, para a emissão do CRP aos regimes próprios, passará a ser avaliado o critério relativo à vedação de concessão de benefícios distintos do RGPS, ressalvados os previstos no art. 40 de Constituição da República.

Q.587

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Sênior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens a seguir, relativos ao estatuto da PARANAPREVIDÊNCIA.

(   ) A PARANAPREVIDÊNCIA tem sede e foro na cidade de Curitiba e jurisdição em todo o território do estado do Paraná.
(   ) Em outros estados federados, a instituição não poderá credenciar representantes.
(   ) O exercício financeiro da PARANAPREVIDÊNCIA inicia-se em março.
(   ) A PARANAPREVIDÊNCIA vincula-se, como ente de cooperação governamental, ao secretário especial para assuntos de previdência.
(   ) A PARANAPREVIDÊNCIA tem por finalidade gerir o sistema de seguridade funcional do estado do Paraná.

Q.588

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Sênior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Acerca da organização dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos, julgue os seguintes itens.

(   ) O regime de previdência social dos servidores públicos do estado do Paraná deve ser organizado de modo a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial.
(   ) Os recursos provenientes de contribuição previdenciária do pessoal ativo do estado pode ter outro destino que não a utilização para pagamento de benefício previdenciário.
(   ) É critério exigível para o regime de previdência social estatal a cobertura exclusiva a seus servidores públicos, titulares de cargos efetivos e militares e a seus respectivos dependentes.
(   ) É permitida a realização de convênio entre os estados para pagamento de benefícios previdenciários.
(   ) Para organização e funcionamento do regime próprio de previdência social dos servidores públicos e dos militares dos estados e do Distrito Federal (DF) é requisito adicional haver receita diretamente arrecadada ampliada, na forma estabelecida por parâmetros legais, superior à proveniente de transferências constitucionais da União.

Q.589

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Sênior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Com relação às modificações trazidas pela Emenda Constitucional n.º20/1998, que estabeleceu o regime de transição, julgue os itens seguintes.

( ) Na aposentadoria de magistrado, homem, que tinha quinze anos de efetivo exercício no cargo de desembargador na época da publicação da referida emenda, o tempo de serviço é contado com o acréscimo de 17( ) Do servidor homem, que tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria, é exigido apenas ter 53 anos de idade para aposentar-se com proventos proporcionais.
( ) Os proventos de aposentadoria proporcional são equivalentes a 70( ) O servidor que cumprir todas as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas pelas regras de transição e continuar no exercício do cargo tem direito a até 50( ) As regras de transição para aposentadoria dos servidores públicos abrangem aqueles que tenham ingressado regularmente em cargo efetivo na administração pública, direta, autárquica e fundacional, até a data da publicação da emenda, cumpridas as condições estabelecidas.

Q.590

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Sênior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens que se seguem, relativos aos critérios para os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos estados, com base na legislação previdenciária federal (Lei n.º9.717/1998) e nas portarias ministeriais correspondentes (Portaria MPAS n.º4.992/1999 e suas alterações).

( ) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios, e dos militares dos estados e do DF deverão ser organizados com base em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.
( ) A realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, bem como de auditoria, por entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se de parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios, constitui critério a ser respeitado pelos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos.
( ) O financiamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos deverá ocorrer mediante recursos provenientes da União, dos estados, do DF e dos municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes.
( ) A cobertura dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos deverá incluir os servidores públicos titulares de cargos efetivos e os militares, e seus respectivos dependentes, de cada ente estatal e qualquer pessoa que queira aderir ao plano mediante prévia contribuição.
( ) É permitido pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, em colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.

Q.591

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Sênior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Medeiros , segurado ativo da PARANAPREVIDÊNCIA, sofreu acidente no trabalho, tendo sido considerado definitivamente incapacitado para o cargo público por deficiência física e necessitando de assistência permanente de outrem. Considerando a situação hipotética acima e a legislação previdenciária paranaense, julgue os itens a seguir, relativos ao benefício de aposentadoria por invalidez permanente.

(   ) A aposentadoria por invalidez permanente só é concedida ao segurado inativo que for considerado incapacitado por motivo de deficiência mental.
(   ) Medeiros terá direito a proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
(   ) Medeiros terá direito a acréscimo de 25(   ) Medeiros terá direito a aposentadoria por invalidez permanente desde o momento em que sofreu o acidente.
(   ) A hanseníase e a neoplasia maligna são consideradas doenças graves contagiosas que ensejam proventos integrais.

Q.592

Origem

ParanaPrev :: Analista Previdenciário Sênior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens subseqüentes.

(   ) O estado pode utilizar os recursos do regime próprio de previdência social para fins de assistência médica e financeira.
(   ) Os dirigentes da unidade gestora do regime próprio de previdência social do estado que infringirem as disposições da Lei n.º9.717/1998 estarão sujeitos, entre outras sanções, a inabilitação definitiva para o exercício do cargo de direção que ocupem.
(   ) O descumprimento do disposto na Lei n.º9.717/1998 pelo estado implica, entre outros, em suspensão das transferências voluntárias de recursos da União.
(   ) No caso de extinção do regime próprio de previdência social, o estado assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios cujos requisitos necessários à sua concessão foram implementados anteriormente à extinção.
(   ) Os dados do Sistema de Óbitos (SISOB) do INSS não são disponibilizados aos estados que mantêm regime próprio de previdência social, em face da possibilidade de quebra de sigilo sobre a intimidade das pessoas.

54.16 ParanaPrevidência :: Advogado Júnior

Q.593

Origem

ParanaPrevidência :: Advogado Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens subseqüentes.

( ) De acordo com convênio da PARANAPREVIDÊNCIA com a Polícia Militar do Paraná, servidor militar da reserva remunerada será considerado segurado ativo.
( ) Inexistindo dependentes naturais, o segurado poderá inscrever como seu dependente, mediante a devida compravação de dependência econômica, o menor que, por determinação judicial, esteja sob tutela do segurado, desde que resida com este, não seja credor de alimentos e não possua condições suficientes para o próprio sustento, assim entedidas as pessoas cujos rendimentos brutos mensais sejam inferiores ao salário mínimo.
( ) A concessão de aposentaria por invalidez no RGPS pode ser acrescida de 25( ) Considere a seguinte situação hipotética. Um cidadão foi inscrito na PARANAPREVIDÊNCIA aos 66 anos de idade e, ao completar setenta anos de idade, teve seu pedido de aposentadoria compulsória negado, em face do não-cumprimento de período mínimo de contribuição. Nessa situação, agiu acertadamente a entidade previdenciária, ao indeferir o pedido de aposentadoria.
( ) Os agentes públicos temporários do estado do Paraná, exercentes exclusivamente de cargos em comissão, são segurados obrigatórios da PARANAPREVIDÊNCIA.

Q.594

Origem

ParanaPrevidência :: Advogado Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Em relação à Reforma da Previdência e com base na Emenda Constitucional (EC) n.o 20/1998, julgue os itens que se seguem.

( ) A concessão dos benefícios salário-família e auxílio-reclusão apenas para os segurados de baixa renda não significa a adoção da seletividade, um dos objetivos que fundamentam a organização da seguridade social.
( ) O pedágio, período adicional de contribuição instituído na última reforma previdenciária, por ser uma exigência cumulativa, tem o objetivo de postergar a concessão da aposentadoria voluntária.
( ) A Constituição da República veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos exercentes de cargos efetivos, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei ordinária.
( ) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime próprio de previdência social, não será facultativo, com base na constituição de reservas que garantam o benefício contratado e regulado por lei complementar.
( ) O princípio do direito adquirido assegura a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e segurados do regime geral de previdência social (RGPS), bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação da emenda da reforma, tenham cumprido os requisitos para a obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

Q.595

Origem

ParanaPrevidência :: Advogado Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens abaixo.

( ) Considere a seguinte situação hipotética. Determinada servidora, vinculada a uma sociedade de economia mista, protocolizou, na Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), reclamação contra o seu patrão, porque, na condição de patrocinadora, sua empresa repassou recursos para o respectivo fundo de pensão, além do valor da contribuição dos segurados, destinados a ajustes do plano atuarial. Nessa situação, a reclamação da servidora foi cívica e constitucionalmente correta, já que o referido repasse, nas condições descritas, afronta a Constituição da República.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. A esposa de determinado servidor recebeu o auxílio-reclusão relativo a seu marido, mesmo sendo a remuneração mensal deste de R$ 486,47. Nessa situação, foi correto o recebimento porque a regra de limite de remuneração para a concessão do referido benefício só se aplica ao RGPS.
( ) Apenas aos servidores ocupantes exclusivamente de cargo comissionado nomeados após a aprovação da EC n.o 20/1998 se exigirá a vinculação ao RGPS. Aos anteriormente nomeados facultarse- á permanecerem vinculados ao regime vigente à época de sua nomeação.
( ) Ao servidor militar e ao servidor militar estadual aplicam-se as mesmas regras destinadas ao servidor civil, relativamente à concessão de pensão por morte e ao reajustamento de valor dos benefícios.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. Um servidor efetivo do magistério do governo federal, no dia 16/12/1998, completou dez anos de efetivo magistério, data em que optou por aposentar-se voluntariamente. Nessa situação, o tempo de serviço do servidor será acrescido de 1,7 ano de atividade.

Q.596

Origem

ParanaPrevidência :: Advogado Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens abaixo, relativos ao regime de previdência privada de caráter complementar previsto na EC n.o 20/98 (reforma da previdência social).

( ) A previdência complementar no Brasil só pode ser oferecida por entidades financeiras bancárias.
( ) As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes.
( ) Lei ordinária disciplinará a relação dos entes políticos como patrocinadores de entidades fechadas de previdência privada.
( ) No Brasil, o regime de previdência complementar é feito de forma exclusiva por entidades de previdência fechada.
( ) O sistema PARANAPREVIDÊNCIA é exemplo de regime de previdência complementar estadual.

Q.597

Origem

ParanaPrevidência :: Advogado Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens que se seguem.

(   ) Considere a seguinte situação hipotética. Uma servidora pública segurada pela PARANAPREVIDÊNCIA sofreu - em sua residência, durante a realização de atividade doméstica - um acidente que lhe causou invalidez permanente. Nessa situação, mesmo que tenha apenas cinco anos de exercício, a servidora terá direito a aposentadoria intergral.
(   ) Considere a seguinte situação hipotética. Gustavo e Andréia, que têm, respectivamente, 61 e 56 anos de idade, requereram aposentadoria voluntária. Ele, há dez anos é vinculado à PARANAPREVIDÊNCIA e tem mais vinte anos em situações anteriores, sendo que em apenas cinco anos dessas situações houve contribuição para a previdência. Ela, há vinte anos é vinculada à PARANAPREVIDÊNCIA. Nessa situação, embora tenha mais tempo de serviço, Gustavo vai receber apenas o correspondente a 15/35 (42,9(   ) Considere a sequinte situação hipotética. Um cidadão que tinha cinco anos de contribuição à PARANAPREVIDÊNCIA faleceu. Sua esposa, única dependente, pretendia receber a integralidade da remuneração de seu marido, que era de R$ 1.000,00. Entretanto, só lhe foi concedido o valor de R$ 850,00. Nessa situação, a PARANAPREVIDÊNCIA atuou em conformidade com a legislação pertinente.
(   ) Considere a seguinte situação hipotética. Um segurado, em gozo de benefício recebeu, comprovadamente de má-fé, valor superior ao que lhe era devido pela PARANAPREVIDÊNCIA. Nessa situação, a PARANAPREVIDÊNCIA, em função da lei de regência da matéria, será obrigada a proceder ao desconto mensal, no vencimento do segurado, de 50(   ) A cota de pensão não poderá ser extinta em razão de o pensionista constituir união estável e, sim, pelo casamento do pensionista.
RASCUNHO UnB / CESPE - PARANAPREVIDÊNCIA Processo Seletivo Público - Aplicação: 2/11/2002 Cargo: Advogado Júnior - 5 / 5 É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Q.598

Origem

ParanaPrevidência :: Advogado Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Julgue os itens abaixo, relativos às mudanças trazidas pela reforma previdenciária instituída pela EC n.º20/1998.

(   ) Foi diminuída a hipótese de incidência do benefício salário-família.
(   ) Após a reforma da previdência, em regra, pessoas que entrarem no serviço público poderão perceber simultaneamente proventos de aposentadoria e remuneração por cargo público.
(   ) Foram mantidas as hipóteses constitucionais de incidência da contribuição social.
(   ) O benefício acidente do trabalho continua sendo um benefício pago exclusivamente pelo setor público.
(   ) A gestão quadripartite da seguridade social constitui novidade da referida emenda.

Q.599

Origem

ParanaPrevidência :: Advogado Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

A respeito das contribuições previdenciárias, julgue os itens abaixo.

(   ) Um servidor ativo, titular de cargo efetivo, que, em 1998, contava com 55 anos de idade tem sua contribuição previdenciária retida e repassada para compor o Fundo de Previdência.
(   ) Uma servidora ativa, titular de cargo efetivo, que em 1998 contava com 42 anos de idade, tem sua contribuição previdenciária retida e repassada para a composição do Fundo Financeiro.
(   ) Um servidor, ocupante exclusivamente de cargo comissionado no governo do estado do Paraná, deverá ter sua contribuição previdenciária retida e repassada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
(   ) Um servidor ocupante de cargo em comissão no estado do Paraná, oriundo da administração pública da União, onde é segurado do regime próprio dos servidores públicos federais, terá sua contribuição destinada ao regime de origem.
(   ) Um servidor ocupante de cargo em comissão no estado do Paraná, oriundo da administração pública de um município que não possua regime próprio de previdência para seus servidores, terá sua contribuição destinada ao INSS.

54.17 ParanaPrevidência :: Analista Previdenciário Júnior

Q.600

Origem

ParanaPrevidência :: Analista Previdenciário Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Com base no estatuto da PARANAPREVIDÊNCIA, julgue os itens subseqüentes.

(   ) O Conselho de Administração, órgão estatutário da PARANAPREVIDÊNCIA, é composto por dez conselheiros, sendo cinco efetivos e cinco suplentes. O governador tem o direito de nomear apenas o presidente do conselho, que será um dos conseclheiros efetivos, sendo os demais conselheiros efetivos assim indicados: um conselheiro pela Associação dos Fundos de Pensão do Paraná; um conselheiro pela Assembléia Legislativa; um conselheiro pelo Tribunal de Justiça; um conselheiro pelo Ministério Público Estadual.
(   ) O Conselho Diretor da PARANAPREVIDÊNCIA é composto por: diretor-presidente; diretor de finanças; diretor de patrimônio; diretor de previdência; diretor jurídico.
(   ) Todos os membros dos órgãos estatutários serão considerados civil e criminalmente responsáveis, de forma pessoal e solidária, pelos atos lesivos que praticarem, com dolo, desídia ou fraude, sendo-lhes aplicáveis o previsto no art. 8.ºda Lei n.o 9.717/1998.
(   ) A PARANAPREVIDÊNCIA deverá manter em sua contabilidade registros e arquivos permanentemente atualizados, de modo a facilitar a inspeção permanente e o controle das contas pelo seu Conselho Fiscal, pelas auditorias interna e externa independentes, bem como pelo TCE.
(   ) Para cumprir sua missão, a PARANAPREVIDÊNCIA celebrará contrato de gestão com o governo do estado do Paraná, na forma prevista em lei, podendo, ainda, celebrar contratos, convênios, acordos e ajustes para cumprimento de suas obrigações legais e contratuais.

Q.601

Origem

ParanaPrevidência :: Analista Previdenciário Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Com relação aos critérios a serem considerados na concessão dos benefícios aos servidores públicos titulares de cargo efetivo, julgue os itens abaixo, tendo como base a legislação vigente.

( ) Uma das principais alterações promovidas pela EC n.o 20/1998 foi a vedação do estabelecimento, mesmo que por lei, de se permanecer contando tempo fictício para períodos de exercício após a sua publicação. Contudo, todos os períodos fictícios relativos a períodos anteriores a essa EC foram ressalvados e podem ser computados enquanto não for disciplinada a matéria por lei.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. José, médico, sem vínculo efetivo com qualquer ente público, foi nomeado como secretário de saúde do estado do Paraná. Nessa situação, a vinculação previdenciária de José será com o regime geral de previdência social (RGPS) e não com a PARANAPREVIDÊNCIA.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. Marina, servidora pública titular de cargo efetivo, ingressou em 1977 no governo do estado do Paraná. Em janeiro de 1999, ela contava com 31 anos de tempo de contribuição e 47 anos de idade. Parte do seu tempo de contribuição foi comprovada por certidão de tempo de contribuição emitida pelo INSS. Nessa situação, a aposentadoria de Marina por tempo de contribuição deveria ser concedida, independentemente do cumprimento da idade mínima exigida pelas regras de transição ou de caráter permanente previstas na EC n.o 20/1998.
( ) Em decorrência das alterações introduzidas pela EC n.o 20/1998, foi definido como obrigatório o caráter contributivo do regime previdenciário dos servidores, e não foi prevista exceção a tal regra no sentido de permitir a concessão da isenção de contribuição.
( ) Após a análise do requerimento de aposentadoria, deverá ser elaborado ato por órgão competente, que será publicado no Diário Oficial, com posterior encaminhamento à apreciação do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Caso o tribunal não aprove a referida concessão, o pagamento do benefício deverá ser imediatamente suspenso, não sendo mais cabível recurso na esfera administrativa.

Q.602

Origem

ParanaPrevidência :: Analista Previdenciário Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Com base nas normas previstas na EC n.o 20, de 15/12/1998, julgue os seguintes itens.

( ) Para atingir o equilíbrio financeiro e atuarial de seu regime próprio de previdência social, o município de Curitiba deverá constituir, por lei, um fundo integrado por contribuições previdenciárias, bens e ativos de qualquer natureza, conforme determinação prevista na Constituição da República.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. José, policial militar aposentado pelo estado de Sergipe, foi aprovado, em 26/11/2001, no concurso público para o cargo de procurador do município de Vitória. Nessa situação, José, para ingressar no cargo de procurador, não poderia estar mais recebendo a aposentadoria como militar estadual.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. Laura, ocupante do cargo efetivo de médico do governo do estado do Paraná, foi cedida, em 3/2/1999, para ocupar cargo em comissão na secretaria de administração do governo do estado do Paraná. Nessa situação, durante o período de exercício do cargo em comissão, Laura contribuirá ao RGPS.
( ) Quem ingressou no serviço público antes de 16/12/1998 poderá requerer, ao completar 65 anos de idade, aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que comprove que possui também dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. Pedro, após aposentar-se pelo regime próprio de previdência social do município de Porto Alegre, ingressou regularmente no cargo de juiz federal em 20/10/1997. Nessa situação, Pedro poderia acumular os proventos da sua aposentadoria em Porto Alegre com a remuneração do cargo de juiz federal, mesmo após 16/12/1998.

Q.603

Origem

ParanaPrevidência :: Analista Previdenciário Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Considerando a legislação atualmente em vigor, que instituiu o sistema de seguridade funcional do estado do Paraná, julgue os itens abaixo.

( ) A PARANAPREVIDÊNCIA poderá ser extinta, a qualquer tempo, necessitando apenas de aprovação de lei específica pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.
( ) Uma servidora de 47 anos de idade que, por concurso público, ingresse em órgão da administração estadual em 2002 terá o pagamento de seu futuro benefício garantido pelo Fundo Financeiro.
( ) Um servidor público efetivo que tenha tomado posse no governo do estado em 1997, quando estava com 47 anos de idade, terá o pagamento de seu benefício futuro garantido pelo Fundo de Previdência.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. Ernesto, servidor público efetivo que recebia salário no valor de R$ 300,00, faleceu em 20/11/2001. No dia seguinte, Valéria, sua ex-esposa, que recebia pensão alimentícia de 30( ) As cotas de pensão serão extintas apenas quando: ocorrer adimplemento da idade; cessar a invalidez que tenha justificado a concessão da cota da pensão; ou ocorrer o casamento ou a morte do dependente.

Q.604

Origem

ParanaPrevidência :: Analista Previdenciário Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Vinícius, casado, sem filhos, segurado inativo da PARANAPREVIDÊNCIA, tendo a esposa regularmente inscrita como única dependente, foi recolhido à prisão por sentença transitada em julgado. Entretanto, continuará recebendo seus proventos regularmente, mesmo estando preso, pois não houve a cassação da aposentadoria a ele concedida. Considerando a situação hipotética apresentada e a legislação previdenciária paranaense, julgue os itens seguintes, relativos à pensão por prisão do segurado.

(   ) A esposa de Vinícius tem direito à pensão por prisão do segurado.
(   ) O valor da pensão decorrente de prisão pago ao dependente, caso seja devida, consistirá em renda mensal equivalente a dois terços dos proventos.
(   ) A esposa de Vinícius terá direito à pensão por morte, caso Vinícius faleça na prisão.
(   ) A fuga da prisão por parte de Vinícius implicará a suspensão da pensão, caso seja devida.
(   ) A liberdade concedida ao preso não afeta, em regra, o pagamento da pensão por prisão do segurado.

Q.605

Origem

ParanaPrevidência :: Analista Previdenciário Júnior
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Marcus , viúvo, segurado ativo da PARANAPREVIDÊNCIA, tendo dois dependentes regularmente inscritos, foi declarado ausente por sentença judicial transitada em julgado. Com relação a essa situação hipotética e à pensão por ausência, julgue os itens seguintes com base na legislação previdenciária paranaense.

(   ) Um dos dependentes de Marcus terá direito à pensão por ausência.
(   ) Os dois dependentes, em conjunto, terão direito à integralidade da remuneração do segurado, sobre os quais tenha havido contribuição previdenciária por pelo menos cinqüenta meses.
(   ) Caso Marcus reapareça, os dependentes continuarão recebendo a pensão por mais dois meses.
(   ) Caso Marcus reapareça e fique demonstrada má-fé, ele terá que ressarcir os valores pagos no período da pensão aos seus dependentes.
(   ) A pensão por ausência pode ser paga no caso de Marcus viajar por mais de cinco anos a serviço.

54.18 Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)

Q.606

Origem

Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Histórico

A propósito da origem e da evolução legislativa da seguridade social no Brasil, julgue os itens abaixo.

(   ) A Constituição de 1824 determinou a criação do Montepio Geral dos Servidores do Estado (MONGERAL), caracterizado como sistema mutualista, pelo qual várias pessoas se associavam e se cotizavam para a cobertura de certos riscos, a partir da divisão do encargo entre todos.
(   ) A primeira norma a instituir no Brasil a previdência social foi a denominada Lei Eloy Chaves, pela qual foram criadas as caixas de aposentadorias e pensões, em âmbito nacional, para os trabalhadores das várias empresas de estradas de ferro existentes no país.
(   ) A Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer a tríplice forma de custeio da previdência, que apenas alcançava as situações de velhice, invalidez, maternidade, acidentes do trabalho e morte.
(   ) Sob a égide da Constituição de 1946, que manteve o sistema da tríplice contribuição (União, empregador e empregado), foi introduzido o princípio da precedência do custeio, pelo qual nenhum benefício de caráter assistencial ou previdenciário poderia ser criado, estendido ou majorado sem a correspondente fonte total de custeio.
(   ) A Constituição de 1967 introduziu diversos benefícios no sistema previdenciário, entre os quais o auxílio-natalidade, o auxílio-funeral e o auxílio-reclusão, ampliando a área de assistência social a diversas categorias profissionais até então alijadas do sistema.

Q.607

Origem

Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Com relação aos delitos contra a seguridade social, julgue os itens que se seguem.

(   ) Constitui crime de apropriação indébita previdenciária, punido com pena de reclusão de dois a cinco anos e multa, a omissão no recolhimento das contribuições previdenciárias recolhidas de contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional. Afasta-se a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.
(   ) O crime de inserção de dados falsos em sistemas de informações, suscetível de cometimento apenas por servidor público autorizado, ocorre quando processada a inserção de dados falsos, a alteração ou a exclusão indevida de dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da administração pública, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.
(   ) Na mesma pena prevista para o crime tratado no item anterior incorre o funcionário que modifica ou altera sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente, com a ressalva de que são aumentadas de um terço à metade se da ação praticada resultar dano para a administração ou para o administrado.
(   ) No crime de sonegação de contribuição previdenciária, o juiz poderá deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, e desde que o agente tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios.
(   ) A omissão do lançamento mensal nos títulos próprios da contabilidade da empresa das quantias descontadas dos segurados, quando resultante de erro ou culpa, constitui contravenção penal, sujeitando o agente ao cumprimento de penas alternativas, salvo quando reincidente, hipótese em que responderá pelo crime de sonegação de contribuição previdenciária.

Q.608

Origem

Senado Federal :: Consultor Legislativo (Área 7)
CESPE
2002

Assuntos relacionados

Salário-de-contribuição

No que se refere ao salário-de-contribuição, julgue os itens abaixo.

(   ) Para o empregado e trabalhador avulso, o salário-decontribuição corresponde à remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato, ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.
(   ) Para o empregado doméstico, esse salário corresponde à remuneração registrada na carteira profissional e(ou) na carteira de trabalho e previdência social, observados os limites mínimo - o piso salarial legal ou normativo da categoria ou, inexistindo este, o salário mínimo, tomado no seu valor mensal, diário ou horário, conforme o ajustado e o tempo de trabalho efetivo durante o mês - e máximo - que é publicado mediante portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social, sempre que ocorre alteração do valor dos benefícios.
(   ) Esse salário é composto pelo décimo terceiro salário, pelo salário-maternidade e pelas férias indenizadas e respectivo adicional de que trata a Constituição da República.
(   ) Para o dirigente sindical, na qualidade de trabalhador avulso, o salário-de-contribuição corresponde à remuneração efetivamente auferida da entidade sindical ou entidade gestora de mão-de-obra; corresponde ao valor declarado pelo segurado facultativo, observando-se os limites fixados em lei.
(   ) O referido salário não é integrado pelas diárias para viagens cujos valores não suplantem 50

Capítulo 55

ESAF

55.1 INSS :: Auditor Fiscal

Q.609

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Recolhimento das contribuições

Nos termos do Regulamento da Previdência Social, assinale a assertiva incorreta a respeito do parcelamento de contribuições e demais importâncias devidas à seguridade social.

(a) Caso o segurado contribuinte individual manifeste interesse em recolher contribuições relativas a período anterior à sua inscrição, a retroação da data do início das contribuições será autorizada, podendo ser parcelado o pagamento.
(b) As contribuições sociais objeto de parcelamento ficam sujeitas, entre outros acréscimos, a juros de mora, de caráter irrelevável, incidentes sobre o valor atualizado.
(c) Poderão ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas do segurado empregado.
(d) A empresa ou segurado que tenha sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado, por obter vantagem ilícita em prejuízo da seguridade social ou de suas entidades, não poderá obter parcelamento de seus débitos.
(e) O deferimento do parcelamento pelo Instituto Nacional do Seguro Social fica condicionado ao pagamento da primeira parcela.

Q.610

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Recolhimento das contribuições

Nos termos do Regulamento da Previdência Social, assinale a assertiva correta a respeito da notificação fiscal de lançamento de débito.

(a) Constatada a falta de recolhimento de qualquer contribuição ou outra importância devida nos termos desse Regulamento, a fiscalização lavrará notificação fiscal de lançamento, após a segunda advertência ao contribuinte faltoso.
(b) A notificação fiscal de lançamento deverá discriminar com clareza e precisão os fatos geradores, as contribuições devidas e os períodos a que se referem.
(c) Não haverá notificação fiscal de lançamento em caso de falta de pagamento de benefício reembolsado.
(d) Recebida a notificação, a empresa, o empregador doméstico ou o segurado terão o prazo de dez dias para efetuar o pagamento ou apresentar defesa.
(e) O crédito não pago, mesmo que questionado na via administrativa, será inscrito em Dívida Ativa.

Q.611

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Recolhimento das contribuições

Nos termos do Regulamento da Previdência Social, Decreto-lei 3.048/99, são obrigações acessórias da relação tributária previdenciária, exceto:

(a) preparar folha de pagamento da remuneração paga, devida ou creditada a todos os segurados a seu serviço, devendo manter, em cada estabelecimento, uma via da respectiva folha e recibos de pagamentos.
(b) lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos.
(c) prestar ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Secretaria da Receita Federal todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de interesse dos mesmos, na forma por eles estabelecida, bem como os esclarecimentos necessários à fiscalização.
(d) encaminhar ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre seus empregados, até o dia dez de cada mês, cópia da Guia da Previdência Social relativamente à competência anterior.
(e) pagar todas contribuições sociais devidas no período de apuração, juntamente com as multas decorrentes do atraso no pagamento.

Q.612

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Recolhimento das contribuições

A respeito do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), assinale a opção incorreta.

(a) O SIMPLES visa regular dispositivo da Constituição Federal.
(b) Microempresa e empresas de pequeno porte são sinônimos na legislação do SIMPLES.
(c) A inscrição no SIMPLES isenta o recolhimento da contribuição do empregado pela empresa.
(d) A inscrição no SIMPLES não isenta o recolhimento do Imposto de Importação.
(e) A inscrição no SIMPLES não isenta o recolhimento do Imposto Territorial Rural.

Q.613

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Restituição
Compensação
Reembolso

Nos termos da legislação previdenciária, assinale a assertiva correta a respeito da restituição e compensação de contribuições.

(a) Na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido, a contribuição não será atualizada monetariamente.
(b) Será admitida a restituição ou a compensação de contribuição a cargo da empresa, recolhida ao Instituto Nacional do Seguro Social, que, por sua natureza, tenha sido transferida ao preço de bem ou serviço oferecido à sociedade.
(c) Somente poderá ser restituída ou compensada contribuição para a seguridade social, arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido.
(d) A restituição de contribuição ou de outra importância recolhida indevidamente, que comporte, por sua natureza, a transferência de encargo financeiro, será feita de imediato.
(e) Direito de pleitear judicialmente a compensação só pode ser exercido no prazo de cento e oitenta dias do seu pagamento.

Q.614

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Nos termos da legislação previdenciária, assinale qual benefício é reembolsado à empresa:

(a) salário-família pago aos segurados a seu serviço.
(b) auxílio-acidente.
(c) aposentadoria por idade.
(d) aposentadoria por invalidez.
(e) pensão por morte.

Assuntos relacionados

Restituição
Compensação
Reembolso

Q.615

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Nos termos do Regulamento da Previdência Social, analise as assertivas a respeito da responsabilidade solidária da contribuição social, assinalando a correta.

(a) A empresa contratante de serviços executados mediante cessão ou empreitada de mãode- obra deverá reter onze por cento do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços e recolher a importância retida em nome da empresa contratada.
(b) O proprietário, o incorporador definido na Lei n°4.591, de 1964, o dono da obra ou condômino da unidade imobiliária, cuja contratação da construção, reforma ou acréscimo não envolva cessão de mão-de-obra, não são solidários com o construtor.
(c) Considera-se construtor, para os efeitos do Regulamento da Previdência Social, a pessoa física ou jurídica que executa obra sob sua responsabilidade, no todo ou em parte.
(d) Exclui-se da responsabilidade solidária perante a seguridade social o adquirente de prédio ou unidade imobiliária que realize a operação com empresa de comercialização.
(e) As empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, solidariamente, pelas obrigações decorrentes do disposto no Regulamento da Previdência Social.

Assuntos relacionados

Retenção
Responsabilidade solidária

Q.616

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

A respeito do regime geral de previdência social e da classificação dos segurados obrigatórios, assinale a assertiva incorreta.

(a) Como empregado - aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não-eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
(b) Como trabalhador avulso - quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos em Regulamento.
(c) Como contribuinte individual - o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
(d) Como empregado - o titular de firma individual urbana ou rural.
(e) Como contribuinte individual - o diretor nãoempregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima.

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.617

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Com relação às espécies de prestações e aos beneficiários correspondentes, assinale a opção incorreta.

(a) Aposentadoria por invalidez - segurado.
(b) Pensão por morte - dependente.
(c) Salário-família - segurado.
(d) Auxílio-acidente - dependente.
(e) Auxílio-doença - segurado.

Q.618

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Não é segurado facultativo da Previdência Social:

(a) pessoa participante de regime próprio de previdência.
(b) a dona-de-casa.
(c) o síndico de condomínio, quando não remunerado.
(d) aquele que deixou de ser segurado obrigatório da previdência social.
(e) o bolsista que se dedique em tempo integral a pesquisa.

Q.619

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

A respeito do conceito previdenciário de empresa ou de empregador doméstico, assinale a assertiva incorreta.

(a) Empresa - a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.
(b) Empregador doméstico - a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.
(c) Equipara-se à empresa, para os efeitos da Lei 8.213/91, o contribuinte individual em relação a segurado que lhe presta serviço.
(d) Equipara-se à empresa, para os efeitos da Lei 8.213/91, a cooperativa.
(e) Equipara-se à empresa, para os efeitos da Lei 8.213/91, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade.

Q.620

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

À luz da competência constitucional da Previdência Social, julgue os itens abaixo que são de competência da Previdência Social:
I. cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
II. salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
III. pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.
IV. a promoção da integração ao mercado de trabalho.

(a) Todos estão corretos.
(b) Somente IV está incorreto.
(c) I e II estão incorretos.
(d) I e III estão incorretos.
(e) III e IV estão incorretos.

Q.621

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Com relação ao auxílio-acidente e suas características, assinale a opção incorreta.

(a) Benefício instantâneo.
(b) Devido ao segurado.
(c) Caráter indenizatório.
(d) Vinculado a seqüelas consolidadas.
(e) Extinção do benefício pelo óbito do segurado.

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.622

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Com relação ao auxílio-doença e suas características, assinale a opção incorreta.

(a) Benefício continuado.
(b) Devido ao segurado.
(c) Extinção do benefício pela recuperação da capacidade para o trabalho.
(d) Possui prazo de carência, em regra.
(e) Incapacitação permanente para o trabalho.

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.623

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Com relação à aposentadoria por invalidez e suas características, assinale a opção incorreta.

(a) Benefício de renda mensal.
(b) Exige, em regra, carência.
(c) Extinção do benefício com o retorno voluntário à atividade.
(d) Pode ser acumulado com auxílio-doença.
(e) Alíquota de 100

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.624

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Nos termos do Regulamento da Previdência Social, assinale a assertiva correta a respeito da prescrição e da decadência.

(a) É de cinco anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício.
(b) A contagem do prazo de decadência do direito do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício começa do segundo dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.
(c) O direito da seguridade social de apurar e constituir seus créditos extingue-se após dez anos.
(d) Na hipótese de ocorrência de dolo, fraude ou simulação, a seguridade social não pode, a qualquer tempo, apurar e constituir seus créditos.
(e) O direito de pleitear judicialmente a desconstituição de exigência fiscal fixada pelo Instituto Nacional do Seguro Social no julgamento de litígio em processo administrativo fiscal extingue- se com o decurso do prazo de cento e oitenta dias.

Assuntos relacionados

Prescrição
Decadência

Q.625

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Nos termos da legislação previdenciária, assinale a opção na qual não é exigido da empresa a prova da inexistência de débito.

(a) Na licitação.
(b) Na contratação com o poder público.
(c) No recebimento de benefícios ou incentivo fiscal ou creditício concedidos pelo poder público.
(d) Na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem móvel de pequeno valor incorporado ao ativo permanente da empresa.
(e) Na alienação ou oneração, a qualquer título, de bem imóvel.

Assuntos relacionados

Certidão negativa de débito

Q.626

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Com relação à forma com que as ações e serviços de saúde, em regra, são executados, assinale a opção incorreta em relação às instituições autorizadas a realizá-las:

(a) Instituições privadas.
(b) Instituições públicas.
(c) Instituições públicas municipais.
(d) Empresas de capitais estrangeiros.
(e) Instituições privadas locais.

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

Q.627

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

A Saúde é direito de todos e dever do Estado; analise as assertivas abaixo, buscando a correta, nos termos da definição constitucional da Saúde.

(a) A manutenção dos índices do risco de doença e de outros agravos constituem garantia constitucional.
(b) O acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação constitui garantia constitucional.
(c) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema múltiplo.
(d) Atendimento integral, com prioridade para as atividades repressivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, é característica da saúde.
(e) O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da União, dos Estados e dos Municípios.

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

Q.628

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

À luz da Seguridade Social definida na Constituição Federal, julgue os itens abaixo:
I. Previdência Social, Saúde e Assistência Social são partes da Seguridade Social.
II. A saúde exige contribuição prévia.
III. A Previdência Social exige contribuição prévia.
IV. A assistência social possui abrangência universal, sendo qualquer pessoa por ela amparada.

(a) Todos estão corretos.
(b) Somente I está incorreto.
(c) II e IV estão incorretos.
(d) I e II estão incorretos.
(e) III e IV estão incorretos.

Q.629

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

Ao Sistema Único de Saúde (SUS) compete:

(a) executar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a proteção dos desfavorecidos.
(b) ordenar a formação de recursos materiais na área de assistência.
(c) colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
(d) proteção à maternidade, especialmente à gestante.
(e) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.

Q.630

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

Pedro, menor carente, de 12 anos, e Paulo, empresário bem-sucedido, de 21 anos, desejam participar de programas assistenciais (Assistência Social) e de saúde pública (Saúde). De acordo com a situação-problema apresentada acima, é correto afirmar que:

(a) Pedro e Paulo podem participar da Assistência Social.
(b) só Pedro pode participar da Saúde.
(c) Pedro só pode participar da Assistência Social.
(d) Paulo pode participar da Assistência Social.
(e) Pedro e Paulo podem participar da Saúde.

Q.631

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Prestações da previdência social

Considerando a orientação dos Tribunais Superiores sobre a legislação previdenciária, assinale a assertiva incorreta.

(a) A definição, em ato regulamentar, de grau mínimo de disacusia, não exclui, por si só, a concessão do benefício previdenciário.
(b) Não é inconstitucional a inclusão de sócios e administradores como contribuintes obrigatórios da Previdência Social.
(c) Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho.
(d) Em caso de acidente de trabalho ou de transporte, a companheira tem direito a ser indenizada pela morte do amásio, se entre eles havia impedimento para o matrimônio.
(e) A ação acidentária prescinde do exaurimento da via administrativa.

Q.632

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Nos termos da legislação previdenciária, assinale qual dos requisitos abaixo não é exigido da empresa para fins de isenção de contribuições.

(a) Ser reconhecida como de utilidade pública federal.
(b) Ser reconhecida como de utilidade pública pelo respectivo Estado, Distrito Federal ou Município onde se encontre a sua sede.
(c) Ser portadora do Registro e do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social fornecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.
(d) Não perceber seus diretores vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas pelo respectivo estatuto social.
(e) Estar em situação irregular em relação às contribuições sociais.

Q.633

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

A respeito da organização e princípios constitucionais da Seguridade Social, assinale a opção incorreta.

(a) As contribuições sociais da empresa podem ter alíquotas diferenciadas.
(b) O orçamento da seguridade social dos entes federados descentralizados é distinto do orçamento da União.
(c) Pode ser dada remissão para as contribuições sociais das empresas sobre a folha de salários.
(d) A lei definirá critério de transferência de recursos para o sistema único de saúde.
(e) Poderá haver contribuição social do trabalhador sobre o lucro e o faturamento.

Q.634

Não constitui receita das contribuições sociais:

(a) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço.
(b) as dos empregadores domésticos, incidentes sobre o salário-de-contribuição dos empregados domésticos a seu serviço.
(c) as provenientes da União.
(d) as das empresas, incidentes sobre o faturamento e o lucro.
(e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Q.635

A respeito do financiamento da Seguridade Social, nos termos da Constituição Federal e da legislação de custeio previdenciária, assinale a opção correta.

(a) A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social não pode contratar com o poder público.
(b) A lei não pode instituir outras fontes de custeio além das previstas na Constituição Federal.
(c) Pode-se criar benefício previdenciário sem prévio custeio.
(d) As contribuições sociais criadas podem ser exigidas no ano seguinte à publicação da lei.
(e) São isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades beneficentes de utilidade pública federal.

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Q.636

Com relação à reabilitação profissional e suas características, assinale a opção incorreta.

(a) Desenvolve capacidades residuais das pessoas incapacitadas.
(b) É um benefício temporário.
(c) Busca integração no mercado de trabalho.
(d) Exige trabalho integrado de profissionais de diferentes áreas.
(e) Permite readaptação profissional.

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Reabilitação profissional

Q.637

A respeito de crime, responsabilização civil, criminal e administrativa contra a previdência social, assinale a opção incorreta a respeito da(s) natureza(s) da conduta "Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional":

(a) infração administrativa.
(b) crime.
(c) crime tipificado no Código Penal brasileiro.
(d) crime tipificado na Lei 8.212/91.
(e) infração administrativa que acarreta sanção administrativa.

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Q.638

A respeito da manutenção e perda da qualidade de segurado, assinale a opção incorreta.

(a) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições sem limite de prazo para quem está em gozo de benefício.
(b) Mantém a qualidade de segurado, até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social.
(c) Mantém a qualidade de segurado, até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que estiver licenciado sem remuneração.
(d) Mantém a qualidade de segurado, até 12 [doze] meses após a cessação das contribuições, o segurado que estiver suspenso.
(e) Mantém a qualidade de segurado, até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Qualidade de segurado

Q.639

A respeito dos períodos de carência, assinale qual dos benefícios abaixo necessita de período de carência:

(a) Pensão por morte.
(b) Auxílio-reclusão.
(c) Salário-família.
(d) Auxílio-acidente.
(e) Auxílio-doença.

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Carência

Q.640

Com relação às espécies de prestações e aos períodos de carência correspondentes, assinale a opção incorreta.

(a) Aposentadoria por invalidez oriunda de doença profissional - doze contribuições.
(b) Auxílio-doença- doze contribuições.
(c) Salário-família - zero contribuições.
(d) Auxílio-funeral - zero contribuições.
(e) Pensão por morte - zero contribuições.

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Carência

Q.641

Com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social, assinale a opção correta.

(a) Universalidade da base de financiamento.
(b) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
(c) Irredutibilidade do valor dos serviços.
(d) Eqüidade na cobertura.
(e) Diversidade do atendimento.

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Q.642

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Assinale a opção correta entre as assertivas abaixo relacionadas à gestão da Seguridade Social, nos termos da Constituição Federal.

(a) A gestão da Seguridade Social ocorre de forma centralizada, monocrática, quadripartite.
(b) A gestão da Seguridade Social ocorre de forma descentralizada, monocrática, quadripartite.
(c) A gestão da Seguridade Social ocorre de forma centralizada, colegiada, quadripartite.
(d) A gestão da Seguridade Social ocorre de forma descentralizada, colegiada, tripartite.
(e) A gestão da Seguridade Social ocorre de forma descentralizada, colegiada, quadripartite.

Q.643

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
ESAF
2002

Assuntos relacionados

Salário-de-contribuição

Constituem parcelas integrantes do salário de contribuição, exceto:

(a) o salário-maternidade.
(b) gratificação natalina para todos os fins.
(c) a remuneração paga.
(d) o salário-base para o contribuinte individual.
(e) a remuneração registrada na Carteira de Trabalho para o empregado doméstico.

Capítulo 56

FCC

56.1 TCE-PI :: Assessor Jurídico

Q.644

Origem

TCE-PI :: Assessor Jurídico
FCC
2002

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Relativamente às aposentadorias, reformas e pensões, é correto afirmar que compete aos Tribunais de Contas, na atual ordem constitucional, apreciar,

(a) em caráter meramente opinativo, a legalidade das respectivas concessões, somente quando consultado pelos órgãos e entidades da Administração.
(b) nas concessões de aposentadorias e pensões a servidores, a legalidade de tais atos para fins de registro e, nas reformas de militares, apreciá-las em caráter meramente opinativo, apenas quando consultado.
(c) para fins de registro, a legalidade das respectivas concessões, ressalvados os casos em que o registro de tais atos já tenha sido ordenado diretamente pelo Chefe do Poder Executivo, *ad referendum* da Casa Legislativa.
(d) para fins de registro, a legalidade das respectivas concessões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
(e) para fins de registro, a legalidade das respectivas concessões, ressalvadas as originárias de invalidez ou morte decorrentes de acidente em serviço, por serem discricionárias.

Q.645

Origem

TCE-PI :: Assessor Jurídico
FCC
2002

Assuntos relacionados

Contagem recíproca de tempo de contribuição

Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na

(a) administração pública federal e na atividade privada, não prevalecendo este direito se o sujeito trabalhou na administração pública estadual ou municipal.
(b) administração pública e na atividade privada, só sendo necessária a compensação financeira dos regimes próprios para o regime geral, mas não deste para aqueles.
(c) administração pública e na atividade privada, hipótese em que o segurado interessado assume o dever de compensar financeiramente os diferentes regimes.
(d) administração pública e na atividade privada, sendo desnecessária qualquer compensação financeira, entre regimes ou pelo interessado.
(e) administração pública e na atividade privada, hipótese em que os diversos regimes se compensarão financeiramente na forma da lei.

Q.646

Origem

TCE-PI :: Assessor Jurídico
FCC
2002

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Sobre o financiamento da seguridade social, é correto afirmar que

(a) contará com recursos tributários arrecadados mediante contribuições de melhoria cobradas das empresas.
(b) só podem ser instituídas novas fontes de custeio destinadas a garantir a manutenção ou expansão do sistema mediante emendas constitucionais.
(c) contribuições sociais de seguridade social só podem ser exigidas após decorridos noventa dias da publicação da lei que as instituem ou modificam.
(d) a contrapartida de custeio só é exigida para criação de novos benefícios de seguridade social, não, porém, para extensão e majoração de benefícios já existentes.
(e) entidades beneficentes de assistência social não são imunes às contribuições de seguridade social, porque esta deve ser financiada por toda a sociedade.

Q.647

Origem

TCE-PI :: Assessor Jurídico
FCC
2002

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Os regimes próprios de previdência social

(a) não podem ser instituídos para cobertura de servidor público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, cargo temporário ou de emprego público.
(b) não têm que observar requisitos e critérios fixados pelo regime geral, podendo sempre conceder benefícios distintos dos previstos por este.
(c) são instituídos em caráter obrigatório pela União e pelos Municípios e em caráter facultativo por Estados e Distrito Federal.
(d) não têm, necessariamente, caráter contributivo, podendo ser custeados apenas por contribuições específicas da pessoa política instituidora.
(e) havendo excedente, podem utilizar os recursos arrecadados com suas contribuições específicas para pagamento de despesas com educação e obras públicas.

Q.648

Origem

TCE-PI :: Assessor Jurídico
FCC
2002

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Quanto aos princípios da seguridade social é correto afirmar que

(a) a irredutibilidade do valor nominal dos benefícios, pode ser excepcionada nos casos de negociação coletiva com associações de aposentados ou de contenção das despesas líquidas para preservação do equilíbrio financeiro do regime.
(b) a seletividade e distributividade das prestações é princípio que se dirige precipuamente ao legislador, impondo-lhe que, na conformação legal dos planos de benefícios e serviços, priorize as maiores necessidades sociais.
(c) o caráter democrático da gestão administrativa é aplicável somente ao regime geral de previdência social, não, porém, aos regimes próprios, diante da posição de supremacia da Administração Pública em relação a seus servidores.
(d) a Constituição da República não impõe a necessidade de uniformidade e equivalência entre benefícios e serviços que se destinem às populações urbanas e rurais.
(e) a eqüidade na forma de participação no custeio exige que as contribuições patronais incidentes sobre a folha de pagamentos não possam exceder as contribuições dos próprios segurados.

Capítulo 57

MPT

57.1 Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho

Q.649

O aposentado pelo RGPS que permanecer em atividade sujeita a este regime, ou a ele retomar, ará jus às seguintes prestações, em decorrência do exercício dessa atividade:

(a) auxílio-doença;
(b) auxílio-reclusão;
(c) auxílio-acidente;
(d) reabilitação profissional;
(e) salário maternidade;

Origem

Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho
MPT
2002

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.650

A respeito da saúde, corno direito de todos e dever do Estado, é correto afirmar-se que:

(a) as políticas sociais e econômicas de governo devem visar à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, mediante contribuição do interessado;
(b) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, podendo as instituições privadas com fins lucrativos participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde e receber auxílios ou subvenções do Poder Público:
(c) ao Sistema Único de Saúde (SUS) compete nos termos da lei colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho;
(d) os serviços de saúde visam à proteção à fanulia, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice:
(e) ao SUS não compete fiscalizar e inspecionar alimentos, bem corno bebidas e águas para consumo humano;

Origem

Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho
MPT
2002

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

Q.651

Origem

Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho
MPT
2002

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Toda a sociedade se obriga ao financiamento da Seguridade Social, sendo certo afirmar-se que:

(a) nenhuma pessoa jurídica ou física está imune ou isenta de contribuir com a Seguridade Social;
(b) os Estados, Distrito Federal e Municípios providenciarão para que suas receitas destinas à Seguridade Social integrem o orçamento da União;
(c) além das contribuições sociais previstas na Constituição, a lei ordinária poderá instituir outras fontes de c
(d) o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes estão isentos de contribuir;
(e) as contribuições sociais dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro; dos trabalhadores e sobre a receita de concursos de prognósticos não estão submetidas ao princípio da anterioridade, previsto no art. 150, III, b, da Constituição Federal;

Q.652

Origem

Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho
MPT
2002

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Não são princípios e diretrizes da Previdência Social:

(a) acesso universal e igualitário;
(b) preservação do valor real dos benefícios;
(c) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo;
(d) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional;
(e) universalidade de participação nos planos, mediante contribuição:

Capítulo 58

TRT 12ª

58.1 TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.653

Assinale a alternativa incorreta:

(a) o valor do salário-de-benefício nunca será inferior a um salário mínimo;
(b) na aposentadoria por invalidez o valor do salário de benefício poderá ser superior ao limite máximo do salário-de-contribuição;
(c) não há período de carência para concessão do salário-maternidade às empregadas domésticas e às trabalhadoras avulsas;
(d) o período de carência para concessão do auxílio-doença e aposentadoria por invalidez é de doze contribuições mensais;
(e) n. d. a.

Origem

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Benefícios

Q.654

Assinale a alternativa correta:

(a) contribuem para o financiamento da seguridade social, além da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os empregadores, as empresas e entidades a ela equiparadas, os trabalhadores e demais segurados, inclusive os aposentados, bem como receitas provenientes de concursos de prognósticos;
(b) com o propósito de minorar o alto índice de evasão fiscal constatado nas obras de construção civil, a lei permite que a fiscalização do INSS proceda à inscrição de ofício, mediante aferição indireta, do valor das contribuições devidas, caso a documentação apresentada não demonstre valores reais ou condizentes com os valores de mercado e o tipo da obra;
(c) o clube de futebol profissional que esteja filiado à federação do respectivo Estado, para efeitos de contribuição, se equipara à empresa, sendo de 20(d) a contribuição do empregador doméstico é de 12(e) n. d. a.

Origem

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Q.655

São objetivos da seguridade social:
I - assegurar a universalidade da cobertura e do atendimento, bem como a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
II - assegurar a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, bem como sua irredutibilidade;
III - implementar a eqüidade na forma de participação no custeio e diversidade da base de financiamento;
IV - organizar gestão com participação dos trabalhadores, dos empregadores, do governo e dos aposentados em todos os órgãos da administração.

(a) são corretas somente as assertivas I e II
(b) são corretas somente as assertivas II e III
(c) são corretas somente as assertivas III e IV
(d) todas as assertivas são corretas
(e) n. d. a.

Origem

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 12ª
2002

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Capítulo 59

TRT 18ª

59.1 TRT 18ª:: Juiz Substituto

Q.656

No âmbito do direito previdenciário, compreendem-se no conceito de beneficiário:

(a) os segurados e seus genitores
(b) os dependentes e os beneficiários indiretos
(c) os segurados e seus filhos de até 21 (vinte) e um anos de idade
(d) os segurados e os dependentes
(e) os segurados e seus filhos menores de 18 (dezoito) anos

Origem

TRT 18ª:: Juiz Substituto
TRT 18ª
2002

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.657

I -o salário-maternidade e o auxílio-doença são benefícios previdenciários que a empregada pode recebê-los em conjunto, vez que decorrem de causas distintas.
II - segurado, titular de dois empregos regularmente abrangidos pela previdência social, tem direito ao auxílio-doença mesmo se a incapacidade é limitada ao exercício de apenas uma das atividades;
III - filhos solteiros maiores e inválidos, presumida a dependência econômica, têm direito à pensão previdenciária por morte do pai.
IV - cessa o processo de reabilitação profissional apenas quando o beneficiário retoma suas atividades no mesmo emprego em que se encontrava antes do processo de reabilitação;

(a) a assertiva II é correta;
(b) a assertiva III é correta;
(c) somente as assertivas I e IV são incorretas:
(d) as assertivas II, III estão incorretas;
(e) somente as assertivas II e III estão corretas

Origem

TRT 18ª:: Juiz Substituto
TRT 18ª
2002

Assuntos relacionados

Benefícios

Q.658

Origem

TRT 18ª:: Juiz Substituto
TRT 18ª
2002

Assuntos relacionados

Prestações da previdência social

Sobre acidente do trabalho é correto afirmar-se:

(a) o segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção do auxílio-acidente;
(b) o segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, sempre dependendo da percepção do auxílio-acidente;
(c) o segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de noventa dias, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção do auxílio-acidente;
(d) o segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, independentemente de perceber o auxílio-doença acidentário;
(e) o segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, desde que haja percebido o auxílio-acidente.

Q.659

Origem

TRT 18ª:: Juiz Substituto
TRT 18ª
2002

Assuntos relacionados

Isenção das contribuições

São isentos de contribuição para a seguridade previdenciária social

(a) as entidades beneficentes de assistência social;
(b) os pescadores artesanais;
(c) as micro-empresas com até 10 empregados;
(d) os portadores de deficiência física
(e) os empregados domésticos

Parte IX

2001

Capítulo 60

ESAF

60.1 SERPRO :: Analista de Auditoria

Q.660

Em relação aos benefícios do regime geral de previdência social, podemos afirmar que:

(a) O benefício de auxílio acidente é devido ao segurado que sofre acidente de qualquer espécie, enquanto permanecer afastado do trabalho.
(b) O benefício de auxílio doença é devido ao segurado a título de indenização, para custeio de despesas médicas.
(c) O benefício de auxílio reclusão é devido apenas ao segurado considerado de baixa renda.
(d) O salário família é benefício de natureza trabalhista pago pela previdência social e reembolsado pela empresa.
(e) O segurado de baixa renda faz jus aos benefícios da previdência social independentemente de contribuição.

Origem

SERPRO :: Analista de Auditoria
ESAF
2001

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.661

Quanto aos benefícios previdenciários, aponte a afirmação correta.

(a) É permitida a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social.
(b) A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base a média dos últimos doze benefícios recebidos em cada ano.
(c) O auxílio acidente, por substituir o salário de contribuição, não poderá ser pago com valor inferior ao salário mínimo.
(d) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, periodicamente, o valor real virtual, conforme critérios definidos em lei.
(e) Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

Origem

SERPRO :: Analista de Auditoria
ESAF
2001

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.662

Origem

SERPRO :: Analista de Auditoria
ESAF
2001

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Em relação às contribuições sociais, podemos afirmar que:

(a) São isentas da contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que comprovem, exclusivamente , a inexistência de fins lucrativos.
(b) A contribuição social devida pela empresa sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, e a contribuição social do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, estão vinculados, exclusivamente , ao pagamento de benefícios do regime geral de previdência social.
(c) A contribuição social do trabalhador autônomo incide sobre o valor total do rendimento auferido no mês, em decorrência da falta de contribuição do empregador.
(d) A contribuição social do produtor rural equivale a percentual incidente sobre a sua produção, em substituição à contribuição incidente sobre a folha de salários, inclusive do empregado.
(e) Os órgãos públicos federais são imunes à incidência da contribuição social sobre a folha de pagamento e demais rendimentos do trabalho.

Q.663

Origem

SERPRO :: Analista de Auditoria
ESAF
2001

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Quanto às instituições de previdência privada, podemos afirmar que:

(a) É vedado, salvo na qualidade de patrocinador, o aporte de recursos da União a entidade de previdência privada.
(b) Podem ser divididas em instituições de previdência privada fechada, aberta ou mista.
(c) Têm por finalidade a complementação dos benefícios do regime geral de previdência social ao qual se encontram vinculados.
(d) São constituídas obrigatoriamente em forma de fundações.
(e) A observância pela instituição de previdência privada do equilíbrio atuarial é dispensável se observado o equilíbrio financeiro.

Q.664

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Em relação a essas ações podemos afirmar que:

(a) A universalidade da cobertura e do atendimento é princípio exclusivo das ações de saúde e assistência social, por serem prestadas independentemente de contribuição.
(b) A seletividade e a distributividade na prestação dos benefícios e serviços da seguridade social, não se constituem em princípios ou objetivos de natureza constitucional.
(c) Os princípios da eqüidade na forma de participação no custeio e da diversidade da base de financiamento têm em conjunto idêntico objetivo institucional voltado à distribuição igualitária dos benefícios.
(d) O caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados, integra os objetivos da seguridade social.
(e) O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios previdenciários veda o pagamento de qualquer benefício com valor inferior ao salário mínimo.

Origem

SERPRO :: Analista de Auditoria
ESAF
2001

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Capítulo 61

ESMAFESC

61.1 TRF 4ª:: Juiz Federal (IX Concurso)

Q.665

No regime geral da Previdência Social:

(a) A dependência econômica dos pais do segurado é sempre presumida.
(b) A dependência econômica dos filhos do segurado é sempre presumida.
(c) A dependência econômica da companheira ou do companheiro do segurado deve ser comprovada.
(d) A dependência econômica do filho inválido, maior de 21 anos, é presumida.

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (IX Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.666

Assinale a alternativa correta:

(a) O trabalhador rural, em regime de economia familiar, não possuindo documentos comprobatórios da atividade agrícola em nome próprio, para comprovar o tempo de serviço, poderá fazê-lo mediante a oitiva de testemunhas.
(b) O trabalhador rural, em regime de economia familiar, não possuindo documentos comprobatórios da atividade agrícola em nome próprio, para comprovar o tempo de serviço, poderá fazê-lo mediante a oitiva de testemunhas e indenização das contribuições devidas pelo período de carência.
(c) A trabalhadora rural, em regime de economia familiar, não possuindo documentos comprobatórios da atividade agrícola em nome próprio, para comprovar o tempo de serviço, poderá fazê-lo mediante a exibição dos documentos do chefe da comunidade familiar, complementada com prova testemunhal.
(d) A trabalhadora rural, em regime de economia familiar, não possuindo documentos comprobatórios da atividade agrícola em nome próprio, para comprovar o tempo de serviço, poderá fazê-lo mediante a exibição dos documentos do cônjuge ou pai, independentemente de complementação com prova testemunhal.

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (IX Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

61.2 TRF 4ª:: Juiz Federal (X Concurso)

Q.667

Assinalar a alternativa correta. Na condição de dependente do segurado da Previdência Social, faz jus aos benefícios sem que seja exigível prova da dependência econômica:

(a) a filha solteira, independentemente da idade;
(b) a mãe, desde que viúva;
(c) o companheiro;
(d) o irmão, desde que menor de idade.

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (X Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.668

Assinalar a alternativa correta. Quanto ao benefício de pensão por morte no atual regime (Lei 8.213/91):

(a) independe de carência;
(b) no caso de destinação aos dependentes, para o reconhecimento do direito, é irrelevante o fato do *de cujus* não deter a qualidade de segurado à época do óbito;
(c) o fato de o dependente já perceber benefício de aposentadoria por tempo de serviço ou invalidez obsta o direito à pensão;
(d) havendo mais de um pensionista, a parte daquele cujo direito à pensão cessar não reverte em favor dos demais pensionistas.

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (X Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.669

Assinalar a alternativa correta. A partir da Emenda Constitucional nº20, de 15 de dezembro de 1998, pode-se afirmar que:

(a) foi aumentada a idade exigida para a concessão de aposentadoria por idade;
(b) foram abrandados os critérios a serem aplicados na comprovação do exercício de atividade rural pela mulher trabalhadora em regime de economia familiar;
(c) foi instituída a aposentadoria por tempo de contribuição em substituição à aposentadoria por tempo de serviço;
(d) foi extinta a aposentadoria especial.

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (X Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.670

Assinalar a alternativa correta. A partir da Lei 9.032/95:

(a) a aposentadoria especial passou a ser concedida apenas ao segurado que implemente o requisito de idade mínima de cinqüenta anos;
(b) a aposentadoria especial foi assegurada apenas aos trabalhadores que já haviam implementado um determinado percentual dos requisitos para sua obtenção, não sendo mais cabível sua concessão aos demais segurados;
(c) o direito à aposentadoria especial passou a depender mais das condições de trabalho nocivas à saúde efetivamente enfrentadas pelo segurado e menos da categoria profissional em que ele se enquadra;
(d) passou a ser autorizada a conversão de tempo de serviço comum em tempo de serviço exercido em condições especiais, para fins de concessão de aposentadoria especial, bem como a conversão do tempo de serviço exercido em condições especiais em tempo de serviço comum, para fins de concessão de aposentadoria por tempo de serviço comum.

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (X Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.671

Assinalar a alternativa correta. "A" inscreve-se na Previdência como contribuinte individual (trabalhador autônomo), comprovando o exercício da atividade nos últimos cinco anos e recolhendo as respectivas contribuições retroativamente. Menos de um mês depois da inscrição, é acometido de doença incapacitante. Nessas circunstâncias, "A":

(a) não faz jus a benefício por incapacidade em qualquer hipótese;
(b) faz jus a benefício por incapacidade em qualquer hipótese, a auxílio-doença, se a incapacidade for temporária, e a aposentadoria por invalidez, se a incapacidade for permanente;
(c) por falta de carência, não faz jus a benefício por incapacidade a não ser que a doença se enquadre no rol das enfermidades que a dispensam;
(d) não faz jus a qualquer benefício por incapacidade, mas tem direito à devolução das contribuições sob a forma de pecúlio.

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (X Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.672

Assinalar a alternativa correta. A incapacidade laboral proveniente de doença de que o segurado já era portador quando se filiou à Previdência:

(a) não enseja direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez em nenhuma hipótese;
(b) somente enseja direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez, se o segurado comunicou à Previdência a existência da enfermidade quando da filiação;
(c) enseja direito a auxílio-doença, mas não a aposentadoria por invalidez;
(d) enseja direito a auxilio-doença ou a aposentadoria por invalidez, se a incapacidade for posterior à filiação, resultando do agravamento ou progressão da doença.

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (X Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.673

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (X Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Benefícios

Assinalar a alternativa correta. O cálculo do fator previdenciário, elemento aplicado na apuração do valor dos benefícios instituído pela Lei 9.876/99, é elaborado a partir das seguintes variáveis:

(a) o grau de insalubridade ou periculosidade da atividade, o sexo e a idade do segurado ao se aposentar;
(b) a idade, o tempo de contribuição e a expectativa de sobrevida do segurado ao se aposentar;
(c) a espécie de segurado, o tempo de contribuição e a idade do segurado ao se aposentar;
(d) a natureza da atividade e a expectativa de sobrevida do segurado ao se aposentar.

61.3 TRF 4ª:: Juiz Federal (IX Concurso)

Q.674

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (IX Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

Assinale a alternativa correta:

(a) A previdência social no Brasil é organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, devendo ser observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
(b) O sistema previdenciário oficial pode cobrir eventos de doença, invalidez, morte, idade avançada, auxílio educação e moradia.
(c) É vedada a adoção, pela previdência social oficial, de critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos seus beneficiários.
(d) Todos os salários de contribuição considerados para cálculo de benefícios da previdência social oficial devem ser atualizados por índices reais de correção monetária, mesmo diversos dos previstos na lei ordinária.

Q.675

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (IX Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Contagem recíproca de tempo de contribuição

Assinale a alternativa correta:

(a) A contagem recíproca do tempo de serviço rural e urbano foi proibida a contar da vigência da Constituição Federal de 1988.
(b) A contagem recíproca do tempo de serviço rural e urbano somente foi permitida após o advento da Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91).
(c) A norma que prevê a reciprocidade do tempo de serviço rural e urbano prevista na Constituição Federal (artigo 202, §2º) é auto-aplicável.
(d) A contagem recíproca do tempo de serviço rural e urbano somente foi permitida com o advento da regulamentação do regime geral da Previdência Social, exclusivamente para o servidor público.

61.4 TRF 4ª:: Juiz Federal (X Concurso)

Q.676

Assinalar a alternativa correta. Os benefícios de prestação continuada, no caso de regime de economia familiar, em atividade rural:

(a) são concedidos a cada um dos membros do grupo familiar que preencher os requisitos legais para a sua percepção;
(b) cabem ao chefe ou ao arrimo, mas devem ser rateados proporcionalmente entre todos os componentes do grupo;
(c) cabem ao chefe ou ao arrimo de família, na proporção de 50(d) cabem somente ao chefe ou arrimo de família.

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (X Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Prestações da previdência social

61.5 TRF 4ª:: Juiz Federal (IX Concurso)

Q.677

Por força da Emenda Constitucional 20/98:

(a) É proibida a contagem ficta de tempo de serviço para fins de aposentadoria, sem qualquer ressalva do direito adquirido.
(b) A idade mínima para aposentadoria passou a ser de 53 anos de idade, para todos os segurados.
(c) Foram extintas as aposentadorias proporcionais.
(d) Aplicam-se aos magistrados e membros do Ministério Público as regras que estabelecem os requisitos gerais para aposentadoria voluntária dos servidores públicos. 1861

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (IX Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.678

A Emenda Constitucional 20/98:

(a) Alterou a sistemática do regime geral de previdência antes vigente, quando estabeleceu valor máximo para as aposentadorias.
(b) Alterou a sistemática vigente, quando extinguiu o regime previdenciário privado.
(c) Alterou a sistemática vigente, quando estabeleceu o regime único da previdência social.
(d) Alterou a sistemática vigente, quando extinguiu, com ressalvas, a contagem do tempo de serviço como requisito da aposentadoria previdenciária voluntária.

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (IX Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.679

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (IX Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Assinale a alternativa correta levando em conta a seguinte Súmula (nº260) do extinto TFR: "No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral ao aumento verificado, independentemente do mês da concessão, considerado, nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado":

(a) Aos benefícios concedidos após a vigência da Constituição Federal de 1988 não mais se aplicam os critérios da Súmula 260.
(b) Os critérios contidos na Súmula 260 têm aplicação mesmo a benefícios concedidos após a vigência da Constituição Federal de 1988.
(c) Os critérios contidos na Súmula 260 têm aplicação mesmo após a vigência da Constituição Federal de 1988, salvo para os segurados maiores de 50 anos.
(d) A Súmula 260 tem aplicação após a criação do Superior Tribunal de Justiça, independentemente da data da concessão do benefício.

61.6 TRF 4ª:: Juiz Federal (X Concurso)

Q.680

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (X Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Qualidade de segurado

Assinalar a alternativa correta. No atual regime previdenciário, aquele que perdeu a qualidade de segurado e, posteriormente, filiou-se novamente à Previdência:

(a) pode computar as contribuições relativas à filiação anterior à Previdência para fins de carência, desde que já tenha cumprido no mínimo 1/4 (um quarto) da carência exigível para benefício e tenha sido inscrito na Previdência até 24 de julho de 1991;
(b) pode computar as contribuições relativas à filiação anterior à Previdência para fins de carência, desde que já tenha cumprido 1/3 (um terço) da carência exigível para o benefício em questão;
(c) tem de cumprir integralmente toda a carência exigível para benefício, não aproveitando as contribuições anteriores, tendo em vista que a perda da qualidade de segurado acarreta a perda dos direitos a ela inerentes;
(d) pode somar as contribuições relativas às duas filiações sem qualquer outra condição, se se tratar de segurado empregado.

Q.681

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (X Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Qualidade de segurado

Assinalar a alternativa correta. O segurado, que deixa de exercer atividade que implique filiação obrigatória à Previdência, mantém a qualidade de segurado independentemente do recolhimento de contribuições:

(a) se retido ou recluso, somente até a data do livramento;
(b) pelo prazo equivalente a 1/3 (um terço) do respectivo tempo de filiação;
(c) por 12 meses após a cessação das contribuições, se não contar com mais de 120 contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado, caso em que o prazo é prorrogado para até 24 meses;
(d) enquanto comprovar, pelos meios previstos na lei, que está desempregado.

61.7 TRF 4ª:: Juiz Federal (IX Concurso)

Q.682

São benefícios previdenciários isentos do período de carência:

(a) A aposentadoria por invalidez e a pensão por morte.
(b) O auxílio-reclusão e o auxílio-acidente.
(c) A aposentadoria voluntária e aposentadoria por invalidez.
(d) O pecúlio e a aposentadoria por invalidez.

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (IX Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Carência

Q.683

Segundo a Constituição, a Seguridade Social deve ser organizada com base, entre outros, nos seguintes objetivos:

(a) Universalidade da cobertura e do atendimento, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, diversidade de base de financiamento, caráter democrático e descentralizado de administração, mediante gestão quadripartite.
(b) Uniformidade e equivalência dos benefícios urbanos e rurais, seletividade e distributividade, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, unicidade da base de financiamento, caráter democrático e centralizado da administração, mediante gestão pública.
(c) Universalidade da cobertura e do atendimento, seletividade dos benefícios urbanos e equivalência dos benefícios rurais, redutibilidade do valor dos benefícios, diversidade de base de financiamento, caráter democrático e participativo de administração, mediante gestão partilhada.
(d) Universalidade da cobertura e do atendimento seletivo, equivalência dos benefícios urbanos e rurais, distributividade, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, caráter democrático e gestão exclusivamente governamental.

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (IX Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Q.684

Assinale a alternativa correta:

(a) O salário-de-contribuição é o salário percebido pelo empregado, excluídos os ganhos habituais sob forma de utilidades.
(b) O salário-de-contribuição é o salário declarado pelo empregador.
(c) O salário-de-contribuição é o salário sobre o qual incide a contribuição para a Previdência Social, observados os limites mínimo e máximo previstos em lei.
(d) O salário-de-contribuição do trabalhador avulso é o seu salário-base.

Origem

TRF 4ª:: Juiz Federal (IX Concurso)
ESMAFESC
2001

Assuntos relacionados

Salário-de-contribuição

Capítulo 62

TRF 5ª

62.1 TRF 5ª:: Juiz Substituto

Q.685

São iguais os direitos previdenciários de trabalhadores

(a) avulsos e autônomos.
(b) com vínculo empregatício, exceto os domésticos e avulsos.
(c) com vínculo empregatício, inclusive os domésticos e avulsos.
(d) domésticos e segurados especiais.
(e) autônomos e segurados especiais.

Origem

TRF 5ª:: Juiz Substituto
TRF 5ª
2001

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.686

Equiparam-se aos filhos de qualquer condição, mediante declaração escrita do segurado e prova de que sobrevivem às custas deste, na qualidade de dependentes,

(a) a mãe e o pai inválido.
(b) os irmãos não emancipados, inválidos, de qualquer condição.
(c) a pessoa que com ele mantenha união estável e seus filhos menores.
(d) os menores sob tutela.
(e) as pessoas menores de 21 anos ou maiores de 60 anos, ou inválidas.

Origem

TRF 5ª:: Juiz Substituto
TRF 5ª
2001

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.687

A aposentadoria por invalidez será cancelada,

(a) após cinco anos, para o contribuinte individual que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa no momento em que se aposentou.
(b) imediatamente, se o segurado recusar tratamento cirúrgico gratuito.
(c) após tantos anos quantos forem os anos de duração do auxílio-doença e da aposentadoria, quando o segurado for considerado reabilitado para o exercício do trabalho.
(d) mesmo que o segurado esteja apto para o exercício de atividade diversa da que habitualmente exercia, desde que siga sendo paga pelo prazo de doze meses.
(e) a partir da data do retorno voluntário ao trabalho, ainda que em atividade diversa daquela que o segurado exercia habitualmente.

Origem

TRF 5ª:: Juiz Substituto
TRF 5ª
2001

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.688

Origem

TRF 5ª:: Juiz Substituto
TRF 5ª
2001

Assuntos relacionados

Benefícios

Quanto ao tempo de serviço é correto afirmar que

(a) sua comprovação não pode ser feita, na via administrativa, quando relativa a período anterior à perda da qualidade de segurado.
(b) é desnecessária sua comprovação pelo trabalhador autônomo, que pode simplesmente declarar e recolher as contribuições respectivas, indepen-dentemente de prova da atividade.
(c) segundo a lei previdenciária, basta a prova exclusivamente testemunhal, desde que relativa a atividade rural assemelhada, esta quando prestada em regime de economia familiar.
(d) pode apenas ser comprovado mediante anotações lançadas em Carteira de Trabalho e Previdência Social, quando relativo a atividades rurais prestadas após 5 de outubro de 1988)
(e) a lei previdenciária admite comprovação, em casos excepcionais, independentemente de início de prova material, mesmo em relação a atividades urbanas.

Q.689

Origem

TRF 5ª:: Juiz Substituto
TRF 5ª
2001

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

A assistência social será devida

(a) ao pobre, mediante recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e ao portador de deficiência cuja subsistência não possa ser provida por si ou pelos respectivos familiares.
(b) ao idoso que se encontra em período de graça no regime geral de previdência social.
(c) aos dependentes do segurado de baixa renda quando não tiver sido cumprido o requisito de carência para o deferimento do auxílio-reclusão.
(d) ao segurado quando deixa de perceber o seguro-desemprego.
(e) ao executor do funeral do pobre, conforme deliberação a ser tomada, em cada caso, pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Q.690

Origem

TRF 5ª:: Juiz Substituto
TRF 5ª
2001

Assuntos relacionados

Qualidade de segurado

Durante o período de graça, o segurado

(a) não pode recolher contribuição como facultativo.
(b) só poderá trabalhar em atividades que não prejudiquem sua integridade física.
(c) conserva o direito ao auxílio-doença.
(d) perceberá o auxílio-reclusão, se tiver baixa renda.
(e) não perceberá o seguro-desemprego.

Q.691

Origem

TRF 5ª:: Juiz Substituto
TRF 5ª
2001

Assuntos relacionados

Carência

É exigível comprovação do período de carência para concessão de

(a) aposentadoria por tempo de contribuição a segurado especial.
(b) aposentadoria por invalidez a contribuinte individual acometido de AIDS.
(c) salário-maternidade a empregada, exceto a doméstica.
(d) pensão por morte ou auxílio-reclusão aos dependentes.
(e) auxílio-acidente decorrente de incapacidade extralaborativa.

Q.692

Origem

TRF 5ª:: Juiz Substituto
TRF 5ª
2001

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

A observância do princípio da eqüidade e da regra contrapartida no custeio exige que

(a) todas as prestações da assistência social sejam financiadas pelas contribuições sociais cobradas de trabalhadores e empregadores.
(b) as empresas contribuam conforme o risco gerado pela atividade econômica e os valores arrecadados se destinem ao pagamento das prestações.
(c) a cada um dos três setores da seguridade social corresponda plano de custeio específico.
(d) ao incremento da arrecadação corresponda, automaticamente, a redução das contribuições.
(e) a receita de contribuições seja destinada, com exclusividade, ao financiamento dos benefícios da previdência social.

Q.693

Origem

TRF 5ª:: Juiz Substituto
TRF 5ª
2001

Assuntos relacionados

Princípios da seguridade social

Constitui princípio aplicável especificamente à previdência social:

(a) amparo às crianças e adolescentes carentes.
(b) autonomia da vontade.
(c) participação da iniciativa privada em caráter concorrente.
(d) cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente.
(e) acesso universal igualitário.

Q.694

Origem

TRF 5ª:: Juiz Substituto
TRF 5ª
2001

Assuntos relacionados

Salário-de-contribuição

Integram o salário-de-contribuição do empregado:

(a) os ganhos habituais e os ganhos eventuais.
(b) a totalidade dos abonos e diárias, bem como as cotas do salário-família.
(c) o salário-maternidade, observado o limite máximo de contribuição.
(d) a importância recebida a título de incentivo à demissão.
(e) o valor relativo ao reembolso de despesas com creche.

Capítulo 63

TRT 9ª

63.1 TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.695

OCORRENDO INADIMPLEMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS POR SOCIEDADE DE CAPITAL LIMITADO, A RESPONSABILIZAÇÃO PELOS DÉBITOS DEVERÁ SER DIRIGIDA:

(a) à pessoa jurídica da sociedade, apenas;
(b) à pessoa jurídica da sociedade e, subsidiariamente a todos os sócios;
(c) à pessoa jurídica da sociedade e, solidariamente, a todos os sócios;
(d) à pessoa jurídica da sociedade e, solidariamente, ao sócio-gerente;
(e) à pessoa jurídica da sociedade, solidariamente ao sócio-gerente e, subsidiariamente aos demais sócios;

Origem

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 9ª
2001

Assuntos relacionados

Retenção
Responsabilidade solidária

Q.696

ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

(a) O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social - RGPS de antes da investidura.
(b) É segurado obrigatório da Previdência Social o empregado que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, exceto como diretor empregado.
(c) Mantém a qualidade de segurado, indepedentemente de contribuição, o segurado facultativo até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições.
(d) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido, são beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado.
(e) A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 1º(primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário-de-contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.

Origem

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 9ª
2001

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.697

ASSINALE A ASSERTIVA INCORRETA:

(a) A seguridade social compreende um conjunto de ações, de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
(b) São objetivos da seguridade social, dentre outros, a universalidade da cobertura e do atendimento, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e eqüidade na forma de participação no custeio.
(c) Toda a sociedade, de forma direta e indireta, financia a seguridade social.
(d) Compete ao Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições, ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde, incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico e colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
(e) Qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da Previdência Social, independentemente de idade e contribuição na forma dos planos previdenciários.

Origem

TRT 9ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 9ª
2001

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

Parte X

2000

Capítulo 64

CESPE

64.1 INSS :: Auditor Fiscal

Q.698

Julgue os itens abaixo referente a situação de contribuintes em debito para com a previdência social.

( ) Considerando que uma empresa deixasse de recolher os valores descontados dos salários de seus empregados, então o débito apurado, ainda que confessado, não poderia ser objeto de parcelamento.
( ) O débito parcelado pode ser reparcelado uma única vez.
( ) Considere a seguinte situação hipotética.(ANULADA)A empresa proprietária de determinado terreno urbano contratou uma construtora para edificar, no local, um prédio de salas e lojas. Concluída a obra, a proprietária vendeu, ela própria, todas as unidades imobiliárias. Posteriormente, a fiscalização do INSS apurou não terem sido recolhidas as contribuições sociais devidas em face dos salários pagos para execução da obra.Nessa situação, responderão solidariamente pelas contribuições sociais a empresa contratante, a construtora contratada e os adquirentes das unidades,
( ) Caso se apurasse, em outubro de 2000, a existência de débitos relativos a contribuições de um estado da Federação para com o INSS, então não poderia ser transferida ao referido ente federativo a sua parcela de recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (DF).
( ) Caso viesse ser aplicado multa, no âmbito do INSS, por infração a preceito da legislação previdenciária, a autoridade que eventualmente reduzisse ou relevasse a sanção estaria obrigada a recorrer do oficio para a autoridade hierarquicamente superior.

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
CESPE
2000

Assuntos relacionados

Recolhimento das contribuições

Q.699

No que se refere às obrigações dos segurados e das empresas e às infrações a legislação previdenciária, julgue os itens a seguir.

( ) Considere a seguinte situação hipotética.Manoel, representante legal da empresa Celta, deixou de recolher as contribuições descontadas dos empregados no mês de novembro de 2000. Em sua ação fiscal, à qual não foi oposta nenhuma resistência, os agentes da autarquia previdenciária constataram a irregularidade, procedendo a notificação da empresa Celta. Ato contínuo - antes, portanto, do oferecimento da denuncia pelo Ministério Publico Federal -, Manoel encaminhou expediente ao INSS por meio do qual reconhecia o acerto da ação fiscal, confessava a divida e comprovava o efetivo pagamento do debito, acrescido de multa, juros e demais consectários previstos na legislação.Nessa situação, estará extinta a punibilidade do crime cometido por Manoel.
( ) Considere a seguinte situação hipotética.No exercício de sua atividade funcional, Caio inseriu alteração não-autorizada no sistema de informações do INSS, elevando substancialmente o valor dos benefícios pagos a segurados previamente contactados por ele, para efeito de divisão do produto do crime. Todavia, o procedimento de Caio acionou os mecanismos de segurança do sistema, de modo que as alterações foram bloqueadas e o servidor que as introduzia foi identificado.Nessa situação não haverá crime, haja vista a impossibilidade de consumação do dano ao patrimônio publico.
( ) Considere a seguinte situação hipotética.Graco e Mévio eram detentores, em partes iguais, das quotas sociais da empresa Delta, numa sociedade de responsabilidade limitada, criada em novembro de 2000. Mévio, servidor publico federal, não participava da gestão da empresa, tendo-se definido, no respectivo contrato social, que a gerencia da sociedade seria desempenhada por Graco ou por procurador por ele designado. Ocorreu, então, que, em uma ação fiscal, os agentes do INSS constataram que as anotações nas carteiras de trabalho e previdência social (CTPSs) dos empregados daquela empresa não eram verdadeiras. Os fiscais obtiveram provas de que eram anotados salários menores que os efetivamente pagos, o que acarretava recolhimentos menores, a título de contribuições sociais, por parte dos segurados e da empresa.Nessa situação, Mévio não responderá pelos crimes praticados no âmbito da empresa. Ademais, entre outras sanções, a empresa Delta poderá ficar sujeita a suspensão de empréstimos e financiamentos concedidos por instituições financeiras oficiais e a inabilitação para licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da administração publica federal.
( ) O empregador doméstico não esta obrigado a efetuar desconto e subseqüente recolhimento da contribuição devida pelo empregado domestico, que deverá ser recolhida pelo próprio trabalhador. Está obrigado, contudo, a recolher a contribuição social a seu cargo, equivalente a 12( ) Considere a seguinte situação hipotética.O INSS ajuizou execução fiscal contra uma empresa, em face da inscrição, na dívida ativa, de débito oriundo do não-recolhimento de contribuições sociais a cargo da empresa. Citada, a empresa nomeou bens a penhora, desembaraçados e de valor suficiente à garantia do débito, o pondo, em seqüência, embargos a execução, vindo esta a ser suspensa. Enquanto tramitavam os embargos, a empresa teve a oportunidade de participar de licitação, para o que se exigiu a apresentação de certidões que demonstrassem a inexistência de débitos fiscais. A empresa apresentou à comissão de licitação as certidões exigidas, constatando, contudo, na certidão expedida pelo INSS, a existência do debito exeqüendo e que a respectiva execução estava garantida por penhora.Nessa situação, certificada a existência de debito, a empresa não poderá participar do ato para o qual é requerida a apresentação de certidão negativa.

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
CESPE
2000

Assuntos relacionados

Recolhimento das contribuições

Q.700

Julgue os itens seguintes, relativos ao vínculo do segurado com a previdência social.

(   ) Considerando que um indivíduo se vinculasse ao regime geral de previdência social no momento de sua contratação como empregado por uma empresa, então não haveria nova filiação de indivíduo ao mesmo ao mesmo regime, caso viesse a exercer, concomitantemente, outra atividade econômica, na condição de trabalhador autônomo.
(   ) Os servidores do INSS e os do Ministério da Previdência e Assistência Social são excluídos do regime geral da previdência social.(ANULADA)
(   ) Para os efeitos previdenciários, inscrição de segurado é o ato pelo qual o segurado é cadastrado no regime geral de previdência social. No caso de segurado empregado, sua inscrição é efetuada diretamente na empresa.
(   ) Considerando que, ao promover a inscrição dos seus dependentes junto a previdência social, o segurado pretendesse inscrever sua esposa, seus filhos menores e sua companheira, também casada com outrem, então não poderia haver recusa por parte do INSS em efetivar as inscrições requeridas.
(   ) Caso um servidor público civil da União passasse a exercer, concomitantemente, atividade laboral abrangida pelo regime geral de previdência social, então tornar-se-ia segurado obrigatório desse regime. Todavia, não poderia haver contagem recíproca de tempo de contribuição entre os dois regimes.

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
CESPE
2000

Assuntos relacionados

Beneficiários da previdência social

Q.701

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
CESPE
2000

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

A Previdência Social é um direito do cidadão. Mais de 100 milhões de brasileiros são dela beneficiários, entre segurados e seus dependentes. A cobertura previdenciária abrange praticamente todos os riscos que esta sujeito o trabalhador em atividade: e garante ao inativo acesso a um amplo conjunto de benefícios para possibilitar, a ele e a sua família, condições mínimas de sobrevivência nos momentos de infortúnio, ou quando perde, definitivamente, a capacidade laborativa. À luz do texto acima, julgue os itens que se seguem, acerca dos direitos dos segurados, garantidos na legislação previdenciária vigente.

(   ) Considere a seguinte situação hipotética.Vitima da recessão por que passou o país, Jose foi demitido da empresa onde trabalhava há quinze anos, período no qual esteve regularmente filiado ao regime geral de previdência social. Jose passou três anos desempregado - situação esta devidamente comprovada -, razão pela qual também não efetuou nenhuma contribuição para a previdência social.Nessa situação, José não perdera sua condição de segurado do regime geral da previdência social no período referido, podendo, inclusive, fruir o beneficio do auxílio-doença.
(   ) Considere a seguinte situação hipotética.Regularmente empregada, há cinco anos, em uma empresa do ramo de confecção. Maria trabalhou até o final do expediente. Todavia, como já se completava o nono mês de gestação, naquela mesma noite Maria entrou em trabalho de parto e deu a luz a seu filho, vindo, então, a entrar em gozo de licença maternidade.Nessa situação, a empresa devera assumir o encargo da remuneração de Maria por vinte e oito dias, após o que ela receberá, por noventa e dois dias, o beneficio do salário-maternidade.
(   ) Considere a seguinte situação hipotética.No curso do quinto ano de vigência do contrato de trabalho. João sofreu acidente enquanto realizava sua atividade laboral, ficando, em conseqüência, incapacitado, temporariamente para qualquer trabalho. Após dois anos de tratamento e reabilitação profissional, João pode finalmente voltar ao trabalho, mas as seqüelas decorrentes do acidente não mais permitiram que ele realizasse as atividades anteriormente desempenhadas na empresa.Nessa situação João receberá o auxílio-doença a partir do décimo sexto dia de afastamento do trabalho, até a data em que voltar a trabalhar. Alem disso, somente após a interrupção do pagamento do auxílio-doença é que João passará a receber o beneficio do auxílio-acidente, que será pago concomitantemente com a remuneração devida pela empregadora.
(   ) Considerando que um segurado se aposentasse por invalidez com beneficio equivalente a R$ 480,00, sendo de R$ 80,00, à época, o valor do salário mínimo, então, sendo elevado para R$ 180,00 o valor desse salário mínimo, o beneficio previdenciário no poderá ser inferior a R$ 1.080,00.
(   ) O valor da pensão por morte devida aos dependentes do segurado, não estando este em gozo de nenhum beneficio previdenciário quando do óbito, é de cem por cento do valor da aposentadoria por invalidez a que o segurado teria direito se estivesse aposentado na data do seu falecimento.

Q.702

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
CESPE
2000

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Com relação ao plano de benefícios da previdência social, julgue os itens a seguir.

( ) considere a seguinte situação hipotética.Jonas inscreveu sua companheira, Marta, como sua dependente, em 1990, após cinco anos de vida em comum, Jonas era casado com Vilma, de quem se separou de fato em 1983, não tendo providenciado, contudo, nem a separação judicial nem o divórcio. Vilma nunca recebeu pensão alimentícia de Jonas, mas sobrevindo o óbito deste, em 2000, ela se habilitou no processo administrativo iniciado por Marta junto ao INSS, pretendendo que a respectiva pensão por morte fosse dividida entre ambas.Nessa situação, não havendo dependência econômica de Vilma em relação a Jonas previamente ao óbito, ela não terá direito a pensão.
( ) Considerando que, após vinte anos consecutivos de contribuição para o regime geral de previdência social, uma segurada tivesse completado sessenta anos de idade, àquela altura com salário-de-benefício equivalente a R$ 800,00, então, se pretendesse aposentar-se por idade, o valor do respectivo benefício corresponderia a R$ 720,00.
( ) Caso um individuo aposentado por idade, pelo regime geral de previdência social, voltasse a trabalhar e a contribuir regularmente para a previdência social, então, quando interrompesse essa nova atividade, teria direito ao recebimento de um pecúlio, que consistiria em pagamento único do valor correspondente à soma das importâncias relativas às contribuições que pagou desde que retornou à atividade, atualizadas monetariamente.
( ) Considere a seguinte situação hipotética.Logo que conseguiu o seu primeiro emprego, em março de 2000, Julio foi regularmente inscrito na previdência social, não condição de segurado, ocasião em que sua esposa e sua filha foram inscritos como suas dependentes. Em maio do mesmo ano, contudo, Julio veio a ser preso em flagrante pela prática de crime,tendo permanecido preso no curso da respectiva ação penal, ao cabo da qual veio a ser condenado a cinco anos de reclusão.Nessa situação, suas dependentes não terão direito ao auxílio-reclusão, em razão de não se ter completado o prazo de carência para o recebimento desse benefício.
( ) O abono anual é devido ao segurado da previdência social - ou, quando for o caso, ao dependente - que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria, pensão por morte ou auxílio reclusão. Considerando que o valor de um desses benefícios correspondesse, no mês de dezembro de 2000, a R$ 460,00, então o beneficiário teria direito ao pagamento do abono nesse mesmo montante, independentemente do mês em que o pagamento do beneficio houvesse iniciado.

Q.703

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
CESPE
2000

Assuntos relacionados

Benefícios

A previdência social insere-se em um contexto de solidariedade social, constitucionalmente agasalhada. Equilibra-se, contudo, na constatação da existência de necessidades imensuráveis e recursos limitados, não sendo possível mais que aquilo que a própria sociedade consente em dar aos que, por uma ou outra razão, ausentam-se do mercado de trabalho - concessão essa muitas vezes não só distante do propósito de se suster um estilo de vida de quem contribui anos afio, mas distante também do propósito mínimo de suster a própria vida. Nesse contexto, impõem-se limitações aos direitos dos segurados e dos dependentes. Considerando a legislação previdenciária e os princípios constitucionais pertinentes, julgue os itens a seguir relativos a essas limitações.

(   ) caso um individuo completasse, em 1998, todos os requisitos definidos na legislação vigente para fruir o beneficio da aposentadoria por tempo de serviço, então poderia obter a concessão do beneficio em 2001, ainda que tivesse perdido a qualidade de segurado em 1999.
(   ) Mantidas as regras atuais, um segurado que tenha se aposentado em 2000, tendo recebido o primeiro benefício no mês de março, já terá decaído do direito de postular a revisão do beneficio no dia 1º/04/2010.
(   ) Caso fosse concedida a pensão a um menor de dez anos de idade, dependente de segurado falecido, então, sendo pago o benefício em valor inferior ao efetivamente devido, prescreveria em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, a pretensão de receber as diferenças havidas mês a mês, devidas pela previdência social.
(   ) Caso um aposentado por invalidez retornasse voluntariamente à atividade, teria sua aposentadoria automaticamente cancelada a partir da data do retorno.
(   ) A renda inicial do beneficio de aposentadoria por tempo de contribuição de um empregado doméstico é calculada com base no salário-de-contribuição, o qual consiste na média aritmética simples de um certo número de salários-de-benefício, todos devidamente atualizados monetariamente.1981

Q.704

Julgue os itens que se seguem, acerca das disposições da legislação previdenciária relativas a incidência das contribuições sociais.

( ) considere a seguinte situação hipotética.A remuneração de Lucio, paga em pecúnia, foi composta, no mês de agosto de 2000. das seguintes parcelas: R$ 400,00 de salário e R$ 130,00 de gorjetas, arrecadadas dos clientes e distribuídas no final do mês pelo próprio empregador. Ademais, nos termos da legislação pertinente, o empregador entregou a Lucio o equivalente a R$ 80,00 em tíquetes de vale-transporte. Conforme ajustado expressamente no contrato de trabalho, integrava a remuneração mensal de Lucio, ainda, o equivalente a R$ 250,00, valor estimado do aluguel do imóvel cedido pelo empregador para ocupação de Lucio e sua família no curso da relação de emprego.Nessa situação, a contribuição social da empresa, naquele mês, incidente sobre a remuneração de Lucio foi de R$ 172,00.
( ) Considerando que o proprietário, pessoa física, de um terreno urbano pretendesse averbar na matricula do referido imóvel a construção de uma casa, então, diversamente do que ocorreria se o proprietário fosse pessoa jurídica, não lhe seria exigida certidão negativa de débitos previdenciários.
( ) Mesmo sendo uma autarquia, o INSS pode inscrever na sua divida ativa débitos relativo a contribuições sociais devidas pelos estados,pelo DF e pelos municípios.
( ) Considere a seguinte situação hipotética.Uma empresa vendeu um imóvel incorporado ao seu ativo permanente, que servia de sede a filial de Brasília - DF. Levada a escritura pública ao respectivo registro imobiliário, exigiu-se a apresentação de certidões negativas de débitos previdenciários da empresa, quando se constatou a existência de débitos relativo à contribuição social incidente sobre a folha de salários, devida pela filial da empresa sediada em Belo Horizonte - MG.Nessa situação, a existência de débito no âmbito da filial de Belo Horizonte - MG impedirá a consumação de registro da alienação do imóvel vinculado à filial de Brasília - DF.
( ) É vedado a União instituir contribuição social em que se imponha a sujeição passiva dos partidos políticos, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
CESPE
2000

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Q.705

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
CESPE
2000

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

A Lei nº9.137/96 regula, em conformidade com o comando contido no artigo 179 da Constituição da República, o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às microempresas e às empresas de pequeno porte, dispondo acerca do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES). Acerca desse assunto, e considerando as demais normas pertinentes, julgue os itens seguintes.

(   ) A pessoa jurídica cujo objeto social seja a locação e/ou a venda de imóveis não é admitida como optante pelo SIMPLES, ainda que o respectivo faturamento não ultrapasse os limites definidos para o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.
(   ) Considerando que uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada optasse pelo SIMPLES, então ela pagaria, mensal e unificadamente, um percentual fixo de 3(   ) Tanto a microempresa quanto a empresa de pequeno porte optantes pelo SIMPLES ficam eximidas de pagar, de forma individualizada, a contribuição social a cargo da pessoa jurídica, prevista no plano de custeio da seguridade social, incidente sobre a folha de salários da empresa.
(   ) Das decisões administrativas do INSS que envolvam a constituição de créditos fiscais, não-recolhidos após a opção pelo SIMPLES, caberá recurso para o Conselho de Recursos da Previdência Social, não se exigindo dos recorrentes, contudo, o depósito recursal equivalente a 30(   ) Será excluído do SIMPLES o contribuinte que não recolher o tributo unificado até trinta dias após o vencimento, operando-se os efeitos da exclusão a partir do mês subseqüente ao inadimplemento.

Q.706

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
CESPE
2000

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

A Constituição da Republica dispõe que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos, entre outros, provenientes de contribuições sociais das empresas. Acerca das regras jurídicas relativas aos direitos e obrigações das empresas em face do custeio da seguridade social, julgue os itens a seguir.

( ) Considere a situação hipotética.A União instituiu contribuição social nova, não-prevista na Constituição da Republica. Observando os ditames da respectiva lei, uma empresa recolheu o tributo, regularmente, a partir de fevereiro de 1990 - data definida pela lei para o inicio da incidência da exação. Em março de 2000, contudo, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade, por meio da qual aquela Corte definiu ser inconstitucional tão-somente o artigo da lei que impunha a incidência da contribuição já no mês de fevereiro de 1990. Assim, no mês seguinte ao transito em julgado da decisão do STF, a citada empresa ajuizou ação ordinária objetivando a repetição do indébito recolhido naquele primeiro mês de incidência.Nessa situação, o pedido de repetição de indébito não poderá ser acolhido, haja vista a consumação do respectivo prazo prescricional.
( ) Considere a seguinte situação hipotética.Diante dos revezes financeiros decorrentes da recente desvalorização cambial, a empresa importadora Beta deixou de repassar ao INSS as contribuições sociais descontadas dos salários dos seus empregados. Consumados os procedimentos administrativos pertinentes, o debito apurado foi inscrito na divida ativa da autarquia previdenciária e, subseqüentemente, foi ajuizada respectiva execução fiscal. Nesse ínterim, foi decretada falência da empresa Beta.Nessa situação, o crédito do INSS terá preferência em ralação aos créditos de credores quirografários, mas devera ser habilitado na falência da empresa Beta.
( ) Caso o representante legal de uma sociedade comercial se recusasse a apresentar aos fiscais do INSS os documentos relativos à contabilidade da empresa, então a autarquia previdenciária poderia inscrever de oficio a importância que reputasse devida, cabendo à empresa o ônus da prova em contrario.
( ) Para o calculo do valor da contribuição devida, o montante dos salários pagos pela execução de uma obra de construção civil poderá ser obtido por aferição indireta, de acordo com a área construída, caso a fiscalização do INSS constate, na documentação apresentada pelo construtor, não haver comprovação regular do efetivo custo da mão-de-obra utilizada.
( ) Considere a seguinte situação hipotética.Em 20/3/2000, o presidente da Republica editou medida provisória reduzindo a alíquota da contribuição social a cargo das empresas, destinada à seguridade social. Como a referida norma não foi convertida em lei pelo Congresso Nacional no prazo devido, o presidente da Republica a reeditou em 19/4/2000 e, sucessivamente, em 19/5/2000. Em 30/5/2000, afinal, a medida provisória foi convertida em lei.Nessa situação, a contribuição somente será devida em seu novo patamar a partir de 19/6/2000.

Q.707

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
CESPE
2000

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Na previdência social, a solidariedade e essencial, e, exatamente por sua posição nuclear, esse preceito sustentáculo distingui-se dos básicos e técnicos, sobrepairando como diretriz elevada. Ausente, será impossível organizar a proteção social. Solidariedade quer dizer cooperação da maioria em favor da minoria, em certos casos, da totalidade em direção à individualidade. Significa a cotização de certas pessoas, com capacidade contributiva, em favor dos despossuídos. Socialmente considerada, é a ajuda marcadamente anônima, traduzindo mutuo auxilio, mesmo obrigatório, dos indivíduos. Conforme explica o texto acima, a solidariedade compulsória é interpretada por meio de contribuições sociais exigidas de toda a sociedade e destinadas a seguridade social. A respeito das contribuições sociais, julgue os itens seguintes.

( ) Considerando que um segurado auferisse, em dois empregos, remunerações de R$ 3.500,00 e de R$ 2.800,00, então o respectivo salário-de-contribuição corresponderia a R$ 6.300,00. e a contribuição mensal devida por esse segurado seria de R$ 693,00.
( ) A renda líquida dos concursos de prognósticos constitui receita da seguridade social, executando-se os valores destinados ao programa de crédito educativo.
( ) A contribuição incidente sobre o lucro das empresas deve ser disciplinada em lei complementar, haja vista a identidade entre as bases de cálculo dessa contribuição e a do imposto incidente sobre a renda.
( ) Considere a seguinte situação hipotética. (ANULADA)Afonso foi demitido pelo seu empregador em 31/8/2000, após exatos doze meses de vigência do contrato de trabalho. As verbas rescisórias que foram pagas a Afonso foram discriminadas nos seguintes termos: 1) R$ 300,00 de salário do mês vencido, 2) R$ 300,00 de aviso-prévio indenizado; 3) R$ 200,00 de 13ºsalário proporcional; 4) R$ 300,00 de férias indenizadas; e 5) R$ 100,00 de adicional constitucional incidente sobre as férias indenizadas.Nessa situação, a contribuição social de Afonso será calculada tendo por base o salário-de-contribuição de R$ 800,00.
( ) Além das contribuições pagas pelo s segurados e pelas empresas, o regime geral de previdência social é custeado também por meio do aporte de recursos públicos, consubstanciados em dotações orçamentárias especificas e anuais da União, dos estados e municípios.

Q.708

Julgue os itens a seguir, quanto a aplicação das normas previdenciárias.

( ) A constituição da Republica dispõe que cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente, entre outros temas, acerca de prescrição e decadência tributárias. Sendo indiscutível a natureza tributária das contribuições sociais e sendo qüinqüenal o prazo decadencial definido no Código Tributário Nacional (CNT) para efeito da constituição do crédito tributário, deve, então, ser afastada, por vicio de inconstitucionalidade, a aplicação de prazo decenal fixado em lei ordinária para a constituição de crédito tributário relativo às contribuições sociais. Da mesma forma, há de prevalecer o prazo, também qüinqüenal, de prescrição definido no CNT, contando do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
( ) A constituição da República chancelou a incidência de duas contribuições sociais sobre idêntica base de cálculo, haja vista autorizar, no âmbito das disposições gerais da seguridade social, a instituição de contribuição social incidente sobre o faturamento das empresas e, a par disso, recepcionar expressamente, no bojo das disposições constitucionais gerais, a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).
( ) Considere a seguinte situação.Dispõe a Lei n^{o}7.689, de 15/12/1988:(...)Art. 6^{o}A administração e Fiscalização da contribuição social de que trata esta lei compete à Secretaria da Receita Federal.(...)Art. 8^{o}A contribuição social será devida a partir do resultado apurado no período-base a ser encerrado em 31 de dezembro de 1988.Nessa situação apenas o artigo 8^{o}é inconstitucional.
( ) A legislação tributária relativa a receita para a seguridade social não é alcançada pela limitação, decorrente de princípio constitucional, que veda a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do inicio da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
( ) (ANULADA)

Origem

INSS :: Auditor Fiscal
CESPE
2000

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Capítulo 65

MPU

65.1 Ministério Público do Trabalho :: Procurador do Trabalho

Q.709

Pa1.a os filiados à Previdência Social antes da promulgação da Emenda Constitucional n. 20/98, os requisitos para aposentadoria com proventos integrais são:

(a) 60 anos de idade e 35 de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher;
(b) 55 anos de idade e 35 de contribuição, se homem, e 50 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher;
(c) 53 anos de idade e 35 de contribuição, se homem, e 48 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher;
(d) 50 anos de idade e 30 de contribuição, se homem, e 45 anos de idade e 25 de contribuição, se mulher;
(e) 48 anos de idade e 30 de contribuição, se homem, e 45 anos de idade e 25 de contribuição, se mulher;

Origem

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPU
2000

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.710

O responsável pelo pagamento da diferença entre o teto constitucional estabelecido para os benefícios da Previdência Social e o salário efetivo da empregada gestante, quando esta percebe o salário-maternidade, é:

(a) a própria Previdência Social;
(b) o empregador;
(c) a entidade de Previdência Complementar à qual esteja filiada a empregada;
(d) a empregada sò tem direito ao teto dos benefícios previdenciários em geral, aplicado também ao salário-maternidade;
(e) o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT;

Origem

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPU
2000

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.711

Origem

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPU
2000

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Perde o segurado o direito ao salário-família quando:

(a) o filho menor que mantém chega aos 15 anos de idade;
(b) cessa a invalidez do filho que mantém, sendo suspenso o benefício no mês em que cessou a invalidez;
(c) perde o emprego;
(d) morre o filho por ele mantido, sendo suspenso o benefício no mês em que ocorreu a morte do dependente; .
(e) o filho menor que mantém atinge a maioridade;

Q.712

Origem

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPU
2000

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

O sistema de financiamento da Seguridade Social conta, basicamente, com 3 fontes de receitas, que são aquelas previstas no orçamento da União, as contribuições sociais e aquelas provenientes de multas, correção monetária e juros moratórios. Dentre elas, constitui modalidade de contribuição social a proveniente de:

(a) empresas exclusivamente rurais, incidente sobre a folha de salários, faturamento e lucro;
(b) empresas agro-industriais, incidente sobre o valor de venda da sua produção;
(c) empresários e empregadores domésticos, incidente sobre sua remuneração;
(d) trabalhadores em geral, incidente sobre seu salário base;
(e) concursos de prognósticos, corridas de cavalos e clubes de futebol profissional;

Q.713

Origem

Ministério Público do Trabalho ::
Procurador do Trabalho
MPU
2000

Assuntos relacionados

Carência

O período de carência para o segurado fazer jus aos benefícios da Previdência Social começa a contar:

(a) da data da filiação para o segurado empregado não doméstico;
(b) da data da filiação para o segurado empregado doméstico;
(c) da data da filiação para o segurado especial;
(d) da data do efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, para o segurado trabalhador avulso;
(e) da data do efetivo pagamento da primeira contribuição, ainda que com atraso, pelo segurado autônomo;

Capítulo 66

TJ/RJ

66.1 TJ-RJ :: Juiz

Q.714

Assinale a proposição correta. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social:

(a) Desde a confirmação da gravidez, até cinco meses após o parto:
(b) Desde o nascimento, até cinco meses após o parto;
(c) Desde a concepção, até cinco meses após o parto;
(d) Por 120 dias, com início no período entre 28 dias antes do parto e a data de ocorrência deste;
(e) Por 3 meses, quando o afastamento antecede 30 dias da ocorrência do parto.

Origem

TJ-RJ :: Juiz
TJ/RJ
2000

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.715

O limite máximo par o valor dos benefícios do regime geral da previdência social de que trata o artigo 201 da Constituição Federal foi fixado inicialmente pela Emenda Constitucional nº20/98 em que valor?

(a) R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais);
(b) R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais);
(c) R$ 1.501,00 (um mil quinhentos e um reais);
(d) no valor correspondente a dez (dez) salários mínimos;
(e) no valor correspondente a dez salários-de-contribuição.

Origem

TJ-RJ :: Juiz
TJ/RJ
2000

Assuntos relacionados

Benefícios da previdência social

Q.716

Origem

TJ-RJ :: Juiz
TJ/RJ
2000

Assuntos relacionados

Benefícios

Assinale a alternativa incorreta. São alterações introduzidas pela Lei 9032, de 21 de abril de 1995, no Plano de Benefícios da Previdência Social (Lei 8213/91):

(a) A que restabelece o pagamento de pecúlio mensal, para o segurado aposentado que continua trabalhando ou volta à atividade;
(b) A que altera o cálculo do valor do benefício de prestação continuada, por acidente de trabalho;
(c) A que altera o cálculo do auxílio-acidente, estabelecendo apenas um percentual para qualquer tipo de redução de capacidade funcional;
(d) A que altera a aposentadoria especial, impondo novos obstáculos à concessão do benefício;
(e) A que restabelece a obrigatoriedade de contribuição para o segurado aposentado que continua trabalhando ou volta à atividade.

Q.717

Origem

TJ-RJ :: Juiz
TJ/RJ
2000

Assuntos relacionados

Carência

Considerando-se como período de carência o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis à concessão de benefício previdenciário a uma empregada de uma indústria, assinale a alternativa em que, para serem concedidos, ambos os benefícios independem de carência:

(a) salário-maternidade e auxílio-doença;
(b) auxílio-doença e salário-família;
(c) aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente;
(d) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez;
(e) pensão por morte e auxílio-acidente.

Capítulo 67

TRT 12ª

67.1 TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto

Q.718

Leia as assertivas abaixo e aponte a alternativa correta:
I - a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial;
II - são cinco os grandes riscos cobertos pelo sistema público previdenciário previsto na atual Constituição Federal: doença, invalidez, morte, tempo de trabalho e idade avançada:
III - a Emenda Constitucional nº20, de 15.12.98, restringiu o benefício denominado auxílio-reclusão para destiná-lo apenas aos dependentes dos segurados de baixa renda;
IV - com a Emenda Constitucional nº20, a fórmula de cálculo da aposentadoria foi excluída do âmbito constitucional, sendo agora matéria a ser regulada por lei complementar;

(a) corretas as proposições I e II
(b) corretas as proposições II e III
(c) corretas as proposições I e III
(d) corretas as proposições II e IV
(e) n.d.a.

Origem

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 12ª
2000

Assuntos relacionados

Benefícios

Q.719

Considerando-se que a contribuição previdenciária é calculada à base de percentual variável que a lei predeterminou sobre o salário de contribuição do segurado, examine a correção das assertivas a seguir:
I - quanto ao segurado empregado, o salário de contribuição corresponde à remuneração recebida durante o mês, integrados todos os montantes percebidos a qualquer título como contraprestação aos serviços prestados;
II - no tocante ao segurado empregador, o salário de contribuição corresponde ao salário de inscrição;
III - o salário de contribuição não pode ser inferior ao mínimo legal, porém não há previsão de teto máximo;
IV - para o segurado que detém a condição de trabalhador avulso, o salário de contribuição corresponde ao salário-base fixado em tabela especial.

(a) corretas as proposições I e III;
(b) corretas as proposições II e IV;
(c) corretas as proposições III e IV;
(d) corretas as proposições I e IV;
(e) n. d. a.

Origem

TRT 12ª:: Juiz do Trabalho Substituto
TRT 12ª
2000

Assuntos relacionados

Salário-de-contribuição

Capítulo 68

TRT 2ª

68.1 TRT 2ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa

Q.720

O período de trabalho sob aprendizagem:

(a) é reconhecido sempre, para o cômputo do tempo de serviço para fins previdenciários;
(b) não é reconhecido como tempo de serviço;
(c) é reconhecido desde que prestados nas escolas técnicas;
(d) é reconhecido quando prestado junto às empresas.

Origem

TRT 2ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa
TRT 2ª
2000

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.721

Qual é a resposta correta:

(a) o seguro acidente de trabalho cobre a indenização devida ao trabalhador, mesmo havendo dolo ou culpa;
(b) a empresa que não adotar medidas de proteção e segurança ao trabalhador incorrerá apenas em multa administrativa;
(c) em caso de negligência quanto à observância de normas de segurança e medicina do trabalho, terá a previdência social ação regressiva contra o empregador;
(d) o seguro contra acidente de trabalho é facultativo, podendo o empregador efetuá-lo por meio de outras seguradoras;

Origem

TRT 2ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa
TRT 2ª
2000

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.722

Sobre o recolhimento da contribuição previdenciária que tem como fato gerador condenações na Justiça do Trabalho, é correto afirmar que:

(a) a divisão do valor acordado, com reconhecimento pelo Juiz, em termos de remuneração e de indenização, é sempre aceito pelo INSS;
(b) na hipótese de não haver o detalhamento exigido dos pagamentos efetuados, haverá incidência sobre o total do ajustado;
(c) o fato gerador é o valor pago e não o que tiver sido reclamado e apurado;
(d) o prazo para o recolhimento é o dia 05 do mês seguinte ao da liquidação de sentença;

Origem

TRT 2ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa
TRT 2ª
2000

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Q.723

Origem

TRT 2ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa
TRT 2ª
2000

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Na linguagem da doutrina do Direito Previdenciário:

(a) repartição é um critério de formação de recursos destinados a financiar as prestações futuras devidas aos segurados, em nada difere da capitalização e defende a idéia de que compete às novas gerações pagar os benefícios previdenciários da geração que se torna inativa;
(b) capitalização é a formação de recursos para financiar prestações futuras, inspira-se em critérios que se originaram dos seguros privados, embora com os mesmos não se confundam, difere de repartição e, como meio de financiamento da Previdência Social, sofre, como um das críticas, a possibilidade de depreciação do capital que é formado durante longo período;
(c) capitalização é a distribuição imediata de recursos captados para financiamento da Previdência Social, o que é feito a curto prazo, evitando-se, assim, a depreciação do capital que se forma, de modo tal que cabe ao próprio pessoal em inatividade, e não à geração que o suceder, custear as aposentadorias;
(d) capitalização e repartição são dois princípios definidores de critérios de financiamento da Previdência Social, distinguindo-se, apenas, quanto aos tipos de aposentadorias pelos mesmos financiadas.

Q.724

Origem

TRT 2ª:: Magistratura do trabalho - 1ªetapa
TRT 2ª
2000

Assuntos relacionados

Direito previdenciário

Fator previdenciário quer dizer:

(a) um critério de definição das principais contingências que influirão na relação dos tipos de benefícios assegurados pela Previdência Social aos segurados e dependentes;
(b) uma nova regra legal que definiu o salário de benefício passando a ser igual à média dos 80(c) um critério que tem por finalidade elevar o valor da aposentadoria gradualmente ne medida em que o interessado deixar para aposentar-se mais tarde e, contrariamente, diminuir esse valor se o aposentado requerer mais cedo a sua aposentadoria;
(d) um fator que leva em conta, para fins de cálculo do valor dos benefícios previdenciários pagos aos segurados e dependentes, a idade e a alíquota de contribuição correspondente, acrescidas de um adicional.

Capítulo 69

TRT/AL

69.1 TRT-AL :: Juiz do Trabalho

Q.725

Origem

TRT-AL :: Juiz do Trabalho
TRT/AL
2000

Assuntos relacionados

Benefícios

Assinale a alternativa *correta* : O FATOR PREVIDENCIÁRIO É ATUALMENTE RELEVANTE ELEMENTO PARA DEFINIÇÃO DO VALOR DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA. Ele é calculado, nos termos da lei, considerando-se:

(a) a idade do segurado ao se aposentar, o tempo de serviço e a expectativa de sobrevida;
(b) a idade do segurado ao se aposentar, o tempo de serviço e a expectativa de sobrevida dos dependentes;
(c) a idade do segurado ao se aposentar, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado;
(d) A idade dos dependentes, a expectativa de vida do segurado e o tempo de contribuição;
(e) o tempo de serviço do segurado ao se aposentar dividido por 35 e multiplicado pelo número de anos de contribuição, com acréscimo de 1,0

Q.726

Origem

TRT-AL :: Juiz do Trabalho
TRT/AL
2000

Assuntos relacionados

Benefícios

Assinale a alternativa *incorreta* :

(a) nenhum benefício previdenciário poderá ter correção inferior aos índices de correção do salário mínimo;
(b) é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei;
(c) é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência;
(d) todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei;
(e) a gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

Q.727

Origem

TRT-AL :: Juiz do Trabalho
TRT/AL
2000

Assuntos relacionados

Conceito de seguridade social

Assinale a alternativa *incorreta* :

(a) e limitada a destinação de Recursos Públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
(b) a saúde é direito de todos e dever do Estado;
(c) e vedada a participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde no Brasil, salvo em casos previstos em lei;
(d) as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada.
(e) dentre as atribuições do sistema único de saúde acha-se participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

Q.728

Origem

TRT-AL :: Juiz do Trabalho
TRT/AL
2000

Assuntos relacionados

Fontes de custeio

Assinale a assertiva correta :

(a) a Seguridade social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial;
(b) o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes não contribuirão para a Previdência Social;
(c) a pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei, só poderá contratar com o Poder público até o limite de R$ 20.000,00;
(d) a pessoa jurídica em débito para com o sistema da seguridade social , como estabelecido em lei, só poderá contratar com o Poder Público até o limite de R$ 33.000,00;
(e) os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.

Q.729

Origem

TRT-AL :: Juiz do Trabalho
TRT/AL
2000

Assuntos relacionados

Segurados do rgps

Assinale a alternativa *falsa :* São segurados obrigatórios da Previdência Social :

(a) o servidor público ocupante de cargo em comissão, desde que tenha vínculo efetivo com a União, autarquias ou fundações públicas federais;
(b) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira;
(c) o Empregado de organismo oficial internacional, ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;
(d) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;
(e) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.

Capítulo 70

TRT - SP

70.1 TRT - SP :: Juiz do Trabalho

Q.730

Origem

TRT - SP :: Juiz do Trabalho
TRT - SP
2000

Assuntos relacionados

Recolhimento das contribuições

Sobre o recolhimento da contribuição previdenciária que tem como fato gerador condenações na Justiça do Trabalho, é correto afirmar que:

(a) a divisão do valor acordado, com reconhecimento pelo Juiz, em termos de remuneração e de indenização, é sempre aceito pelo INSS;
(b) na hipótese de não haver o detalhamento exigido dos pagamentos efetuados, haverá incidência sobre o total do ajustado;
(c) o fato gerador é o valor pago e não o que tiver sido reclamado e apurado;
(d) o prazo para o recolhimento é o dia 05 do mês seguinte ao da liquidação de sentença;

Q.731

Origem

TRT - SP :: Juiz do Trabalho
TRT - SP
2000

Assuntos relacionados

Benefícios

Fator previdenciário quer dizer:

(a) um critério de definição das principais contingências que influirão na relação dos tipos de benefícios assegurados pela Previdência Social aos segurados e dependentes;
(b) uma nova regra legal que definiu o salário de benefício passando a ser igual à média dos 80(c) um critério que tem por finalidade elevar o valor da aposentadoria gradualmente ne medida em que o interessado deixar para aposentar-se mais tarde e, contrariamente, diminuir esse valor se o aposentado requerer mais cedo a sua aposentadoria;
(d) um fator que leva em conta, para fins de cálculo do valor dos benefícios previdenciários pagos aos segurados e dependentes, a idade e a alíquota de contribuição correspondente, acrescidas de um adicional.

Q.732

Origem

TRT - SP :: Juiz do Trabalho
TRT - SP
2000

Assuntos relacionados

Benefícios

O período de trabalho sob aprendizagem:

(a) é reconhecido sempre, para o cômputo do tempo de serviço para fins previdenciários;
(b) não é reconhecido como tempo de serviço;
(c) é reconhecido desde que prestados nas escolas técnicas;
(d) é reconhecido quando prestado junto às empresas.

Q.733

Qual é a resposta correta:

(a) o seguro acidente de trabalho cobre a indenização devida ao trabalhador, mesmo havendo dolo ou culpa;
(b) a empresa que não adotar medidas de proteção e segurança ao trabalhador incorrerá apenas em multa administrativa;
(c) em caso de negligência quanto à observância de normas de segurança e medicina do trabalho, terá a previdência social ação regressiva contra o empregador;
(d) o seguro contra acidente de trabalho é facultativo, podendo o empregador efetuá-lo por meio de outras seguradoras;

Origem

TRT - SP :: Juiz do Trabalho
TRT - SP
2000

Assuntos relacionados

Prestações da previdência social